

AGENDA 2025

VISÃO E ESTRATÉGIAS DA NAÇÃO

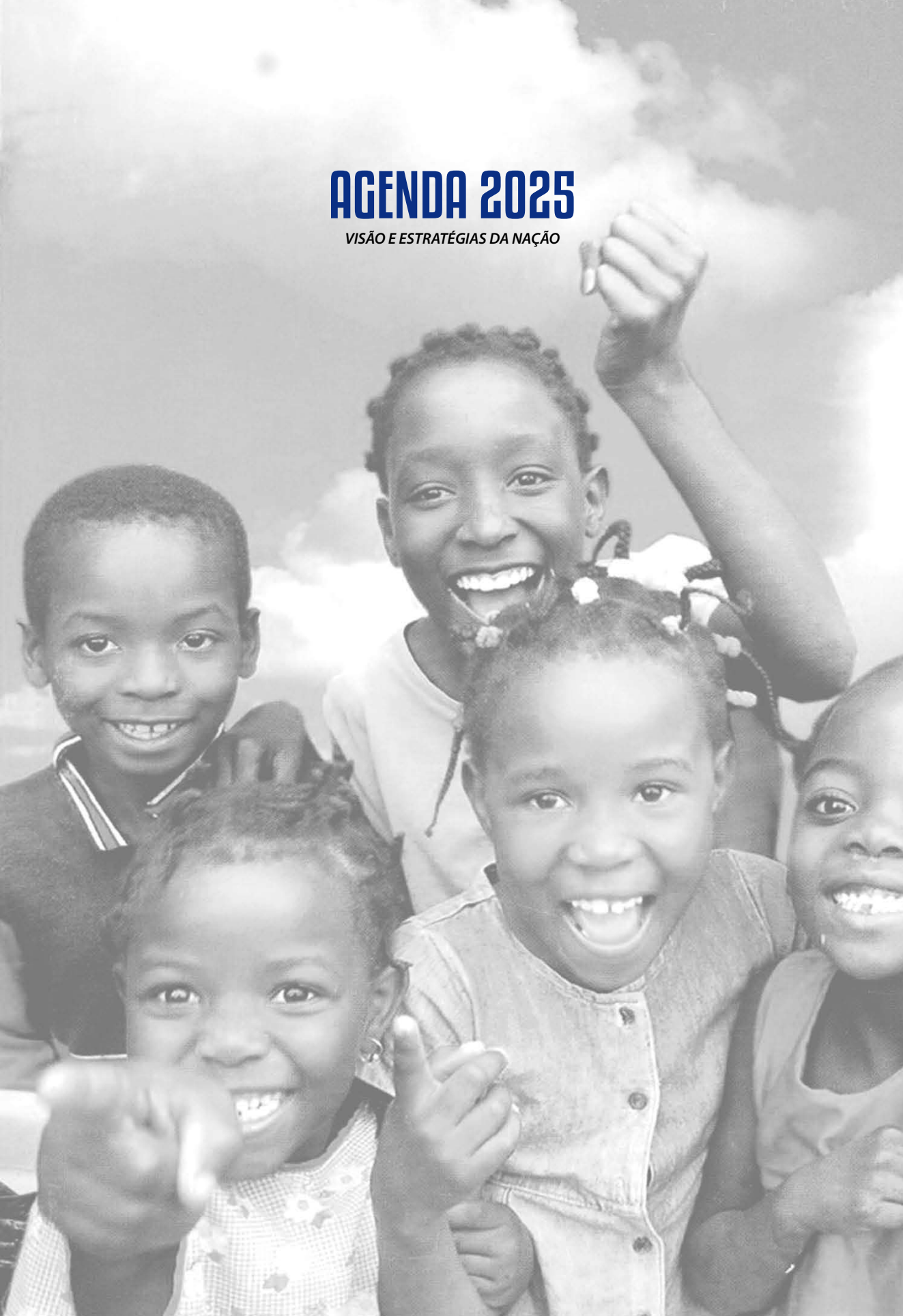


Comité de Conselheiros

MAPUTO – REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

AGENDA 2025

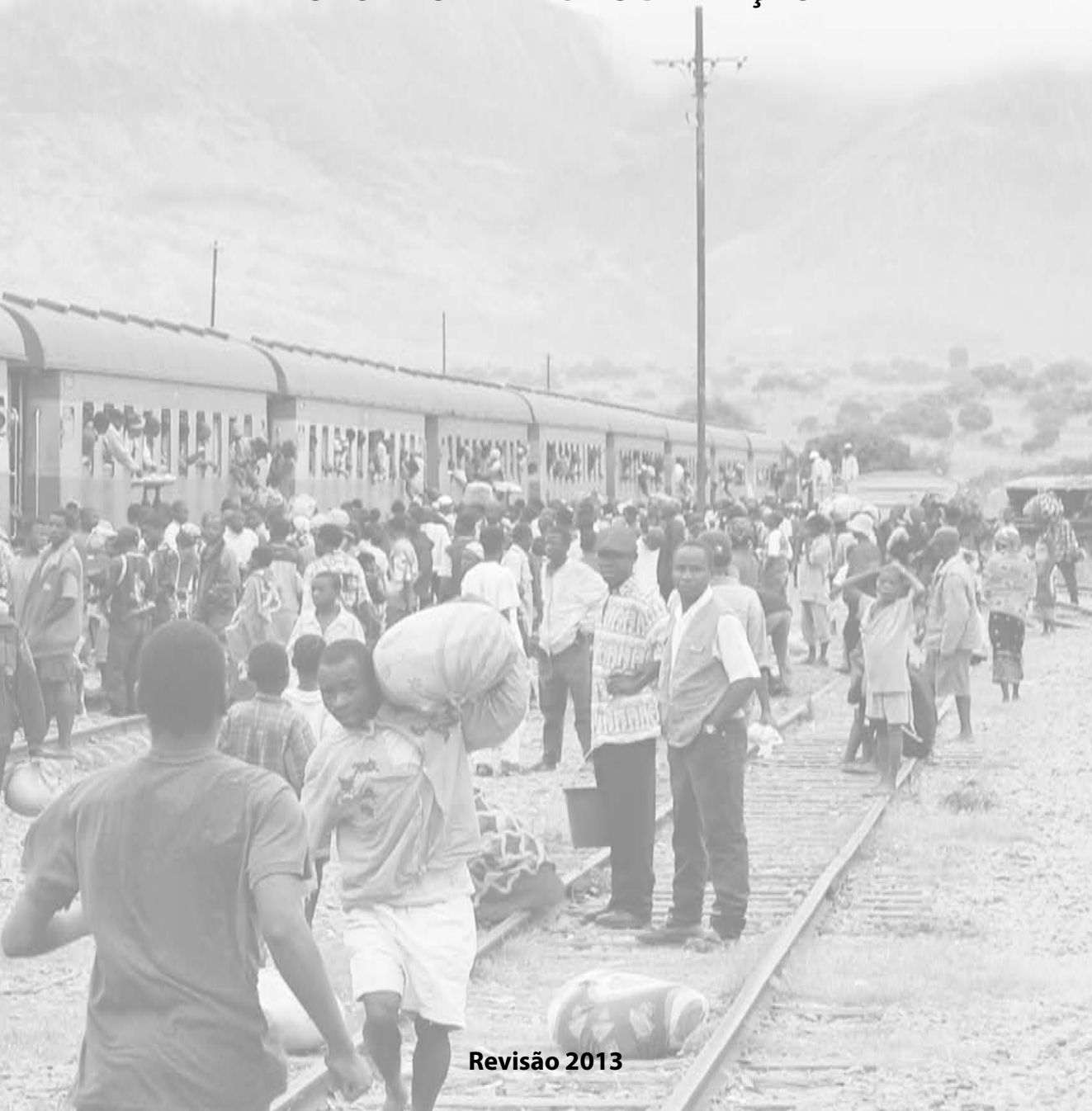
VISÃO E ESTRATÉGIAS DA NAÇÃO





AGENDA 2025

VISÃO E ESTRATÉGIAS DA NAÇÃO



Revisão 2013

Comité de Conselheiros

DEZEMBRO DE 2013 • MAPUTO – REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

FICHA TÉCNICA

Edição: Agenda 2025

© Agenda 2025 Visão e Estratégias da Nação – Revisão 2013

Autor: Comité de Conselheiros da Agenda 2025

Produção Gráfica: Elográfico

Fotógrafo: João Costa (Funcho)

Nº de registo: 7978/RLINLD/2014

Tiragem: 2500 exemplares

Maputo – República de Moçambique

Dezembro de 2013

ÍNDICE

ABREVIATURAS	9
AGRADECIMENTOS	11
SUMÁRIO	15
Capítulo I – JUSTIFICAÇÃO DA REVISÃO DA AGENDA 2025	23
Capítulo II – CONTEXTO DA SOCIEDADE E DA ECONOMIA MOÇAMBICANAS	31
1. Território de Moçambique	31
2. População e emprego	31
3. Saúde	35
4. Educação	37
5. Economia	39
5.1 Crescimento económico	39
5.2 Variáveis de gestão macroeconómica	44
a) Inflação e taxa de juros	44
b) Taxa de câmbio	46
5.3 Contas nacionais	48
a) Balança de pagamentos (BdP)	48
b) Orçamento do Estado	51
c) Padrão de Acumulação (poupança–investimento)	55
d) Crédito à economia	57
5.4 Tecido económico nacional: pequenas e médias empresas	59
5.5 Ambiente de negócios e competitividade	62
5.6 Abertura da economia	65
5.7 Pobreza	67
5.8 Produção e segurança alimentar	68
5.9 Mega projectos	70
6. Recursos naturais, sustentabilidade e ambiente	72
7. Instituições e democracia	77
Capítulo III – MOÇAMBIQUE NO MUNDO: DESAFIOS E TENDÊNCIAS	81
1. Recursos Naturais	81
2. Moçambique na região e no mundo	82
3. As tendências do mundo de hoje	85
4. Transformar os recursos naturais numa bênção	89
Capítulo IV – CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	93
1. Objectivos gerais	93
2. Princípios do modelo económico e social	95
3. Condições de desenvolvimento	98

4. Opções estratégicas transversais	99
5. Política económica	101
6. Prioridades sectoriais	105
6.1 Sectores produtivos de bens materiais	106
6.2 Sectores de serviços	110
6.3 Estado	114
Capítulo V – SUGESTÕES DE POLÍTICA	119
1. Introdução.	119
2. Política económica	120
2.1 Crescimento económico e pobreza	120
2.2 Instrumentos de gestão macroeconómica	124
2.3 Contas nacionais	127
a) Balança de pagamentos	127
b) Orçamento do Estado.	129
c) Consumo, poupança e investimento	130
2.4 Fundo Soberano e Banco de Desenvolvimento.	131
2.5 A competitividade das empresas	133
3. Políticas sectoriais	135
3.1 Agricultura, comércio rural e segurança alimentar	135
3.2 A exploração dos recursos naturais, o meio ambiente e os benefícios reais da indústria extractiva	145
3.3 Indústria transformadora e aglomerados económicos	149
3.4 Indústria de turismo	151
3.5 Transportes.	152
4. Investigação científica	153
5. Educação.	155
6. Saúde	158
7. Estado e Sociedade	159
8. Unidade Nacional	162
9. Defesa e Segurança do Território Nacional	163
10. Informação e Comunicação Social	165
11. Migração	166
Capítulo VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
NOTAS	173

Quadros

Quadro 1.	População projectada, por área de residência	32
Quadro 2.	População projectada por sexo, áreas urbana e rural e idade.	33
Quadro 3.	Crescimento Económico	41
Quadro 4.	Evolução das estimativas nacionais de desigualdade.	42
Quadro 5.	Índice de Desenvolvimento Humano.	43
Quadro 6.	Evolução e Projecções da Balança Comercial (US\$ milhões).	50
Quadro 7.	Orçamento Geral do Estado.	53
Quadro 8.	Trabalhadores por tipo de empresa	60
Quadro 9.	Doing Business: Posição de Moçambique	63
Quadro 10.	Moçambique nos índices internacionais.	64
Quadro 11.	PIB <i>per capita</i> , em Meticais, a preços correntes	67
Quadro 12.	Rendimentos médios agrícolas entre 2002 e 2008 Kgs por hectare, em cultura de sequeiro.	69

Gráficos

Gráfico 1.	Estrutura do PIB, agregado por grandes sectores (1991-2009)	42
Gráfico 2.	Inflação Anual e Média Anual.	44
Gráfico 3.	Evolução da FPC e FPD	45
Gráfico 4.	Evolução das Taxas de Juro do Mercado Interbancário e a Retalho . . .	46
Gráfico 5.	Competitividade Externa – Variação Média Anual das Taxas de Câmbio.	47
Gráfico 6.	Evolução dos componentes da Balança de Pagamentos (BdP)	48
Gráfico 7.	Principais Produtos de Exportação 2003-2012 (Milhões de USD)	49
Gráfico 8.	Evolução da Poupança (% PIB)	56
Gráfico 9.	Crédito à Economia	57
Gráfico 10.	Evolução do Crédito, por Sectores, 2000-2010	58
Gráfico 11.	Evolução do Produto Industrial (Milhões de Meticais, a Preços Correntes de 2003)	61

Figuras

Figura 1.	Elementos de política económica	102
Figura 2.	Sectores prioritários de bens materiais.	106
Figura 3.	Sectores de serviços prioritários	110
Figura 4.	Funções do Estado.	115



ABREVIATURAS

ANC	<i>African National Congress</i> (Congresso Nacional Africano)
BdP	Balança de Pagamentos
CdC	Comité de Conselheiros
DDA	Direcção Distrital de Agricultura
DDEA	Direcção Distrital de Actividades Económicas
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
EP1	Ensino Primário do 1º grau
EP2	Ensino Primário do 2º grau
ESG 1	Ensino Secundário do 1º Ciclo
ESG 2	Ensino Secundário do 2º Ciclo
FAO	<i>Food and Agriculture Organisation</i> (Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura)
FMI	Fundo Monetário Internacional
HIV/SIDA	<i>Human Immuno-deficiency Virus</i> (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)
Hgb	Hemoglobina
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IDN	Investimento Directo Nacional
IIAM	Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
IESE	Instituto de Estudos Socioeconómicos
INE	Instituto Nacional de Estatística
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
Biliões	Equivalente a Mil Milhões ou seja 10 ⁹ unidades
ODA	<i>Overseas Development Assistance</i> (Ajuda Pública ao Desenvolvimento)
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ONG	Organização Não Governamental
MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
IRPC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas
PIB	Produto Interno Bruto

<i>RPR</i>	<i>Rapid Plasma Reagin</i> (Teste Rápido de Sífilis)
<i>SADC</i>	<i>Southern Africa Development Community</i> (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)
<i>SIMA</i>	Sistema de Informação dos Mercados Agrícolas
<i>TCF</i>	<i>Trillion Cubic Feet</i> (Triliões de Pés Cúbicos)
<i>TIC</i>	Tecnologias de Informação e Comunicação
Triliões	Equivalente a 10 ¹² unidades
<i>UNAC</i>	União Nacional de Camponeses
<i>UNEP</i>	<i>United Nations Environment Programme</i> (Programa da Nações Unidas para o Ambiente)
<i>US\$</i>	Dólar dos Estados Unidos da América

AGRADECIMENTOS

O Comité de Conselheiros da Agenda 2025 agradece à Sua Excelência o Presidente da República pelo apoio que prestou ao seu trabalho através do Governo, sob coordenação do Exmo Senhor Ministro da Planificação e Desenvolvimento. Sem esse apoio, não teria sido possível ter acesso à numerosos documentos e informações, bem como realizar e participar em reuniões com órgãos e instituições do Estado e do Governo na capital, bem como em quase todas as Províncias do País.

O Comité de Conselheiros agradece também ao Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC) e à Embaixada da Noruega, pelo apoio financeiro e pelo interesse demonstrado no acompanhamento dos trabalhos da Agenda 2025, e por terem motivado o interesse de outros parceiros de desenvolvimento de Moçambique. Agradece à Universidade Politécnica, pelo apoio logístico e pelos serviços de secretariado que prestou, e à Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), pelo apoio logístico e pela gestão das finanças do processo.

O Comité de Conselheiros agradece ainda às dezenas de cidadãos que contribuíram por escrito e pela sua resposta positiva aos convites para as sessões de trabalho e para as palestras realizadas no âmbito da Agenda 2025. Os agradecimentos estendem-se aos dirigentes dos Governos Provinciais, aos Núcleos Provinciais, às Organizações da Sociedade Civil, às organizações religiosas, aos universitários, jornalistas, jovens e mulheres, bem como às centenas de cidadãos e activistas sociais que participaram e contribuíram com ideias e sugestões nas reuniões realizadas. Finalmente, o Comité de Conselheiros agradece à todos os demais cidadãos, identificados ou não, mas que contribuíram para o conteúdo final da Agenda 2025.

À contribuição individual e colectiva de todos estes compatriotas foi muito relevante. Contudo, o conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade do Comité de Conselheiros.

A todos muito obrigado pelas valiosas contribuições e apoios inestimáveis.

Comité de Conselheiros

Alberto Igreja	Amélia Zambeze	António Gaspar
António Eduardo Namburete	Brazão Mazula	Eduardo Siteo
Eneas Comiche	Graça Samo	José Paulino Castiano
Julieta Machimuassane Langa	Lourenço do Rosário	Luís Magaço Júnior
Luís Bernardo Honwana	Luís Filipe Pereira	Lutero Simango
Máximo Dias	Narciso Matos	Oswaldo Petersburgo
Prakash Ratilal	Raul Manuel Domingos	Sheik Aminuddin Mohamed
Tomás Muacanhia	Dom Tomé Makhweliha	

Comissão Executiva

Lourenço do Rosário (Presidente), Julieta Langa, Tomás Muacanhia, Prakash Ratilal.

Comissão Científica

Narciso Matos (Presidente), Luís Filipe Pereira, Luís Bernardo Honwana, José Castiano, Eduardo Siteo, Prakash Ratilal.

Grupos Temáticos

G1. Familiaridade com Agenda 2025 e documentos relevantes

Julieta Langa (Coordenadora), Lourenço do Rosário, Luís Filipe Pereira, Prakash Ratilal, Tomás Muacanhia.

G2. Perspectiva económica ou ângulo analítico económico (Economia)

Luís Magaço (Coordenador), João Carrilho, Narciso Matos, Prakash Ratilal, Tomás Muacanhia.

G3. Perspectiva sócio-antropológica, cultural, espiritual, etc. (Sociedade)

Graça Samo (Coordenadora), Alberto Igreja, José Castiano, Luís Bernardo Honwana, Patrício Langa.

G4. Perspectiva de governação, eleições, Paz e Segurança, Moçambique na região e no mundo, relações internacionais (Estado e Política Externa)

António Gaspar (Coordenador), Amélia Zambeze, Eduardo Namburete, Eduardo Siteo, Eneas Comiche, Lutero Simango, João Pereira, Máximo Dias, Raul Domingos.

Núcleos Provinciais

Província de Maputo – Instituto Superior de Tecnologia, Ciência e Gestão, ISTEg

Província de Gaza – Universidade Pedagógica – UP, Xai-Xai

Província de Inhambane – UEM – Escola de Hotelaria e Turismo

Província de Manica – Universidade Pedagógica – UP, Manica

Província de Sofala – Universidade Católica de Moçambique, UCM

Província de Tete – Instituto Superior Politécnico Universitário de Tete, ISUTE

Província de Zambézia – Instituto Superior de Humanidades e Tecnologia, ISHT

Província de Nampula – Universidade do Lúrio, UniLúrio

Província de Cabo Delgado - Universidade Católica de Moçambique, UCM

Província de Niassa - Universidade Católica de Moçambique, UCM

Palestras e Debates

Lourenço do Rosário, Narciso Matos, João Mosca, Carlos Nuno Castelo Branco, Eduardo Siteo, Prakash Ratilal, Luís Filipe Pereira

Outros Participantes

Ana Maria Pires de Carvalho, António de Almeida Matos, António Serrão Franco, Arnaldo Ribeiro, Alicia Calane, Carlos Costa, Carmen Ramos, Carvalho Neves, Casimiro Francisco, Castigo Langa, Cardoso Muendane, Daniel Filipe Gabriel Tembe, Diana Iria Pereira, Estrela Polónia, Fernando Vaz, Fulgêncio Magaia, Graça Machel, Hélder Martins, Jacinto Veloso, João Carrilho, João Mosca, João Pereira, José Forjaz, José Lopes, Kekobad Patel, Luís de Brito, Manuel Alculete de Araujo, Manuel Tomé, Maria João Carrilho Dinis, Manuel Aranda da Silva, Mussagy Jeichande, Pamela Rebelo, Paulo Ratilal, Rui Baltazar dos Santos Alves, Rui Gonzalez, Salim Valá, Sam Patel, Tomás Salomão, Tomás Vieira Mário, Teodato Hunguana, Yasmin Patel.

Secretariado da Comissão Científica

Almiro Lobo (Coordenador), Sofia Mabasso, Deisy Vanira Lobo

Secretariado Técnico Administrativo

Marechal Nhavoto (Coordenador), Iracema Sequeira, Jaime Miocha



SUMÁRIO

A primeira edição da Agenda 2025 foi adoptada, por unanimidade, em Dezembro de 2003, por Resolução da Assembleia da República na qual se pode ler: *“A Agenda 2025 – Visão e Estratégias da Nação, elaborada a partir das aspirações expressas de todo o povo, sem qualquer discriminação, é lançada como resultado de um exercício estratégico de reflexão sobre o futuro de Moçambique”*.

A metodologia de estudos prospectivos de médio prazo adoptada pelo Comité de Conselheiros incorporou a elaboração de um diagnóstico situacional, que permitiu sintetizar as várias facetas da realidade económica e social do nosso país. Esse exercício envolveu a enumeração de um certo número de variáveis, de entre as quais se procurou identificar as que eram relevantes ou determinantes para: (i) a Qualidade de Vida do Moçambicano, (ii) o Capital Social, a Paz e a Estabilidade Social, (iii) a Competitividade e a Transformação Tecnológica e (iv) a Democracia, a Governação e a Participação.

Com base em sucessivas simulações, configuraram-se quatro cenários possíveis quanto ao futuro de Moçambique, a médio prazo:

- *Cenário do Cabrito*: o pior cenário, caracterizado pela alteração da variável Paz e Estabilidade Social, no sentido da sua deterioração, retrocesso na qualidade do capital humano e proliferação da corrupção e da ganância;
- *Cenário do Caranguejo*: caracterizado pela alteração da variável Democracia e Participação, admitindo algum crescimento, mas um agravamento das tensões sociais, bem como um acentuado recuo no capital humano e social;
- *Cenário do Cágado*: com o crescimento positivo da variável Competitividade e Transformação Tecnológica, conduzindo a uma relativa melhoria do capital humano, do capital social, da economia e do desenvolvimento, bem como da governação;
- *Cenário da Abelha*: no qual as variáveis Paz e Estabilidade Social, Democracia e Participação, Competitividade e Transformação Tecnológica apresentariam um desempenho positivo, proporcionando um bom desenvolvimento económico e social. Este seria o cenário ideal. Constituiria um ideal programático realizável, se os principais actores estivessem sintonizados e empenhados em fazer crescer ainda mais o país e se, de forma inclusiva, os moçambicanos em número crescente participassem e beneficiassem da partilha dos resultados. Preconiza-se o combate às tendências egoístas e criminosas e contra práticas escandalosas de apropriação gananciosa de bens públicos e de alta corrupção.

Os cenários propostos na Agenda 2025 de 2003 permitiram assim identificar, de forma perceptível, o que havia de positivo ou negativo no estado do país, e encontrar aquilo que importaria corrigir no esforço de alcançar os desejáveis patamares de bem-estar, equilíbrio social e prosperidade. Na sua generalidade, os cenários eram plausíveis.

Passados dez anos, é possível detectar alguma semelhança na situação actual do país com algumas das caracterizações neles propostas.

Volvidos 10 anos, o profundo impacto que tiveram sobre a realidade moçambicana as mudanças políticas, económicas e sociais entretanto ocorridas, quer a nível interno, quer a nível internacional, justifica uma revisão, a meio termo, da Agenda 2025.

A análise do actual contexto mostra-nos que, ao longo da primeira década após a elaboração da Agenda 2025, registaram-se no país importantes realizações em infra-estruturas, avanços na massificação do ensino, na expansão dos serviços de saúde e na prestação de serviços aos cidadãos (comunicações, energia, abastecimento de água, etc.). Registaram-se, também, melhorias significativas no acesso das famílias a certos bens (habitação, telemóveis, meios de transportes, etc.) e em alguns indicadores sociais, sobretudo no campo da saúde. Foram igualmente registados progressos no fortalecimento das instituições e avanços importantes no capítulo dos direitos humanos, embora se verifiquem sérios atropelos e desrespeito pelas liberdades e direitos dos cidadãos constitucionalmente garantidos.

Apesar do crescimento económico assinalável de 7% a 8% ao ano nos últimos anos, o que é, por si só, um indicador encorajador, a estrutura da economia revela ainda características de fragmentação, carência de infraestruturas, instituições frágeis, debilidades na gestão, carência de quadros habilitados, fraca capacidade técnica e tecnológica, baixo nível de poupança e forte dependência de recursos externos provenientes da cooperação internacional.

Persistem importantes desafios:

- o fraco desempenho do tecido produtivo de capital nacional;
- o aumento da produção com base na extensão e não na inovação e modernização;
- a estagnação da produtividade agrícola e da segurança alimentar;
- a fraca manutenção das infraestruturas;
- o aumento do número de pobres;
- a especulação com a terra;
- a implementação de políticas económicas nem sempre coerentes com os documentos e discursos oficiais;
- a impunidade e a baixa eficácia da luta contra a corrupção;
- a intolerância e a falta de diálogo efectivo;
- a ganância e a quebra de valores morais e éticos;
- a multiplicação de focos de tensão e de instabilidade social e política.

A descoberta de imensos recursos naturais do solo e subsolo levaram à euforia dos grandes projectos energéticos e mineiros, e Moçambique está a emergir como um des-

tino atractivo de investimentos. Contudo, Moçambique tornou-se essencialmente num país com baixo nível de emprego formal e consumidor de bens importados, descurando a produção de bens essenciais, incluindo os alimentos básicos, que podem ser produzidos e gerar emprego internamente.

A sociedade moçambicana enfrenta múltiplos desafios, que requerem análise aprofundada e ponderação para se traçarem os caminhos do amplo progresso de Moçambique; entre eles, incluem-se os relativos à mulher e à juventude, que já assumem papel preponderante nos destinos do país. No entanto o presente documento restringe o âmbito de reflexão, colocando um enfoque sobre a economia e o desenvolvimento de Moçambique. Igualmente, ficam de fora desta análise outros temas nucleares, como os desafios da construção de um Estado de Direito, a superação das fragilidades da justiça, a necessidade de se criarem capacidades para uma forte normação e regulação, a gestão dos recursos humanos na administração pública, a responsabilidade financeira dos agentes públicos e os aspectos culturais do desenvolvimento.

A economia é o elemento-chave do desenvolvimento e as áreas mais directamente relacionadas são apresentadas com maior destaque. Além das prioridades sectoriais, a versão revista da Agenda 2025 sugere opções, políticas e alocação de recursos, positivamente discricionários em matéria de grupos sociais, territórios e sectores de actividade. Estas propostas procuram encontrar equilíbrio entre a eficiência e a competitividade da economia, a atracção de investimento e o envolvimento das comunidades, num desenvolvimento mais inclusivo, com redução da pobreza e das desigualdades sociais e territoriais. A sustentabilidade da economia é assente na manutenção de políticas fiscais, monetárias e cambiais a médio e longo prazos, assegurando a previsibilidade das expectativas dos empresários e demais agentes económicos.

A Agenda 2025 confere relevância ao mercado interno, ao alargamento da base produtiva de pequenas e médias empresas e à configuração de um padrão de acumulação socialmente amplo, que permita gerar poupanças, visando um maior contributo dos empresários moçambicanos para o investimento doméstico. Pretende-se induzir um desenvolvimento endógeno, tendo em consideração os contextos da integração regional e a internacionalização das economias e das sociedades. São apresentadas sugestões de grandes opções sectoriais onde a agricultura, a produção, a segurança alimentar e os pequenos produtores, assim como a permanente manutenção e conservação dos bens, infraestruturas e equipamentos já existentes são uma condição indispensável à criação da riqueza nacional e à redução sustentável da pobreza.

Os recursos naturais, a emergência de uma indústria agroalimentar e de transformação, bem como o turismo são sugeridos como prioritários, no quadro da configuração de uma economia crescentemente endógena, que gera emprego, acrescente valor às matérias primas disponíveis no país, permita maior participação do capital nacional e local e facilite o desenvolvimento do tecido empresarial de pequenas e médias empresas moçambicanas. Os transportes, os portos e o comércio rural são considerados os sectores de serviços a desenvolver, de forma coordenada e compatibilizada com os sectores produtores de bens materiais.

A Agenda 2025 considera que a prioridade do investimento público para o desenvolvimento de infraestruturas físicas como estradas, pontes, edifícios públicos, etc. deve ser doseada no sentido de conferir igual ou ainda maior prioridade à valorização e ao aproveitamento pleno das capacidades e potencialidades do Homem moçambicano. No horizonte de 2025, toda a criança moçambicana deve ter boa saúde e, necessariamente, boa e equilibrada alimentação, e deve ter uma educação de qualidade, numa sala de aula com carteira e mínimas condições de higiene e de estudo.

Neste âmbito, Agenda 2025 considera que a nação moçambicana tem de investir substancialmente para o desenvolvimento da primeira infância, alicerce da formação do capital humano que responda às exigências de uma sociedade moderna. Esta deve merecer uma atenção especial e deve estar dotado dos recursos necessários. Os jovens devem possuir uma formação de nível técnico para poderem desenvolver uma actividade produtiva, sem dependerem de outrem. É neles que se devem concentrar os esforços de transformação, pois deles depende o futuro do país. Os jovens que são o futuro da nação, requerem envolvimento e participação a todos os níveis. Não há sociedade moderna sem a plena participação dos jovens.

A ampliação e o aprofundamento das oportunidades de participação e intervenção da mulher e dos jovens na família, na comunidade, na educação e, em geral, em instituições públicas e privadas são fundamentais para capitalizar as ideias, as energias, o saber e a experiência que ela representa para o bom funcionamento de uma sociedade de justiça e de bem estar social.

A primazia das competências e a progressão assente no mérito, são a chave e o segredo para qualquer processo de desenvolvimento sustentável. É assim manifesta a importância da educação e da saúde dos cidadãos, cuja prioridade deve prevalecer sobre quaisquer outras prioridades políticas. Isso implica alocação de maiores recursos do Estado, eventualmente favorecendo a manutenção e a reabilitação de edifícios públicos, ao invés de novas construções. Assim, priorizam-se o aumento da qualidade do ensino, principalmente do ensino técnico, assim como adequadas abordagens holísticas e harmoniosas dos programas e estratégias; prioriza-se, ainda, a saúde, mormente no que diz respeito ao combate às principais epidemias.

A investigação científica ganha maior estatuto na revisão da Agenda 2025, através da análise e sugestões de medidas em secção própria, considerando a importância do capital de conhecimento e a inovação e modernização da economia, das infraestruturas, das instituições e da sociedade.

A criação de emprego em volume suficiente para absorver a população, que entra anualmente no mercado de trabalho, e a redução do volume das actividades informais de obtenção de renda constituem grandes desafios da economia moçambicana. Nos actuais padrões dominantes de acumulação concentrada, a distribuição dos benefícios do crescimento requiere mudanças estruturais na economia, no sentido da configuração de bases de acumulação socialmente amplas e sistemas redistributivos mais transparentes e equitativos.

A Agenda 2025 sugere formas que permitam transformar os rendimentos da exploração dos recursos naturais em riqueza nacional assente em recursos renováveis, conver-

tendo-os, assim, em projectos que criam emprego e acrescentam valor na agricultura, na pecuária, nas florestas, na indústria de processamento e de exportação, nos transportes, incluindo fluvial e cabotagem, e nas infraestruturas. A economia marítima de Moçambique, com efeitos a longo prazo - que engloba o comércio, o transporte ferro-portuário, os hidrocarbonetos *offshore*, a pesca, os serviços associados às riquezas minerais do mar e seu leito -, poderá desenvolver-se como um aglomerado socioeconómico de magnitudes e complexidades que importa desde já avaliar e fomentar.

A Agenda sugere que se encontrem mecanismos de renegociação dos contratos de concessão de licenças de exploração de recursos. Sugere que se colham lições das experiências já adquiridas, para que futuros contratos relacionados com grandes projetos garantam maiores receitas fiscais, maior entrada de divisas, maiores cuidados na integração da economia local e das populações reassentadas, e maior responsabilização corporativa das empresas, no que respeita a benefícios sociais e apoio ao desenvolvimento dos grupos mais desprovidos e vulneráveis.

A preservação do ambiente e dos recursos naturais renováveis ganha maior acuidade com intervenções de natureza capital intensiva: por exemplo, a preservação da qualidade da terra e da água, a exploração sustentável da floresta, fauna bravia e pescas, a conservação de parques e reservas naturais e a defesa contra a erosão das dunas costeiras e das zonas montanhosas. Apesar de representar algo que ultrapassa o horizonte de 2025, a subida do nível do mar irá representar um problema gravíssimo, dadas as características da costa moçambicana; esta situação exige medidas imediatas que visem a promoção da integridade ambiental e a sustentabilidade ecossistémica do território nacional, bem como a definição de estratégias de médio e longo prazos.

O problema das cidades, da habitação e do *habitat* humano é igualmente crítico, por se verificar uma quase generalizada indisciplina social nos bairros, nos transportes colectivos, no trânsito, no comércio, nos passeios, na higiene e no tratamento do lixo. Persiste ainda o dualismo das condições de habitabilidade, que cristalizam espacialmente a segregação social, agora agravadas pelo alargamento exponencial das zonas informais. Os constrangimentos que actualmente se verificam nos centros urbanos, tornando-se cultura, são *inimigos* do desenvolvimento, e tendem a agravar-se como resultado do previsível aumento da população urbana nos próximos anos.

Uma intervenção urgente é necessária visando a materialização do conceito "*mais crescimento urbano, menos pobreza rural*", que constitui o lema da organização internacional "Cities Alliance". Neste âmbito, e no que respeita à Constituição da República, o crescimento urbano deve realizar-se com base num ordenamento físico que requiere condições de vida urbana compatíveis com a dignidade humana, por forma a que as cidades se tornem motores mais efectivos do desenvolvimento económico e social da nação. Em consequência, no período até 2025 as taxas de urbanização já alcançadas em Moçambique, e que se agravarão no futuro próximo, requerem atenção nos centros urbanos onde o caos já está instalado. Isto irá requerer investimentos expressivos e maior responsabilidade para os conselhos municipais, na urgente programação de medidas correctivas de fundo.

Relativamente ao Estado, a Agenda 2025 revista sugere que se aprofunde a reforma modernizadora da função pública. Propõe uma redefinição das funções do Estado na economia e no desenvolvimento económico e social, com destaque para funções mais proactivas na planificação para o mercado, no estabelecimento de incentivos para o desenvolvimento, na melhoria do ambiente de negócios favorável, na aplicação de políticas de competitividade, no apoio às empresas moçambicanas, na função alocativa e de equilíbrio social e espacial do desenvolvimento e, ainda, numa melhor qualidade na prestação de serviços públicos.

A Agenda sugere que se deve revisitar o papel dos monopólios estatais e a criação de um mercado de concorrência, reduzindo as distorções provocadas por excessivas intervenções do Estado e pela politização das decisões económicas. A despartidarização das instituições do Estado e a sua profissionalização é uma necessidade para a eficiência e eficácia da administração pública e para a configuração de uma organização credível e legitimada pelo rigor e boas práticas de governação. É necessário reduzir o peso do Estado na aplicação de recursos da economia em gastos não reprodutivos, e aumentar as receitas fiscais, sobretudo pelo aumento da base tributável e não pela sobrecarga fiscal sobre as empresas e famílias.

A Agenda 2025 revista constata a emergência de uma sociedade civil cada vez mais informada e formada, que requiere espaços de concertação, diálogo e debate, e o desenvolvimento de organizações, com capacidade de intervenção de forma fundamentada e substanciada, em estudos que atribuem consistência e coerência às intervenções. Sugere-se que se abram espaços de consultas regulares com os partidos políticos e as organizações da sociedade civil, em ambiente de liberdade democrática. É importante que se façam discursos pedagógicos para induzir a construção de uma sociedade aberta, assente nos valores da liberdade, igualdade, justiça, responsabilização e mérito.

A elaboração desta actualização da Agenda 2025 recebeu contributos de grupos de trabalho e de debates envolvendo personalidades das áreas política, empresarial, académica e da sociedade. As opiniões, opções e sugestões contidas no documento reflectem uma plataforma de entendimento consensual entre as pessoas que participaram na discussão e elaboração deste documento.

O documento está aberto a todos os interessados no percurso actual e futuro do desenvolvimento de Moçambique e das suas relações com o exterior, bem como ao público em geral. Constitui um documento de reflexão, debate e, eventualmente, uma referência na ponderação e tomada de decisões em matéria de política económica e social, na luta política e nos debates, em ambiente de abertura intelectual, tolerância e respeito pela diversidade de opiniões, e nas actuações e posicionamento das organizações da sociedade civil e dos cidadãos. Poderá ainda servir de inspiração de manifestos eleitorais dos diversos partidos políticos.

A Agenda 2025 transmite o desejo de um Moçambique democrático, de igualdade de oportunidades, onde os cidadãos se sintam livres e não discriminados por alguma característica genética, de origem social, regional, religiosa ou de posicionamentos políticos, ideológicos, de culturas e de outras naturezas.

Além da introdução, o documento contém quatro capítulos: no primeiro capítulo, justifica-se a necessidade de rever a Agenda 2025, elaborada nos princípios da primeira década deste século; no segundo capítulo, apresenta-se o contexto da sociedade e economia moçambicanas, que inclui tendências e desafios regionais e internacionais, focalizando-se nos sectores e nas áreas de actividade sugeridas como prioritárias; o terceiro capítulo apresenta a concepção de desenvolvimento, isto é, a argumentação que justifica as opções de priorização sectorial e as medidas de política económica correspondentes, ou que contribuem para alcançar os objectivos sugeridos no horizonte do ano 2025; o quarto capítulo apresenta as políticas económicas e sectoriais concernentes aos objectivos sugeridos.

O documento não pretende ser uma obra de cariz académico. No entanto, na sua elaboração, procurou-se fundamentar as opções e definir conceitos, por forma a facilitar a reflexão e o debate após a sua publicação.

Se assim for, então terá sido alcançado um importante objectivo desta revisão da Agenda 2025.



CAPÍTULO I

JUSTIFICAÇÃO DA REVISÃO DA AGENDA 2025

Este capítulo inicia-se com a reafirmação da actualidade e pertinência da “Declaração de Compromisso” da Agenda 2025, intitulada *A Nação em Primeiro Lugar*, feita a 25 de Junho de 2001, cujo parágrafo marcante passamos a citar:

“A Agenda 2025 é um exercício que, através do diálogo amplamente inclusivo e participativo, traçará as principais linhas de força consensuais. Para que a Agenda Nacional 2025 seja o produto de todo o povo e incorpore a essência do que pretendemos ser nos próximos anos, apelamos às forças vivas da sociedade para darem o melhor do seu contributo para superarmos o atraso, a miséria, o analfabetismo, as assimetrias e construirmos o bem-estar material e espiritual dos moçambicanos”.

Passados dez anos após a apresentação formal da Agenda 2025, operaram-se importantes transformações socioeconómicas no país, na região e no mundo, que tiveram efeitos positivos e negativos sobre a economia e sobre a sociedade moçambicana. Estas mudanças exigem o repensar do desenvolvimento e as respectivas políticas económicas e sociais. O país está em transformação com novas dinâmicas, embora nem sempre nos rumos previamente traçados e desejados. As persistentes elevadas taxas de crescimento económico ainda não se fazem sentir no quotidiano da vida de significativos segmentos da sociedade moçambicana. Crescente número de cidadãos beneficiam destas transformações mas, numa perspectiva mais ampla, constata-se que o crescimento económico não implicou mais desenvolvimento e bem estar para todos os cidadãos.

É reconhecidamente aceite que Moçambique enfrenta novos e múltiplos desafios decorrentes das recentes descobertas ou do aprofundamento do conhecimento da existência de importantes reservas de gás, carvão e outros minerais e hidrocarbonetos, a acrescer ao potencial turístico e energético dos significativos recursos naturais de água, terra, florestas e riquezas marítimas. Estes recursos atraem o capital internacional, cuja exploração, na maioria dos casos, encontra-se numa fase inicial.

Há recentes dinamismos no agro-negócio. Há uma maior mobilidade de pessoas e bens e na circulação de informação, particularmente, no uso de novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Verificaram-se transformações na ampliação do acesso à educação e saúde, na implantação de infraestruturas socioeconómicas, na atracção de investimento externo e na abertura comercial no âmbito da SADC. Os cidadãos têm mais acesso à água e à energia eléctrica. Emergiram organizações da sociedade civil com um papel que começa a ser relevante na implantação da democracia e no fortalecimento da cidadania activa, informada e formada.

Surgiram ou reforçaram-se sinais que merecem atenção, nomeadamente:

- A persistência da baixa produção alimentar, bem como a redução da produtividade em algumas culturas;
- O fraco apoio aos produtores de pequena escala;
- A insegurança alimentar;
- A persistência de elevados índices de pobreza;
- O insuficiente conhecimento em matéria de gestão de empresas e sua incipiente capitalização, de que resulta o fraco desenvolvimento do sector agroindustrial e industrial e a persistência de dificuldades de afirmação das micro, pequenas e médias Empresas (PME). Elas enfrentam enormes desafios na sua organização e gestão empresarial e financeira, por falta de capitais próprios e fragilidades na execução rentável dos respectivos projectos;
- A prevalência de conflitos de terras em zonas onde existe uma maior pressão do lado da procura: zonas urbanas e per urbanas, áreas com infraestruturas ou de elevada fertilidade, zonas costeiras onde existem investimentos turísticos, locais onde são implantados grandes projectos de mineração e de florestas e zonas de elevada densidade populacional;
- O aumento do desemprego, devido a uma menor geração de empregos comparativamente à população que entra no mercado de trabalho, e o consequente alargamento da economia informal;
- A persistência e o aprofundamento das desigualdades sociais e a necessidade de reforçar os mecanismos de protecção social;
- Os desafios do crescimento populacional mais elevado na história de Moçambique, devido a um decréscimo significativo da mortalidade, sem um correspondente decréscimo da natalidade;
- O número crescente de manifestações públicas, sob diversas formas, resultantes de desigualdades económicas e de conflitos sociais e políticos.

É preocupante a quebra de valores humanos com o surgimento e o aprofundamento da economia ilegal, como o tráfico de droga, de pessoas e de órgãos humanos, e a imigração ilegal. A “febre” pelos recursos naturais merece atenção, para garantir a sua exploração sustentável e benefícios para o Estado e para os cidadãos, evitando-se o *predadorismo*, tanto das explorações ilegais (“garimpo”), como pelas empresas especializadas. É importante evitar o sucedido no passado recente no sector pesqueiro. Essas situações ocorrem, em parte, pelas seguintes razões:

- fragilidade institucional para o desempenho das funções de Estado (regulação e fiscalização);
- défice de quadros qualificados em áreas estratégicas (planificação, formulação de políticas públicas, fiscalização e controlo);

- fraca capacidade institucional (laboratórios, equipamentos, e sistema de gestão da administração integrada em rede);
- debilidade na implementação de acções planificadas;
- corrupção.

Ocorreram alterações no fortalecimento do tecido económico nacional com a terciarização da economia, principalmente no comércio e serviços (neste caso, em prejuízo dos sectores produtores de bens materiais). Ocorreram, ainda, alterações: no aumento das capacidades produtivas e no incremento da produtividade e competitividade da economia; na instalação e modernização de infraestruturas de transporte, comunicações e energia; na capacitação e modernização do Aparelho de Estado para o exercício de funções ajustadas às novas realidades.

No entanto, persistem constrangimentos na promoção de ligações de mercado, no acesso ao financiamento e sua utilização, assim como persistem deficiências na melhoria do ambiente de negócios, sobretudo direccionados para os pequenos e médios agentes económicos na agricultura, na pesca e na indústria ligeira. As relações económicas entre os mega projectos e o resto da economia são fracas. Não se formam aglomerados económicos (*clusters*), há um reduzido efeito multiplicador (*spill-over*) e criam-se poucos empregos associados às pequenas e médias indústrias. A investigação não está priorizada e existem fracos mecanismos de transferência, para o sector produtivo, de resultados da pesquisa e inovação, principalmente no sector agrário.

Apesar das alterações positivas na expansão da educação, há inúmeros desafios no que concerne à sua qualidade, ajustamento ao mercado e relevância (sobretudo no que tange às competências, qualificações e mérito). O alargamento da cobertura sanitária não tem sido capaz de controlar eficazmente as doenças endémicas e a qualidade dos serviços não acompanhou a expansão do acesso.

Estas e outras mudanças estão reconfigurando ou acentuando as características estruturais da economia sobre as quais importa reflectir como, por exemplo:

- a externalização da economia (vocação exportadora) e conseqüente secundarização da oferta para o mercado interno, resultando numa procura interna pouco alargada e qualitativamente pouco exigente (prevalência do consumo de massa);
- um padrão de acumulação centrado no exterior e muito concentrado internamente;
- a existência de sinais de que os sectores exportadores, objecto do investimento de multinacionais, estão tendo maior relevância no discurso político e em medidas de política económica positivamente discriminatórias. Isto acontece em detrimento da agricultura, apesar de a Constituição da República estabelecer que a agricultura é a base do desenvolvimento, assim como em detrimento das pequenas e médias empresas, da indústria ligeira e da economia rural.

Estes aspectos dificultam um desenvolvimento mais endogeneizado, mais sustentado internamente e assente numa base de acumulação socialmente ampla. A confirmação dessa evolução encontra-se no agravamento da balança comercial e da balança alimentar em particular, na pouca contribuição do capital interno na formação bruta do capital fixo, nas dificuldades de fazer crescer a poupança interna e na pouca participação dos impostos no suporte das despesas públicas. O Orçamento do Estado continua ainda fortemente dependente da ajuda externa, embora em percentagens menores nos últimos três anos.

Foram registados avanços importantes nas liberdades e direitos dos cidadãos, particularmente quanto à liberdade de pensamento, de expressão e de informação, embora se verifiquem sinais inquietantes de maior autoritarismo e desrespeito por essas liberdades. O desenvolvimento em liberdade constitui um desafio para que haja respeito pela diferença, coesão nacional e inclusão social e económica. Uma maior abertura à crítica e à autocrítica, o diálogo mais profícuo fortaleceriam a democracia e evitariam a ameaça de ocorrência de solavancos graves no desenvolvimento harmonioso que se almeja. Os cidadãos são os mentores do desenvolvimento, pelo que é importante a emergência de organizações de diferentes naturezas, que defendam interesses em espaços de diálogo e de concertação política e social, que actuem em liberdade, considerando a diferença como uma riqueza cultural, social e política.

As realidades actuais, os constrangimentos variados, o alargamento das desigualdades e o aprofundamento das assimetrias regionais e sociais, são ainda propícias ao surgimento de manifestações de xenofobia, regionalismo e etnicidade, não condizentes com a evolução do mundo crescentemente aberto e universalista. Devem ser contrapostos com posicionamentos, discursos e educação da cidadania, tendo em vista a integração de Moçambique e dos moçambicanos em sociedades abertas e de conhecimento, com sentido de justiça e de mérito.

O surgimento de grandes investimentos, sobretudo no meio rural, faz emergir novas dinâmicas sociais associadas à ocupação da terra, aos reassentamentos populacionais, à contaminação dos solos e cursos de água, havendo sinais de aumento da pobreza nas zonas de implantação de empresas multinacionais. O diálogo entre as partes interessadas nem sempre foi positivo, nem a função arbitral foi exercida de forma equitativa ou mesmo em defesa das comunidades. As respostas com aplicação de força policial têm contribuído para remeter os problemas para estágios superiores de descontentamento, de indignação e de maior pressão reivindicativa. Estas dinâmicas estão acontecendo em alguns locais onde a penetração do capital é mais intensiva.

Os desafios dum desenvolvimento que beneficie o país e os cidadãos e a construção de uma sociedade aberta exigem políticas económicas e sociais estáveis e persistentes a longo prazo. Exigem estratégias assentes na estabilidade macroeconómica que assegurem equilíbrios ajustados entre medidas que estimulem produtividade, eficiência, equidade social e coesão espacial. É necessário tornar os equilíbrios macroeconómicos conjunturais e estruturais estáveis, com parâmetros que estimulem o crescimento, a iniciativa empresarial e o empreendedorismo, que estimulem a competitividade e o desejo

de sucesso em ambiente concorrencial e não protegido por influências outras que não sejam as do mérito, da cultura de trabalho, da justiça e da competência. Só há estabilidade macroeconómica com inflação e taxas de juros baixas, taxas de câmbio com pouca volatilidade, défice e dívida pública sustentáveis, crescente geração da riqueza, de emprego e de tributação, e geração de excedentes económicos que suportem em grande medida a formação bruta do capital fixo.

Os actuais contextos impõem redefinições do papel do Estado e das instituições que planeiem para o mercado, por forma a criar capacidades para corrigir as assimetrias e distorções geradas pelo livre mercado, pelas intervenções desajustadas do Estado e pelos comportamentos pouco éticos dos agentes públicos e económicos. O Estado nem sempre tem actuado como promotor das condições favoráveis ao desenvolvimento, das actividades das pequenas e médias empresas (por exemplo, melhorando constantemente o ambiente de negócios e aplicando políticas de competitividade), da justiça social e das funções de regulação e fiscalização.

Impõe-se um Estado que preste serviços de qualidade, que seja veículo de valores universais e defensor da justiça e igualdade dos cidadãos, um Estado constituído por servidores do povo que estejam claros sobre as diferenças entre a coisa pública e a coisa privada, no quadro de um rígido enquadramento jurídico de incompatibilidades. É importante prosseguir com a reforma do Aparelho de Estado no sentido de o modernizar, torná-lo mais eficiente, eficaz e próximo dos cidadãos, para que promova a igualdade de oportunidades, assegure maior transparência e tenha capacidade para exercer as funções de promotor, considerando os desafios do desenvolvimento. São necessárias a aprovação e a implementação de dispositivos legais de acesso à informação.

A crise económico-financeira mundial com consequências sobre os preços dos alimentos e dos combustíveis, provocou efeitos negativos importantes na economia e na sociedade moçambicana. No entanto, surgem também oportunidades, como a realocização do investimento e o surgimento de procuras de grande escala no mercado internacional, oportunidades devidas à emergência de novas grandes economias que procuram matérias primas e mercados, assim como surge actualmente alguma imigração de indivíduos com qualificação técnica e profissional.

O ambiente de euforia e os discursos deveriam gerir as expectativas políticas e das elites de forma mais cautelosa, considerando os inúmeros riscos que os grandes projetos e os contextos internacionais incorporam. Expectativas desmedidas já se manifestam em decisões políticas e económicas de endividamento do Estado, em investimentos públicos com prioridade questionável, ou cuja prioridade não foi demonstrada, no endividamento das famílias, sobretudo nos centros urbanos; manifestam-se, ainda, nos cidadãos com emprego formal, no aumento das despesas públicas e na pouca consideração da possibilidade de uma eventual ocorrência da chamada “doença holandesa”.

Na primeira década do século XXI, foi evidente a prática de políticas fiscais e monetárias coordenadas com o objectivo de, por um lado, manter um ciclo de crescimento económico e, por outro, reduzir possíveis situações de risco derivadas de elevados desequilíbrios macroeconómicos. Está em curso a terciarização da economia, assente no comércio

de produtos importados e nos serviços, com redução da importância do tecido produtivo de bens materiais, o surgimento de economias especulativas e de obtenção de rendas de forma não sustentável, criando desigualdades sociais expressivas e com os riscos de conflitualidade inerentes.

Generaliza-se a percepção de que o crescimento tem beneficiado sobretudo pequenos segmentos da população com ligações familiares e económicas com os círculos do poder. Simultaneamente, vários estudos indicam o aumento do número de pobres. As manifestações de novo-riquismo revelam que as condições materiais de alguns segmentos da população urbana tem crescido mais rapidamente do que a evolução da cultura de trabalho e de uma vida discreta. O novo-riquismo reflecte-se nos modos de vida exuberantes e em manifestações exteriores de riqueza, em vez de um espírito empreendedor, de trabalho e criação de riqueza produtora. Revela-se também através da ganância, corrupção e perda de valores da ética, do mérito, da justiça e da solidariedade, que se reflectem no comportamento económico de algumas pessoas e famílias que visivelmente estão a acumular riqueza de forma ilícita.

Os recursos naturais podem tornar-se numa maldição ou numa bênção. Por um lado, a história recente de muitos países africanos com recursos energéticos abundantes é caracterizada pela sua exploração intensa, assente em multinacionais associadas à pequenas elites de nacionais, que coexistem com ambientes de pobreza extrema da população. Por outro lado, muitos países, praticamente sem recursos naturais mas dotados de conhecimento e de sentido de envolvimento e de partilha, vivem em ambiente de tranquilidade e prosperidade para toda a sua população.

Como se referiu anteriormente, com a revisão da Agenda 2025 pretende-se prosseguir com a reflexão nacional, tendo em conta as transformações que ocorreram nos últimos dez anos e as que são passíveis de ocorrer futuramente no país, na região da SADC, em África e no mundo.

Através de uma abordagem de *aprendizagem nacional*, por via da participação, diálogo, inclusão e pesquisa, tal como ocorreu na etapa de formulação inicial da Agenda 2025, foi possível identificar as aspirações dos moçambicanos quanto ao futuro do país. Continuam a orientar-se para a busca de soluções e opções viáveis no combate à pobreza, miséria, analfabetismo, enfermidades, desemprego e desigualdades sociais. Querem a promoção da estabilidade económica e social, de um tecido empresarial eficiente e competitivo, a configuração de mercados concorrenciais, a emergência de padrões de acumulação internos, lícitos e geradores de um desenvolvimento mais endógeno. Querem a criação de riqueza de base social ampla, em benefício dos moçambicanos e do progresso e desenvolvimento humano, inclusivo e sustentável, com um constante aprofundamento da democracia e das liberdades dos cidadãos.

Mais uma vez e num momento crucial da vida do país, a Agenda 2025 procura substanciar uma selecção dos caminhos a percorrer, pois *“cada povo tem o direito e o dever de visionar um futuro que integra as suas aspirações e sonhos”*. Todavia, é imperioso enfatizar que a Agenda 2025 permanecerá letra morta se não forem implementadas políticas e estratégias de desenvolvimento integradas e focalizadas para resolver os problemas mais

prementes da economia, das empresas e da sociedade moçambicana, num clima de estabilidade, coesão nacional e segurança.

É importante reconhecer que há ainda problemas de crucial importância e que alterações significativas, internas e externas, aconteceram durante a primeira década de vigência da Agenda 2025. Ciente destes factos e também da sua responsabilidade em manter vivo o espírito da Agenda, por ocasião do 10º Aniversário da Agenda 2025, o Comité de Conselheiros (CdC), agora enriquecido com acrescidas participações, considerou oportuno promover uma reflexão sobre o caminho já percorrido e aquele que se deve percorrer para se atingir a visão desejada.



CAPÍTULO II

CONTEXTO DA SOCIEDADE E DA ECONOMIA MOÇAMBICANAS

Este capítulo tem por objectivo apresentar uma breve análise da situação actual da sociedade e da economia moçambicanas. Os temas abordados são transversais e, juntamente com o capítulo anterior, fundamentam as opções apresentadas pela Agenda 2025 e as questões mais relevantes que maior influência poderão ter sobre o futuro do desenvolvimento económico e social. A sequência não implica qualquer critério de prioridade. Representa apenas uma linha argumentativa que oferece coerência ao documento da Agenda 2025.

1. Território de Moçambique

A superfície do território é de 799.380 km². Moçambique é banhado pelo Oceano Índico ao longo de aproximadamente 2.470 km de costa marítima e tem 6.960 km de fronteira terrestre com a Tanzânia, o Malawi, a Zâmbia, o Zimbabwe, a Suazilândia e a África do Sul. Possui 11 províncias, incluindo a cidade de Maputo, a capital.

2. População e emprego

A população total, que em 2012 era de 23,7 milhões, está a crescer a uma taxa média de 2,7% por ano. As projecções do Instituto Nacional de Estatística (INE) estimam que, no ano 2025, a população de Moçambique atingirá cerca de 33,2 milhões. Isto significa que, em 2025, haverá mais 9,4 milhões de habitantes, ou seja a população crescerá 39,6%. Prevê-se que:

- Cerca 34,9% da população viverá nas zonas urbanas;
- As mulheres representarão 51,5% da população;
- Cerca de 45,9% dos moçambicanos terão 0-14 anos;
- Metade dos cidadãos terá idade activa, e não encontrará emprego no mercado de trabalho.

A população moçambicana cresce rapidamente, é essencialmente jovem, em idade escolar, e vive maioritariamente no meio rural (cerca de 75%).

Do projectado aumento de mais 9,4 milhões de habitantes até 2025, 2,8 milhões habitarão nas zonas urbanas. Estas projecções revelam desafios adicionais a enfrentar. Segundo um estudo recente, o rápido crescimento populacional tem implicações nos seguintes aspectos:

- crescimento menos acelerado do PIB *per capita* ;
- emprego;
- pressão na procura de alimentos;
- segurança alimentar;
- crescimento urbano acelerado;
- aumento do sector informal;
- maior demanda de serviços públicos (educação, saúde, transportes);
- possibilidade de agravamento da pobreza e do número de pessoas pobres;
- degradação do meio ambiente;
- desigualdade de rendimentos.

Estes constituem alguns dos grandes desafios a superar.

Quadro 1: População projectada, por área de residência

Moçambique	2007	2010	2012	2020	2025	
Niassa	1 213 398	1 360 645	1 531 958	1 998 356	2 369 662	
Cabo Delgado	1 634 162	1 731 200	1 797 335	2 036 785	2 173 123	
Nampula	4 084 656	4 414 144	4 647 841	5 618 332	6 239 418	
Zambézia	3 890 453	4 213 115	4 444 204	5 406 486	6 013 513	
Tete	1 807 485	2 050 242	2 228 527	3 049 800	3 638 891	
Manica	1 438 386	1 610 728	1 735 351	2 286 842	2 665 645	
Sofala	1 685 663	1 812 811	1 903 728	2 314 537	2 618 093	
Inhambane	1 304 820	1 377 908	1 426 684	1 622 912	1 758 546	
Gaza	1 236 284	1 298 651	1 344 095	1 549 407	1 698 281	
Maputo Província	1 225 489	1 385 604	1 506 442	2 106 543	2 588 340	
Maputo Cidade	1 111 638	1 161 833	1 194 121	1 320 474	1 401 484	
Total	20 632 434	22 416 881	23 760 286	29 310 474	33 164 996	
Variação Anual	Nº	-	614 015	651.094	5 550 188 (*)	9 404 710 (*)
	%	-	2,82	3,08	23,36 (*)	39,58 (*)

(*) crescimento acumulado no período 2012 a 2025, em número de habitantes e em percentagem.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) www.mozdata.gov.mz

Segundo as mesmas projecções, o aumento demográfico manterá a proporção de 51,3% de população activa. Estima-se assim que, nos próximos treze anos, sejam adicionadas cerca de 4,8 milhões de pessoas à população activa. Consequentemente, haverá uma grande pressão sobre o mercado de trabalho, aumentando o êxodo rural e engrossando o sector informal. O crescimento da população urbana é mais rápido que o crescimento do conjunto da população mas, aos actuais ritmos, sem significar uma redução da população rural.

O emprego é fundamental para a geração do rendimento sustentável do trabalhador e de seus dependentes. O censo da população de 2007 verificou que a população activa, que abrange os cidadãos entre os 15 e 65 anos, constituiu 51,3% da população. O sector formal da economia empregava menos de 850 mil pessoas, ou seja, apenas cerca de 8% da população activa. Destes, cerca de 245 mil pessoas trabalhavam na administração pública. O tecido empresarial empregava cerca de 532 mil trabalhadores.

Segundo um estudo de 2012, com base no Censo à Economia Informal (INE, 2006), a cidade de Maputo concentrava 42,7% do total do emprego. A província de Maputo surgia em segundo lugar, com 8,3%. A administração pública era o maior empregador, com cerca de 33% dos empregados formais.

Segundo o INE (2006), naquele ano cerca de 75% da população activa exerceu actividades na economia informal. Destes, 90,9% trabalhava na agricultura, 5,1% no comércio e no turismo, 2% na indústria e construção e 1,9% em outros serviços. Para que a população goze de rendimentos regulares e não engrosse o actual número de desempregados, terão de ser criados, no país, cerca de 4,8 milhões de novos postos de trabalho até 2025, uma média de cerca de 370 mil por ano.

Quadro 2: População projectada por sexo, áreas urbana e rural e idade

Moçambique	2007	2010	2012		2020		2025	
Homens	9.930.196	10.799.284	11.455.617	48,2	14.180.045	48,4	16.082.938	48,5
Mulheres	10.702.238	11.617.597	12.304.669	51,8	15.130.429	51,6	17.082.058	51,5
Total	20.632.434	22.416.881	23.760.286	100,0	29.310.474	100,0	33.164.996	100,0
População Urbana	6.269.621	6.908.291	7.400.091	31,1	9.733.243	33,2	11.589.289	34,9
População Rural	14.735.715	15.508.590	16.360.195	68,9	19.577.231	66,8	21.575.707	65,1
Pop. 0-19 anos	56,0 %	56,0 %	55,9 %		54,8 %		54,0 %	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) www.mozdata.gov.mz

Por outras palavras, em cada ano teriam que ser gerados 44% do total de emprego formal actualmente existente. O padrão do investimento e do crescimento económico

são do tipo capital intensivo, com pouca criação de novos empregos. Constatase que os 15 mil novos empregos criados, por ano, são manifestamente insuficientes quando comparados com o aumento anual da população activa. Isso significa que, ao crescer a um ritmo elevado, a população empregável exigirá um aumento substancial de emprego e autoemprego, infraestruturas, serviços públicos (educação, saúde, transportes, saneamento, urbanização, etc.).

Do ponto de vista económico, a disponibilidade de empregos oferece maior emancipação e oportunidades, particularmente para as mulheres e para os jovens. Tanto na perspectiva do desenvolvimento humano, como na perspectiva empresarial, a produtividade do trabalho influencia a competitividade empresarial e do país. A legislação laboral actual não facilita a plena criação de emprego - a contratação e o despedimento são onerosos, principalmente nas pequenas e médias empresas. A legislação sobre o salário mínimo, a protecção do emprego, a carga horária, a segurança social e os modelos contratuais devem visar, no seu conjunto, reduzir a desigualdade, a insegurança e os conflitos sociais.

Segundo o relatório sobre o recenseamento da população de 2007, o número de crianças de idades 5-14 anos crescerá de 6,6 milhões em 2012, para 8,9 milhões em 2025. Esta pressão adicional sobre o sistema educacional nos próximos 12 anos constituirá uma dificuldade acrescida para a melhoria da qualidade da educação.

O rápido crescimento populacional, associado a uma alta fecundidade, tem alguns efeitos específicos sobre o bem-estar e saúde das mulheres e das crianças:

- aumenta as taxas de mortalidade infantil (os nascimentos de crianças de mães muito jovens ou idosas e nascimentos de crianças com pequeno espaçamento aumenta a probabilidade de morte da criança);
- aumenta o risco de mortalidade materna, porque as mães têm mais filhos e, conseqüentemente, ficam mais expostas ao risco de morte, sobretudo as mulheres muito jovens e idosas;
- aumenta o número de abortos e, conseqüentemente, os riscos associados de falecimento.

O papel da mulher é fundamental para a redução substancial dos índices de analfabetismo no seio das mulheres, reduzir os índices de mortalidade materna, mortalidade neonatal e infantil com adolescentes que se tornam mães aos 15 ou 16 anos. A promoção da mulher assume um papel fundamental, principalmente para o desenvolvimento integral da primeira infância, com incidência no desenvolvimento da criança moçambicana desde a gestação por forma a que a criança nasça e cresça saudável e potenciando as capacidades motoras, cognitivas e expressivas para afirmar a sua identidade e individualidade nas relações com a família e na sociedade.

Em resumo, o crescimento demográfico requer a alocação de crescentes recursos para a prestação de serviços aos cidadãos (educação, incluindo da primeira infância, saúde, infraestruturas, assistência social), o que implica uma menor disponibilização de recursos para outras funções do Estado. O aumento da população urbana acrescenta de-

saídos de criação de emprego, transportes públicos, habitação, saneamento, salubridade, alimentos e a segurança dos cidadãos.

Actualmente, o ritmo de crescimento da população mantém-se elevado, podendo ainda progredir devido ao aumento da esperança de vida e do melhor acesso à saúde e a outros benefícios sociais. As actuais medidas de controlo da natalidade (planeamento familiar) não têm sido eficazes e requerem urgente atenção.

3. Saúde

A saúde da população afecta vários aspectos da economia, principalmente a produtividade, e existe evidência duma correlação positiva entre o desenvolvimento e a saúde.

De acordo com alguns indicadores reveladores do estado da saúde da população, a área da saúde conheceu importantes melhorias. Nos períodos de 5 anos de 1996-2001 e 2006-2011, a mortalidade infantil diminuiu de 106 por mil para 64 por mil e a mortalidade infanto-juvenil diminuiu de 158 por mil para 97 por mil, sendo certo que, como resultado das assimetrias regionais, os índices de mortalidade são maiores nas províncias.

Apesar do crescimento económico registado nas duas últimas décadas, as taxas de malnutrição infantil apenas decresceram cinco pontos percentuais, de 48% em 2003, para 43% em 2013. Mais de 44% das crianças abaixo dos cinco anos são raquíticas, devido aos deficientes cuidados de saúde e à inadequada dieta, deficiente em micronutrientes. A desnutrição resulta ainda de comida insuficiente bem como de insuficiência de proteínas e de alimentos energéticos, infecções ou doenças frequentes, e pelas práticas de cuidados e alimentação inadequadas, serviços de saúde inadequados e água e saneamento não seguros. Cerca de 18% das crianças têm baixo peso, sendo o peso das crianças nas zonas rurais duas vezes mais baixo do que o peso das crianças que vivem nas zonas urbanas. A desnutrição enfraquece o sistema imunológico da criança, tornando-a mais susceptível a doenças como o bócio, a pneumonia, a malária e o HIV, e pode levar a problemas mentais e físicos severos. As crianças anémicas crescem mais lentamente, são apáticas, anoréxicas e têm pouca energia.

Os níveis de mortalidade são um pouco mais elevados nas áreas rurais do que nas urbanas e nas crianças cujas mães têm baixo nível de escolarização. Assim, a mortalidade infantil é de 69 por 1.000 nascidos vivos nas áreas urbanas, contra 72 por 1.000 nas áreas rurais. A mortalidade infantil é de 56 por 1.000 nascidos vivos nas mulheres com nível secundário ou mais, contra 70 por 1.000 nascidos vivos entre os filhos de mães não escolarizadas. Neste sentido, destacam-se esforços no sentido de garantir uma gravidez e parto com segurança nos Centros de Saúde, onde as mulheres grávidas são submetidas ao teste de HIV/SIDA, de RPR (sífilis) e de Hgb, fazem profilaxia da malária, desparasitação, e recebem redes mosquiteiras, que beneficiam também menores de 5 anos de idade. Está a ser providenciado aconselhamento sobre nutrição e reforço de alimentos por matronas, agentes polyvalentes, ONG e congregações religiosas, em particular a mulheres grávidas, doentes de HIV/SIDA e crianças malnutridas.

A esperança de vida tem aumentado nos últimos anos. Subiu de 42,0 anos, em 1999, para 50,9 anos, em 2007, e 52,8 anos em 2012. As principais causas de morte no país, tanto em adultos como em crianças, são a malária, a tuberculose, as complicações do HIV/SIDA, a cólera e outras doenças infecto-contagiosas.

Os recursos do Orçamento do Estado canalizados para a saúde não chegam a 4% do Produto Interno Bruto. Deste facto resulta que, em 2012, Moçambique tinha uma enorme carência de meios humanos e materiais em todas as áreas da saúde, designadamente:

- Existiam cerca de 1.000 médicos moçambicanos, ou seja, um médico para cada 23.500 habitantes. Nas zonas rurais isto corresponde a um médico para cerca de 50.000 habitantes;
- Existiam cerca de 300 médicos especialistas, número insuficiente para preencher as vagas e necessidades nos hospitais provinciais. Nos 52 hospitais gerais/rurais não existia nenhum especialista;
- O número de enfermeiros e outro pessoal de saúde situa-se muito aquém das necessidades;
- Os centros de saúde são poucos e nas unidades de saúde verificam-se debilidades no apetrechamento em equipamento;
- O abastecimento de medicamentos continua insuficiente, irregular e com quebras frequentes de *stocks*.

Moçambique está a enfrentar uma epidemia severa de HIV e SIDA. A prevalência média entre os cidadãos com idades entre 15-49 anos é de 11,5%. Entre as mulheres é de 13,1% e entre os homens de 9,2%. Nas áreas urbanas é de 15,9%, comparativamente às áreas rurais onde se situa em 9,2%. O alastramento desta pandemia nos vários estratos sociais e nos diversos níveis etários continua a trazer consequências negativas para o desenvolvimento da economia e da sociedade, afectando sobretudo os jovens e adultos na fase de vida produtiva, bem como criando um número crescente de crianças órfãs sem apoio familiar adequado, com consequências presentes e futuras que vão daí resultar.

A malária continua sendo o principal desafio para a saúde pública. Segundo dados dos últimos cinco anos do sistema de vigilância epidemiológica, uma média de 5,8 milhões de casos de malária são diagnosticados clinicamente por ano. A malária é a principal razão de consultas externas (44%) e de internamento nos serviços de pediatria (57%), com alta taxa de letalidade (variando de 1,8% a 9,9%, dependendo do nível da unidade sanitária).

Apesar do apoio que o sector de saúde recebe dos parceiros de cooperação, os diferentes programas de combate às doenças não têm sido suficientemente eficazes, possivelmente por causa das dificuldades de planeamento e implementação de programas coordenados entre as diversas áreas económicas e sociais que influenciam a saúde pública.

As diversas profissões no sector de saúde não estão suficientemente dignificadas e valorizadas. A progressão nas carreiras profissionais é pouco consistente, actualizada intermitentemente e nem sempre resulta de critérios do mérito, qualidade e desempenho profissional.

4. Educação

O acesso ao ensino aumentou rapidamente nos últimos anos. A taxa bruta de escolaridade conjunta subiu de 43,6% em 1999 para 63,5%, em 2010. O número de escolas primárias passou de 6.500 em 1999, para 9.500 em 2005 (mais 46%), e 11.500 em 2012. Destas, 4.300 leccionam o ensino primário do segundo grau, EP2.

O ensino primário do primeiro grau, EP1, passou de cerca de 3,5 milhões de crianças em 2005, para cerca de 4,5 milhões em 2012. No mesmo período, o EP2 passou de cerca de 550 mil crianças para 850 mil. No ensino primário, quase se atingiu a paridade no acesso escolar de rapazes e raparigas, embora persistam diferenças nas taxas de conclusão. Entre 2005 e 2012, a proporção de raparigas no EP1 subiu de 46% nas classes iniciais, para 48%, e o número total de raparigas cresceu 28,6%. No EP2, as raparigas subiram de 42% para 46%, com um aumento total de 54,5%.

No entanto, o crescimento rápido da população escolar básica não foi acompanhado pelo mesmo ritmo de recrutamento e formação de docentes e de melhoria das condições de ensino. Importa aqui assinalar que a educação de primeira infância não constitui ainda parte integrante do sistema nacional de educação, é um sector muito pequeno, acessível a um número muito reduzido de crianças.

O ensino secundário do 1º ciclo, ESG1, passou de cerca de 350 mil estudantes em 2005, para cerca de 760 mil estudantes em 2012. No mesmo período, o ensino secundário do 2º ciclo, ESG2, passou de cerca de 54 mil para 197 mil estudantes. A proporção de raparigas subiu de 42% para 48% no ESG1, e de 39% para 47% no ESG2. Tal como o ensino primário, também o ensino secundário não pôde recrutar e formar professores e criar novas infraestruturas ao ritmo necessário para preservar e melhorar a qualidade.

Entre 2005 e 2012, o ensino técnico e profissional passou de cerca de 32 mil para 45 mil estudantes e conta hoje com 48 escolas de nível médio (em 2004 eram 9 e 14 em 2007). Apesar do seu crescimento, o ensino técnico profissional é o sector menos adequado às necessidades do crescimento económico do país. É muitíssimo pequeno para receber os estudantes graduados dos ensinos primário e secundário. Forma muito menos graduados do que o ensino superior quando, normalmente, o ensino técnico e profissional deveria formar mais técnicos e profissionais do que o ensino superior.

Havia 44 instituições de ensino superior em 2012, contra apenas 17 em 2004. O número de estudantes universitários subiu de 22.000 em 2004, para 101.000 em 2011. Perto de 55% dos estudantes frequentavam cursos na cidade de Maputo. Enquanto o número de discentes aumentou em 7,5 vezes, a quantidade de docentes cresceu apenas 2,2 vezes. Apenas cerca de 11% dos docentes possuíam o grau de doutoramento. O *ratio* estudante-professor subiu de 18,8 em 2004, para 38 em 2010. Em 2010, os gastos orçamentais em termos de dólares por aluno/ano eram os mesmos verificados em 2005: cerca de 1.450,0 dólares.

A educação tem um grande impacto no bem estar da família e na economia dum país. No Gana, estudou-se o impacto do acréscimo de um ano de escolaridade sobre a produtividade do trabalho, concluindo-se que, na agricultura, se observava um incremen-

to de produtividade de 1% a 3%. Em outros sectores, o incremento era maior, entre 6% e 11%. Em estudos realizados em vários países, o Fundo Monetário Internacional (FMI) verificou que um acréscimo de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) investido na educação resultava, em média, num aumento do acesso à educação correspondente a 3 anos mais de escolarização, o que, por sua vez, promoveu um crescimento do PIB da ordem de 1,4%.

O investimento realizado no sector da educação concentrou-se no ensino básico gratuito e na abertura de escolas secundárias em todos os distritos. Embora, em termos absolutos, existam significativas melhorias na educação, a realidade é preocupante e persistem grandes desafios, principalmente nas províncias. Por exemplo:

- Pouco menos da metade da população permanece analfabeta . Dado que o ritmo da alfabetização não acompanha o crescimento demográfico, o número de analfabetos tende a aumentar;
- O ensino técnico-profissional, que não mereceu prioridade durante mais de três décadas, permanece reduzido e inadequado para o crescimento do país ;
- A graduação nas universidades está desajustada às necessidades do mercado. Em 2010, mais de 70% dos estudantes universitários frequentavam cursos em ciências sociais e humanas , em detrimento das ciências naturais, tecnologias, agricultura e saúde;
- Muitas instituições de ensino superior foram constituídas sem o adequado cumprimento do estabelecido na Lei do Ensino Superior, com efeitos adversos sobre a qualidade dos formandos. Os indicadores estudantes/docente, orçamento/estudante e de grau de qualificação dos docentes revelam deterioração progressiva nos últimos anos . A produção de conhecimento é extremamente baixa.
- Existe a percepção de que Moçambique possui bastantes técnicos. E é certo que o actual número de graduados não é comparável e é muito superior ao existente aquando da independência. No entanto, na realidade, o número de licenciados é muito baixo, há a questão da baixa qualidade dos graduados referida acima, e há grande desequilíbrio entre o número de estudantes universitários nas áreas das ciências sociais e humanas e os das ciências da natureza e tecnológicas. Em 2010, mais de 70% dos estudantes universitários frequentavam cursos em ciências sociais e humanas . A quantidade de técnicos médios e de profissões especializadas é também muito reduzida, comparativamente às necessidades do país e comparativamente à outros países, incluindo os da SADC. Isto deve-se à política educativa que dá prioridade ao ensino geral que constitui a base para o ensino superior.

Também existem lacunas na política educativa, destacando-se os seguintes aspectos:

- Baixa integração dos subsistemas de educação, que não incluem a educação de primeira infância – e definição inadequada das condições e momentos de mobilidade entre eles;

- Importantes desequilíbrios entre os subsistemas de educação, revelado pelo volume de recursos alocados, número de estudantes e de escolas;
- Os níveis de aproveitamento escolar são muito baixos, porque a massificação do ensino, sobretudo do ensino geral, não tem sido acompanhada de investimentos suficientes na formação de professores, apetrechamento das infra-estruturas escolares e de outros meios didácticos, o que provocou perda de qualidade, manifestada nos principais indicadores de avaliação .

A produção científica e a adaptação do conhecimento e das tecnologias são extremamente baixas. A investigação não constitui ainda prioridade e o investimento a ela dedicado nas instituições de ensino superior é inadequado. Os recursos para este fim são maioritariamente dependentes da cooperação externa. Igualmente, a maioria das pessoas com formação e competências para realizar investigação não se dedica a esta actividade. Destacam-se, no entanto, algumas poucas instituições que fazem pesquisa com resultados. A extensão universitária não constitui uma função exercida pela maioria das instituições de ensino superior. As relações entre instituições de ensino médio e superior e a realidade do tecido empresarial são frágeis e, em alguns casos, quase nulas.

As profissões relacionadas com o ensino (docentes e investigadores) não estão suficientemente dignificadas e valorizadas. A progressão nas carreiras profissionais é pouco consistente, é actualizada intermitentemente e nem sempre resulta de critérios de mérito, qualidade e desempenho profissional.

Aumentar as despesas na educação não só reforçaria a qualificação do trabalho e o bem-estar, como afectaria a estrutura etária da população, por força do seu impacto nas taxas de natalidade. A evidência empírica mostra que os países que apresentam níveis de escolaridade mais baixos, entre outros factores, tendem a registar taxas de fertilidade mais elevadas. De igual modo, as mulheres que apresentam níveis de escolaridade mais elevados têm menos filhos.

Em resumo, pode-se concluir que, no sector da educação, não foram ainda alcançados o equilíbrio entre massificação, acesso, sucesso, relevância e qualidade, bem como a devida articulação e alinhamento entre os diferentes níveis e tipos de educação.

5. Economia

5.1 Crescimento económico

A economia moçambicana cresceu ao longo da última década a taxas médias de 7% a 8% ao ano, que reflectem, entre outras realizações, inúmeros projectos públicos estruturantes para acrescentar valor e facilitar a circulação de pessoas e bens em todo o país, designadamente:

- Conclusão da ponte sobre o rio Rovuma que liga Moçambique à Tanzânia;

- Conclusão da ponte sobre o rio Zambeze, em Caia, ligando o Norte, o Centro e o Sul do país;
- Reabilitação da ponte sobre o rio Zambeze em Tete;
- Desenvolvimento do Corredor de Desenvolvimento de Maputo, que integra a estrada, a linha férrea e o porto de Maputo, servindo a África do Sul, o Zimbábue e o Botswana;
- Desenvolvimento do Corredor de Desenvolvimento da Beira, que integra a reabilitação das linhas, ligando Beira a Tete e Malawi ao Zimbábue;
- Desenvolvimento da linha férrea do Corredor de Nacala e a reabilitação/expansão do Porto de Nacala;
- Reabilitação da estrada que liga Nampula a Nacala e Pemba;
- Conclusão do gasoduto que transporta o gás natural de Moçambique até à zona industrial do leste da África do Sul;
- Construção dos novos aeroportos de Maputo, Nacala e Vilankulo; início da construção do novo aeroporto de Pemba e da nova ponte sobre o Zambeze, em Tete;
- Colocação da primeira pedra para a construção da ponte sobre a baía de Maputo e da estrada para Ponta de Ouro;
- Extensão das linhas de transmissão de energia eléctrica de Cahora Bassa, tal que, até 2012, 108 das 128 sedes de distritos estejam ligadas;
- Início de exploração de carvão em Tete, ferro e areias pesadas em Nampula;
- Pesquisa de hidrocarbonetos em Inhambane, na bacia do Rovuma e na foz dos rios Zambeze e Limpopo.

Estão em fase adiantada os estudos de potenciais empreendimentos de médio e grande porte, como sejam:

- Três novas barragens e centrais hidroeléctricas no Rio Zambeze, nomeadamente: Mephanda Nkwa, Boroma e Lupata;
- Duas centrais termoeléctricas de carvão na região de Tete;
- Duas novas linhas de transmissão de energia eléctrica da região do Rio Zambeze para Maputo e África do Sul, transportando cerca de 5,000 MW adicionais;
- Novos cais especializados para exportação de carvão e outros minérios de origem nacional, bem como carga adicional do Botswana, da África do Sul e do Zimbábue;
- O Porto de Maputo está a estruturar-se e a investir de forma a poder manusear cerca de 40 milhões de toneladas em 2020, comparado com 15 milhões de toneladas hoje.

Embora a oportunidade, a qualidade e a implantação de algumas das infraestruturas sejam por vezes questionadas por razões técnicas, financeiras, ambientais e pela sua oportunidade, é visível o esforço empreendido para a transformação das infraestruturas em todo o país. De entre as valências importantes do país, alcançados nos últimos anos, destacam-se:

- A expansão da rede de abastecimento de água e saneamento;
- A expansão das redes de água e electricidade para as residências em todo o país, no caso de energia, servindo mais de um milhão de clientes em 2012;
- A massificação da rede escolar e de cuidados de saúde primária;
- O alargamento das áreas de conhecimento e de formação superior;
- O alargamento da base tributária nacional, reduzindo a dependência nos recursos externos e aumentando a capacidade pública de prestar serviços, não obstante a persistência da fuga ao fisco e a corrupção nos aparelhos tributário e alfandegário;
- A melhoria do sistema de pagamentos do Estado, através do *Sistafe*, em benefício do Estado e seus servidores, da economia e dos cidadãos, visando reduzir o espaço para a corrupção;
- A introdução da plataforma electrónica que interliga bancos, despachantes e as alfândegas, automatizando os processos de importação e exportação;
- A melhoria tecnológica nas comunicações em geral e nas transações financeiras em particular, tendencialmente em linha com padrões internacionais, procurando assegurar transações fiáveis e em tempo real;
- A liberdade de imprensa e maior acesso à informação por via da rádio e televisão, internet e outros meios electrónicos, embora com frequentes tentativas de controle e interferência.

Embora tais bens públicos comecem a fazer parte do quotidiano dos cidadãos, este progresso ainda não tem plena correspondência no plano social, na igualdade de oportunidades, na redistribuição equitativa.

Quadro 3: Crescimento Económico

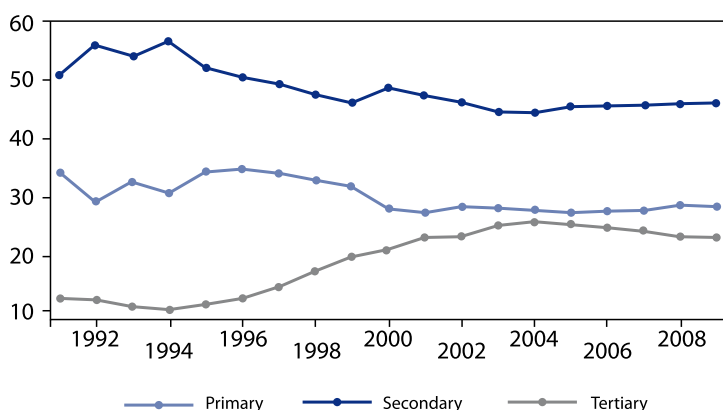
Unidade	Indicadores	2010	2011	2012	Previsão				
					2013	2014	2015	2016	2017
10 ⁹ Meticais	PIB nominal	315	365	414	483	551	628	715	814
Taxa (%)		7,1	7,3	7,5	8,4	8,0	8,0	7,8	7,8
USD	PIB <i>per capita</i>	442	571	650	688	735	805	881	963

Fonte: Projecções do FMI in *Fifth Review Under PSI, January 2013, Table 1, Table 5* com base em dados do Governo de Moçambique e Comunicado Nº 01/2013, do Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique, Jan. 13.

O PIB *per capita* subiu de US\$ 255,0 em 1998, para US\$ 479,0 em 2008. O Quadro 3 revela uma previsão de US\$ 650,0 em 2012.

A estrutura do PIB revela características de uma economia subdesenvolvida. O Gráfico 1 revela que a contribuição agregada do sector agrário não tem evidenciado crescimento relativo. No entanto, dados do Inquérito Agrícola de 2008 referem que “a produção agrícola é crítica para o bem estar da maioria das famílias Moçambicanas....., 70% das famílias estão localizadas em áreas rurais e a quase totalidade delas (96%) têm uma relação próxima com a agricultura. Ademais, o consumo de bens alimentares corresponde a três quartos do total de consumo de famílias pobres”.

Gráfico 1: Estrutura do PIB, agregado por grandes sectores (1991-2009)



Fonte: Sam Jones e Finn Tarp, University of Copenhagen, *Jobs and Welfare in Mozambique: Country Study for the World Development Report*, 2013 and Banco Mundial.

O coeficiente de Gini exprime os níveis de desigualdade: zero representa a equidade máxima e à medida em que a desigualdade cresce, o coeficiente aproxima-se de 1. O coeficiente de Gini para Moçambique é de 0,414.

Quadro 4: Evolução das estimativas nacionais de desigualdade

	Nacional		Urbano		Rural	
	2002-03	2008-09	2002-03	2008-09	2002-03	2008-09
Coeficiente de Gini (*)	0,415	0,414	0,371	0,367	0,479	0,481
	Norte		Centro		Sul	
	2002-03	2008-09	2002-03	2008-09	2002-03	2008-09
	0,385	0,411	0,393	0,381	0,475	0,456

Fonte: MPD/DNEAP estimativas usando *O Inquérito às Famílias*, de 2002, e o de 2008 (IOF08 e IAF02).

O Quadro 4 indica índices relativamente elevados de desigualdade social e, de modo geral, revela que entre 2002/03 e 2008/09 houve mudanças pouco significativas no coeficiente de Gini.

A nível nacional, nomeadamente, nos centros urbanos, assim como no Centro e no Sul do país, o índice mostra que a desigualdade decresceu, embora pouco. A nível rural, assim como no Norte do país, o índice mostra que a desigualdade aumentou. Significa, em suma, que o desenvolvimento económico durante esse período teve, no geral, pouco impacto na redução das desigualdades sociais ou, por outras palavras, não promoveu o aumento da equidade social.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é uma estatística composta de índices que incluem a expectativa de vida, educação e PIB *per capita*, usados para classificar os países em vários níveis de desenvolvimento humano. Moçambique tem uma das classificações mais baixas, ocupando o lugar 184 de um total de 187.

Quadro 5: Índice de Desenvolvimento Humano

Esperança de vida à Nascimento	52,10
Taxa de Alfabetização de Adultos (%)	52,00
Taxa Bruta de Escolaridade Conjunta (%)	63,50
PIB Real per capita (US\$ PPC)	1.055,00
Índice de esperança de vida	0,45
Índice de Educação	0,56
Índice do PIB real ajustado per capita (US\$ PPC)	0,39
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,47

Fonte: Governo de Moçambique, Instituto Nacional de Estatística

<http://www.ine.gov.mz/Dashboards.aspx>

Outros elementos importantes para a análise qualitativa do crescimento são os padrões de acumulação subjacentes, a redução da pobreza e a distribuição social do incremento da riqueza. Estes aspectos são tratados em secções próprias, mais adiante.

Durante a primeira década deste século, o Estado e os recursos externos foram os principais determinantes do crescimento económico. As obras públicas e o Estado, como principal empregador, foram os motores da economia moçambicana. Mais recentemente, durante a década passada, o sector privado e os grandes projectos (alumínio, gás e energia) demonstraram grande influência na alteração dos indicadores da produção nacional e no comércio externo, mas pouca influência sobre o emprego e os rendimentos das famílias. Com a entrada em produção de alguns dos novos grandes investimentos, em particular no sector mineiro e o das infraestruturas, pode esperar-se que esta situação se altere.

Os sectores produtivos de bens materiais tendem a perder o seu peso específico a favor dos serviços. A produção agrícola e, sobretudo, a produção alimentar e os pequenos

produtores, as pequenas e médias empresas nacionais estão relegadas para um plano pouco relevante, gerando efeitos negativos no emprego e na produção nacional de bens materiais destinados ao mercado interno. Nos últimos anos, está-se a estruturar uma economia de serviços assente no comércio, transportes, comunicações, serviços financeiros e Estado, em negócios especulativos (terra, licenciamento de minas e corte de madeira, negócio imobiliário, etc.) e com a presença de *rent seeking* (“caça aos benefícios”).

5.2 Variáveis de gestão macroeconómica

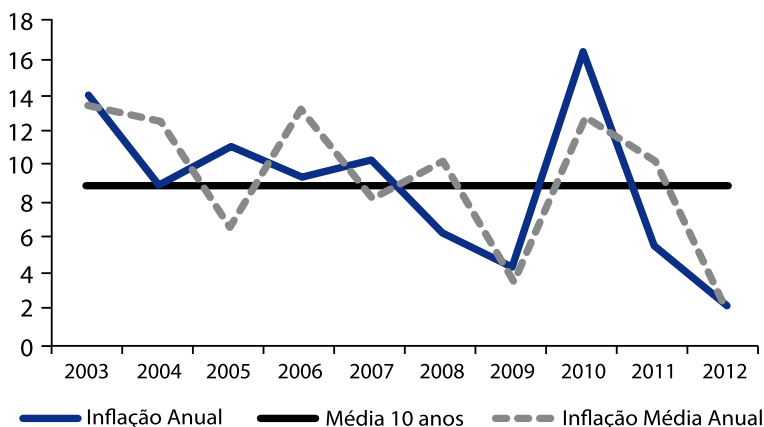
A análise dos indicadores macroeconómicos, por especialidade, requer a apreciação da inflação que é um dos objectivos finais de política, e a análise das taxas de juro e da taxa de câmbio, que são instrumentos auxiliares.

a) Inflação e taxa de juros

A estabilidade dos preços protege o poder de compra, particularmente dos pobres e, reduzindo os níveis de incerteza na economia e nas decisões dos agentes económicos, promove o investimento e estimula o crescimento e o emprego. A preservação do valor da moeda nacional constitui o principal mandato do Banco de Moçambique, que assume como objectivo implícito a manutenção de uma taxa de inflação baixa e estável.

A evolução da inflação doméstica é determinada por um conjunto de factores, internos e externos, entre os quais o desempenho do produto interno bruto, o comportamento da taxa de câmbio do Metical face às principais moedas transacionadas no país, designadamente o Dólar dos Estados Unidos da América e o Rand da África do Sul, a dinâmica dos termos de troca no mercado internacional, com incidência para as mercadorias com peso no cabaz do Índice de Preços ao Consumidor (IPC).

Gráfico 2: Inflação Anual * e Média Anual (%)



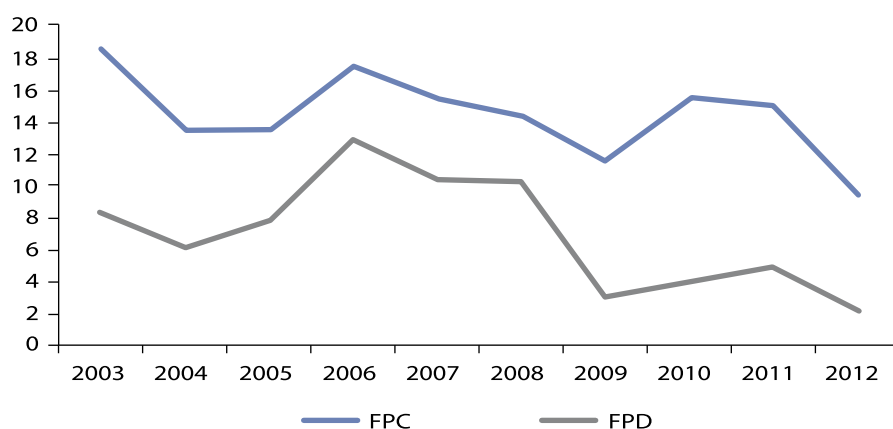
(*) A inflação anual é a taxa homóloga dos 12 últimos meses

Fonte: Relatórios Anuais do Banco de Moçambique, 2003-2012

Para o intervalo de 2009-2012, a média reduziu-se para 7,5%, período em que a SADC estabeleceu uma meta de 5%. A média está afectada pelo valor da inflação registado em 2010 (16,6%), por razões de conjuntura doméstica, pela subida de preços internacionais e pelos efeitos da grave crise financeira que, a partir de 2008, se iniciou nos principais países industrializados e rapidamente se alastrou à escala planetária. Excluindo este registo, a média de inflação do período é inferior a 5% .

Tendo em conta o regime de taxas de juro liberalizadas, em vigor, o quadro da política monetária baseia-se no controle monetário assente no mecanismo quantitativo indirecto e no princípio de as taxas de juro reais serem positivas.

Gráfico 3: Evolução da FPC e FPD (*)



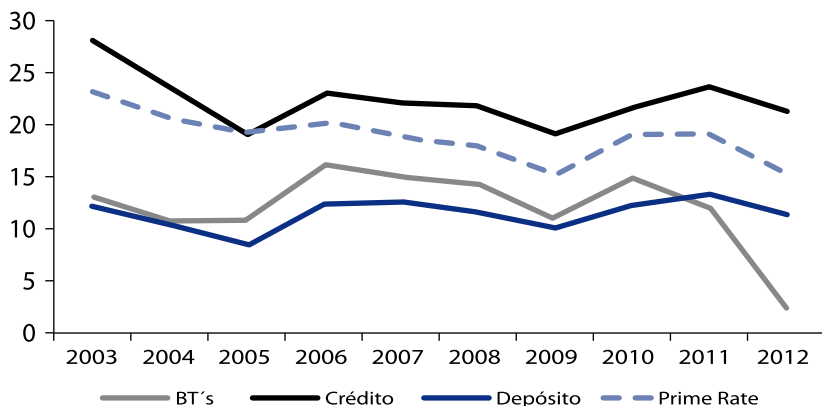
*) FPC – Taxa de Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez

FPD – Taxa de Facilidade Permanente de Depósitos

Fonte: Relatórios Anuais do Banco de Moçambique, 2003-2012

O Gráfico 3 reflecte que existe uma ligação, mesmo que desfasada, entre as taxas do Banco de Moçambique e as taxas de juro prevalentes no mercado bancário. Assim, no período 2003-2005, as taxas de juro do mercado subiram para níveis superiores a 30%. Na actualidade, tendem a reduzir-se, como ilustra o Gráfico 4.

Gráfico 4: Evolução das Taxas de Juro do Mercado Interbancário e a Retalho



Fonte: Relatórios Anuais do Banco de Moçambique, 2003-2012

O fenómeno das taxas de juro está associado a factores estruturais e conjunturais⁴⁵ prevaletentes na economia, entre outros, a rapidez e a solidez com que se dirimem os conflitos expressos nos contratos de crédito, a competitividade do sistema bancário, a organização das empresas, contas auditadas, informação prestada ao mercado, a literacia financeira, o risco associado à inadimplência de mutuários do sistema bancário, assim como o risco específico de cada projecto.

b) Taxa de câmbio

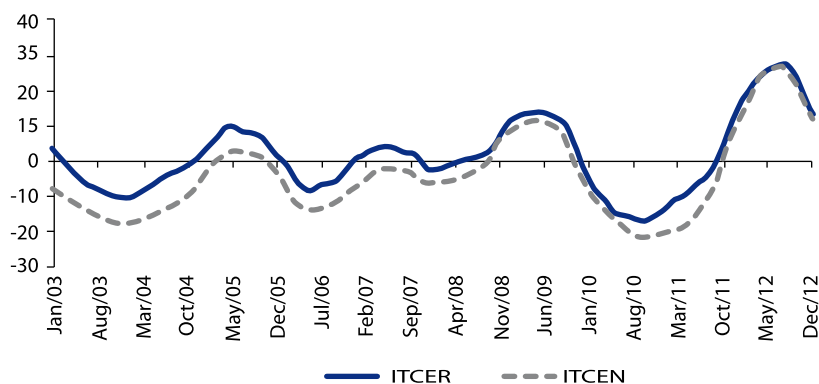
A taxa de câmbio (Gráfico 5) é uma importante variável da gestão macroeconómica, que estimula ou desincentiva a actividade económica e tem impacto no comportamento do nível geral de preços, das importações e exportações e da estabilidade da balança de pagamentos. A taxa de câmbio é uma resultante de vários factores, designadamente, a conjuntura política e económica, o grau de abertura da economia, os termos de troca, as expectativas dos agentes económicos, a produtividade dos factores de produção, as taxas de juro (doméstica e internacional), a posição líquida da balança de pagamentos e o seu financiamento, a relação entre a procura e oferta no mercado cambial doméstico, sem descurar matérias de natureza procedimental associadas às operações cambiais, com maiores ou menores restrições .

A Lei Cambial em vigor desde 2010, liberalizou todas as transações correntes e descentralizou um número considerável de operações cambiais, mantendo sob autorização da autoridade cambial as operações de capital.

A taxa de câmbio nominal do dólar dos EUA (US\$), no fim do período, tem evoluído de 27,03 Meticais em finais de 2011, para 29,80 Meticais em 2012 e para 30,0 Meticais, no final do 2º trimestre de 2013.

Num regime de câmbios flutuantes, o objectivo de obter ganhos na competitividade externa da economia requer monitoria permanente e intervenções pontuais no mercado cambial para, num horizonte de médio prazo, alinhar a taxa de câmbio nominal com a taxa de câmbio efectiva real. Os elementos referidos no Gráfico 5 são objecto de harmonização regular com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Gráfico 5: Competitividade Externa – Variação Média Anual das Taxas de Câmbio (%)



Nota: ITCER – índice da taxa de câmbio efectiva real

ITCEN – índice da taxa de câmbio efectiva nominal

Fonte: Relatórios Anuais do BM (2010-2012)

Excluindo curtos períodos de desalinhamento, a taxa de câmbio efectiva real (ITCER), tem seguido uma trajectória de alinhamento que permite, a prazo, ganhos de competitividade, não obstante os efeitos adversos da crise económica e financeira internacional e seus impactos na economia doméstica.

Os fluxos financeiros entre Moçambique e o resto do mundo resultaram numa entrada líquida de US\$ 5.044,0 milhões (41% do PIB) em 2012, mais US\$ 2.263,0 milhões do que em 2011, como resultado da entrada de capitais na forma de investimento directo estrangeiro em 2012, dos quais, US\$ 3.436,0 milhões foram destinados às indústrias extractivas como o carvão, petróleo, gás e outros minerais.

O alinhamento da taxa de câmbio nominal e a real tem sido objecto de estudos e de debate entre especialistas. Apesar da monitoria regular das transações cambiais, para evitar que a sua dinâmica de curto prazo tenha reflexos negativos na economia, o FMI, ao apreciar a evolução dos primeiros 9 meses de 2012 permite constatar que a *“entrada massiva de capitais contribuiu para uma ligeira apreciação da taxa de câmbio real efectiva”*. A taxa de câmbio efectiva real (ITCER) registou recuperação de ganhos de competitividade em 2012, após algum desvio no sentido de perda.

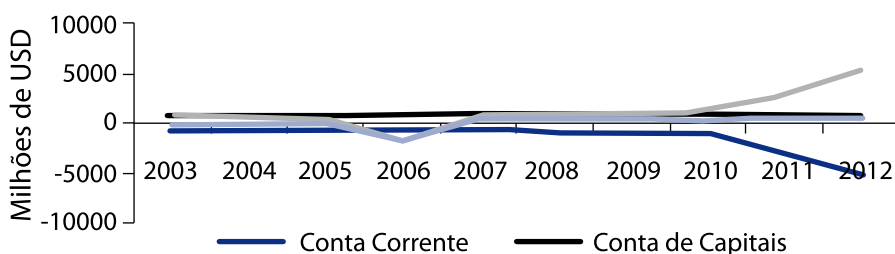
As reservas internacionais líquidas revelam tendência crescente⁴⁸: incremento de US\$ 2,5 bilhões em Dezembro de 2011, para US\$ 2,8 bilhões (Dezembro de 2012). Em Julho de 2013 as reservas somavam US\$ 3,1 bilhões, permitindo importações de cerca de 4 a 5 meses.

5.3 Contas nacionais

a) Balança de pagamentos (BdP)

Dos Relatórios da Balança de Pagamentos pode-se extrair que entre 2003-2012, o saldo da conta corrente apresenta-se deficitário e com tendência de agravamento, com destaque para os anos 2011 e 2012, onde registou uma deterioração na magnitude de 139,7% e 72,0%, respectivamente, justificado pela elevada contratação de serviços de construção, serviços empresariais e de assistência técnica, bem como pela elevada importação de maquinaria diversa e outros bens, ligados às grandes empresas que operam ao abrigo da Lei de Investimento Directo Estrangeiro.

Gráfico 6: Evolução dos componentes da Balança de Pagamentos (BdP)



Fonte: Relatórios da Balança de Pagamentos 2007-2012

Nota-se um decréscimo significativo da conta financeira em 2006. De acordo com o Banco de Moçambique (2006), este facto reflectiu, sobretudo, a amortização de empréstimos da Administração Central derivada do perdão da dívida externa pública, que totalizou USD 1.789,4 milhões de dólares. A conta financeira apresenta valores positivos a partir de 2007. No entanto, a conta capital registou saldos positivos ao longo de toda a série.

Porém, a situação poderia ter sido melhor caso os royalties fossem mais elevados e equiparados às práticas internacionais, se os contratos com as multinacionais fossem revistos. Se o tecido produtivo local tivesse maior capacidade de resposta competitiva às demandas das multinacionais, verificar-se-ia o incremento do consumo de bens e serviços produzidos no país, em vez de importados.

O Gráfico 7 revela o crescimento das exportações entre 2003 e 2010 que foi sustentado, por um lado, pela indústria do alumínio e pela produção e distribuição de energia

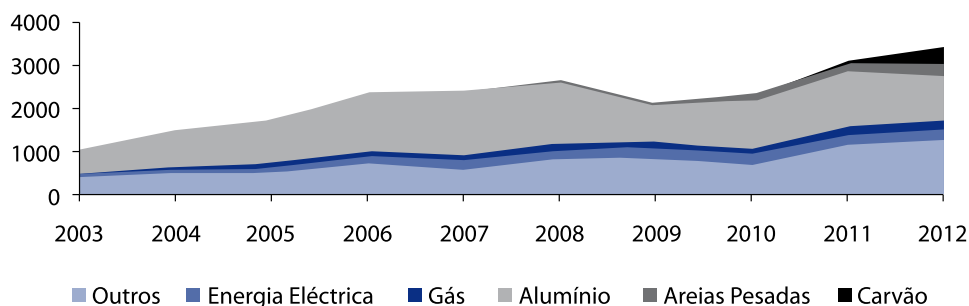
eléctrica e gás, sendo que em 2010 representavam 49,7%, 11,9% e 5,7% do total das exportações nacionais⁵⁰, respectivamente. Entretanto, com o início da exportação do carvão mineral em 2011, a indústria extractiva passou a assumir um papel preponderante, tanto para o Produto Interno Bruto (PIB), quanto para as exportações, tendo, em 2012, se posicionado como o segundo maior produto de exportação, depois do alumínio. Espera-se que com a entrada em funcionamento dos projectos de gás da bacia de Palma e dos fosfatos em Nampula, se venham a incrementar ainda mais as exportações nacionais e assim a se gerar liquidez excedentária.

A constituição de reservas e de um *Fundo Soberano* torna-se assim uma exigência. Também parece ser de grande importância a adopção de outras medidas anti-risco, considerando a elevada vulnerabilidade da economia moçambicana.

Seria ainda importante diversificar as exportações e os destinos e origens do comércio externo, devido às flutuações dos mercados internacionais e à dependência em relação a alguns produtos e países. Para isso, é importante a diversificação competitiva da produção, sobretudo na agricultura, pescas e em serviços para o *hinterland*, tornando-os mais competitivos, seguros e rápidos. No entanto, há estudos que revelam que já se verifica uma sobrevalorização do Metical, com consequências na agricultura alimentar e sobre a competitividade das exportações das pequenas e médias empresas.

O início de exploração de carvão mineral em larga escala e a entrada em funcionamento dos projectos de gás da bacia de Cabo Delgado e dos fosfatos em Nampula terão igualmente um impacto grande nas exportações e no PIB.

Gráfico 7: Principais Produtos de Exportação 2003-2012 (Milhões de USD)



Fonte: Banco de Moçambique ⁴⁶

Relativamente ao comércio externo entre Moçambique e África do Sul, o volume intensificou-se no período entre 2003-2012, reflectindo em parte o crescimento pronunciado das exportações, que quadruplicaram, com destaque para a energia eléctrica (106%) e gás natural (476%), que representam 35% e 27% das exportações totais para economia sul-africana, respectivamente, enquanto o volume de importações triplicou⁵⁰. Em relação a taxa de cobertura das importações pelas exportações, no período em análise, incluindo

grandes projectos passou de 63% para 44%, excluindo os grandes projectos passou de 27% para 30%, respectivamente.

A China e a Índia são parceiros comerciais de Moçambique há bastante tempo, tendo-se o fluxo de comércio intensificado recentemente, com destaque para 2004 e 2012, período em que o volume de exportações passou de US\$ 23 milhões e US\$ 33 milhões, para US\$ 703 milhões e 172 milhões, respectivamente.

Fruto da construção de novas infraestruturas e de investimentos directos no sector mineiro e de hidrocarbonetos, nos próximos anos, a China, a Índia e o Brasil tenderão a ganhar mais relevância no comércio externo.

Segundo um estudo realizado pelo IESE, entre 1992 e 2008, a taxa de cobertura das importações pelas exportações subiu de 32% para 72%. *“No entanto, excluindo os grandes projectos, a melhoria da cobertura das importações foi muito mais modesta, de 32% para 37%”.*

Uma rápida expansão da produção e exportação primária dos recursos naturais não resulta necessária e automaticamente em benefícios para a economia como um todo. O valor acrescentado na economia só serve para alargar as bases de desenvolvimento e de bem-estar, se for amplamente absorvido na economia.

Os fluxos de capital privado externo tendem a expandir-se, essencialmente direccionados para a extracção de recursos minerais, energéticos, florestais e produtos agrícolas de exportação. Segundo estimativas do Centro de Promoção do Investimento (CPI), o investimento privado estrangeiro será de US\$ 3,8 biliões em 2013, US\$ 5,8 biliões em 2014 e US\$ 8,6 biliões em 2015. A exploração do gás, a extracção e o escoamento do carvão, ferro e outros minerais, assim como a construção de infraestruturas como barragens, linhas de transmissão de energia, linhas férreas e infraestruturas portuárias e aeroportuárias permitem visualizar um maior crescimento dos investimentos.

Quadro 6: Evolução e Projecções da Balança Comercial (US\$ milhões)

	2003	2011	2012	Projecção				
				2013	2014	2015	2016	2017
Balança Comercial	-604	-2249	-3975	-3163	-3140	-3478	-3073	-4506
Importações Totais (FOB)	-1648	-5368	-7830	-7112	-7914	-9444	-9823	-12201
• Grandes Projectos	-307	-1852	-2141	-2494	-2906	-4046	-3877	-5673
• Sem Grandes Projectos	-1342	-3515	-5689	-4618	-5008	-5398	-5946	-6528
Exportações Totais (FOB)	1044	3118	3856	3950	4774	5966	6750	7695
• Grandes Projectos	681	2017	2173	2623	3101	3794	4365	5054
• Sem Grandes Projectos	363	1102	1682	1326	1673	2172	2384	2641

Fonte: BM (realização 2003-2012) e Projecções do FMI in VI Review Under PSI, Table 5

O referido estudo do IESE nota ainda que fluxos externos de capital representaram cerca de 87% de todo o investimento privado em Moçambique: "54% em forma de investimento directo estrangeiro (IDE) e cerca de 33% em forma de empréstimos do sector bancário internacional aos grandes investidores em Moçambique. O investimento directo nacional (IDN) representou apenas cerca de 5% e os restantes 8% foram empréstimos da banca nacional, parte dos quais foi financiada com capital importado". O estudo menciona ainda que, durante vários anos, os fluxos de ajuda pública internacional ao desenvolvimento, sob forma de donativos e de alívio da dívida externa, eram superiores a 50% do Orçamento do Estado, embora nos últimos anos demonstrem uma tendência decrescente.

Pode-se concluir que a poupança interna é muito baixa. Esta situação condiciona o alargamento de uma base empresarial nacional, com efeitos sobre a dinâmica do emprego e o fluxo de recursos para o sector público. A base dos recursos é nacional, mas os vectores de crescimento económico são externos.

b) Orçamento do Estado

O orçamento de Estado é um documento de gestão pelo Ministério das Finanças que contém a previsão das receitas e despesas públicas a efectuar pelo Estado num determinado ano. O projecto do orçamento de Estado que materializa a política financeira do Governo em conformidade com os objectivos do Plano Económico e Social (PES), é aprovado pelo Governo e submetido à Assembleia da República que, após devida apreciação e ajuste, o aprova como Lei.

O Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique cresceu significativamente. Nos últimos anos, passou de cerca de 270 mil milhões de meticais em 2009, para 410 mil milhões de meticais em 2012. O peso das despesas públicas no PIB está a subir também. Em 2001, representavam 25% do PIB, e tinham subido para 32,5% (2009) e em 2012 para 35,2%.

Os gastos concentram-se nos órgãos centrais que oscila entre 69% e 76%, tendo-se verificado um aumento dos recursos alocados aos distritos, a partir de 2005. A contribuição das receitas fiscais para o orçamento é limitada: cerca de 43% das despesas totais e cerca de 12% do PIB ao longo do período 2001-2012. Esta situação pode ser justificada por várias razões:

- pouca riqueza gerada pela economia;
- elevada dimensão da economia informal, nível de desemprego formal que, em geral, não é tributável;
- baixo rendimento *per capita*;
- baixas margens de lucro do tecido empresarial, reduzindo o IRPC;
- pouca eficiência da máquina tributária e conseqüente fuga ao fisco;
- corrupção.

Entre 2001 e 2011, considerando os preços de 2011, o volume de receitas fiscais aumentou a uma média de 17% ao ano. Esta evolução, muito superior ao incremento do PIB,

revela a existência de grandes margens de expansão das receitas fiscais através de uma maior eficácia da Autoridade Tributária. As principais alocações financeiras destinam-se à construção de infraestruturas, educação e saúde. A agricultura recebeu apenas 3% do orçamento de funcionamento e 22% do investimento público.

A alocação das despesas do Estado *per capita* e por província revela grandes disparidades. Niassa, Cabo Delgado, Sofala e Maputo beneficiam dos mais elevados gastos públicos por habitante, e as províncias de Nampula e Zambézia são as menos beneficiadas. Entre 2001 e 2012, a relação entre a cidade de Maputo e a província da Zambézia (a mais e menos beneficiadas, respectivamente,) foi de 2,8:1. Por outras palavras, os residentes da capital beneficiam, em média, 2,8 vezes mais dos recursos do Orçamento do Estado do que os residentes da Zambézia.

Uma breve análise da evolução do orçamento revela algumas tendências positivas: aumento significativo das receitas fiscais, início da descentralização da execução do orçamento; Merecem atenção cuidada o aumento rápido das despesas públicas, principalmente das despesas de funcionamento, o ainda baixo contributo dos mega projectos, a distribuição desigual dos recursos entre províncias e os sinais de um crescente aumento dos empréstimos externos ao Estado, com influência na dívida soberana.

O Quadro 7 revela as despesas do sector público num período mais recente, do qual se pode extrair que:

- As despesas de funcionamento, nomeadamente, o pagamento de salários, pensões, transportes, viagens, consumíveis, energia e outras despesas do Estado, aumentaram consideravelmente de 16,3% (2009) para 20,4% do PIB em 2012;
- Cerca 70% da despesa pública em 2012 foi paga com receitas próprias cobradas pelo fisco;
- Os défices do orçamento têm sido cobertos com recurso aos donativos e à dívida pública interna e externa, uma parte das quais em condições concessionais de prazo e juro, designadamente:
 - ⊙ os donativos ao abrigo da ajuda pública internacional que decresceram de 9,6% em 2009 para 6,7% do PIB em 2012;
 - ⊙ os empréstimos contraídos no mercado internacional e junto de Governos, essencialmente China, Brasil e Índia, que representam entre 4% e 5% do PIB;
 - ⊙ os créditos contraídos pelo Governo no mercado interno, que representam cerca de 1% do PIB;

Quadro 7: Orçamento Geral do Estado

Orçamento de Estado (OE)	2009	2010	2011	2012
PIB (Mil Milhões de Meticais)	269,3	315,0	365,3	410,3
Receita Total do OE/PIB	32,5%	34,9%	34,5%	35,2%
Receita Interna do OE/PIB	17,8%	21,6%	22,9%	24,8%
Receita Externa do OE/PIB	14,7%	13,3%	11,6%	10,5%
.. dos quais Donativos/PIB	9,6%	8,7%	7,5%	6,7%
Empréstimos Totais/PIB	5,2%	6,0%	4,8%	4,6%
.. dos quais Crédito Externo	5,1%	4,6%	4,0%	3,8%
.. dos quais Crédito Interno	0,1%	1,4%	0,7%	0,8%
Despesa Total do OE/PIB	31,5%	33,3%	35,0%	35,4%
.. dos quais Despesa de Funcionamento/PIB	16,3%	18,3%	19,4%	20,4%
.. dos quais Despesa de Investimento/PIB	13,1%	13,5%	14,0%	13,0%
Défice Orçamento antes Donativos (%PIB)	14,0%	13,3%	12,4%	11,4%
Défice Orçamento pós Donativos (%PIB)	4,5%	4,6%	4,9%	6,7%
Dívida Pública Total/PIB	43,9%	43,6%	40,0%	40,4%
Serviço da Dívida Interna/Receita do Estado	2,8%	4,0%	3,5%	4,2%

Fonte: Portal do Ministério das Finanças (acesso a 5 Dezembro de 2013), Indicadores

Orçamentais, Conta Geral do Estado, INE, Banco de Moçambique - Relatório de Execução

- Embora ainda não seja alarmante, o serviço de dívida tem revelado incrementos sucessivos, representando um peso de 4,2% das receitas do Estado (2002). A situação torna-se preocupante devido à tendência decrescente dos fundos concedidos pelos parceiros da cooperação internacional, em resultado de constrangimentos dos orçamentos dos respectivos governos e de preocupações relativas à deficiente gestão dos donativos;
- A dívida total do país corresponde já a cerca de 40% do PIB que, como se sabe, tem crescido anualmente.

Após o alívio da dívida externa ao abrigo do Clube Paris, o stock da dívida pública ascendeu a US\$ 5 biliões em 2011, dos quais 84% de origem externa, e 16% de fontes internas. Fontes governamentais e do Fundo Monetário Internacional indicam que, nos próximos anos, o endividamento público vai aumentar, significativamente, para níveis superiores à metade da riqueza nacional anual produzida (50-52% PIB), estimada para 2017. As estimativas relativas à dívida pública de Moçambique, no fim de cada ano, revelam uma tendência crescente de US\$ 6,0 mil milhões em 2013, para US\$ 10,3 mil milhões em 2016, para alcançar US\$ 16,0 mil milhões em 2017.

Estes números permitem referir que a actual estabilidade macroeconómica não é, nem inquestionável, nem sustentável, a não ser que sejam adoptadas medidas correcti-

vas. São necessários esforços permanentes para a estabilização e a redução da inflação e das taxas de juro, na gestão da taxa de câmbio e na redução do défice público e da balança comercial (sem incluir os mega projectos). São necessárias medidas para mitigar os efeitos das crises internacionais.

O FMI refere que *“o país não possui muita margem para responder a choques externos com recurso ao financiamento doméstico”* ⁵⁰. Acrescenta que Moçambique está exposto a vários riscos moderados de curto prazo relativamente às incertezas da economia global, designadamente:

- a redução da ajuda pública externa;
- o reduzido acesso ao financiamento internacional;
- os impactos adversos da redução do crescimento da economia sul-africana, o maior parceiro comercial de Moçambique;
- a quebra da procura internacional das exportações;
- a subida de preços dos bens alimentares, principalmente de cereais, que o país importa;
- as mudanças climáticas;

Moçambique apresenta profundos desequilíbrios estruturais na sua economia e a balança de pagamentos, que espelha a relação do País com o resto do mundo, reflecte esta realidade. O início da exploração de recursos naturais não renováveis abre imensas oportunidades para o país corrigir, a prazo, os desequilíbrios estruturais da sua economia e da sua balança de pagamentos. A entrada de fluxos de investimento directo estrangeiro dos projectos de exploração de recursos naturais perspectiva, no curto prazo, um agravamento da Balança de Pagamentos mas, no médio e longo prazos, é de esperar uma melhoria exponencial, com a entrada efectiva de receitas de exploração de recursos naturais. Sob o ponto de vista macroeconómico, o essencial é analisar a sustentabilidade do défice e a maneira como o mesmo é financiado.

Os desafios são enormes face ao declínio da ajuda pública internacional, nos últimos anos, para cobrir os défices gerados pelo investimento público em infraestruturas e o aumento das despesas de funcionamento do Estado. Para evitar o caos económico e financeiro gerado pela subida indiscriminada das dívidas soberanas em vários países, é essencial que o país fortaleça a gestão da sua dívida interna e externa. Igualmente, é fundamental promover um adequado planeamento dos investimentos por forma a tirar máximo benefício dos empréstimos concessionais de alguns governos, redireccionando a política de investimento público para projectos que gerem eficiência produtiva, no curto prazo. Igualmente, é essencial aprofundar o quadro institucional e regulatório e assim gerir adequadamente a riqueza relacionada com os recursos naturais, permitindo criar o espaço fiscal para, a prazo, transformar a economia.

Aspecto importante é a análise da qualidade das despesas públicas, no sentido de assegurar a eficiência da administração pública, estabelecer padrões de alocação de recursos que obedecem a critérios de natureza económica, social e ambiental. É preciso ainda garantir que os gastos públicos realizados correspondam aos valores orçamentados, e estabelecer as bases normativas e operacionais para que os investimentos públicos sejam fundamentados por estudos técnicos e financeiros e que sejam realizados em sectores/áreas que produzam maiores efeitos multiplicadores sobre a economia e a sociedade.

A adesão à Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE) e a classificação de país cumpridor desde Outubro de 2012 é um sinal no bom sentido. Igualmente urgente é concluir os processos de revisão e assegurar a aprovação final da Lei dos Petróleos, da Lei de Minas, da Lei Fiscal para a Mineração e para os Petróleos assim como a obrigatoriedade de todas as transações bancárias e dos seguros serem processadas em Moçambique, à semelhança do que se faz nos demais países que possuem abundantes recursos minerais e energéticos.

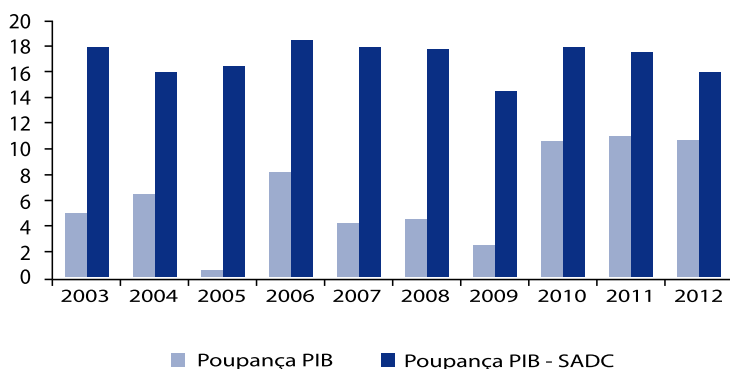
c) Padrão de Acumulação (poupança–investimento)

O padrão de acumulação é reflexo da natureza extrovertida da economia moçambicana considerando, essencialmente, o crescimento mais acelerado dos sectores exportadores e os serviços relacionados com a SADC. Além disso, Moçambique mantém uma dependência externa, não apenas em capitais, mas também em alimentos, equipamentos, técnicos expatriados e conhecimento (*know how*). Grande parte das grandes e médias empresas são estrangeiras ou nelas o capital externo detém a maior parte da estrutura societária.

O país tem realizado reformas importantes para elevar o PIB e a poupança nacional. Porém, o nível de financiamento bancário à economia continua insuficiente face à demanda. Sendo a poupança nacional baixa, são exíguas as fontes de financiamento sustentáveis no sistema bancário, pois o capital dos bancos e os fundos que estes negociam são insuficientes para alavancar o crédito na proporção desejada, do lado da procura. Por outro lado, a análise da poupança nacional requer, necessariamente, maior equilíbrio das contas públicas, tendo em vista evitar-se a ocorrência de disputa de recursos financeiros no mercado doméstico, entre o Estado e o sector privado.

Os dados do Banco Central, reportados ao período de 2003-2012, mostram que a poupança nacional foi em média próxima de 7% do PIB, muito abaixo da média da região da SADC (17%), como é ilustrado no Gráfico 8. Isso condiciona a disponibilidade do crédito pelo sistema bancário.

Gráfico 8: Evolução da Poupança (% PIB)



Fonte: Relatórios Anuais do BM (2003-2012) e IMF, 2013

A capacidade de investimento nacional é extremamente baixa e, por isso, dificilmente poderá financiar com recursos domésticos os ritmos de crescimento verificados ou projectados para a economia nacional.

As razões da baixa poupança não têm solução a curto e médio prazos. O PIB *per capita* é baixo e, segundo a lei de Engel, os incrementos de rendimento que se possam verificar serão fundamentalmente consumidos, gerando um mercado de bens e serviços essenciais (alimentos, vestuário, materiais de construção, bens de capital associados ao nível de vida, consumo de energia e de água, comunicações, transportes). Esta tendência poderá provocar uma maior procura de bens, sobretudo alimentos, que podem ser produzidos por pequenas e médias empresas de capital nacional.

Também, por razões de fraco *know how* técnico e de gestão, de rentabilidade intersectorial, de níveis diferenciados de risco e períodos de retorno do capital, o capital moçambicano tem-se dirigido para parcerias com as médias e grandes empresas estrangeiras, sobretudo nos sectores de serviços. Esta tendência poderá aprofundar a natureza extrovertida e de dependência da economia, e criar maior segmentação entre dois mercados de procura: por um lado, o do consumo de massa de bens essenciais pela maioria da população, muitos dos quais importados e, por outro lado, a procura de bens e serviços de valor elevado, consumidos nos centros urbanos pelas elites nacionais e pelos expatriados. A concretizar-se esta possibilidade, poderá ter como efeitos principais:

- a concentração da riqueza;
- o aprofundamento dos dualismos económicos (campo-cidade, agricultura-outras sectores);
- o aumento das desigualdades sociais.

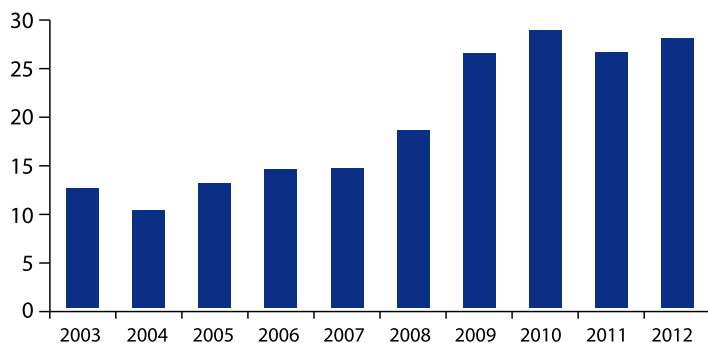
A redução gradual do défice da balança de acumulação é um processo de longo prazo, e terá de estar assente em políticas económicas que incluam os pequenos produtores, na transformação estrutural da agricultura de pequena escala e no incentivo para o desenvolvimento do tecido empresarial de pequenas e médias empresas industriais. Terá que haver prioridade para a agro-indústria, têxteis, construção civil e bens de capital, para melhorar as condições de vida da maioria da população, em resposta à crescente demanda, bem como nos sectores de transportes.

d) Crédito à economia

O mercado financeiro regista dinâmicas importantes, como por exemplo, o número de instituições a operar, que se incrementou de 9 em 2005, para 18, em finais de 2012. Dados do Banco de Moçambique⁴⁵ referem que o número de agências bancárias passou de 228 para 529 entre 2005 e 2012, e a cobertura territorial da rede bancária passou de 27 distritos em 2005, para 63 distritos em 2012. Os serviços bancários têm conhecido transformações de vulto, provendo serviços de elevada qualidade, de grande fiabilidade e em tempo real.

A poupança doméstica apesar de ter crescido nos anos recentes, é ainda muito baixa. A par do investimento público e privado e da poupança externa (créditos e donativos), o financiamento do sistema bancário tem contribuído para o PIB do país numa escala crescente, conforme se pode depreender do Gráfico 9.

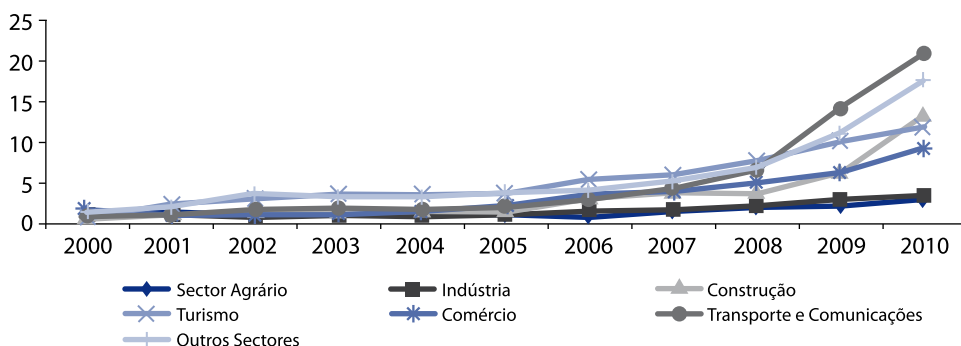
Gráfico 9: Crédito à Economia



Fonte: Relatórios Anuais do BM (2003-2012) e IMF, 2013

Os dados do Banco Central⁴⁵ referem que o crédito à economia, empresas e particulares, tem registado acréscimos significativos, subindo de 12,8% do PIB em 2003, para 28,5% em 2012, com os sectores do comércio (22,6%), indústria (14,4%), transportes e comunicações (9,3%) e agricultura (8,0%) a sobressaírem na sua distribuição.

Gráfico 10: Evolução do Crédito, por Sectores, 2000-2010



Fonte: Banco de Moçambique, em Abbas (2013).

O Gráfico 10 mostra a evolução do crédito concedido pela banca nacional, do qual se pode extrair que:

- O crédito à economia cresceu rapidamente a partir de 2005 e, particularmente, depois de 2008, o que possivelmente contribuiu para o crescimento da inflação nos anos seguintes;
- Os sectores que mais cresceram foram os serviços de “transportes e comunicações”, “outros sectores” e “construção”. “Outros sectores” refere-se principalmente ao crédito às famílias, em habitação, veículos e outros bens. A esta rubrica foram destinados 33,7% do total do crédito concedido à economia, entre 2001 e 2010, seguido do comércio, com 22%;
- O crédito aumentou menos na agricultura e na indústria - os dois principais sectores produtores de bens materiais direccionados para o mercado interno.

Do total dos recursos financeiros disponíveis no sistema bancário, as estatísticas revelam o seguinte:

- O crédito total à economia cresceu quase 7 vezes de 2001 a 2011, no mesmo período o crédito interno ao sector agrário, embora tenha mais que duplicado em termos absolutos, reduziu-se de forma significativa em termos relativos e o crédito ao comércio subiu significativamente;
- Nos princípios dos anos 90, o crédito agrário representava mais de 35% do total do crédito à economia, tendo decrescido gradualmente para 20,5%, em 1999, para 16,9%, em 2001, e para apenas 5,4%, em 2011. Deste montante, os créditos às empresas do açúcar, do caju, da copra, do algodão e das pescas absorveram mais de metade (55,7%) do total do crédito agrário. Esta queda do crédito poderá eventualmente estar associada à eliminação de valências de desenvolvimento agrícola e agroindustrial que, durante décadas, estavam associadas ao extinto Banco Popular de Desenvolvimento (BPD) e à então função creditícia do Banco de Moçambique

(BM). A privatização destas instituições, na década de 90, e transformação em bancos comerciais contribuíram para a quebra do crédito agrário agroindustrial, sem que essas valências tenham sido repostas de forma consistente por um banco de desenvolvimento, ou por fundos específicos de promoção agrária;

- O acesso ao crédito pelo sector do comércio que, em 200,1 representava 13,3% da totalidade do crédito, cresceu para 21,3%, em 2011. Neste mesmo período, o crédito total subiu 6,9 vezes e o crédito ao consumo 11 vezes.

No processo de infraestruturização da economia, o aprofundamento do sector financeiro e a inclusão financeira são pilares importantes para o desenvolvimento económico de Moçambique. A bancarização e a literacia financeira constituem vectores chaves que concorrem para aceleração do processo de inclusão financeira, sem descurar que a estratégia de poupança constitui indubitavelmente um indutor do crédito e dos investimentos, com consequências positivas no crescimento da economia e do emprego. Nesta vertente, a Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro (2013-2022) assenta em três pilares: manutenção da estabilidade do sector financeiro, melhoria do acesso aos serviços financeiros e apoio ao crescimento da inclusão financeira e aumento da oferta de capital privado para apoiar o desenvolvimento económico.

5.4 Tecido económico nacional: pequenas e médias empresas

As pequenas e médias empresas (PME) contribuem para a criação de riqueza ao nível local, através da geração do emprego em empreendimentos de mão-de-obra intensiva. Elas operam num ambiente precário, com imensas dificuldades no contexto das regras de um mundo globalizado. As PME lutam, assim, pela sobrevivência do seu negócio na medida em que, de forma desigual, elas competem:

- com o sector informal que, em geral, não cumpre as suas obrigações fiscais ou tem carga fiscal simbólica;
- com empresas internacionais, que produzem com melhor preço e qualidade.

O país assistiu ao colapso da economia do sisal e da copra (anos 1980), do chá (1993), da indústria da amêndoa do caju (1994) e da indústria vidreira (1997), ao quase total desaparecimento da indústria têxtil, dos materiais de construção, da metalurgia e das metalomecânicas. As exportações com baixo ou nenhum nível de processamento industrial mantêm o país refém de exportações de produtos primários, aumentando a sua vulnerabilidade externa, ao mesmo tempo perdendo a oportunidade de se criar valor acrescentado. A área dos têxteis resume-se hoje ao descarçamento do algodão, à fição e sacaria (70% da produção do sector) e à metalo-mecânica, com um peso de apenas 0,1% na produção industrial total. Os sectores de tabaco exportado em folha, bebidas e cimento têm crescido rapidamente. A indústria nacional é incipiente para servir os grandes projectos do complexo mineral-energético, que vai ter um grande incremento na produção de energia térmica complementando, assim, a produção de energia hídrica da barragem de Cahora Bassa.

Segundo o Censo das Empresas de 2004, estavam registadas 24.474 empresas do sector formal. O Quadro 8 mostra as características destas empresas.

Quadro 8: Trabalhadores por tipo de empresa

Tipo de empresa	Nº empresas	%	Nº trabalhadores	%
Pequena	21.904	89.5	60.200	20
Média	2.227	9.1	69.230	23
Grande	324	1.4	171,570	57
Total	24.474	100	301.000	100

Fonte: INE Censo das Empresas, 2004 (valores arredondados)

Cerca de 80% das PME são classificadas como micro empresas, empregando até 5 trabalhadores.

O comércio abrange 57,4% das PME (16.357 empresas). O sector do alojamento constitui 20,2% (5.793) e a manufactura 9,9% (2.828). A agricultura representa apenas 2,17% (617). A análise mais geral do sector empresarial permite constatar:

- a existência de uma grande concentração espacial e sectorial das empresas e do emprego;
- o baixo número médio de trabalhadores por empresa;
- a prevalência de empresas em nome individual;
- a relevância do Estado como empregador e,
- a baixa percentagem de empresas produtoras de bens materiais.

O tamanho das empresas constitui um obstáculo à competitividade e eficiência económicas. Num mercado aberto e em concursos públicos, as empresas estrangeiras apresentam propostas que incorporam as facilidades financeiras concessionais concedidas pelos respectivos governos, bancos e fundos de desenvolvimento. As empresas moçambicanas apresentam-se quase sempre com capital incipiente e, em geral, sem capacidade para competir, considerando que o corpo de gestores integra pessoas inexperientes e, em geral, com pouca capacidade técnica e financeira.

Por dedução, é fácil compreender o peso da economia informal. Mesmo sem a existência de estimativas, é sabido que a economia informal possui uma importância significativa na economia moçambicana (na formação do PIB, do rendimento, na criação do autoemprego e do emprego). O modo e os mecanismos de funcionamento da economia informal podem, em certa medida, contribuir para reduzir a pobreza mas, a médio prazo, podem também constituir um obstáculo ao desenvolvimento. Por um lado, em consequência da sua escala, fraca capacidade de poupança, formação, inserção nos mercados e conhecimento ou obediência aos processos burocráticos. Por outro lado, porque os seus

mecanismos de funcionamento introduzem distorções nos mercados, a designada “concorrência” desleal relativamente aos agentes económicos “formais”.

O Banco Mundial considera a economia informal como um obstáculo ao desenvolvimento. Os empresários referem-se aos agentes económicos informais como concorrentes desleais, alegando que não pagam impostos, geralmente não fazem investimentos em infraestruturas, e não reúnem as condições legais ou de saúde pública.

Em resumo, a génese da maioria do empresariado, a estrutura industrial, a tecnologia e o peso das economias informais não constituem factores positivos de concorrência e competitividade. Em muitos sectores, os mercados são também distorcidos pela presença de empresas monopolistas (geralmente públicas, por exemplo, na oferta de água, energia, aeroportos e transportes aéreos), pela não liberalização efectiva de algumas áreas de actividade, pelo protecçãoismo estatal, pela assimetria e acesso desigual à informação. Persistem monopsonios, sobretudo na comercialização agrícola e, eventualmente, a constituição de cartéis em algumas actividades.

O Gráfico 11 analisa a evolução da indústria, podendo constatar-se que, excluindo o alumínio e o gás, a produção industrial *per capita*, de Moçambique, cresceu apenas ao ritmo da taxa de crescimento da população – embora a produção industrial *per capita*, do alumínio e do gás (cerca de 80% da produção industrial total), tenha crescido cerca de 60%.

Gráfico 11: Evolução do Produto Industrial (Milhões de Meticais, a Preços Correntes de 2003)



(*) O Gráfico acima apresenta a evolução do Produto Industrial Total de 1959 a 2007, incluindo e excluindo alumínio e gás natural

Fonte: Carlos Nuno Castel-Branco e Oksana Mandlate. Em “Da Economia Extractiva à Diversificação da Base Produtiva”, em *Desafios Para Moçambique 2012*, IESE. Pág.123

O panorama industrial permite constatar uma dinâmica da produção e exportação de bens primários e o gradual desaparecimento das actividades produtivas de substituição de importações. O tecido industrial é pouco significativo e as relações industriais intersectoriais são praticamente inexistentes e sem efeito multiplicador na economia, com excepção de um reduzido número de empresas, como é o caso da pequena indústria alimentar.

Recentemente, começaram a surgir pequenas e médias indústrias ao redor de grandes cidades, principalmente Maputo, Beira, Nampula, Tete e Nacala. É o caso das indústrias de embalagens, de sacos de plástico, sacaria de juta e serapilheira, moageiras de milho e de trigo e unidades de produção de cimento, embora ainda insuficientes para o consumo do país. A maioria destas indústrias desenvolve a sua actividade num quadro de forte concentração de capital em poucas empresas.

5.5 Ambiente de negócios e competitividade

Em Agosto de 2012, a *Standard & Poor's*, uma das agências de notação de risco, manteve a classificação de Moçambique no meio da tabela - em B+ e B - para as notações de longo e de curto prazo em divisas e em moeda nacional, com uma perspectiva estável. Esta classificação permite aos investidores terem uma opinião favorável sobre o país. No entanto, muitos constrangimentos e desafios ainda condicionam a acção futura, que exige uma melhor redistribuição de riqueza, acompanhada de melhores serviços públicos e sociais, com transparência e sem corrupção: melhor ensino, saúde, transporte, acesso ao crédito; em suma, boa governação, igualdade de oportunidade e justiça social.

Um dos condicionantes do desenvolvimento do sector privado é, sem dúvida, o ambiente de negócios. De acordo com os indicadores do *Doing Business*, Moçambique é classificado na posição 146, dum conjunto de 185 economias escrutinadas. O desempenho de Moçambique melhorou ligeiramente em 2008 e em 2011, mas voltou a ter uma queda significativa de 14 posições nos dois últimos anos, embora o número de países constantes no estudo tenha aumentado apenas em dois. Os indicadores mais penalizantes dizem respeito ao registo de propriedade, obtenção de energia, acesso ao crédito, autorização de licenças de construção, comércio transfronteiriço e obrigatoriedade do cumprimento de contratos.

Num outro prisma, o Relatório sobre a Competitividade Global 2012-2013 coloca Moçambique na posição 142 do *ranking* global. De entre os pontos fracos indicam-se a fragilidade das instituições, pouca confiança nos políticos, obstáculos aos negócios e percepção de desperdício nos gastos do Estado. De entre as recomendações do ICG, ressaltam a realização de investimentos em sectores chave que impulsionem os negócios, a definição de um quadro regulamentar que encoraje a competição, que diversifique a economia e o desenvolvimento de um sólido mercado financeiro.

Quadro 9: Doing Business: Posição de Moçambique

DB	Posição	Nº Países Amostra
2013	146	185
2012	139	183
2011	132	183
2010	135	183
2009	141	181
2008	134	178
2007	140	175
2006	110	155

Nota: Os dados de 2013 reportam-se a 1 Junho 2012.

Fonte: Smarter Regulations for Small & Medium - Size Enterprises .

in: *Doing Business* (DB) 2013 e DB 2012 a 2006, World Bank and

Support Program Economic Enterprise Development - USAID

O Índice KPMG 2010 reporta como os representantes do sector privado avaliam o ambiente de negócios. De entre as suas constatações assinalam-se a carência de mão-de-obra qualificada, um ambiente de negócios frágil, elevada incidência de corrupção, fragilidades no sistema de transportes, acesso limitado ao crédito, elevada burocracia e importações ilegais. No que respeita à corrupção, os empresários mencionaram a falta de coordenação entre as instituições responsáveis por inspeções regulares, em particular a Inspeção Geral de Finanças, o Ministério do Trabalho e o INSS.

O funcionamento da economia de mercado assenta nas informações disponibilizadas pelas autoridades, bem como nos estudos e análises produzidos pelas universidades, institutos de investigação, centros de estudo qualificados e especialistas de instituições bilaterais e multilaterais. Daí a importância de ter em conta e analisar vários indicadores. Os agentes económicos conhecem e também ponderam as suas decisões com base nos indicadores internacionais, independentemente dos discursos internos. A percepção conjunta de várias instituições, independentes entre si, contida nos índices acima mencionados, entre outros, indicia uma deterioração do ambiente de negócios no país, principalmente no que respeita às pequenas e médias empresas.

O funcionamento do mercado tem em conta as percepções, mais ou menos rigorosas, dos milhares de actores económicos, sociais e políticos e a forma como estes geram as suas expectativas futuras. Embora por vezes sejam questionáveis os critérios adoptados pelas diversas instituições para a construção dos respectivos índices, o facto é que as diferentes agências especializadas internacionais indicam tendências numa mesma direcção e os factores (variáveis) influenciadores dos resultados não são muito diferentes.

Quadro 10: Moçambique nos índices internacionais

Pesquisa	Rankings Internacionais	Ranking 2011
Índice Mundial de Paz	Instituto para Economia e Paz	48 sobre 143
Índice de Desenvolvimento Humano	PNUD	184 sobre 187
Índice de Percepção da Corrupção	Transparência Internacional	120 sobre 182
Índice de Ambiente de Negócios	Grupo do Banco Mundial	126 sobre 183
Índice de Democracia	Unidade Inteligência Económica	100 sobre 167
Índice de Risco de Desastres	PNUD/UNEP Grid-Europe	7 (extrema)
Índice de Liberdade de Imprensa	Repórteres sem Fronteiras	66 sobre 98

Fonte: PNUD Moçambique – Indicadores Rápidos de Moçambique, Julho 2012

Estes índices devem, assim, ser tomados em linha de conta e ponderados. As percepções que eles induzem influenciam os mercados e a sua percepção de risco, agravando a notação do risco do país (*rating*) e, conseqüentemente, elevando o custo de capital.

De entre os constrangimentos ao desenvolvimento empresarial destacam-se:

- A pouca transparência dos actos e contratos;
- A pouca efectividade e eficiência da despesa pública, principalmente a relacionada com os investimentos públicos;
- As excessivas oscilações dos níveis de preços e, em particular, da inflação, taxas de juro e taxas de câmbio;
- Os equipamentos obsoletos ou tecnologicamente desactualizados e as infra-estruturas com pouca manutenção e conservação;
- A inexistência de fundos de estabilização de preços, principalmente dos bens alimentares e dos preços dos combustíveis importados;
- A insuficiente formação e capacitação empresarial;
- A precária capitalização e fragilidade organizativa das empresas, que condiciona o acesso ao financiamento bancário;
- O incipiente apoio estatal às pequenas e médias empresas privadas;
- A falta de protecção plena à propriedade privada e a necessidade do reforço do seu papel na economia;
- A problemática dos direitos de uso da terra e o desenvolvimento do mercado fundiário;
- O funcionamento insatisfatório dos tribunais e sua fiabilidade.

O custo de fazer negócios em Moçambique é muito elevado porque a administração pública é pouco profissional, por vezes trata o sector privado como inimigo, demora

demasiado tempo a tratar de qualquer expediente, e solicita pagamentos ilegais para “lubrificar” os mecanismos. Estes custos reflectem-se directamente nos custos dos produtos, e reduzem a competitividade da economia, tendo um efeito inflacionário.

Questionários dirigidos aos empresários moçambicanos e estrangeiros revelam que os principais constrangimentos da actividade económica em Moçambique são:

- baixa eficiência dos processos produtivos;
- baixa eficiência dos mercados;
- pouca inovação e mercados limitados;
- fraco tecido económico de apoio às empresas;
- pouca transparência em aspectos políticos-legais;
- dificuldades de funcionamento das empresas;
- rigidez do mercado de trabalho;
- fragilidade das infraestruturas;
- elevados custos de transacção.

Um ambiente de negócios simples e eficiente, similar aos existentes nos melhores 20 países listados pelo Banco Mundial no *Doing Business*, com apoios institucionais e com pessoal provido de adequada formação em matérias de gestão e de organização empresarial, cria incentivos em matérias de pesquisa e de inovação tecnológica, informatização dos serviços públicos e das empresas. Tudo isso contribui para um crescimento acelerado e sustentável do sector privado, para a geração de empregos múltiplos.

5.6 Abertura da economia

A economia de Moçambique é cada vez mais aberta. A taxa de abertura da economia é elevada (média de 40% do PIB), e teve uma tendência crescente entre 2001 e 2010. Foi já referido o peso do IDE na formação bruta de capital fixo e a importância dos recursos externos no Orçamento do Estado. Entre 2005 e 2010, os fundos originários da cooperação internacional, como proporção do PIB, decresceram de 17,2% para 14,4%. Isto significa que, em 2010, perto de 1/7 da riqueza reflectida nesse indicador eram donativos.

Os acordos no âmbito da SADC, que permitem a importação de bens sem pagamento de tarifas alfandegárias, prejudicam a produção nacional. Por um lado, implicam a entrada massiva de bens alimentares, não tendo os produtores nacionais capacidade para competir nos preços. Por outro lado, a indústria de bebidas e alguma indústria alimentar de capital sul-africano implantado em Moçambique resultam, principalmente, das vantagens da redução dos elevados custos de transporte de bens pesados, justificando, por isso, a localização industrial no país. Embora a abertura de fronteiras económicas no âmbito da SADC possa beneficiar o consumidor por via do preço e, eventualmente, dar mais opções, é necessário avaliar os seus efeitos sobre o sector produtivo, o emprego e as receitas do Estado.

Uma hipotética desestruturação das empresas moçambicanas teria efeitos sobre o emprego, as receitas fiscais e a capacidade produtiva nacional. O pressuposto de que a redução das receitas fiscais resultante da eliminação ou diminuição das tarifas alfandegárias poderia ser compensado pelo aumento do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), devido ao maior volume de transacções comerciais, não se verificou. Uma explicação poderia ser que grande parte das importações é realizada pelo sector informal e, por isso, enferma de irregularidades e corrupção. A possibilidade de os produtos importados chegarem a preços mais baixos ao consumidor, se comparados com a oferta local, pode não ter acontecido devido às distorções dos mercados, designadamente à estrutura oligopólica.

A abertura da economia aumenta a sua vulnerabilidade às vicissitudes dos mercados internacionais. O que se verificou aquando da última subida dos preços do petróleo (em 2008 e 2009) e dos cereais, foi que essa subida teve repercussões sobre diferentes aspectos internos: preços, maior dispêndio de divisas pelas importações, inflação importada, elevação do custo de vida, sobretudo dos mais pobres, entre outras consequências. Neste caso, também houve efeitos positivos como o fluxo de capitais de pequeno e médio volume, a entrada de estrangeiros com iniciativas empresariais e a imigração de mão de obra qualificada.

A abertura de fronteiras ou as insuficiências de controlo de fronteiras tem também facilitado a entrada de estrangeiros não qualificados, que não acrescentam qualidade, nem iniciativa empresarial. É ainda conhecida a entrada, no país, de estrangeiros envolvidos em redes de tráfico de seres e órgãos humanos, marfim, pedras preciosas e comércio informal, entre outras actividades ilícitas.

São necessárias políticas de promoção da competitividade e de melhoria do ambiente de negócios, bem como regras sobre a permanência e entrada de estrangeiros, sem que estas medidas dificultem o fluxo de empresários, técnicos qualificados, pessoas envolvidas em projectos de desenvolvimento, docentes e investigadores, entre outros.

A integração regional, para ser benéfica, exige que a economia moçambicana seja competitiva e, necessariamente, com especialização produtiva. Os sectores em que Moçambique possui uma relação vantajosa nas relações económicas com a SADC são, sobretudo, resultantes do factor geográfico (portos e caminhos-de-ferro), mão-de-obra barata, clima (turismo de praia), proximidade dos mercados de consumo (indústria alimentar) e a entrada de capitais externos. Em contrapartida, os sectores produtivos moçambicanos não possuem capacidade de exportação para os outros países da SADC (excepto energia, por défice energético, sobretudo da África do Sul e do Zimbábwe). O capital moçambicano praticamente não investe no estrangeiro.

As novas realidades em Moçambique implicam uma reestruturação da cooperação externa, considerando, sobretudo, a emergência de novas fontes de receitas em divisas e de prováveis receitas orçamentais, com possíveis renegociações dos contratos, aumento da exploração dos recursos naturais e maior controlo das exportações. A cooperação internacional tem tendência a ser substituída pelo investimento directo estrangeiro e por empréstimos públicos e privados.

A emergência de Moçambique como país rico em recursos naturais adiciona a necessidade de novas competências em técnicos, capacitação institucional e governação a vários níveis e em infraestruturas. Requerem-se novos posicionamentos políticos e atenção acrescida às questões de defesa da segurança e soberania nacionais.

5.7 Pobreza

A pobreza reduziu-se de cerca de 69,4%, em 1996-97, para 54%, em 2002-03. Segundo o Inquérito ao Orçamento Familiar de 2008-2009, houve um ligeiro agravamento na taxa de pobreza para 55%. Isto significa que, devido ao aumento da população, estima-se que, entre 2003 e 2009, o número de pobres tenha aumentado em cerca de 2,8 milhões de moçambicanos. Isto é, o crescimento económico não absorve o aumento da população, podendo afirmar-se que cresceu a probabilidade de um recém-nascido engrossar o número de pobres.

É também de se notar que nos agregados familiares com maior número de membros, o consumo *per capita* é muito mais baixo do que nos agregados mais pequenos. De facto, de acordo com o Inquérito ao Orçamento Familiar acima referido, a despesa média mensal por adulto, em agregados com 7 e mais membros, é de 762 Meticais, enquanto que o consumo médio mensal, por adulto, equivalente em agregados com 3 ou 4 membros, é de 1.115 Meticais.

Um estudo sobre o nível e a estrutura das rendas dos agregados familiares rurais sugere que cerca de 80% da população rural tem rendimentos médios monetários inferiores a 3.000 Meticais por ano. O Quadro 11 mostra que, a preços correntes, o PIB *per capita*, em 2009, representa somente 11,3 meticais por dia, para o sector da agricultura.

Quadro 11: PIB *per capita*, em Meticais, a preços correntes

	2007	2008	2009	2010
Agricultura	3.185	3.977	4.111	4.550
Restante economia	30.945	33.554	36.794	40.772
Média nacional	10.064	11.306	12.210	13.526
PIB <i>per capita</i> /dia				
Agricultura	8,7	10,9	11,3	12,5
Restante economia	84,8	91,9	100,8	111,7
Média nacional	27,6	31,0	33,5	37,1
Linha de Pobreza < >Mt 18,4 / pessoa/dia (*)				

Nota(*): Dados do Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF) referentes a 2008/09

Fonte: INE, Contas Nacionais por Trimestre.

Nos termos do Inquérito ao Orçamento Familiar de 2008-2009, este valor corresponde a cerca de 61% do valor nominal da linha de pobreza, de 18,4 meticais por dia. O PIB *per capita*, por dia, para os restantes sectores da economia, era de 100,8 meticais.

Estes indicadores evidenciam que, em média, a maioria da população no campo vive muito abaixo da linha de pobreza, enquanto os outros cidadãos vivem perto de dez vezes acima do limiar da pobreza. No Quadro 10, observa-se que o diferencial do rendimento *per capita* entre a agricultura e o resto da economia é igualmente de cerca de 1 para 10. Isto é, o rendimento de uma família média, que tem uma pequena exploração agrícola como fonte de rendimento, corresponde a 10% do rendimento do resto dos cidadãos.

A população urbana é cerca de 31% do total, estimando-se que, em 2015, seja de 35%. Cerca de 53% dos 1,2 milhões de habitantes da cidade de Maputo são qualificados como sendo pobres.

O PNUD indica um aumento nas desigualdades sociais: em 1997, os 10% da população mais pobre retinha 2,5 % da riqueza nacional e, em 2007, reduziu para 2,1%. Nos mesmos anos, os 10% de pessoas com maior rendimento detinham 31,7% , subindo para 39,2% em 2007. Um estudo moçambicano revela o mesmo fenómeno: em 2002, os 40% da população com menores rendimentos absorviam 7% do rendimento nacional mas, em 2008, passaram a absorver apenas 5%. Os 40% da população com rendimentos mais altos absorviam 69%, em 2002, e 71% da riqueza do país em 2008.

Um outro estudo indica que, entre 2000 e 2010, não se verificaram reduções significativas nas desigualdades da distribuição da riqueza entre as províncias (medidas pelo PIB *per capita*). Indica alguma convergência dos Índices de Desenvolvimento Humano entre as províncias justificado, provavelmente, pelo alargamento da cobertura sanitária e escolar.

5.8 Produção e segurança alimentar

A agricultura é a principal ocupação da população rural, ou seja, de 70% da população moçambicana. Entre 1992 e 1996, o sector agrário cresceu a uma taxa média anual de 6%, e entre 1996 e 2004 a 6.6% (FMI, 2005). De 2000 a 2010 a contribuição da agricultura ao PIB variou entre 22% e 24% (INE).

Infelizmente, ao longo de décadas, a agricultura tem sido caracterizada por produtividade e rendimentos agrícolas baixos. A produtividade do sector familiar durante os últimos anos está apresentada no Quadro 12 seguinte.

Quadro 12: Rendimentos médios agrícolas entre 2002 e 2008 Kgs por hectare, em cultura de sequeiro

Rendimentos Médios/ano	Milho	Arroz	Mapira	Amendoim
2002	707	279	396	312
2005	508	203	300	202
2006	839	273	497	262
2007	681	284	435	255
2008	618	284	329	223
Média	671	265	391	251

Fonte: Ministério de Agricultura, Direcção Nacional de Economia - Trabalho de Inquérito Agrícola, Dez. 2011, and *Monitoring Agricultural Sector Performance, Growth and Poverty, Trends in Mozambique*

Segundo a FAO, a produção por habitante tem decaído durante as últimas cinco décadas. Esta instituição refere que, em Moçambique, ainda se produz uma média inferior a 700 quilos de cereais por hectare, enquanto que, no Malawi e na Zâmbia, já se produz acima de 2,000 quilos por hectare. Na Nigéria, produz-se 5,000 quilos de milho por hectare.

De acordo com os censos agropecuários, entre 2000 e 2010 verificou-se um aumento de produção bruta da agricultura, assente no aumento dos factores trabalho e terra, isto é, através da extensão da produção. O consumo de insumos diminuiu (sementes melhoradas, fertilizantes e pesticidas), bem como a quantidade de equipamentos (número de tractores, motobombas e electrobombas).

Os chefes de exploração com alguma escolarização têm tendência para abandonar a agricultura, existindo uma feminização das chefias das explorações. A estrutura por tamanho das explorações indica que, na primeira década deste século, a proporção de pequenas explorações aumentou.

Apesar da baixa produtividade, segundo a FAO, a produção de milho aumentou significativamente nos últimos anos, podendo Moçambique considerar-se excedentário deste produto. Porém, por razões de qualidade, estabilidade da oferta e dos preços, a indústria moageira e de rações continua a importar este cereal. Tem havido aumentos significativos da produção e exportação de tabaco, açúcar e algodão. Culturas tradicionalmente importantes como o caju, a copra e o chá permanecem com grandes dificuldades de recuperação, devido a vários factores (envelhecimento das plantas e doenças, pouco investimento na recuperação industrial e nas plantações, mercados distorcidos, pouco interesse dos investidores, flutuações dos preços nos mercados internacionais). Apesar de experiências promissoras do agro-negócio, sobretudo associadas às cadeias de valor de bens exportáveis (frutas e vegetais, em particular), o défice da balança comercial agrícola tem aumentado. Os principais produtos importados são o trigo e o arroz.

Do total do investimento realizado na economia, entre 2000 e 2010, perto de 27% destinou-se à agricultura. Um estudo sobre a despesa pública na agricultura, realizado pelo Banco Mundial, refere que a investigação agrária recebia apenas 0,24% do PIB gerado pela agricultura, três vezes menos que a média da África Subsaariana. Os recursos destinados à extensão rural são extremamente escassos.

Estima-se que aproximadamente um terço da população moçambicana vive com insegurança alimentar crónica, e cerca de 20% a 25% adicionais são altamente vulneráveis à insegurança alimentar transitória. Os dados existentes sobre desnutrição revelam que a situação é grave. Um estudo refere que cerca de 46,4% da população moçambicana sofre de desnutrição crónica e 6,6% de desnutrição grave. Não há qualquer indicação da aplicação duma estratégia de segurança alimentar. Por exemplo, não existem reservas físicas e financeiras para situações de emergência. Quando existem calamidades, por seca ou inundações, o socorro em bens alimentares surge principalmente da ajuda externa.

O Trabalho de Inquérito Agrícola, publicado pelo Ministério de Agricultura, em Dezembro de 2001, refere que, para além da quase ausência de mecanização agrícola na produção de alimentos, o sector familiar utiliza muito poucos insumos agrícolas: sementes melhoradas, fertilizantes e agro-químicos. Das 51,400 toneladas de fertilizantes consumidas em Moçambique, em 2010/11, cerca de 91,3% foram utilizados na produção empresarial do tabaco e do açúcar e apenas 5.000 toneladas, ou seja 9,7%, foram usadas por todos os outros sectores, incluindo o sector familiar, que conta com cerca de três milhões de produtores.

A situação prevalecente de baixa produtividade e rendimentos agrícolas constitui o maior desafio de Moçambique, e está indissolúvelmente ligada à questão da pobreza e do emprego. Constitui a razão principal para o afluxo desordenado das populações rurais para as zonas urbanas, onde exercem uma pressão sobre o equipamento urbano e engrossam os níveis de desemprego, com o conseqüente incremento de tensões sociais urbanas.

5.9 Mega projectos

Nos últimos anos, os mega projectos têm merecido grande atenção da acção governativa, na política económica e no discurso político. São os grandes projectos que têm contribuído para os resultados positivos que se reflectem nalguns indicadores macroeconómicos importantes, principalmente a balança de pagamentos e o PIB, apesar da crise internacional. Embora sejam elevados os riscos que poderão ressaltar da situação da economia internacional desde 2008, o aumento da extracção e exportação do carvão poderá liderar o crescimento económico nos próximos anos.

Assumindo um cenário de estabilidade política e social, as projecções apontam para um crescimento da economia da ordem de 8,4% no triénio 2013 a 2015, resultante do crescimento médio previsto na indústria extractiva: o crescimento acelerado da produção e exportação do carvão e a crescente contribuição das areias pesadas, da energia e do sector do gás.

Os mega projectos têm induzido a criação de infraestruturas associadas à construção civil (reabilitação e ampliação de linhas férreas, de terminais portuárias e a abertura de novas estradas e pontes), assim como o planeamento de centrais eléctricas. Começam a surgir, embora de forma incipiente, algumas actividades económicas associadas, tais como o fornecimento de bens e serviços. No entanto, conforme já foi referido, as empresas nacionais são caracterizadas por capital incipiente, fracos recursos humanos, pouca especialização e grandes carências de gestão, planificação e de eficácia operativa. Não são, por isso, competitivas. As empresas estrangeiras continuam sendo os principais fornecedores de bens e serviços aos mega projectos.

Na última década, 80% a 90% de todo o investimento privado em Moçambique (principalmente nos sectores de alumínio, gás, minas, pesca e florestas) foi aplicado na extracção de recursos naturais e sua exportação, sem processamento industrial que lhes acrescente valor. Não obstante haver uma legislação proibindo a exportação de madeira em toros, foram devastadas extensas áreas de florestas com árvores exóticas protegidas, que foram cortadas e exportadas em bruto. A replantação da floresta é muito limitada e existem indicações de que o volume de corte é superior ao da capacidade regenerativa natural da floresta. Isto significa uma exploração não sustentável deste recurso. Apesar do cancelamento de licenças de exploração, existe a percepção de que a fiscalização não tem sido plenamente eficaz na aplicação da lei.

O mesmo pode ser observado no processo de concessão da terra, em geral, por um período de até 50 anos. Refere-se que 88% da terra cedida aos grandes investidores agrícolas entre 2007 e 2009, cerca de 5 mil quilómetros quadrados, foi destinada a actividades directamente extractivas: produção florestal, fauna bravia e biocombustíveis.

As grandes dificuldades e os desafios associados à implantação dos grandes projectos são:

- Reassentamento de populações em zonas com terras menos férteis, mais distantes dos mercados e serviços públicos e com menores oportunidades de negócios;
- Negociações não formais entre governo, multinacionais e comunidades, resultando em desentendimentos relativamente aos graus de cumprimento dos compromissos, e provocando situações de reclamação e de insatisfação por parte da população abrangida;
- Insuficientes ligações entre pequenas e médias empresas e os grandes projectos;
- Efeitos ambientais negativos: contaminação do ar, da água e dos solos;
- Sobrecarga das infraestruturas como estradas e pontes, parque imobiliário e demais elementos do urbanismo (escolas, centros de saúde) e a conseqüente aceleração da sua deterioração, agravada por deficiente manutenção;
- Imigração numa escala que ultrapassa a capacidade de absorção e de geração de emprego; os problemas sociais agravam-se nos centros urbanos e nas periferias dos pólos onde se implantam as unidades produtivas;

- Inflação, provocada por nova e maior procura local de bens e serviços, para a qual o tecido produtivo não possui capacidade de resposta. A inflação penaliza, principalmente, os grupos sociais de menor rendimento.

As situações de conflito já verificadas requerem um tratamento mais aprofundado, envolvendo as partes interessadas: Governo, multinacionais, comunidades, organizações da sociedade civil e o sector privado local.

A questão central permanece na necessidade de captar mais recursos dos grandes projectos para a economia, nomeadamente, receitas para o Orçamento do Estado, e de reter o valor no país, por diversos mecanismos como a geração de emprego, extensão e melhoria dos serviços sociais, desenvolvimento de aglomerados económicos e capacitação do Aparelho de Estado para o desempenho das suas funções. A falta de transparência acerca dos contratos e das negociações bem como o difícil e virtualmente impossível acesso à informação relacionada com os mega projectos facilitam a criação de um clima de desconfiança sobre eventuais actos ilícitos, corrupção e conflitos de interesse entre negócios e governação.

6. Recursos naturais, sustentabilidade e ambiente

Há evidências de que, em muitos casos, a exploração dos recursos naturais não obedece ao princípio da sustentabilidade, com indícios fortes no sector florestal. O actual reduzido licenciamento da pesca, sobretudo de crustáceos, deve-se principalmente à perda de reservas resultante de vários factores, incluindo a pesca industrial não fiscalizada, a partir da década oitenta. São detectados vários casos de caça furtiva, tráfico de marfim e de cornos de rinoceronte, alguns dos quais fora do país. A prática do “garimpo” de ouro e de pedras preciosas está bastante massificada em algumas zonas do país. Os volumes de extracção de carvão e outros minerais é realizado sem que existam estudos completos sobre as reservas quantitativas e qualitativas, não permitindo calcular o volume e o período de extracção sustentável.

A este respeito, um estudo divulgado num seminário acolhido pelo MICOA, em 2009, apresenta os seguintes dados sobre o país:

- Uma depreciação do capital físico de 8,5% do Produto Interno Bruto (PIB);
- Cerca de 6,9% de esgotamento de recursos exauríveis;
- Uma perda de 0,4% do PIB em riqueza florestal, e ocorrência de 2,8% de contaminação do ar.

O estudo estima uma poupança real nacional de cerca de 14,1% do PIB, questionando a sustentabilidade do desenvolvimento em Moçambique: “*As estimativas dos custos de degradação ambiental, totalizando quase US\$ 370 milhões por ano, representam mais de 6% do PIB de Moçambique, e 20% do Overseas Development Assistance (ODA)*”. Acrescenta: “*Esta abordagem evidencia que a actual trajectória de desenvolvimento económico de Moçambique não é sustentável em virtude das poupanças líquidas negativas ajustadas (2005) que re-*

velam uma maior destruição da riqueza do que a sua acumulação – pondo por conseguinte em perigo o futuro crescimento e bem-estar. Se assim for, os valores calculados contabilizados como amortização do capital produtivo, quase que anulariam o crescimento económico de Moçambique”. Outros estudos revelam tendências semelhantes.

O estudo indica ainda que, em muitos casos, a legislação é ignorada e há insuficiências no exercício da função de fiscalização do Estado. Existem, ainda, lacunas legislativas ou articulados pouco precisos em algumas leis como, por exemplo, na Lei de Terras.

A utilização dos recursos significa também a sua conservação. O uso intensivo e não cuidadoso da terra provoca a deterioração da sua qualidade. Segundo o Ministério da Agricultura, *“O rápido crescimento demográfico, a redução do tamanho da propriedade agrícola per capita, o declínio da fertilidade do solo, oportunidades não aproveitadas de diversificação da renda e migração, criam dificuldade, ao mesmo tempo que as potencialidades da agricultura para o desenvolvimento continuam inaproveitadas”.*

É conhecida a erosão da costa com o avanço das dunas, das areias e de águas salinas, para zonas agrícolas e de habitação. Existem dúvidas sobre o tratamento dos solos sujeitos à exploração mineira a céu aberto. A desflorestação descontrolada provoca erosão dos solos e assoreamento de bacias hidrográficas, com efeitos sobre a vida humana e faunística, assim como altera os ecossistemas. Existem alertas de importantes contaminações do ar e da água nas zonas de exploração de minas. É evidente a deficiente conservação de infraestruturas produtivas como, por exemplo, os regadios, sendo o Chókwé um caso paradigmático.

As questões da sustentabilidade da exploração dos recursos naturais e da conservação do ambiente são de grande importância, considerando a previsão de grandes investimentos mineiros, agrícolas, florestais e turísticos, com tecnologias extensivas em trabalho e a utilização intensiva da terra (uso de fertilizantes e pesticidas químicos, preparação da terra com grande desestruturação das texturas e da compactação dos solos e a possibilidade de monoculturas esgotadoras da fertilidade da terra).

A contaminação ambiental nas cidades acompanha o aumento da população. A desadaptação das infraestruturas (estradas e arruamentos, planeamento urbano, salubridade, esgotos, etc.) e dos serviços aos cidadãos (transportes, saúde, educação, salubridade) é agravada pelo desemprego, pelo crescimento das actividades informais e pela insegurança dos cidadãos.

Terra

Enquanto factor de produção, a terra é um bem com valor económico e patrimonial. A terra tem uma relação intrínseca com a agricultura, a agro-indústria e os recursos energéticos. É ainda um factor de poder, tanto do Estado como ao nível dos seus usuários. Nas comunidades, a terra é também um elemento que influencia as relações sociais e o estabelecimento das hierarquias das sociedades. É ainda um elemento de prestígio.

A Lei de Terras reitera o princípio constitucional de que a terra pertence ao Estado e não é transmissível, embora as melhorias fundiárias possam ser transaccionadas. É a in-

interpretação abusiva desta ressalva que faz com que, na prática, exista efectivamente um mercado de terra no país.

Os licenciamentos conferidos pelo Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) são comercializados de diferentes formas, sobretudo nas zonas urbanas, per urbanas e de expansão urbana, e nas zonas com investimento (principalmente na agricultura, florestas, minas e turismo). São conhecidos casos de obtenção de DUAT para efeitos especulativos como, por exemplo, em áreas onde estão previstos investimentos. Existem evidências da utilização não eficiente da terra. A posse do DUAT pressupõe uma maior segurança dos direitos do uso da terra. Porém, menos de 5% das pequenas explorações possuem o DUAT, o que aumenta a vulnerabilidade dos donos de terra tradicionais ou consuetudinários.

Esta comercialização beneficia as pessoas que, por razões diversas, têm mais acesso e influência junto das estruturas da administração pública aos diferentes níveis, incluindo as autoridades locais. A usurpação de terras para supostos investimentos, com a inobservância de direitos existentes e procedimentos legais, constitui uma das maiores causas de tensão e insatisfação social nas zonas rurais. Para manter o equilíbrio político, social e económico, a paz e a estabilidade, é imprescindível garantir que a exploração da terra se faça num quadro legal, a ser ajustado para que se torne mais operacional e eficaz.

A organização do cadastro possui deficiências importantes de fiscalização, resolução de conflitos e controlo dos licenciamentos. Estudos revelam que os organismos estatais executores da Lei de Terras não possuem plena capacidade para o desempenho destas funções. Esta situação ainda prevalece em 2013, o que é evidenciado pela incapacidade ou falta de vontade política de intervenção dos serviços especializados do Estado perante o comércio da terra, a prevalência e até aumento dos conflitos de terra, o limitado número de terras comunitárias e consuetudinárias com DUAT, a emissão de mais de um DUAT sobre a mesma superfície, entre outros aspectos.

Parece, assim, evidente haver contradições entre a Lei de Terras e a existência efectiva de um mercado de compra e venda de terras, entre a protecção dos direitos adquiridos e consuetudinários e a capacidade das instituições públicas fiscalizarem, resolverem os conflitos e aplicarem a lei. Parece, ainda, haver contradições entre a aplicação da lei e as tradições das comunidades.

A frase frequentemente usada, de que a Lei de Terras moçambicana é muito boa e progressista, parece cair por terra, uma vez que essa lei está desadaptada das realidades socioeconómicas e das capacidades de a fazer cumprir ou, ainda, por casos de corrupção e má gestão do cadastro de terras. Estas contradições facilitam as desigualdades de acesso à terra, o défice de transparência na gestão de terras e o não cumprimento da lei.

Perante as importantes e generalizadas situações não convergentes entre a Lei e a prática/realidade existem duas possibilidades: (i) fazer cumprir a lei de maneira rigorosa, ou (ii) rever e/ou adaptar a mesma. A primeira opção não eliminará as contradições, por mais forte que seja o aparelho de fiscalização. A segunda possibilidade pode ter pelo menos duas opções:

- Permitir a transmissibilidade do DUAT, sem perda da licença e da propriedade estatal. Neste âmbito, a regulação do mercado fundiário deve ser orientada no sentido de:
 - ⊙ facilitar o funcionamento do mercado, especialmente ao nível das pequenas explorações, acautelando que não se percam, imediatamente, numa situação de rápidas mudanças, os direitos adquiridos de uso e aproveitamento da terra rural;
 - ⊙ garantir segurança nas transacções, por exemplo, através, de formas simples de registo. Refere-se inclusivamente num estudo que sugere: *“o mercado pode contribuir para melhorar a eficiência alocativa da terra, tornando-se mais flexível, orientado às pequenas explorações e oferecendo segurança nas transacções, para que não ocorra a perda de direitos. Mais investigação deve ser feita, em Moçambique, para responder a esta questão”*.
- Permitir a existência de zonas de privatização da terra, exigindo-se, para o efeito, o zoneamento do território nacional segundo os fins de utilização da terra, para: defesa e segurança, reservas naturais, parques nacionais, actividades económicas, urbanização, etc.

Excepto os especuladores de terra, a continuidade das contradições não parece favorecer nenhuma parte interessada no uso e aproveitamento legal da terra. Em resumo, uma eventual revisão da Lei contemplará os interesses do Estado, facilitará o desenvolvimento económico (neste caso traduzido pelo incentivo ao investimento), defenderá os pequenos produtores e não poderá ser um obstáculo às transformações e dinâmicas económicas locais e do desenvolvimento. No entanto, em relação aos pequenos produtores, alguns autores afirmam que o DUAT é o mais importante, por introduzir um factor de segurança, e não pelas opções produtivas deste tipo de agricultores. Neste sentido, tal como nas zonas de penetração do capital mineiro e agrário, a questão central para os pequenos produtores é a segurança da posse da terra e não a influência do DUAT no rendimento agrícola a curto prazo. Sobre este assunto não existe consenso, sendo necessários mais estudos.

É importante que a terra, como património e factor de produção, tenha valor de mercado em favor dos seus proprietários e do Estado. Se é aceite que o mercado é um eficiente alocador de recursos, a valorização económica da terra é uma importante condição para a alocação e utilização eficiente deste importante recurso. Teria de ser um mercado fundiário, devidamente regulado, para se evitar a especulação da terra como um valor futuro, bem como penalizações pela sua não utilização, de acordo com o previsto na Lei e nos actos de compra e venda.

A inobservância de direitos existentes e de procedimentos legais constitui uma das maiores causas de tensão e insatisfação social nas zonas rurais. Para manter o equilíbrio político, social e económico, a paz e a estabilidade, é imprescindível garantir que a exploração da terra se faça num quadro legal, a ser ajustado, para que se torne mais operacional e eficaz.

Água

Não obstante o planeta estar maioritariamente coberto de água, a água potável constitui um dos recursos mais escassos. A sua distribuição não é uniforme e o seu consumo está a crescer. A manterem-se os actuais padrões de crescimento mundial, e não havendo ganhos de eficiência nos consumos, por volta do ano 2030 as necessidades deste recurso passarão dos 4.500 biliões de metros cúbicos actuais para 6.900 biliões de metros cúbicos. Por exemplo, as necessidades da África do Sul estimam-se em 17,7 biliões de metros cúbicos, dos quais 30% se destinam ao consumo doméstico.

Alguns analistas prenunciam que poderão gerar-se sérios conflitos à volta da água, inclusive entre países vizinhos. Para alguns países, a decisão de importar alimentos far-se-à não em função da sua incapacidade efectiva de os produzir, mas da quantidade de água que, para isso, necessitam, ou que economizam não o fazendo.

Os principais recursos hídricos de Moçambique são compartilhados com os países vizinhos e o país localiza-se na parte final das bacias hidrográficas. Cerca de 50% destes recursos estão concentrados, sendo a região Sul a menos favorecida. Apesar do imenso potencial do país, muita da água que corre nos nossos rios vai para o oceano sem ser utilizada, nem na irrigação de terras para agricultura, nem na produção de energia.

O desenvolvimento de Moçambique passa necessariamente pela bacia do Zambeze, não só pelos recursos minerais já identificados ou por identificar mas, sobretudo, porque estão ali:

- cerca de 50% dos recursos hídricos da superfície;
- 70% do potencial de geração de energia hídrica (10.000MW, 45.000 GWh/ano) e
- 50% do potencial de irrigação.

Com 1.390.000 quilómetros quadrados e mais de 30 milhões de habitantes, a bacia do Zambeze é a mais importante da SADC, e é partilhada por oito países. A médio e longo prazos, pode ser um foco de conflito envolvendo Moçambique, Zimbabwe e Zâmbia, os quais partilham, respectivamente, 12%, 16% e 42% desta bacia.

No horizonte da Agenda 2025, são previsíveis alocações significativas de água à produção de energia, agricultura, mineração, indústria e consumo doméstico. Os acréscimos no consumo estão basicamente condicionados por falta de infraestruturas. Porém, a problemática da gestão racional integrada dos recursos hídricos e a acomodação dos interesses de Moçambique e dos países da região precisam de subir de prioridade na agenda governamental, no curto prazo. A gestão das bacias de Maputo, Umbelúzi, Incomáti e Limpopo (415.000 quilómetros quadrados, 14 milhões de pessoas, densidade populacional de 25-50 pessoas por km², uma das maiores de África, e com potencial para conflito) é estrategicamente importante para a produção de alimentos e geração de emprego para a maior concentração populacional do país – a cidade de Maputo.

Uma gestão eficiente e integrada dos recursos hídricos tem de assegurar:

- uma justa partilha internacional da água;
- o uso interno adequado;
- a expansão do seu benefício económico e social;
- a priorização dos investimentos públicos;
- a mobilização dos recursos financeiros necessários para a construção de infra-estruturas de armazenamento e distribuição e
- a sustentabilidade destas a longo prazo.

Isso pode exigir o reforço e mudanças institucionais na gestão deste sector.

7. Instituições e democracia

Segundo uma literatura recente, os países que atingiram patamares de desenvolvimento elevados nas últimas três ou quatro décadas, conseguiram-no, em grande parte, devido à existência de um Estado orientado para o desenvolvimento. Esses estados apresentavam como características comuns a promoção dum desenvolvimento económico que favorece explicitamente determinados sectores, uma administração pública forte e competente, a colocação de instituições públicas competentes no centro das estratégias de desenvolvimento, uma clara articulação entre os objectivos sociais e económicos e a legitimidade política, validada pelos resultados alcançados no domínio do desenvolvimento.

As instituições são, como os sectores de produção, um elemento fundamental para o desenvolvimento. É desejável que as instituições sejam representativas e legítimas relativamente aos colectivos representados. A legitimidade é conferida não apenas por sistemas de eleições transparentes e livres, mas também pelo cumprimento dos programas eleitorais, pelo desempenho das instituições e igualdade de tratamento dos eleitores, da semelhança de oportunidades de acesso aos recursos, aos serviços e às condições de admissão e progressão nas carreiras profissionais. Existe a percepção de que, em todos os aspectos referidos, em Moçambique há um amplo caminho a percorrer, tanto no Aparelho de Estado, como nos restantes áreas (legislativo e judicial), nas organizações profissionais e na sociedade civil. São frequentes os casos comprovados de corrupção a diferentes níveis, acusações de eleições manipuladas e de desigualdade de acesso a recursos e a serviços.

O funcionamento do sistema de poder deve obedecer a princípios democráticos, como sejam a separação de poderes, a existência de uma legislação clara sobre incompatibilidades entre cargos e funções públicas e privadas, a regulação do acesso a informação, o respeito pelas liberdades individuais e o respeito pelos direitos humanos. Persistem, em Moçambique, e precisam de ser removidos, casos de violação destes princípios. Persiste a percepção de que não há separação e independência efectiva entre os poderes parla-

mentar, judicial e executivo; persistem casos de proibição de manifestações por grupos de cidadãos preocupados com questões determinadas; persistem casos de violação ou falta de protecção adequada às representações de alguns partidos políticos. Prevalencem casos de falta de delimitação entre interesses públicos e privados. Há acesso privilegiado à informação, tráfico de influências, uso desproporcionado da força policial e casos de violação dos direitos humanos. Reconhece-se, porém, a existência de importantes avanços, sobretudo na liberdade de expressão oral e escrita e na liberdade de associação.

A longo prazo, a estabilidade das instituições é fundamental para a aplicação das políticas aprovadas. Havendo casos, durante décadas, de constantes mudanças de quadros dirigentes e técnicos, acompanhados geralmente de alterações de orientação das respectivas políticas e estratégias sectoriais e a nível dos escalões territoriais, é necessário superar esta fraqueza. A falta de memória institucional reflecte-se na pouca organização da informação histórica das instituições, que permita o acumular das experiências. São poucas as bibliotecas nos serviços públicos e nas organizações profissionais, que permitam conhecer o seu desempenho e percurso institucional.

A descentralização da responsabilidade pela prestação de serviços e a capacitação dos governos e seus órgãos locais são condições essenciais para que os planos de desenvolvimento territoriais sejam implementados. A descentralização eficaz requer, também, a transferência de poder e responsabilidades, mais do que a simples transferência da responsabilidade pela implementação de políticas e estratégias formuladas aos níveis mais elevados.

A democracia tem como pressuposto a prevalência de climas de tolerância, respeito pelas diversidades e diferenças, espaços de diálogo e de debate interpartidários, assim como espaços de diálogo entre os cidadãos, nas suas diferentes formas de organização, e os governantes. É necessário ultrapassarem-se os défices de diálogo, superar a dificuldade na aceitação das diferenças e, simultaneamente, cultivar-se a cultura de busca constante de consensos.

Deseja-se que os funcionários e dirigentes do Estado respeitem e sirvam os cidadãos através de sistemas e processos administrativos abertos e eficazes. É necessário superar o abuso do poder, o mau atendimento ao público e uso das funções do Estado para obtenção de benefícios pessoais. É fundamental que as agendas políticas sejam cada vez mais inclusivas, reforçando a capacidade dos excluídos de participarem na economia de mercado, na vida democrática e no espaço público, com naturalidade e em condições mais equitativas. Essas agendas devem reposicionar os excluídos no âmbito dos processos de produção, distribuição e governação.

O sector privado é fundamental para o desenvolvimento económico e humano. Tem emergido recentemente entre as instituições de desenvolvimento um novo quadro conceptual sobre o papel do sector privado no desenvolvimento, que reconhece o papel dos mercados no alargamento de escolhas e oportunidades para as pessoas e famílias pobres, nas suas qualidades de produtores, consumidores e assalariados.

Compete às instituições e dirigentes políticos educar o povo em redor de valores éticos, defender e difundir os valores da democracia, da justiça, da ética profissional, dos

elementos de identidade nacional. Neste contexto, importa mencionar que persistem discursos, atitudes e formas de organização de negócios que conduzem ao racismo e ao tribalismo, assim como a apropriação ilícita de bens do Estado. Ao contrário do que deveria ser, não raras vezes o interesse individual tem prevalecido sobre o interesse geral e sobre o interesse público.



CAPÍTULO III

MOÇAMBIQUE NO MUNDO: DESAFIOS E TENDÊNCIAS

1. Recursos Naturais

Nos últimos dez anos, testemunharam-se profundas mudanças na situação geral do país. Os indicadores económicos anunciados reflectem estas dinâmicas, e são reconhecidos em todos os fóruns da especialidade.

Para além de grande desenvolvimento das infraestruturas, Moçambique experimenta, hoje, uma fase de grande euforia, como resultado das recentes descobertas de grandes quantidades de gás, que se situam entre as reservas mais importantes do mundo. Tem também carvão e outros minerais, a crescer ao potencial energético assente em novas centrais hidroeléctricas e térmicas, em fase de estudo, e imensos recursos naturais de água, terra, florestas e recursos marítimos.

A certificação das reservas de recursos minerais, em especial de carvão e de gás natural, mudaram substancialmente o panorama económico moçambicano e as perspectivas futuras do país, designadamente:

- As reservas comprovadas de gás, na ordem de 160 TCF (*trillion cubic feet* - cento e sessenta triliões de pés cúbicos) na bacia do rio Rovuma, situam Moçambique como uma das cinco maiores reservas do mundo, que poderá transformar-se num dos maiores produtores e exportadores de gás natural, a nível mundial;
- Na região de Tete, estão a ser desenvolvidos trabalhos de pesquisa e de exploração do carvão, essencialmente com vista à sua exportação numa dimensão que prevê, a médio prazo, a exportação de 130 milhões de toneladas por ano. Espera-se que, a médio prazo, o carvão também seja explorado no Niassa;
- Na área de produção energética também se preveem aumentos substanciais com a construção da Central Norte de Cahora Bassa e das novas barragens de Mpanda Nkwa, Boroma e Lupata, e ainda com a construção de centrais termoeléctricas de Moatize, Chirodze e Benga, voltadas para o apoio a iniciativas industriais que acrescentem valor, e aumentem as exportações de bens que resultam da transformação industrial de metais básicos como o ferro, o cobre, etc.;

- Outros recursos minerais, como sejam as areias pesadas de Moma, a grafite e o níquel de Cabo Delgado, o ferro de Tete e Nampula, o mercúrio e o ouro em Niassa, bem como outros minerais e gemas constituem, certamente, áreas de grande expansão, ao longo da presente década.

Igualmente, os cerca de 20 milhões de hectares de terra arável, sem ocupação, ainda por explorar, a existência de bacias hidrográficas de rios e o potencial florestal constituem uma grande oportunidade para o desenvolvimento do agro-negócio, de forma sustentável e rentável.

Devido aos constrangimentos logísticos, a exploração destes recursos vai exigir avultados investimentos na criação de vias adequadas de transporte terrestre e marítimo e nos portos marítimos.

As projecções para 2013 apontam para um crescimento da economia na ordem de 8,4%. O crescimento acentuado previsto resulta do crescimento da indústria extractiva, em 2012, de cerca de 18,6%, como resultado do desempenho do carvão em Moatize. Nos próximos anos, o crescimento acelerado da produção e da exportação do carvão e a crescente contribuição das areias pesadas, da energia e do sector do gás vai elevar o produto interno bruto de Moçambique a uma taxa de cerca de 7,8% ao ano, conforme projecções do FMI até 2017, nos termos constantes do Quadro 3.

Numa atmosfera de estabilidade interna e de recuperação da crise internacional, estima-se que as empresas mineiras vão atingir a sua máxima de produção e escoamento do carvão a partir de 2020, perspectivando-se, a partir de então, receitas anuais de exportação acima de US\$ 10,0 biliões de dólares.

2. Moçambique na região e no mundo

A economia moçambicana insere-se crescentemente na economia mundial globalizada, tendo registado, nas últimas duas décadas, taxas significativas de crescimento médio anual, com relativo equilíbrio macroeconómico, com melhorias relativas registadas ao nível da logística e no fornecimento de serviços.

A ascensão económica dos países emergentes como o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), assim como de novos actores, sobretudo asiáticos, fizeram crescer a procura de recursos naturais, viabilizando projectos de exploração de recursos minerais e energéticos da África Austral. A importância dos recursos naturais de Moçambique cresceu. Moçambique surge, assim, como um destino promissor para os grandes investimentos nos sectores de gás, carvão e outros minérios, na agricultura, florestas e nas infraestruturas. Desenvolveu-se, assim, um espaço em que, em Moçambique, se assiste a uma forte influência de vários países, designadamente China, Índia, Austrália, Brasil, Coreia do Sul, África do Sul e Itália, assim como, num segundo plano, Malásia, Indonésia e Vietnam.

Estas mudanças têm influência sobre o presente e o futuro do país. Ao se perspectivar o futuro, é essencial determinar-se como essas mudanças criam novas oportunidades

e desafios. É essencial acolher as novas oportunidades, sem alienar os parceiros tradicionais.

Outros fenómenos mundiais com grande influência sobre o presente e o futuro de Moçambique são:

- A implosão do mercado imobiliário, o colapso de bancos e agências de seguros e a subsequente recessão económica americana, seguida da crise financeira à escala internacional;
- A crise das dívidas soberanas de Portugal, Itália, Grécia, Espanha e Irlanda, e consequente instabilidade social e económica, em particular nesses países e, em geral, na Europa;
- As transformações e a instabilidade em importantes regiões do mundo árabe e no Médio Oriente, em particular na Tunísia, Egipto, Líbia, Turquia e Iémen, assim como a grave situação actual na Síria;
- A divisão do Sudão, com o precedente de criação de 2 países, deixando para trás a doutrina e as deliberações da OUA, de indiscutibilidade e indivisibilidade das fronteiras coloniais;
- A desestabilização no Mali, no Níger e na Nigéria;
- As disputas territoriais entre o Malawi e a Tanzânia, a instabilidade na República Democrática do Congo, os golpes de Estado e as mudanças violentas de regime, como nos casos da Guiné-Bissau, Costa do Marfim e Mali;
- O surgimento da Tailândia, Malásia, Indonésia, Vietnam, Coreia do Sul e Taiwan como sólidos investidores no plano internacional;
- A tendência dos países que dominam o grupo regional da SADC de encetarem negociação directa com os parceiros do grupo extrarregional, o que condiciona o diálogo no quadro da cooperação internacional e, ainda, a ameaça ao próprio conceito de integração regional, resumindo-o, na prática, à circulação de bens e de pessoas;
- Os interesses ou posições pontuais divergentes e, por vezes, antagónicos, no seio da SADC, sobre a questão essencial: interdependência regional ou dependência em relação à África do Sul, no modelo similar à “Constelação de Estados” do tempo do *apartheid*.

Ao nível nacional e local, é importante ponderar-se sobre os seguintes parâmetros novos que implicam novos desafios, novas oportunidades e também ameaças:

- A perspectiva de melhor exploração do potencial hidroeléctrico do país; a construção de represas, para armazenamento de água e preservação do curso de águas torrenciais periódicas;
- A descoberta de depósitos de hidrocarbonetos na plataforma continental e a crescente consciência da necessidade de defesa das nossas águas territoriais, face ao recrudescimento do fenómeno da pirataria;

- A riqueza em recursos minerais como fonte de atracção de imigração clandestina, de garimpo ilegal e de contrabando;
- A utilização do nosso país como importante ponto do tráfico internacional de droga;
- O desejo do Malawi, Botswana e, de modo mais geral, dos países do *interland*, de aceder ao mar via Moçambique;
- O interesse crescente dos mercados asiático, do médio oriente e brasileiro, nos recursos naturais (minerais, hidrocarbonetos, madeira, terras propícias para a agricultura, etc.).

A reflexão sobre estas matérias deve ser norteada pelo imperativo de se assegurar a paz, o interesse nacional, o desenvolvimento e a estabilidade interna, tendo em conta:

- No plano interno: o pano de fundo da unidade nacional, o aprofundamento da democracia, a equidade no acesso à riqueza da nação e a superação da pobreza;
- No plano externo: a defesa da soberania e da integridade territorial e a defesa do interesse nacional.

É necessário assumir que a posição, hoje privilegiada, de Moçambique deriva de fenómenos e do realinhamento de interesses mundiais de que somos parte, mas não somos o agente único ou isolado.

A realidade internacional tende a complicar-se, activando ou condicionando os cenários do futuro do país, mesmo o futuro de curto prazo, entre outros:

- A crescente tensão internacional em torno da liderança mundial (EUA, China, Rússia, Europa), visando uma supremacia económica, monetária e financeira; o controlo de matérias primas estratégicas, de recursos energéticos e a conquista de zonas de influência política e militar;
- O crescente descontentamento mundial relativamente às estratégias e políticas de intervenção em países soberanos;
- A contradição global entre os graves constrangimentos ambientais e a necessidade de se assegurar um grande crescimento económico, para acomodar as expectativas de consumo da crescente população mundial;
- A generalização de um padrão de consumo exacerbado pelo mercado, também nas economias emergentes, insustentável à escala planetária;
- O fenómeno de acelerada urbanização e a pressão crescente sobre a terra, alimentos e água;
- A crescente incapacidade das elites mundiais de gerirem uma população descontente com a sua pobreza e cada vez mais bem informada sobre as suas causas;

- A crise internacional que persiste no seu quinto ano consecutivo, sem dar mostras de saída, nos Estados Unidos, a estagnação do Japão e a incerteza do futuro da União Europeia e do Euro;
- A excessiva volatilidade dos mercados, em particular do mercado de capitais e o das dívidas públicas;
- O ressurgimento de tendências proteccionistas;
- O surgimento do Brasil, da Rússia, da Índia, da China e da África do Sul (BRICS), na arena internacional, cujas economias, nos últimos meses, estão a conhecer desaceleração nos seus crescimentos;
- As mudanças de regime nos países do Norte de África e do Médio Oriente;
- O ressurgimento de nacionalismos na América Latina, designadamente na Venezuela, Argentina e a Bolívia;
- Os golpes de Estado e a instabilidade na África ocidental;
- O surgimento de novos países e novas fronteiras em África;
- As disputas territoriais, a ameaça da pirataria e o crescente radicalismo no plano religioso, em certas regiões da África.

A independência e os progressos nacionais vão resultar da mestria com que soubermos gerir as interdependências num mundo global, porque nenhuma nação, sobretudo as mais pequenas e frágeis, como Moçambique, pode ser hoje completamente independente e isolada do resto do mundo. Haverá que revigorar a nossa política externa tradicional de fazer novos amigos e elevar a relação histórica com os parceiros solidários.

3. As tendências do mundo de hoje

O que se passa no mundo de hoje, dominado pela informática e conseqüente comunicabilidade, tem efeitos directos e indirectos sobre a sociedade e a economia moçambicanas. As tendências internacionais, no presente momento, permitem inferir o seguinte:

- Espera-se que, no fim da presente crise internacional, o peso relativo das diferentes economias seja significativamente diferente do que existiu até ao presente. Isto implicará mudanças radicais nos fluxos comerciais, a nível global, com os BRICS e economias emergentes com muito maior importância no comércio mundial, a nível absoluto e relativo, como sucede entre os EUA e a Europa;
- Em muitos países, particularmente nos mais populosos como a China, a tendência para a urbanização acelerada faz com que uma parte determinante da população vá viver em centros urbanos;
- As taxas actuais de crescimento da população, nos países menos desenvolvidos, conduzirão a uma concentração da maior parte da população na Ásia e em África;

- O peso relativo da população total da Europa e das Américas será muito inferior ao actual;
- Uma parte considerável de pobres, maioritariamente jovens, estará concentrada nos centros urbanos e nas zonas rurais da nossa região, a África Subsaariana;
- A população de vastas regiões do globo (EUA, Europa, China, Japão, Índia) está a envelhecer e a tornar-se economicamente cada vez mais dependente;
- Está a consolidar-se o processo de deslocação dos actuais pólos de crescimento mundial para fora das actuais grandes economias dos EUA, União Europeia e do Japão, embora os principais centros de investigação e conhecimento, as tecnologias de última geração cibernética, a indústria militar e espacial não estejam a ser descentralizadas;
- Os fluxos de investimento privado internacional estão tendencialmente a dirigir-se para as economias de comportamento mais previsível e estável e com maior potencial de crescimento, como é o caso das economias em crescimento como Moçambique;
- Conflitos sucessivos nas várias regiões do mundo estão a traduzir-se numa maior militarização, com enormes recursos financeiros e humanos a serem desviados a um nível sem precedentes, para pesquisa e modernização tecnológicas e para armamentos de última geração;
- A notória limitação das lideranças e instituições para gerirem, satisfatoriamente e em tempo útil, os principais problemas à escala planetária (políticos, económicos, financeiros, sociais, ambientais) e, especialmente, para se aumentar o emprego, e reduzir, significativamente, a pobreza material mundial;
- A complexa dicotomia, ainda por resolver, entre a necessidade premente de produzir mais alimentos e mais baratos, e o impacto climático que isso provoca (nas actuais condições tecnológicas de produção);
- As variações climatéricas cada vez mais frequentes e imprevisíveis, sobretudo de temperaturas e pluviométrica, tenderão a agravar o risco do cultivo em sequeiro, e poderão provocar graves destruições físicas;
- O impacto das calamidades e catástrofes naturais está a ter custos humanos, económicos, materiais e sociais crescentes, com reflexos na perda permanente de sustentabilidade económica para milhões de pessoas, e gerando conflitos locais por recursos (água, terra arável, lenha, pastagens);
- A escassez global de água, terra arável e energia, bem como a facilidade de acesso a estes recursos determinará os níveis de produtividade na agricultura e na indústria;
- Os preços dos alimentos e de energia tenderão a aumentar mais do que os restantes preços, devido ao aumento exponencial do consumo de alimentos, à medida que a população mundial cresce e se urbaniza, em particular na China

- e na Índia, e à medida que os seus padrões e hábitos de consumo se forem transformando;
- Enquanto alguns países se tornarão económica e socialmente inviáveis e ingovernáveis, outros irão perdendo e perderão definitivamente a sua importância económica relativa ao nível global, sendo que uma outra parte caminhará no sentido de se tornarem países de rendimento médio, capazes de financiarem internamente políticas de redução da pobreza;
 - ⊙ ficarão de fora desta dinâmica os países que não conseguirem manter a estabilidade interna e a paz social, devido a vários factores: desigualdades sociais extremas, falta de mecanismo de participação dos cidadãos nas decisões, conflitos étnicos, não existência de serviços sociais básicos e o divórcio dos cidadãos em relação ao Estado e à Nação a que pertencem - estes tenderão a manter-se como países de rendimentos baixos;
 - ⊙ muitos destes países estarão localizados na África Subsaariana, onde se irá concentrar a maior parte da pobreza extrema;
 - Redução substancial da ajuda internacional ao desenvolvimento, que tenderá a concentrar-se apenas nos países onde o Estado se fragilizou ao ponto de ser incapaz de providenciar serviços básicos para os seus cidadãos – uma vez que se reconhece que esta situação poderá constituir uma ameaça para a segurança internacional; é importante notar que, já em 2011, cerca de 50% da ajuda ao desenvolvimento internacional foi canalizada para o Afeganistão, para o Iraque e para o Egipto;
 - O Investimento Directo Estrangeiro concentrar-se-á nos países de maior estabilidade social e macroeconómica e nos quais os sistemas de justiça e de protecção dos investimentos sejam funcionais, onde exista mão-de-obra qualificada, a baixos custos, e onde haja facilidade de acesso a energia, água e terra.

No que respeita aos recursos naturais, em geral o investimento directo estrangeiro visa a sua extracção e exportação primária, acrescentando pouco valor industrial dentro do país, sem ampliar e integrar o tecido social e industrial nacional e com pouca criação de emprego qualificado.

As Nações Unidas reconhecem o direito inalienável de os estados disporem livremente das suas riquezas e recursos naturais, de acordo com os seus interesses nacionais. Nos anos 1960, as concessões generosas e de longo prazo, para a exploração de hidrocarbonetos no Médio Oriente, foram renegociadas a favor dos países produtores. Na década de 1970, as nações lutaram para tirar o máximo possível de rendimento para financiarem o desenvolvimento endógeno dos seus países. Surgiram, assim, os movimentos visando a nacionalização dos activos das companhias estrangeiras, com a conseqüente criação de empresas petrolíferas nacionais, como a Petrobras do Brasil e a Sonatrach da Argélia.

Na década de 80, com a abertura dos mercados em desenvolvimento, os países recorreram a investidores estrangeiros para desenvolver as infraestruturas e vitalizar as economias. Foram, assim, concedidos benefícios aos investidores e assinados contratos mais favoráveis para as corporações. Naturalmente que, à medida que os países se foram tornando mais sustentáveis, procederam à renegociação dos contratos, por vezes após crises prolongadas, ou por imposição de medidas unilaterais pelos estados. Embora com dificuldades próprias do processo, são disso exemplos de actuação de estados que não respeitam acordos e contratos assinados:

- A nacionalização de 51% do capital da YPF, empresa nacional de energia da Argentina, em Abril de 2012;
- Em Maio de 2012, a nacionalização, pelo Governo da Bolívia, da principal empresa de transmissão de electricidade e a renegociação do contrato através do qual a Bolívia exportava gás para o Brasil.

Estes processos são difíceis de ser geridos por países que possuem instituições frágeis, designadamente:

- Em 2012, o Quénia introduziu legislação impondo que as entidades nacionais detivessem 35% do capital das minas licenciadas; para atrair investidores, em 2013, o novo governo pretende alterar a Lei de Minas de 1940, por forma a que o Estado retenha apenas 10% do capital em regime de *free carry*, em todas as minas que operam naquele país;
- O ANC, da África do Sul, está a ser pressionado para considerar a aplicação de 50% de impostos e 50% nas mais valias resultantes da venda de direitos de prospecção;
- O Gana, o segundo maior produtor mundial de ouro, aumentou o imposto de rendimento das empresas, para 35%;
- Em 2011, a Zâmbia duplicou os *royalties* do cobre para 6%, e a Guiné Conacri adoptou uma nova Lei de Minas, elevando a percentagem do capital das empresas mineiras para 35%, a favor de entidades nacionais;
- No Zimbabwe, prevalece a regra de 51% do capital das sociedades mineiras pertencerem ao Estado.

As pressões de cariz nacionalista fazem com que as alterações às leis de minas e hidrocarbonetos e aos códigos de impostos visem maximizar as receitas do sector mineiro e, assim, reverter parte dos benefícios dos recursos mineiros a favor dos respectivos cidadãos. Noutra óptica, estas medidas são fortemente criticadas por desencorajarem os investidores que, sozinhos, assumem o elevado risco dos projectos, que requerem avultados investimentos e, muitas vezes, em países com frágeis instituições estatais e em que não há capacidade para os nacionais realizarem a quota que lhes é reservada pela legislação.

Os países da Ásia e do Médio Oriente, depois de terem passado por situações similares durante décadas, para assegurar maior empoderamento (empowerment) dos seus

cidadãos, passaram a estabelecer quotas mínimas nos contratos dos grandes projectos, periodicamente crescentes, para o processamento industrial das matérias primas; estabeleceram, também, a obrigatoriedade de utilização de serviços de apoio de origem nacional, a exigência de se incorporarem quotas mínimas de emprego e programas intensivos de formação de mão-de-obra nacional, o requisito do desenvolvimento das comunidades e associações locais e a criação de centros de elevação de competências e de investigação financiados pelos mega projectos.

Nesses países, os contratos garantem, ainda, que as empresas mineiras, quando esgotadas as reservas, devam fazer o tratamento ambiental e paisagístico das zonas de exploração. O mesmo em relação às empresas de gás, que devem manter um alto padrão de qualidade das suas operações, para se evitarem derrames de poluentes, que causam danos irrecuperáveis ao meio ambiente.

4. Transformar os recursos naturais numa bênção

Com a intensificação da exploração de carvão, de hidrocarbonetos e de outros minerais e o desenvolvimento de infraestruturas, o país entra numa fase nova de crescimento acelerado. Particularmente na área de energia e de minerais, os projectos são tipicamente de capital intensivo e exigem elevada tecnologia e *know-how*. É, por isso, grande o risco de a participação nacional ser mínima, o que sempre acaba por ter implicações de vária ordem. Além de reduzida a participação nacional, se unicamente realizada ao sabor dos interesses do investidor, também pode ser de tal modo selectiva, que acabe por reforçar a desigualdade no acesso aos meios de riqueza e às oportunidades de negócio.

Importa, a esse respeito, aprender com os vários exemplos negativos, e evitar replicar modelos que se provou conduzirem sempre ao insucesso, quando não ao desastre. O caso típico é o de países detentores de imensas riquezas naturais, embora vivam num ambiente de elevada pobreza. Numa situação escandalosa, os recursos naturais desses países apenas beneficiam as grandes multinacionais e pequenos grupos das elites nacionais. Este estado de coisas, em que convivem a alta riqueza e a pobreza extrema, é mantido pelo recurso à força e à repressão, à constante instabilidade e pelo recurso a exércitos privados.

Em geral, os modelos que vemos adoptados nesses países:

- Não oferecem contrapartidas reais aos Estados, pois caracterizam-se por uma reduzida incidência fiscal;
- Criam bolsas de exclusão, pois perturbam e inviabilizam as formas tradicionais de exploração da terra, e não absorvem a mão-de-obra que se torna excedentária nas áreas onde operam;
- Em geral, acrescentam pouco valor industrial dentro do país, e não integram nem beneficiam a sociedade, nem as indústrias nacionais;
- Geram intranquilidade e, frequentemente, resultam em revoltas, por vezes armadas, dos excluídos da terra;

- Constituem, em grande parte dos casos, atentados à saúde pública e ao meio ambiente, por não cumprirem os preceitos internacionalmente recomendados sobre a matéria.

Quando a exploração dos recursos naturais apenas beneficia interesses monopolísticos, os rendimentos gerados são sistematicamente externalizados, pouco contribuindo para a economia do país. Por outro lado, a chamada “maldição” dos recursos energéticos pode, ainda, gerar um fenómeno conhecido como a já referida “doença holandesa”, em que a valorização cambial provocada pela descoberta de recursos naturais, ao favorecer o consumo de bens importados, acaba por reduzir o papel da indústria e da agricultura, que tendem a enfraquecer, gerando o desemprego, e prejudicando o crescimento do país. Avoluma-se, assim, o êxodo rural, pressionando a urbanização das cidades cujas infraestruturas não estão preparadas para tal afluxo.

A exportação de produtos sem a sua transformação local não permite criar o efeito multiplicador que dinamize a economia local. O desenvolvimento estruturado do tecido económico e social local fica, assim, comprometido.

Os recursos naturais abundantes nem sempre trazem maldição. Em certas condições, estes recursos podem tornar-se uma bênção para todo o país. Muitos países que possuem enormes reservas de hidrocarbonetos conseguiram transformar-se em centros de alta tecnologia na indústria de petróleo, treinando massivamente os seus quadros e desenvolvendo fortes sectores público-empresariais e empresas privadas, fortalecendo o seu tecido produtivo. Isso sucedeu no Brasil, na Noruega, na Malásia e noutros países asiáticos, em países da América Latina ou nos países Árabes, estando também a ocorrer em Angola.

Os governos destes países, após algumas décadas de experiência, passaram a estabelecer, nos seus contratos, quotas mínimas, periodicamente crescentes, para o processamento industrial de matérias primas nacionais. Incorporam quotas mínimas de incorporação de bens e serviços de origem nacional e de prestação de serviços, estabelecem quotas de emprego de mão de obra nacional, e tornam obrigatórios programas intensivos de formação de mão-obra e de desenvolvimento das comunidades, com vista à elevação das suas competências.

Em alguns países, para fortalecer o empoderamento (empowerment) de nacionais, públicos ou privados, cidadãos e comunidades, os sectores estratégicos como é o caso de energia, telecomunicações, caminhos de ferro, portos, águas só podem ser detidos e operados por empresas públicas, ou em parcerias público-privadas. Por vezes, podem ser operados por empresas registadas no país, mas com maioria do capital de origem nacional, em regime de free carry ou financiados, com reembolso a ser efectuado com dividendos futuros.

Em outros países, a legislação requer que os proprietários das empresas sejam exclusivamente nacionais; a exploração pode ser cedida a investidores estrangeiros em troca de um rendimento fixo, podendo esses investidores ser parte dos órgãos sociais das sociedades. Os modelos variam consoante a relação de forças entre os governos e os investidores.

A bênção proporcionada pelos recursos naturais não-renováveis resulta da transformação dos rendimentos obtidos pela exploração desses recursos do subsolo, em riqueza nacional sobre o solo, assente em recursos renováveis como a agricultura, a indústria, as infraestruturas estruturantes, os centros de ensino e de investigação. As reservas de minérios e dos hidrocarbonetos existentes no subsolo nacional são recursos não renováveis e constituem activos do país. Quando são extraídos do subsolo, para que o país não empobreça, os rendimentos auferidos da exploração desses projectos devem ser repostos acima do solo, realizando-se, para o efeito, investimentos que gerem recursos renováveis. Assim, a bênção depende de como se convertem as receitas provenientes de riquezas que estão no subsolo, em projectos que criam emprego, e acrescentam valor na agricultura, na pecuária, nas florestas, na indústria de processamento e de exportação, nos transportes, nas infraestruturas, entre outros.

Moçambique possui condições para transformar as riquezas do seu subsolo em projectos agrários, agroindustriais, industriais e outros, assim como na capacitação tecnológica, no aumento de nível educacional e na geração de empregos de alta especialização. Para que isso aconteça, é fundamental a ampla disseminação e o acesso à ciência e tecnologia pelas famílias, pelas comunidades e pelas associações empresariais.

É imprescindível uma forte determinação no sentido de integrar a maioria dos moçambicanos em actividades agropecuárias de alto rendimento e enquadradas numa perspectiva de uma economia moderna e competitiva.

É necessário promover a exploração dos recursos de forma transparente, assegurando igualdade de oportunidades para todos os cidadãos participarem, e melhorarem a sua vida material e espiritual.



CAPÍTULO IV

CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

1. Objectivos gerais

O desenvolvimento, a longo prazo, assenta em concepções políticas e ideológicas que fundamentam opções de natureza económica e social. A concepção da Agenda 2025 tem em vista alicerçar o desenvolvimento económico e social global da sociedade, que seja de longo prazo, contínuo e estável, que conduza à construção de uma sociedade moderna, aberta, democrática, livre, socialmente justa e inclusiva, com crescentes níveis de bem-estar dos cidadãos; preconiza-se uma sociedade assente numa economia competitiva e crescentemente equitativa, social e territorialmente.

Várias teorias referem o crescimento económico com e sem desigualdade nas diferentes fases de desenvolvimento. Uma referem que, nas fases iniciais, existe crescimento económico com agravamento das desigualdades sociais, seguindo-se depois uma fase de crescimento económico sem agravamento das desigualdades e, finalmente, o crescimento económico com equidade. Outras indicam a possibilidade de crescimento económico com equidade nas diferentes fases do desenvolvimento.

A Agenda 2025 propõe a adopção de políticas económicas e sociais que assegurem o crescimento que valorize ao máximo os recursos naturais, com maior criação de emprego, com igualdade de oportunidades, transparência de processos e crescentes níveis de equidade. No Capítulo II notou-se que, durante a primeira década deste século, Moçambique atravessou um período de crescimento económico com aumento de desigualdade, revelada pelo aumento do número de pessoas pobres, a concentração de riqueza em poucas famílias e índices de Gini desfavoráveis.

O desenvolvimento preconizado pela Agenda 2025 contempla:

- Os valores da justiça social, da igualdade dos cidadãos perante a lei, da transparência e da igualdade de oportunidades económicas;
- Os valores da equidade, do mérito e da competência;
- O combate permanente contra a corrupção e a apropriação ilícita de bens públicos, e para promover a responsabilização financeira dos agentes públicos;
- A construção de uma sociedade onde o desenvolvimento se baseie no conhecimento, os cidadãos convivam tranquilamente com o universalismo, o nacio-

nalismo e as culturas locais, onde se respeite a diferença na criação e desenvolvimento da identidade moçambicana.

A Agenda 2025 concebe o desenvolvimento de forma interdisciplinar e intercultural na formação do homem nas vertentes cultural, educativa, mental, espiritual e física. Os objectivos filosóficos do desenvolvimento são permanentemente inacabados, considerando as dinâmicas económicas e sociais, tanto a nível nacional, como internacional. As constantes mutações conjunturais e dos contextos globais das sociedades e economias não podem desviar o percurso dos ideais nacionais, no quadro da evolução das sociedades modernas.

Considerando que a Agenda 2025 possui um horizonte temporal limitado, é importante conceber os objectivos de desenvolvimento no quadro de uma filosofia que esteja fundamentada por um ideário, e busque realizar os sonhos dos moçambicanos. A Agenda 2025 considera, assim, fundamental alcançarem-se os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), incorporando-se, ainda, alguns objectivos complementares:

- Reduzir significativamente a percentagem e o número total de pobres, com prioridade para os mais pobres, tanto no meio rural, como nas cidades;
- Assegurar a educação básica de qualidade e relevante para todos, e alcançar índices de licenciados e de técnicos médios, próximos das médias africanas;
- Alcançar a igualdade entre sexos, bem como a valorização da mulher, reflectindo-se na presença da mulher nos centros de decisão política e económica, nas matrículas dos diferentes níveis de ensino e no emprego, assim como nas actividades económicas e empresariais;
- Prosseguir com as acções que visem maior redução da mortalidade infantil;
- Melhorar a saúde das gestantes, com redução da mortalidade materna;
- Combater e reduzir os índices de mortalidade causados pelas principais epidemias (HIV/SIDA, malária, tuberculose e doenças respiratórias);
- Promover o planeamento familiar, por forma a gerar maiores benefícios na saúde das crianças e das mulheres, no empoderamento da mulher e na redução da pobreza;
- Fortalecer o papel da mulher visando a redução substancial dos índices de analfabetismo no seio das mulheres, reduzir os índices de mortalidade materna, mortalidade neonatal e infantil, visando o desenvolvimento pleno da criança por forma a que nasça e cresça saudável e afirme a sua identidade e individualidade nas relações com a família, os amigos, e a comunidade. O papel da mulher é ainda fundamental para atingir altos índices de produção agrícola, onde o seu papel é dominante;
- Melhorar a qualidade de vida e o respeito pelo ambiente;

- Aumentar o emprego formal criando, em especial, oportunidades de trabalho para os jovens e recém-graduados de ambos os sexos.

Além dos mencionados, a Agenda 2025 considera importante alcançar os seguintes objectivos:

- Aumentar o rendimento *per capita*, sobretudo os rendimentos monetários, no meio rural;
- Reduzir as desigualdades sociais;
- Assegurar a redução da emigração rural-urbana e que a população urbana não cresça mais rapidamente que a população rural;
- Reduzir o desemprego, assegurando uma taxa de crescimento do emprego formal.

2. Princípios do modelo económico e social

Os princípios do modelo de desenvolvimento sugerido pela Agenda 2025 contemplam:

- Uma economia assente nos sectores de produção de bens materiais, que seja eficiente e competitiva num mundo crescentemente aberto e, simultaneamente, que os processos de abertura sejam realizados, considerando os interesses nacionais;
- Uma economia de mercado concorrencial e com prevalência do mérito, sem interferências de natureza política ou outras, que ultrapassem ou não resultem do papel promotor e regulador do Estado;
- A configuração de padrões de acumulação que sustentem uma proporção significativa do financiamento interno do crescimento, e que sejam socialmente amplos e inclusivos, gerando riqueza e equidade; pretende-se, principalmente, uma acumulação de riqueza que acrescente valor à produção local;
- A edificação de uma economia com bom ambiente de negócios, atractiva para o investimento interno e externo e com processos de abertura que preservem os múltiplos interesses da economia, da sociedade e dos cidadãos;

Os argumentos sobre a liberalização versus o proteccionismo do comércio externo incluem o seguinte:

Liberalização/comércio livre:

- preços ao consumidor são mais baixos e com maiores e mais diversificadas opções;
- evita a manutenção de sectores não eficientes, reduzindo a competitividade da economia;
- mas não incentiva a inovação e modernização do tecido produtivo nacional.

Proteccionismo

- a necessidade de incentivar a produção e desenvolver o tecido produtivo e, com isso,
- a criação de emprego
- aspectos políticos de soberania política e económica

As economias desenvolvidas e as emergentes, como os BRICS, defendem o livre comércio nos sectores onde são competitivos e, simultaneamente, praticam o proteccionismo nos sectores e projectos nos quais ainda não são competitivos.

- O desenvolvimento económico com mecanismos internos de sustentação do crescimento; com sistemas redistributivos, de forma a encontrar equilíbrios e pontos de compromisso entre a eficiência e a competitividade; com mecanismos de incentivo de promoção dos sectores económicos e sociais considerados prioritários, e com medidas assistencialistas para os cidadãos e as regiões mais desfavorecidas;
- A exploração sustentada de recursos naturais, renováveis e não renováveis, que beneficie o desenvolvimento interno, o tecido empresarial local e os cidadãos, e contribua para os equilíbrios macroeconómicos; a capacidade do Estado de exercer as suas funções, principalmente a reguladora, a alocativa e a redistributiva;
- A preservação do ambiente, sobretudo dos solos, da água e do ar, principalmente nas zonas de maior densidade populacional, onde há mais intensidade de exploração de recursos naturais e de actividade económica;
- A existência de um Aparelho de Estado que seja acessível, e que sirva igualmente os cidadãos, independentemente da sua filiação partidária, bem como de instituições públicas e privadas que planeiam e actuam com vista a:
 - ⊙ reduzir as distorções dos mercados, e corrigir as externalidades negativas, sociais e ambientais, provocadas pelo mercado livre;
 - ⊙ defender o interesse nacional e geral, exercendo as suas funções económicas e sociais, com rigor e isenção;
 - ⊙ actuar no respeito estrito da ética e deontologia profissionais;

- ⊙ assegurar aos cidadãos que os processos são geridos com transparência e igualdade de direitos de acesso e de oportunidades;
- ⊙ assegurar que a progressão nas carreiras profissionais seja com base na competência e no mérito;
- ⊙ assegurar a austeridade e o uso ponderado e eficiente dos recursos, pelo Estado.

Estes princípios são alcançáveis com a revisão do papel do Estado na economia e na sociedade, com reformas do aparelho de estado e a sua modernização, e com o sentido de bem servir os cidadãos; uma revisão que assegure:

- Um processo de gestão participativo, inclusivo e descentralizado, orientado para o desenvolvimento económico e social, com face humana;
- Uma economia assente em alianças políticas e sociais que assegurem o interesse da maioria dos cidadãos, sobretudo dos grupos sociais mais desfavorecidos;

As alianças sociais e políticas, para serem sólidas e substantivas, devem reflectir a igualdade de oportunidades de negócio e ampla redistribuição da riqueza. A Agenda 2025 indica que os principais beneficiários do crescimento e do desenvolvimento sejam:

- os camponeses, através da política agrária assente na produção alimentar e nos pequenos produtores;
- o pequeno e médio empresariado nacional e empreendedores por meio de criação de oportunidades, apoio multifacetado para elevar a sua competitividade e criação de um mercado de concorrência;
- os trabalhadores do Estado: os professores, trabalhadores da saúde, forças de defesa e de segurança, que asseguram a coesão e a unidade nacional;
- os pobres cidadãos, através de políticas redistributivas pro-pobres e sua capacitação técnica e profissional.

- Uma economia com crescimento assente em padrões de acumulação internos, inclusivo e de base social ampla;
- O desenvolvimento em liberdade, com a participação dos cidadãos através de várias formas de organização e associação, para a defesa de múltiplos interesses em ambiente de diálogo e respeito pelas pluralidades socioeconómicas, culturais e políticas do país;
- A preservação de interesses nacionais, sobretudo no que respeita à soberania de decisão sobre os destinos da Nação, a soberania alimentar e a protecção do território contra o tráfico e a instabilidade política de origem interna ou externa.

A Agenda 2025 propõe um conjunto de opções que implicam o favorecimento de alguns sectores, grupos sociais e territórios para os quais, por razões diversas, se sugere

uma maior alocação de recursos, políticas económicas específicas e reforço institucional. Estas diferenciações são consequência de dois elementos essenciais: primeiro, das prioridades sugeridas; segundo, porque, em algumas circunstâncias, em matéria de política económica e social (tal como em outras áreas/temas), não é ajustado tratar de forma igual o que é desigual. Adicionalmente, por forma a que o país e os moçambicanos possam competir em pé de igualdade, o Estado promotor contribuirá técnica e financeiramente para que sejam superadas as deficiências geradas pelo atraso e pelo subdesenvolvimento, e que ainda afectam os seus cidadãos.

Estas diferenciações e favorecimentos (privilégios) podem ser politicamente sensíveis. Competirá aos órgãos superiores do poder, através do diálogo, de negociações, de debates e por meio de discursos educativos, promover plataformas de consenso, de entendimentos e convencimentos das razões dessas diferenciações.

3. Condições de desenvolvimento

O crescimento duradouro da economia exige determinados níveis de estabilidade macroeconómica, particularmente da inflação, do défice e da dívida pública, da balança de pagamentos e da taxa de câmbio. As vulnerabilidades da economia moçambicana às flutuações e crises internacionais tornam prudente que o país crie reservas que assegurem a estabilidade em momentos de choques internos e externos como, por exemplo, na forma de segurança alimentar, no estabelecimento de fundos soberanos de divisas, fundos de estabilização de preços internos de bens essenciais, entre outros.

A prossecução de objectivos de desenvolvimento supõe continuidade das mesmas políticas a longo prazo, o que exige estabilidade institucional, entendida como a existência de estratégias persistentes, desenvolvimento do conhecimento, processos acumulativos de experiências, poucas mudanças orgânicas, de funções e de competências das organizações, sobretudo do Aparelho de Estado.

O desenvolvimento só é possível com conhecimento científico e capital humano qualificado. Torna-se necessário dar maior prioridade às instituições de pesquisa e de formação superior pós-graduada em universidades de prestígio, aumentando os recursos para bolsas de estudo e de investigação, em que os beneficiários sejam seleccionados com base no mérito, na competência e desempenho académico e profissional.

Em cada momento é importante conhecer as funções do Estado na sociedade e na economia. Na actual fase, urge a redução substancial dos gastos públicos não produtivos, ou não promotores do desenvolvimento, um maior equilíbrio orçamental com recursos internos (políticas de contenção da despesa pública e aumento das receitas, sobretudo das tributárias, com a ampliação da base e da matéria colectável, e renegociação dos contratos com os mega projetos). Urge aumentar a eficiência e a qualidade de utilização dos recursos, com maior eficiência e eficácia da administração. A modernização do Aparelho de Estado e a sua qualificação técnica e profissional deve ser acompanhada pela cons-

trução de um Estado de e para todos os moçambicanos, que seja isento, independente e devidamente articulado com outros órgãos do poder.

O desenvolvimento é possível com estabilidade política e social, em que os elementos de conflito são superados através de alianças e com graus variados de compromissos entre as partes, em que o diálogo e as negociações constituam uma metodologia de trabalho constante, na busca de convergências de interesses económicos e sociais, muitas vezes conflituosos. A situação económica do país requiere a constituição de pactos entre as forças políticas e sociais em torno dos grandes objectivos de desenvolvimento da Nação. Isso implica a convergência de esforços na aplicação de estratégias e políticas antecipadamente discutidas e concertadas entre as forças políticas, económicas e sociais.

4. Opções estratégicas transversais

O desenvolvimento implica escolha de prioridades, em cada fase. As escolhas devem ser várias e coerentes entre si, devem reforçar-se mutuamente e/ou complementar-se na prossecução dos objectivos pré-definidos. Para o período da Agenda 2025, consideram-se os seguintes objectivos estratégicos transversais na economia e na sociedade:

- Adquirir mecanismos de reprodução fundamentalmente internos, reduzindo a dependência alimentar e os recursos externos para financiamento do Orçamento do Estado, e tornar a balança de pagamento equilibrada;
- Criar incentivos para o aumento da poupança, condição necessária para uma maior presença e importância do investimento realizado pelas empresas e pelos cidadãos nacionais;
- Compatibilizar a vocação exportadora do investimento directo estrangeiro, com o desenvolvimento de sectores vocacionados para o crescimento do mercado interno, para dar resposta à procura gerada por um padrão de criação de riqueza e de acumulação socialmente amplo;
- Incentivar, por meio de políticas públicas específicas, a criação de emprego e auto emprego, através de apoios públicos, crédito, incentivos fiscais e outros, sobretudo nas áreas relacionadas com as prioridades sectoriais e sociais;
- Elaborar e aplicar políticas e estratégias de modernização dos sectores produtivos prioritários, e melhorar o ambiente de negócios, de forma a tornar esses sectores competitivos à escala regional e nos mercados internacionais, na perspectiva da especialização produtiva da economia, a longo prazo;
- Aplicar políticas agrárias que assegurem a produção e a segurança alimentar com base na transformação estrutural dos produtores de pequena escala, tornando-os produtores intensivos em capital, competitivos e crescentemente integrados nos mercados;

- Criar mecanismos que estimulem o empreendedorismo e iniciativas de desenvolvimento de pequenas e médias empresas industriais e de serviços, que estejam associados às prioridades dos sectores produtores de bens;
- Corrigir as desigualdades sociais, sectoriais, de género e territoriais, e as provocadas pelos mercados. Podem ser realizadas acções do Estado de apoio a iniciativas empresariais para aproveitamento de recursos e potencialidades próprias de cada local, políticas fiscais, de crédito e outras, para mobilizar o investimento e as pequenas e médias empresas, com investimentos em infraestruturas associadas directamente à melhoria da vida dos cidadãos, por meio de uma maior densidade da educação e saúde nas regiões desfavorecidas;
- Desenvolver a pesquisa e a formação, com qualidade, de técnicos e especialistas nas áreas associadas às prioridades sectoriais, sem secundarizar as áreas das ciências sociais e humanas mais directamente relacionadas;
- Melhorar a qualidade da educação e os mecanismos de retenção e aprendizagem do aluno no Sistema de Educação, sobretudo através da formação intensiva de docentes, da melhoria das infraestruturas pedagógicas, de mais e melhores equipamentos, da implementação de sistemas de melhor gestão do sistema educativo e de controlo de qualidade, do ajustamento de cursos às necessidades de desenvolvimento socioeconómico e das demandas do mercado;
- Melhorar a qualidade dos serviços de saúde e a aplicação de estratégias pluridisciplinares de combate efectivo às principais epidemias, principalmente nas zonas de maior incidência;
- Assegurar a estabilidade macroeconómica (inflação, défice e dívida pública, dívida externa, taxas de juro e de câmbio), a gestão eficiente e transparente das finanças públicas, bem como contribuir para a melhoria do ambiente de negócios para tornar resiliente a política económica;
- Assegurar mecanismos apropriados para que os distintos actores de desenvolvimento se guiem pelos princípios e leis de um Estado de Direito, assegurando a transparência, a prestação de contas, o combate ao desvio e ao uso indevido de fundos e recursos públicos, e a aplicação activa das leis contra os actos criminosos, corruptos, e que atentem à ética.

A poupança monetária, de energia, de combustível, de consumíveis e de matérias primas devem tornar-se uma prática corrente de cada cidadão, seja criança, seja adulto, de todos e de cada um de nós. A poupança é, na realidade, a base do investimento. Para o desenvolvimento ser endógeno necessita – para além da poupança e do investimento interno, a sustentação das contas nacionais, principalmente com recursos locais e capital de conhecimento e humano – de um mercado interno amplo, o que é possível com a elevação do rendimento *per capita* e com uma melhor distribuição da riqueza, a partir da produção.

Para superar o atraso científico e tecnológico, o sistema da educação deve privilegiar o ensino e o desenvolvimento das ciências básicas – a matemática, a física, a química, a biologia. No ensino superior as áreas tecnológicas, nomeadamente as diversas engenharias devem ser altamente priorizadas. Adicionalmente, para dispor imediatamente de ampla capacidade técnica e tecnológica, o país necessita de assegurar uma formação massiva de especialistas para áreas como dos hidrocarbonetos, minas, energia, agricultura, turismo entre outros, para o que será necessário enviar milhares de jovens para os melhores centros do mundo, ao mesmo tempo que se criam institutos e centros tecnológicos no país para se formar com o melhor que há no mundo. A aplicação de parte dos recursos financeiros provenientes dos mega-projectos nessas formações, é certamente um investimento certo.

Através do apoio e do investimento na formação técnica acelerada, à investigação científica, à inovação e ao mercado interno, assim como através do apoio que estimule o surgimento de empresas competitivas, o Estado poderá estimular o aumento da produção e da produtividade, em escala económica.

5. Política económica

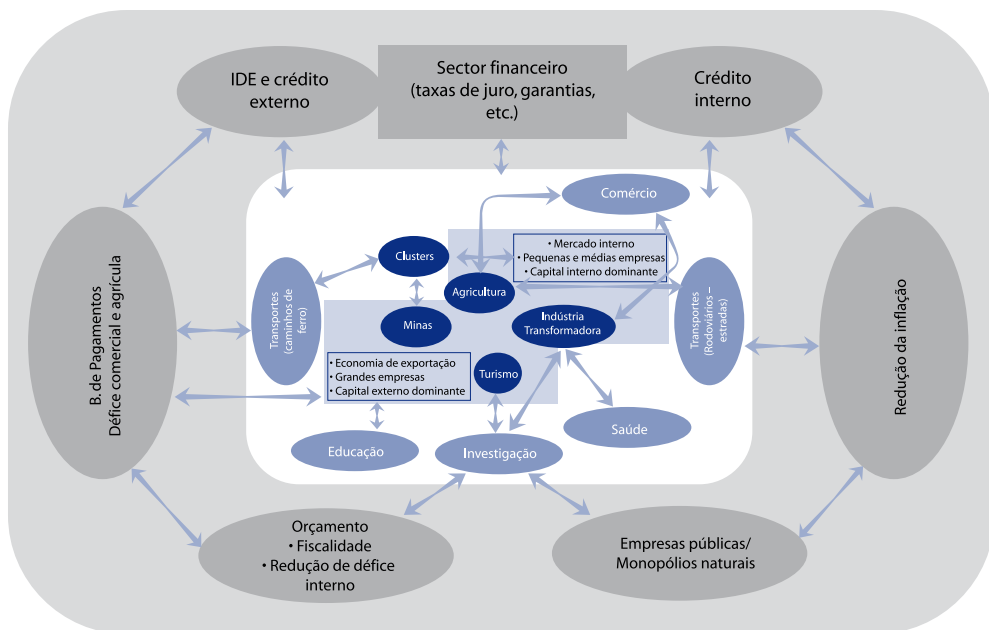
A política macroeconómica tem por objectivo central a criação de condições para um crescimento económico estável e duradouro que beneficie os cidadãos, preserve o meio ambiente, assegure a sustentabilidade da exploração dos recursos naturais, e garanta a democracia e liberdade dos cidadãos em ambiente de estabilidade política e social.

O funcionamento normal das instituições e a participação dos cidadãos são condições necessárias para o desenvolvimento. O desenvolvimento carece de um ordenamento jurídico eficaz, célere e independente dos poderes, que permita igualdade de acesso dos cidadãos. O sistema judiciário eficaz é fundamental para o funcionamento da economia e dos mercados, não apenas como elemento preventivo, mas também como regulador das relações entre agentes económicos.

Para alcançar os objectivos plasmados pela Agenda 2025, é fundamental assegurar a estabilidade macroeconómica, o que significa manter os índices reais e nominais da economia em níveis estáveis, por períodos longos e em parâmetros que permitam um crescimento estável e em ritmos comportáveis.

As boas práticas de estabilidade indicam que uma inflação baixa apresenta maiores possibilidades de crescimento sustentado, assente na introdução de novas capacidades e tecnologias, e no aumento da eficiência e da produtividade. Sugere-se, assim, a adopção de um objectivo de inflação, défice e dívida pública baixos.

Figura 1: Elementos de política económica



Assim, a política económica preconizada pela Agenda 2025 procura assegurar:

- O equilíbrio do Orçamento do Estado apenas com fontes internas, a redução dos gastos públicos não associados com a promoção e as condições para o aumento da produção e a manutenção da dívida pública em níveis sustentáveis, conforme a capacidade da economia;
- Um saldo da balança de pagamentos que vise o equilíbrio, próximo de zero, bem como uma balança comercial com uma taxa de cobertura elevada e conforme os riscos existentes e expectáveis. A balança comercial agrária deve cobrir a balança comercial alimentar;
- A manutenção da taxa de inflação baixa, a nível de um dígito;
- A manutenção da variação da taxa de câmbio no intervalo de uma banda, por forma a reduzir excessivas oscilações da moeda nacional assegurando, assim, a estabilidade financeira das empresas, e melhorando a previsibilidade das expectativas dos agentes económicos no mercado;
- Uma maior competitividade no mercado financeiro, o aumento da qualidade e da performance das empresas em matéria de gestão financeira, a garantia da disciplina fiscal e gestão rigorosa contribuindo, assim, para a redução dos *spreads* associados aos juros bancários, para níveis que reflectam a eficiência do sistema bancário, e estimulem o investimento;
- A promoção de linhas de crédito concessionais (juros baixos e prazos mais longos), através dum banco de desenvolvimento, e fundos de desenvolvimento

específicos, para incentivar o aumento da produção e da produtividade de sectores e empresas prioritárias.

A gestão macroeconómica deve obedecer à teoria económica, nomeadamente, quanto à durabilidade dos equilíbrios macroeconómicos e à manutenção dos indicadores nominais da economia em níveis que facilitem uma evolução positiva da economia real, designadamente: crescimento sustentável, eficiência e competitividade do tecido produtivo, exportações, poupança, investimento e criação de emprego. É importante o respeito pelo princípio da aplicação das políticas de contraciclo.

Adicionalmente, a política económica deve contribuir para assegurar a redução dos efeitos sociais e ambientais negativos, deve remover as distorções dos mercados, as assimetrias de informação, as intervenções exógenas que distorcem os mercados e as situações que criam obstáculos à concorrência. Os diferentes instrumentos de gestão macroeconómica devem ser aplicados de forma coordenada entre si, e devem ser convergentes com os objectivos de desenvolvimento. Destacam-se a coordenação entre a política orçamental e a política monetária, os incentivos para a modernização e competitividade dos sectores produtivos e de serviços, as políticas de preços e mercados, entre outros.

Para alcançar estes objectivos, é importante que se verifiquem as seguintes condições no período preconizado pela Agenda 2025:

- Crescimento económico superior à média verificada nos últimos dez anos, considerando a entrada em produção de novas capacidades produtivas no sector do agro-negócio, energético e dos hidrocarbonetos, bem como nas infraestruturas associadas;
- Aumento da produção alimentar duas vezes superior ao incremento populacional;
- Elevação da produtividade da economia acima do aumento da população que entra no mercado de trabalho;
- Incremento das exportações para assegurar uma taxa de cobertura completa da balança comercial;
- Aumento das receitas públicas internas, sobretudo em consequência do crescimento económico, de uma maior eficácia da máquina tributária e da renegociação dos contratos com as multinacionais mineradoras e outras;
- Tributação à taxas superiores a 50% sobre as mais-valias resultantes de actividades não previstas na actual legislação como por exemplo, venda de licenças de exploração mineira e florestal, receitas pela venda de infraestruturas fundiárias, venda de património adquirido ao Estado, entre outras;
- Garantia de que os aumentos das receitas fiscais permitam a redução do IRPC, para estimular o investimento e aumentar a competitividade e atractividade da política fiscal;

- Adopção de mecanismos de redistribuição do rendimento através da educação e saúde de qualidade, promoção da cesta básica para famílias pobres e universalização da alimentação escolar, subsídios à produção e segurança alimentar e segurança social activa, que representem pelo menos 30% do total dos gastos públicos.

Os projectos de desenvolvimento devem respeitar os princípios e limites de contaminação ambiental, da sustentabilidade dos recursos naturais renováveis e não renováveis. Os projectos contaminadores devem possuir investimentos de descontaminação e/ou despoluição, para manter os elementos do ambiente (solos, água e ar) em condições qualitativas e quantitativas semelhantes ou melhores do que as pré-existentes (as encontradas antes da implementação dos investimentos). Os projectos de exploração de recursos naturais renováveis não devem extrair esses recursos em volumes superiores às capacidades de renovação natural, ou por influência do homem.

A extracção de recursos naturais não renováveis deve assegurar a criação de actividades económicas e a geração de emprego que garantam o rendimento das famílias e o desenvolvimento das respectivas regiões e do país, a longo prazo, e após o fim dos *stocks*. Quando se trate de recursos energéticos, as receitas da extracção desses recursos podem servir para investimentos em sectores geradores de fontes de energias alternativas. Estes objectivos de desenvolvimento podem ser assegurados com enquadramento regulatório específico, uma fiscalização eficaz e um enquadramento jurídico ajustado.

A política económica deve assentar em estudos que fundamentem as decisões políticas. É necessário ponderar as opções, considerando os custos de oportunidades económicas e sociais, para se evitem grandes investimentos em áreas não convergentes com as prioridades de desenvolvimento consensualizadas. A rentabilidade e os efeitos sociais e ambientais devem assumir um peso importante nas decisões políticas.

As decisões económicas devem respeitar os mecanismos de funcionamento da economia e dos mercados, os princípios económicos da eficiência, das melhores escolhas alternativas e os respectivos custos de oportunidade, a rentabilidade das empresas, os retornos sociais e os impactos ambientais. A politização da economia ou o voluntarismo, quando persistentes e de grande dimensão, provocam ineficiências e prejuízos empresariais que, muitas vezes, só podem ser depois superados recorrendo-se a sistemas de subsídios e formas inflacionárias de financiar os défices orçamentais e empresariais. A Agenda 2025, reconhecendo a necessidade de, em determinadas ocasiões, se promoverem projectos fundamentalmente sociais, recomenda que estes sejam devidamente estudados, para melhor conhecimento e ponderação sobre os seus efeitos económicos negativos, e para se preverem medidas de mitigação.

O dilema entre o curto e o longo prazos, no contexto dos ciclos políticos, e a sua influência sobre a economia, não justifica a adopção de políticas de curto prazo que conduzem ao endividamento das famílias, das empresas e do Estado, com possíveis efeitos de crise futura, no que se designa por injustiça inter-generacional. Tais políticas podem gerar (ou melhor, reforçar) a terciarização da economia, com desestruturação do tecido produtivo de bens materiais e a configuração de uma economia especulativa e *rent seeking*.

6. Prioridades sectoriais

A especificação de sectores prioritários significa o favorecimento privilegiado desses sectores, designadamente, através dos instrumentos de gestão macroeconómica: incentivos fiscais, políticas de preços e mercados, política salarial, opções orçamentais e de investimento público, política creditícia, etc.. Estas opções podem implicar desequilíbrios de desenvolvimento territorial e social, que necessitam de ser compensados através da promoção do desenvolvimento local e através de políticas assistencialistas com maior incidência nessas zonas. Exige-se, também, a aceitação política da governação e das forças políticas e sociais, no sentido da não instrumentalização destas opções na luta política e social.

O desenvolvimento económico e social abrangerá progressivamente mais sectores e territórios, na perspectiva da construção de uma economia com equidade social.

Neste capítulo, apenas se apresentam alguns aspectos relacionados com as prioridades dos sectores, procurando-se demonstrar as relações e coerências das opções. Propostas mais detalhadas para cada um dos sectores são apresentadas no próximo capítulo.

As opções sectoriais revelam claramente uma concepção de desenvolvimento endógeno, assente nos recursos, potencialidades e tradições/estruturas produtivas preexistentes, e com incentivos de política económica suportados progressivamente por recursos internos. A qualificação dos recursos humanos e o aumento do conhecimento constituem os suportes para a modernização sectorial e institucional, necessários para a modernização do tecido produtivo e das instituições, num contexto de melhoria do ambiente de negócios, para alcançar a competitividade num quadro de especialização produtiva da economia.

Para satisfação da complementaridade referida e no actual contexto, parece aceitável priorizar quatro sectores produtivos de bens materiais:

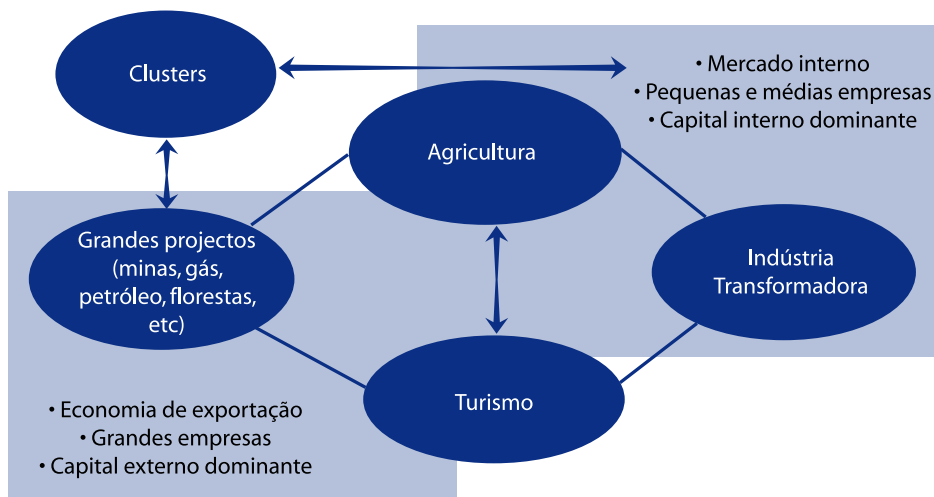
- a agricultura e, em particular, a produção alimentar;
- a indústria de transformação de produtos agrários, que inclui a indústria alimentar e de bebidas e a indústria ligeira, incluindo a indústria subsidiária da construção civil;
- a exploração mineira e energética;
- o turismo.

Os dois primeiros são principalmente vocacionados para o mercado interno, e os terceiro e quarto visam essencialmente a exportação.

A prioridade da produção alimentar implica a focalização das políticas agrárias nas pequenas e médias explorações agrícolas, que realizam mais de 95% da produção de bens alimentares. Apenas com estes produtores o desenvolvimento pode ser inclusivo, produzir riqueza e configurar um padrão de acumulação de base social ampla.

6.1 Sectores produtivos de bens materiais

Figura 2: Sectores prioritários de bens materiais



O agro-negócio e a indústria alimentar integram a produção alimentar e os pequenos produtores nos mercados e nos processos de acumulação. Para equilibrar a retenção da riqueza e da acumulação entre a agricultura e os outros sectores, e entre o meio rural, o urbano e o exterior, é condição necessária uma transformação estrutural da agricultura e dos pequenos produtores, e que estes sejam priorizados na alocação de recursos da economia, para poderem ser competitivos e atraentes para o investimento. É necessária a emergência de empresários de raiz rural e que, nesse meio, se proceda ao investimento da acumulação gerada sendo, por isso, necessário focar o desenvolvimento agrário e rural na transformação do campesinato, como um processo global e inclusivo de grande parte da população.

Considerando, por um lado, as desvantagens competitivas do sector agrário na alocação de recursos nas economias domésticas e, por outro lado, a importância social e política do sector, nos países desenvolvidos as políticas agrárias incluem incentivos económicos múltiplos, de forma a alterar o direccionamento dos recursos para o desenvolvimento. No caso de Moçambique, também estas características do sector agrário merecem políticas proactivas, incluindo subsídios financiados internamente, aplicados de forma sustentável e com o objectivo de promover culturas seleccionadas e tipos de produtores bem identificados.

A indústria ligeira a incentivar deverá estar associada aos restantes sectores prioritários (agricultura, turismo, minas e energia), de forma a acrescentar valor aos bens, transformá-los para o consumo final e intermédio, e para exportação. A indústria ligeira e a formação de aglomerados económicos em redor dos pólos de desenvolvimento mineiro e turístico reforçam a criação de valor através das relações intersectoriais, aumentam os

efeitos multiplicadores na economia, geram mais emprego, rentabilizam e podem tornar as actividades económicas competitivas, através de economias de escala e de proximidade, com redução de custos de transportes e de transacção. A industrialização ligeira deve ser realizada principalmente com a acumulação interna, e ser vocacionada para o mercado doméstico, sem perder de vista a competitividade face aos bens e serviços importados, considerando o crescente desarmamento-alfandegário no âmbito da SADC.

A indústria turística de qualidade internacional de rendimento alto é desenvolvida em locais específicos e, a médio prazo, vai gerar poucos recursos para a economia nacional, pouco emprego e poucas relações intersectoriais. Por isso, sugere-se que o turismo se desenvolva, considerando uma demanda de renda média-alta nacional e da África Austral (sobretudo da África do Sul e do Zimbábwe). O turismo de praia poderá ser complementado e fortalecido com ofertas de outros tipos de turismo (de caça, cinegético, de lugares históricos, etc.). A organização de “pacotes turísticos” integrados, a penetração nas cadeias promotoras de turismo e a promoção da imagem do país são fundamentais para o desenvolvimento turístico. A longo prazo, a oferta turística poderá ter elevados efeitos multiplicadores e relações intersectoriais, considerando a diversidade de demanda que o turismo gera, o que permite o surgimento de actividades económicas fornecedoras de bens e serviços, evitando-se a importação. A formação de agentes e profissionais de turismo, assim como os cuidados urbanísticos, são importantes para a prestação de serviços seguros, aprazíveis e confortáveis.

No que respeita aos investimentos nos grandes projectos de gás, de carvão e de outros recursos minerais e energéticos, as empresas multinacionais são bem vindas a operar na exploração de recursos naturais do país, devendo enquadrar-se no ordenamento jurídico nacional, nas leis e nos regulamentos, cumprir as suas obrigações fiscais e laborais, entre outras. Devem, igualmente, assumir o seu papel no desenvolvimento da economia e da sociedade moçambicanas, e contribuir para a responsabilidade social, ambiental e corporativa.

Os cidadãos e as comunidades nacionais, numa perspectiva inclusiva e de coesão nacional, devem ser envolvidos. O acesso aos recursos naturais não deve ser individualizado, nem cada um deve correr sozinho para ter a “sua” riqueza. Os pontos de partida dos moçambicanos no acesso a estes recursos são diferentes. O conhecimento de cada um é exíguo e fragmentado. As competências técnicas e humanas são díspares e insuficientes. O acesso à informação é desigual, por isso é forte a percepção, na sociedade, de que são sempre os mesmos e os seus familiares e amigos que se constituem parceiros dos investidores estrangeiros nos grandes projectos.

Por esta razão, o papel do Estado, forte e promotor, é central em todo este complexo processo de desenvolvimento, tornando relevante o papel dos moçambicanos, seja no sector público, seja no privado. O Estado deve dispor de instituições sólidas, estáveis e competentes para assegurar, com isenção e rigor, a alocação e distribuição equitativa dos recursos. O Estado deve investir na formação e capacitação, sobretudo de técnicos especializados, e nos domínios da gestão e das tecnologias, visando a competitividade e o alto rendimento.

Sublinha-se, ainda, o especial papel da liderança do Estado no fomento, nos moçambicanos, de uma nova atitude, mais ambiciosa e mais combativa na criação da riqueza material.

À semelhança do que sucede noutros países, e sem prejuízo da rentabilidade ou interferência na gestão empresarial, uma parte do capital social dos projectos mineiros e de hidrocarbonetos, já concessionados, deve ser aberto, através da bolsa, para permitir uma incorporação nacional, gradualmente crescente, até alcançar uma percentagem mínima do capital social num determinado período, a definir por lei. As novas concessões mineiras e de hidrocarbonetos devem ser cedidas à empresas públicas, que poderão associar-se a empresas estrangeiras, sendo que, a prazo, devem abrir uma parte do seu capital para cidadãos nacionais e empresas cuja maioria do capital social seja moçambicana. Para assegurar transparência, a venda a privados nacionais poderia ser efectuada através da bolsa de valores.

O Estado deverá procurar, ainda, com os meios que resultam da exploração dos recursos naturais, elevar a qualidade de vida de moçambicanos, incluindo as comunidades locais que sofrem o impacto directo da exploração. Em particular, as pequenas e médias empresas moçambicanas, nas quais os moçambicanos possuam pelo menos 51% do capital social, devem ser envolvidas e fortemente apoiadas, pelo Estado, para as tornar competitivas e, assim, fornecerem bens e serviços de qualidade aos grandes projectos. De forma similar, as comunidades, as associações e os cidadãos nacionais devem receber competências e valências adequadas, para exercerem tarefas cada vez mais complexas nos grandes projectos e entidades associadas.

A indústria associada à exploração de recursos naturais (minas, energia, agro-negócio, florestas, pescas) poderá constituir a principal fonte de acumulação da economia, um importante contribuinte para o orçamento público e de receitas em divisas. A emergência de aglomerados económicos produtores de bens e serviços (produção agrícola de bens alimentares, construção civil, hotelaria e restauração, transportes e comunicações, comércio, banca e seguros), onde se implantam os grandes investimentos, incluindo das indústrias a jusante que transformem e valorizem o uso de gás (para uso doméstico ou industrial, produção de energia, de fertilizantes, petroquímica e outras indústrias associadas), de minérios de carvão, ferro, cobre, ouro, entre outros, poderá aumentar a riqueza naqueles locais, gerar emprego e melhorar a vida de uma parte da população.

O Governo deve facilitar o acesso à informação, assegurar igualdade de oportunidades e transparência nos processos. Ao mesmo tempo, o Estado deve assegurar a formação intensiva de quadros e técnicos, bem como o alto envolvimento das comunidades. Os grandes projectos devem ser autorizados com incorporação de benefícios quantificáveis para a economia local, para as comunidades e as pequenas e médias empresas de moçambicanos, a saber: a construção de escolas técnicas, a implementação de programas de formação específica, o desenvolvimento da agropecuária e a criação de capacidades de fornecimentos de bens e serviços locais para o projecto.

Outro elemento crítico é a regulamentação do uso dos *royalties* do carvão e dos hidrocarbonetos, tendo em vista assegurar o crescimento harmonioso do país. O estabe-

lecimento destas regras permitirá ter a esperança tranquila de melhores dias para o povo moçambicano, ao canalizar investimentos para a produção competitiva, que gera emprego produtivo, para a elevação de competências gerais dos cidadãos e das comunidades, assim como para a melhoria das infraestruturas, dos serviços de saúde e da educação, onde prevaleça a competência e o mérito.

Com a integração de moçambicanos, individualmente ou por via da prestação de serviços empresariais, obtém-se a paz social, acrescenta-se valor às riquezas naturais, num contexto social e ambiental sustentável.

Estes benefícios coexistem com grandes desafios, destacando-se:

- os riscos dos efeitos ambientais locais e globais das explorações mineiras;
- os conflitos em redor da terra e a problemática dos reassentamentos da população;
- o dilema entre o surgimento de múltiplas oportunidades de actividades económicas de pequena e média escala e a produção e segurança alimentar;
- o planeamento físico e o ordenamento do território, para que seja possível um desenvolvimento planeado e equilibrado, em termos de assentamentos urbanos e povoamentos, infraestruturas, zonas de reservas naturais, de defesa e segurança, entre outros.

Estes são alguns dos elementos cruciais da política económica e da economia política nos próximos anos: como fazer, da riqueza natural do país, uma fonte de desenvolvimento nos padrões definidos para garantir equidade social e espacial, a sustentabilidade, o desenvolvimento endógeno, o aumento das liberdades, a maior endogeneização e independência/soberania, mesmo considerando os processos de globalização.

Conforme já abordado no capítulo II, apesar de a economia informal constituir uma forma de ocupação e de geração de rendimentos para a sobrevivência das famílias, a longo prazo pode constituir um obstáculo ao desenvolvimento, pelas seguintes razões:

- a escala não permite acumulação para a sua transformação, não obstante existirem dinâmicas internas onde alguns agentes da economia informal podem ganhar dimensão, e integrar-se no sector formal da economia;
- a concorrência com os agentes económicos formais é distorcida, provocando, muitas vezes, relações entre ambas as formas de economia (formal/informal), com prejuízo para o desenvolvimento dos sectores formais;
- a economia informal gera poucos rendimentos para a sociedade (por exemplo, tendo em atenção a problemática dos impostos);
- os locais de implantação e as formas de actuação dos agentes económicos informais fazem-se, muitas vezes, sem consideração pela segurança, pela saúde pública e pelo ambiente;
- a sua actuação é em ambientes e contextos muitas vezes não lícitos.

As tentativas de “formalizar” administrativamente os “informais” não têm sucesso por variadas razões, apresentadas no próximo capítulo. A solução é a absorção e a transformação da economia informal na economia formal, o que apenas é possível com vantagens para os agentes económicos e por meio da criação de emprego, com níveis de rendimentos superiores e mais estáveis, comparativamente ao autoemprego e aos negócios informais.

6.2 Sectores de serviços

A figura seguinte apresenta os sectores de serviços sugeridos como prioritários. A figura contém, na parte central, os sectores produtivos prioritários, como forma de melhor ilustrar a coerência da concepção de desenvolvimento, assim como das principais relações entre os sectores produtivos e de serviços.

Os sectores de serviços sugeridos como prioritários são os seguintes:

- transportes (caminhos-de-ferro) e portos;
- transportes rodoviários (supondo o investimento em estradas e portagens);
- comércio;
- educação;
- investigação;
- saúde.

Figura 3: Sectores de serviços prioritários



Transportes: caminhos-de-ferro e portos

O transporte ferroviário e os portos surgem como grande prioridade, devido aos grandes volumes de escoamento de recursos naturais e outros produtos de exportação e à necessidade de recuperar os serviços ferro-portuários de e para o *hinterland*. A construção de novas linhas ferroviárias e de novos portos oceânicos e fluviais, assim como a reabilitação/melhoria das existentes requerem avultados investimentos directos e indirectos. É urgente impulsionar a cabotagem e a navegação fluvial como forma de reduzir os custos dos transportes e melhorar a articulação com a navegação transcontinental.

A localização estratégica junto ao Canal de Moçambique gera oportunidades de novos negócios como a cabotagem, o fornecimento de bens e serviços, logística e assistência médica e sanitária às centenas de navios e suas tripulações, que diariamente cruzam o canal.

Transportes rodoviários

Para além da importância da modernização das vias e dos equipamentos, para ganhar a competitividade (rapidez, tarifas e estabilidade/segurança) e medidas de redução da contaminação ambiental, é importante acautelar a participação do Estado como elemento de soberania, não apenas nas estruturas societárias, como também na gestão e manutenção das vias e, ainda, para assegurar outros interesses de escoamento de bens e de passageiros.

Os actuais custos de transporte são elevados, encarecem os produtos, tanto no meio rural, como nos centros urbanos e para exportação.

Os transportes urbanos nas principais cidades devem permitir a combinação harmónica de autocarros públicos e privados, com comboios de passageiros e possivelmente metro, com gestão profissionalizada e cuja circulação cumpra os horários, e seja segura. Os transportes rodoviários de segundo nível (estradas provinciais e locais), constituem um elemento fundamental para o tráfego de bens e pessoas de curta e média distância, estabelecendo conexões com as estradas nacionais e os caminhos-de-ferro.

A construção e manutenção da rede secundária de estradas deverá priorizar as zonas onde existem maiores necessidades de tráfego de mercadorias, sobretudo nas zonas de maior potencial agrícola, turístico e da indústria alimentar, e outras localizadas no meio rural.

Comércio

O comércio rural é actualmente dominado pelo sector informal, ou por agentes económicos em estruturas de mercados oligopsónicos, que representam diferentes capacidades negociais, com desvantagem para os pequenos produtores rurais. Isto traduz-se em grandes diferenças de preços entre o produtor e o consumidor final, com benefício para os agentes económicos intermediários. As assimetrias de informação dos mercados agravam a capacidade negocial e as decisões de venda. É importante estimular o surgi-

mento de agentes económicos rurais, através de linhas de crédito específicas dum banco de desenvolvimento, operacionalizadas por bancos comerciais e outros agentes financeiros, através da concessão de benefícios fiscais, de apoios para a recuperação de infraestruturas das antigas lojas comerciais e das pequenas moageiras, bem como através de disponibilização de meios de transporte. As actividades múltiplas destes agentes económicos (comércio grossista e retalhista, pequena indústria de transformação de produtos locais, comercialização agrícola, produção agrícola e pecuária, hotelaria, restauração, etc.) são complementares entre si, e estimulam a economia rural, particularmente dos pequenos produtores.

Estes agentes económicos podem reduzir o poder dos que beneficiam da estrutura oligopsónica. Para reduzir as diferenças negociais, as rádios comunitárias poderão desempenhar um papel importante de informação sobre os preços e mercados, para permitir melhores decisões produtivas e de venda por parte dos produtores rurais. A organização dos pequenos produtores em diferentes formas de associativismo e cooperativismo permite ganhar escala, capacidade negocial e retenção de valor acrescentado nos produtores primários, através da participação na comercialização e transformação dos bens produzidos. Ao Estado compete dinamizar mercados de compra e venda de produtos, promover o desenvolvimento de infraestruturas comerciais que interliguem os centros produtores aos centros consumidores. O comércio nas zonas pesqueiras, turísticas e em redor dos grandes projectos assume, igualmente, grande importância para assegurar parte das relações intersectoriais e como forma de retenção de valor e de acumulação local.

Educação

A formação do capital humano deve incluir o desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida. O período desde a gestação até 24 meses de vida é insubstituível para se prover a criança dos nutrientes necessários para que nasça saudável e acumule as reservas necessárias para um desenvolvimento físico e cognitivo em plenitude para toda a vida. Dos 2 a 5 anos define-se e desenvolve-se o máximo das capacidades motoras, cognitivas, expressivas (vocabulário, desenho, a resposta e manuseamento das cores, o canto).

O ambiente familiar e da escolinha deve essencialmente, estimular, colocar ao redor da criança os meios para ela tocar, sentir, explorar, descobrir. Para a fala: ouvir, relacionar, processar, exprimir-se. A criança é um ser social. A sua identidade e individualidade se afirmam nas relações com a família, com os amigos na escolinha, com os educadores, com a comunidade em que ela se insere. O respeito pelo outro, a entre ajuda, o valor da natureza.

A educação, para além de ser um serviço com efeitos redistributivos e uma necessidade de formação de trabalhadores qualificados e com acesso à informação, tem um efeito positivo sobre a produtividade do trabalho. Para este efeito, urge a adaptação dos cursos, dos currículos, das infraestruturas pedagógicas e do corpo docente às necessidades do mercado em técnicos dos diferentes níveis. Além da formação, é importante reter os técnicos nas áreas e nas regiões para as quais foram formados, através da dignificação das funções e da valorização das respectivas carreiras profissionais.

As áreas prioritárias de formação devem ser coerentes com os sectores de produção de bens e serviços priorizados como, por exemplo, a agricultura e pecuária (incluindo a agricultura de subsistência e o sector informal), a indústria alimentar (biotecnologia, química, nutrição, etc.), minas, tecnologias, novas tecnologias de informação, turismo, transportes (mecânica, electricidade, construção e manutenção de infraestruturas, etc.), operadores de máquinas, para além da economia e gestão especializadas. A distribuição do orçamento da educação pelos subsistemas educativos necessita de ser revista, reforçando os recursos para o ensino técnico-profissional e para as faculdades do ensino superior que ministram cursos priorizados que permitam, no curto prazo, satisfazer as necessidades cada vez mais exigentes do mercado de trabalho e sustentar o crescimento da produção e da produtividade dos sectores prioritários.

Investigação

A investigação nas áreas similares à formação e convergente com os sectores priorizados carece de mais recursos e técnicos, assim como de investimentos em centros de investigação, em locais representativos das regiões de maior potencial produtivo, de forma a assegurar que os produtos sejam adaptados às realidades produtivas e socioeconómicas. Bolsas e fundos para a pesquisa devem ser atribuídos a centros e grupos de investigação, com base na avaliação independente, e tomando os currículos institucionais e dos investigadores como critérios de decisão. A internacionalização dos centros e das equipas de investigação pode aumentar a qualidade e o acesso a fundos, assim como a troca de informações e de conhecimento. As instituições de ensino superior, como centros de produção de conhecimento, devem direccionar parte dos recursos e do tempo de trabalho do corpo docente para as acções de investigação integrando estudantes, e envolver-se em projectos internacionalizados. A relação entre a pesquisa e o tecido empresarial necessita de ser incentivada, com vantagens mútuas.

As adaptações do conhecimento universal e de resultados de outras realidades necessitam de ser testadas junto das realidades locais, evitando-se a aplicação mecânica de determinadas tecnologias e modelos analíticos desfasados de Moçambique. O conhecimento local necessita de ser sistematizado e estudado. É importante que a carreira de investigador seja dignificada e valorizada, e a progressão dependa da quantidade e qualidade dos resultados de investigação. É um estímulo para o investigador que os resultados sejam divulgados e adoptados, como inovação, pelas empresas e pelos centros de decisão.

A investigação deve possuir mecanismos de transmissão dos resultados para a escala produtiva, como, por exemplo:

- a difusão pelas empresas e incentivos para a adopção de novas tecnologias e de conhecimento;
- acções de extensão dos centros de investigação e das instituições de ensino superior;
- a extensão rural para a agricultura e o meio rural.

Para que a investigação tenha aceitação e os resultados sejam adoptados, os projectos devem corresponder à demanda do sector produtivo e dos centros de decisão e, da sua aplicação, devem resultar melhores desempenhos, consoante as lógicas e objectivos a maximizar pelos agentes económicos e pelos decisores.

Saúde

Alcançar os objectivos da saúde exige uma concepção holística dos programas sanitários, para se evitar uma actuação departamentalizada, verticalizada e pouco eficaz dos programas de combate às doenças. Paralelamente, é necessário reforçar os recursos para a saúde para a realização de investimentos em equipamentos e condições de internamento nos centros hospitalares, e para ampliar a rede dos serviços de saúde básicos em zonas rurais. Importa, ainda, aumentar a formação de pessoal de saúde, com prioridade para os agentes de saúde preventiva e de tratamentos primários, bem como formar e desenvolver programas de actualização dos profissionais de saúde de elevada especialização.

6.3 Estado

A organização, o funcionamento e os investimentos do Estado devem igualmente convergir para a prossecução dos objectivos de desenvolvimento. Para o efeito, são necessárias reformas do Aparelho de Estado e da sua modernização.

O desenvolvimento exige a definição do papel do Estado na economia e na sociedade e a capacitação do aparelho de estado para o exercício das suas funções. Na fase actual, sugerem-se as seguintes funções principais:

- definição de políticas macroeconómicas e sectoriais fundamentadas, coordenadas e ajustadas;
- planeamento para o mercado;
- planificação a longo prazo e planeamento físico do território;
- realização de estudos através do incentivo e apoio a centros de pesquisa que fundamentem as decisões políticas;
- regulação e fiscalização económica e ambiental;
- políticas de equidade social e territorial, como a prestação de serviços públicos universais (educação, saúde e assistência social – pensões, casas de acolhimento de desamparados, sobretudo crianças e idosos);
- construção de infraestruturas para a criação de emprego, e que potenciem as respostas produtivas dos sectores prioritários;
- incentivos para a constituição, pela sociedade civil, de organizações representativas dos múltiplos interesses profissionais e da sociedade.

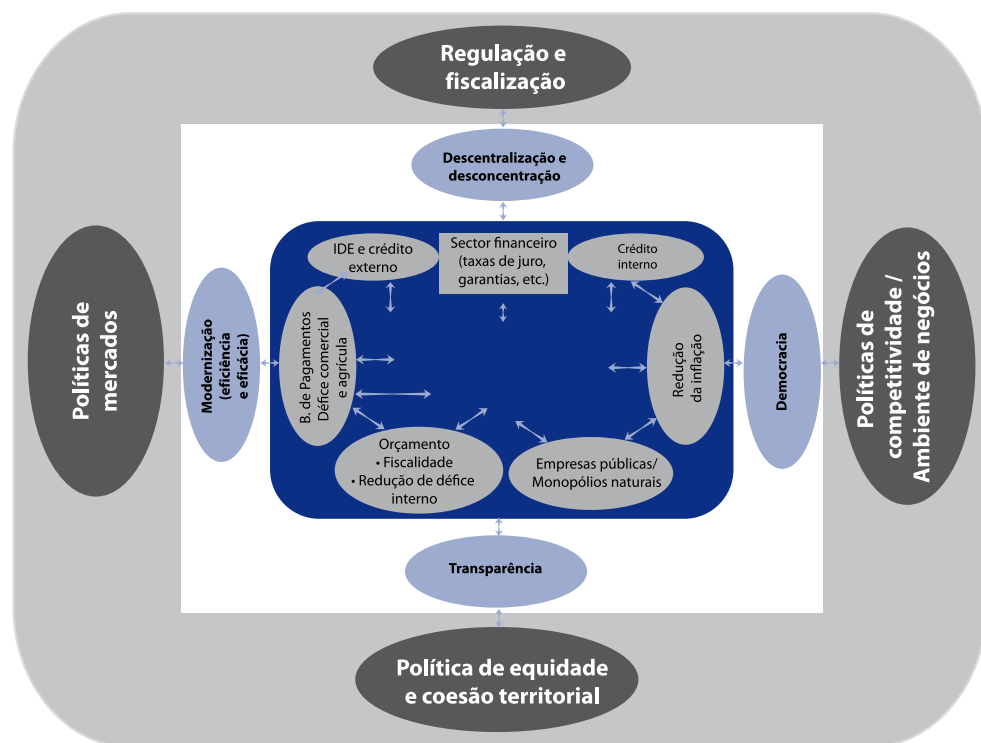
Estas funções constituem o foco das competências de um Estado isento, promotor do desenvolvimento competitivo, social e espacialmente mais equitativo e inclusivo, es-

tável a longo prazo; constituem ainda o garante da construção da democracia, de uma sociedade aberta e que assegure as liberdades dos cidadãos.

A estruturação de um Aparelho de Estado isento, eficiente e eficaz, transparente e próximo dos cidadãos, é condição importante para o desempenho das suas funções. Pretende-se um Estado que seja representativo do conjunto dos cidadãos, possua credibilidade e em que a coisa pública e a administração sejam moralizadas e reconhecidas como uma causa nobre e generosa.

A qualificação técnica, a modernização da administração e a abertura das estruturas administrativas e governativas aos cidadãos são elementos cruciais para que ocorram reformas efectivas da administração. A descentralização administrativa, de poderes de decisão e de recursos são necessárias para o desempenho das funções do Estado nas condições referidas.

Figura 4: Funções do Estado



Os esforços da administração deverão concentrar-se nos objectivos do desenvolvimento. Para o efeito, para além da capacitação, eficiência, eficácia e proximidade dos cidadãos, alguns dos requisitos para se garantir que o Aparelho de Estado e os funcionários públicos mereçam a confiança, e sejam representativos de todos os cidadãos são:

- a democraticidade interna, a garantia do aprofundamento da sociedade democrática;
- a transparência;
- a igualdade dos cidadãos perante a lei;
- a criação de um bom ambiente de negócios e de competitividade;
- a garantia de um desenvolvimento social e espacialmente equitativo.

A confiança é um elemento de legitimidade mais importante do que a que é conferida pelos resultados eleitorais.

Para a execução das funções do Estado, no âmbito das prioridades sectoriais, é necessário descentralizar o poder, as competências, as capacidades e os recursos, como forma de aumentar a eficácia e eficiência do Aparelho de Estado. Muitas das funções do Estado relacionadas com o desenvolvimento dos sectores prioritários possuem já implantação, fiscalização e alguma regulação local.

A descentralização é entendida como acções interministeriais concertadas a nível local, de forma a que o desenvolvimento seja coordenado no território, e existam ganhos derivados de sinergias, relações intersectoriais, compatibilização de tempos e ritmos de execução dos projectos, consultas e envolvimento das comunidades, e consideração pelas particularidades específicas de cada região. As prioridades de desenvolvimento territorial, segundo a implantação dos projectos de desenvolvimento e as condições produtivas e de captação de investimento exigem a harmonização interministerial na definição das intervenções no território, para melhor servirem os sectores produtivos de bens materiais.

A priorização territorial implica que outras zonas sejam secundarizadas. Conforme referido acima, é possível a atenuação de processos de desenvolvimento territorial divergentes, através da implantação de projectos de desenvolvimento local, potenciando recursos, produtos típicos e características específicas, por meio de políticas de incentivo e de atracção de investimentos de pequena e média dimensão, de técnicos e de funcionários públicos, para melhorar os serviços públicos, entre outras medidas.

As decisões políticas sobre a economia devem estar fundamentadas em estudos científicos para se ter em conta os efeitos negativos e diferenças de benefícios e de prejuízos sectoriais, tipos de produtores, produtos, regiões e grupos populacionais e ambiente, para que seja possível ponderar as decisões com informação intersectorial. As decisões que não tomem em consideração a multiplicidade de efeitos, a curto e longo prazos, poderão implicar custos elevados para a sociedade e para a economia.

O subjectivismo, as decisões sem estudo prévio, muitas vezes emocionais e irreflectidas, devem ser eliminadas. Existem suficientes exemplos de efeitos negativos e de grande dimensão para se retirarem lições sobre os males causados por essa forma intempestiva de decisão.

As alterações sucessivas de políticas sectoriais e as interferências políticas e administrativas no funcionamento dos mercados, que passem além do papel regulador do Es-

tado, minam a confiança dos empresários, e reduzem a sua actividade económica. Para acelerar o crescimento, os principais instrumentos de política assentam, designadamente, no seguinte:

- o respeito pelas metas da inflação;
- a flutuação cambial num intervalo de banda que não penalize a produção nacional e as exportações;
- o controle das contas públicas.

Ser bem sucedido nestes indicadores não gera, em si, o desenvolvimento. Contudo, permite à economia ganhar maior previsibilidade e credibilidade. O controle da dívida externa, o aumento das reservas internacionais que sustentam a paridade da moeda nacional, a elevação geral de conhecimentos e competências aos vários níveis, principalmente no âmbito da economia e da gestão empresarial, os estímulos fiscais e creditícios para o aumento da capacidade produtiva, os estímulos para o crescimento da procura interna, sem prejuízo do crescimento da inflação, o alívio da carga fiscal e maior eficiência das infraestruturas são parte integrante do progresso económico e social do país. Igualmente, a estabilidade e o progresso nacional exigem a coesão social, a equidade e a partilha abrangente da riqueza gerada.



CAPÍTULO V

SUGESTÕES DE POLÍTICA

1. Introdução

As políticas económicas e sectoriais devem ter como objectivo construir sociedades com crescentes níveis de rendimentos e maior distribuição social e territorial da riqueza, reduzindo a pobreza e situações de insegurança alimentar, fortalecendo a estabilidade social e a unidade nacional. O padrão dominante de acumulação, que sustenta o crescimento e a redistribuição da riqueza e dos recursos, deverá ser fundamentalmente interno e socialmente amplo, assegurando a redução da dependência externa e maior resistência económica aos choques da economia mundial, como condições para uma maior soberania nacional. O crescimento económico deve assegurar que o aumento de riqueza seja ecologicamente sustentável, a exploração dos recursos naturais seja precedida de uma negociação conduzida de maneira transparente, que defenda o melhor interesse do país, e respeite as gerações futuras, e que existam processos produtivos, de distribuição e de vida, mais resistentes às calamidades naturais e às mudanças climáticas.

O desenvolvimento implica o aprofundamento constante da democracia, o que significa a total independência entre os poderes, e a observância e defesa estrita dos direitos, deveres e garantias dos cidadãos. O Estado deve ser servidor do povo e os respectivos sistemas de governação e administração devem ser institucionalmente apartidários, defender os interesses nacionais e dos cidadãos, e actuar com independência e sem qualquer diferenciação com base na raça, etnia, origem territorial, religião ou outros elementos de discriminação artificial, geralmente instrumentalizada para objectivos que não são os da Nação. As resoluções internacionais e nacionais, sobre os direitos e garantias dos cidadãos, devem guiar e servir de barómetros de um desenvolvimento em liberdade.

O desenvolvimento económico deve ser um processo inclusivo, onde a sociedade civil e os cidadãos, em geral, possuam mecanismos formais de envolvimento nos processos de decisão política e económica, de forma independente, não necessariamente partidária, e estruturados em diferentes formas de organização de promoção e defesa dos interesses dos associados. Para efectivar estes objectivos, os cidadãos individualmente, e as instituições da sociedade civil têm o direito ao acesso à informação. Os centros de decisão terão de possuir cultura do diálogo e tolerância pela diversidade, os quais devem ser parte intrínseca das diferentes formas de poder.

A construção de uma sociedade moderna assenta em valores da igualdade dos cidadãos perante a justiça e as oportunidades, semelhantes condições de acesso à saúde e

educação, através de serviços públicos universais e tendencialmente gratuitos. Os valores do mérito, do trabalho e da solidariedade, tanto individual como social, devem fazer parte da educação cívica, persistente ao longo da vida.

As burocracias devem reger-se pela transparência e abertura existindo, paralelamente, mecanismos eficazes de controlo democrático dos cidadãos, num quadro legal célere de combate à corrupção e às práticas ilícitas e de favorecimentos, ao tráfico de influências, ao acesso privilegiado à informação e seu uso para obtenção de benefícios pessoais ou de grupos. A pedagogia de formação de uma cidadania formada e informada, consciente e patriótica, deve alicercar-se numa cultura de repúdio e indignação face ao ilícito e ilegal e face à discriminação. Essa pedagogia deve ser constante e praticada nas escolas, nas organizações e nas empresas, no aparelho de estado, no relacionamento individual e nos discursos políticos.

À sociedade civil e aos cidadãos importa assegurar a possibilidade de realização de diferentes formas de participação, no quadro da democracia e do estado de direito, devendo o ordenamento jurídico ajustar-se continuamente às diversas declarações das Nações Unidas e de outras organizações internacionais associadas a estas matérias.

A longo prazo, começando desde já, o país deseja estar aberto ao mundo, conviver em sistemas económicos mundiais globalizados, possuindo economias competitivas e ter um povo que combine, de forma tranquila, os valores universalistas com os elementos de identidade do país e da região. As características diversas de um povo são elementos de riqueza cultural.

As sugestões de política têm um enfoque particular nas áreas económicas consideradas prioritárias pela Agenda 2025. A educação, saúde, justiça e o emprego são a base de uma economia com produtividade, e constituem parte do bem-estar e da liberdade dos cidadãos, sendo considerados sectores sociais prioritários da Agenda 2025. Considerando a importância do Estado no desenvolvimento económico e social e a construção da democracia, estes aspectos possuem tratamento em secções próprias.

2. Política económica

2.1 Crescimento económico e pobreza

O crescimento económico, global e sectorial, duradouro e estável ao longo dos anos, deve significar simultaneamente o incremento da renda média por habitante, crescentemente distribuída de forma mais equitativa, assegurando recursos para sustentar, de forma continuada, mecanismos de segurança social cada vez mais ampliados.

Para o efeito, entre 2015 e 2025, a economia deve crescer a uma taxa média anual de, pelo menos, 8% a 10%, alcançando-se um PIB *per capita* de cerca de 1.200 dólares. A estrutura sectorial do crescimento, segundo a Agenda 2025, deve ser suportada pelo aumento da produção nos seguintes sectores:

- agricultura, incluindo produção alimentar;
- extracção de recursos naturais;
- agro-indústria ligeira, associada à formação de aglomerados económicos, ao agro-negócio e à logística dos sectores produtivos;
- indústria relacionada com a construção civil;
- serviços prioritários.

Entre 2015 e 2025, a produção alimentar deverá crescer em média cerca 8% por ano. Os sectores agrícolas de exportação deverão crescer em cerca de 6%. A indústria extractiva deverá atingir a sua “exploração cruzeiro” por volta do ano 2020. Os sectores industriais referidos deverão crescer entre 8% e 10%. Os serviços continuarão a crescer mais rapidamente do que a maioria da produção de bens materiais, podendo-se estimar entre 10% e 12% de média anual. O crescimento do sector agrário deve assentar em cadeias de valor, sendo a acumulação concentrada nas fases produtivas e em agentes económicos com raízes e interesses no meio rural, como forma de assegurar o investimento integrado local, e que beneficie as populações rurais.

O crescimento económico, os seus benefícios e a distribuição social estão estreitamente relacionados com o crescimento populacional, cuja taxa permanece bastante elevada e com possibilidade de aumento. Sugere-se o estudo e a adopção de medidas integradas para procurar estabilizar ou reduzir o crescimento demográfico, como sejam a informação e a consciencialização dos jovens e dos casais, a alfabetização e a educação funcional das mulheres, em particular, a prevenção e combate aos casamentos prematuros e o planeamento familiar.

O crescimento dos principais serviços relacionados com os sectores produtivos prioritários tem como função não apenas a prestação de serviços, mas também fazê-lo de uma forma eficiente e eficaz, de modo a permitir a redução dos custos médios e dos tempos mortos, ou baixas de produção e produtividade devidas a logísticas “fora-de-tempo”.

O crescimento económico deve substanciar-se, sobretudo, no aumento da produtividade do trabalho e no uso eficiente dos recursos, condições indispensáveis para o aumento dos salários e da competitividade da economia. Devem existir acções continuadas com vista a melhorar o ambiente de negócios e os factores de competitividade empresarial e da economia. As acções devem incidir sobre os aspectos já identificados por vários estudos nacionais e internacionais.

A configuração de um tecido de pequenas e médias empresas, eficientes e competitivas, cujos empresários-empresendedores passem a operar em ambientes concorrenciais e em mercados não distorcidos, nem politizados, é uma condição indispensável para o crescimento duradouro. Para o efeito, para além das medidas associadas ao ambiente de negócios e à competitividade, sugerem-se revisões na Lei do Trabalho, na política fiscal e aduaneira, na correcção das assimetrias e das distorções dos mercados, na política orçamental, monetária e creditícia, nas formas de actuação e intervenção do Estado, na efici-

ência, eficácia e transparência do Aparelho de Estado e no fortalecimento da organização corporativa dos empresários.

As pequenas e médias empresas, de capital fundamentalmente nacional, são condição importante para a criação de emprego, de acumulação interna e de base social ampliada, de geração de receitas para o Orçamento do Estado e para o estabelecimento de relações intersectoriais intensas, que dinamizem a economia de forma mais endogeneizada. São necessários estímulos para a emergência de empresários-empresendedores jovens, com medidas como políticas de crédito, benefícios fiscais para o início de actividades, a criação de novos postos de trabalho, particularmente para jovens, mulheres e cidadãos portadores de deficiências físicas.

O crescimento económico e a opção de economia de mercado implica, também, a necessidade de mecanismos de regulação, com o objectivo de reduzir as assimetrias e distorções, bem como os efeitos não desejados do mercado livre como, por exemplo, as desigualdades sociais e territoriais, e as externalidades ambientais negativas. Devem ser tomadas medidas contra situações de monopólio e outras formas de mercado não concorrenciais, evitar ou reduzir, tanto quanto possível, as influências negativas de políticas mal formuladas, que subtraem eficiência económica.

A regulação implica a existência de ordenamentos jurídicos complexos, capacidade institucional de monitorização e fiscalização, arbitragem de conflitos de interesses, defesa do consumidor, entre outros aspectos. Implica que os órgãos reguladores sejam efectivamente independentes do governo e de influências políticas, dos interesses económicos com poderes monopolistas e outros. Existe um elevado risco de captura do órgão regulador pelas empresas/sector regulado e por mecanismos de corrupção (veja Nota 146). Também aqui, deveria haver um importante papel dos cidadãos, organizados colectiva ou individualmente, em acções de promoção e defesa dos interesses dos consumidores.

Pobreza

O crescimento económico deve estar acompanhado pela redução da pobreza, nas suas variadas manifestações, do número de pobres e das desigualdades sociais. Estes podem ser considerados os objectivos centrais para a economia e sociedade moçambicanas. Não são somente de natureza de justiça e solidariedade. São também condições para que o crescimento económico se traduza num processo de desenvolvimento contínuo, sustentado e duradouro.

Há vários vectores que podem, eventualmente, dar maior e mais rápido contributo para a redução da pobreza. Apresentam-se a seguir os sete principais.

1. O meio mais eficaz e duradouro de combater à pobreza, elevando os rendimentos dos mais pobres, é assegurar um modelo de crescimento que inclua os pequenos produtores do meio rural e os pobres das cidades.

No primeiro caso pode ser através:

- do aumento da produtividade e da transformação estrutural dos pequenos produtores agrícolas, com incidência na produção alimentar;
- do aumento de oportunidades de negócios em outros sectores; e
- da geração de emprego.

Estes elementos supõem um aumento da economia formal e uma gradual transformação das economias informais em formais.

No segundo caso, pode ser através de incentivos para a criação de pequenos negócios formais, com criação de emprego, dando prioridade, por exemplo, às zonas verdes em redor das cidades para a criação de hortícolas, frutas e pequenos animais.

2. Um outro vector de redução da pobreza pode ser através da inclusão das comunidades e dos pequenos produtores nos grandes projectos (sobretudo os agrários), o que se pode processar de várias formas como, por exemplo:
 - extensão de novas tecnologias para aumentar a produtividade com e sem regime de subcontratação;
 - criação de emprego;
 - acções de extensão rural privadas.
3. A criação de emprego é uma das formas de redução da pobreza. É necessário criar emprego formal a um ritmo superior ao volume de pessoas que entram anualmente no mercado de trabalho (idade activa). Seria importante que a economia assegurasse uma taxa de crescimento do emprego formal de, pelo menos, 6% por ano. As pequenas e médias empresas asseguram a criação de mais emprego por unidade de capital investido. Também por esta razão, a Agenda 2025 atribui prioridade à indústria transformadora, principalmente de transformação de bens primários localmente produzidos e com destino maioritário para o mercado interno, onde se destaca a indústria alimentar.
4. É fundamental que, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento a longo prazo, nas decisões sobre os destinos dos rendimentos obtidos pela extracção dos recursos naturais, os vectores/sectores produtivos de redução da pobreza sejam priorizados.
5. O aumento do acesso aos serviços e bens básicos, sobretudo no meio rural: educação, saúde, poços de água, segurança (no sentido de *security* em inglês) sobre a terra, os mercados e aquisição e estocagem dos produtos do campo, e dos serviços de extensão rural. O reforço destes serviços, para efeitos de redução da pobreza dos mais pobres dos pobres, deveria ter uma incidência sobre as regiões e os bairros citadinos mais desfavorecidos. Nas zonas rurais mais desfavorecidas, seria necessário fazer incidir os apoios sobre a promoção de potencialidades e recursos locais, que tenham mercado e sem grandes investimentos como, por exemplo, gado bovino, caprino e pesca.

6. É importante que, nas instituições públicas e privadas, exista menor amplitude salarial entre os escalões profissionais. Este objectivo pode ser alcançado, gradualmente, com uma evolução dos salários mais baixos, algo superior à evolução salarial dos escalões de maior rendimento. O aumento dos salários, incluindo o do salário mínimo, deve ter como critério principal o incremento da produtividade do trabalho. É importante evitar-se aumentos salariais acima da inflação, sem correspondência com o incremento da produtividade, que acabam por sacrificar os mais pobres, devido ao efeito da inflação.
7. Finalmente, o Estado e as organizações humanitárias deveriam prestar maior atenção aos grupos sociais desamparados, como os órfãos, as crianças de famílias pobres, os idosos sem família e as crianças de rua, sobretudo nos centros urbanos e nas vilas de dimensão média. Seriam necessários investimentos e a manutenção de lares, com assistência sanitária e medicamentosa, e a educação das crianças.

Sem ser menos importante, e com efeitos sobre as desigualdades sociais, melhor desempenho da função alocativa do Estado e credibilização da política e dos políticos, é importante a redução de determinadas despesas do Orçamento do Estado como, por exemplo: banir a possibilidade de acumulação de cargos públicos, regrar e aplicar as incompatibilidades entre funções e interesses públicos e privados, eliminar gastos supérfluos dos funcionários públicos, e combater eficazmente a corrupção, a evasão fiscal e a fuga de capitais.

A Agenda 2025 sugere a não utilização prolongada de instrumentos de gestão macroeconómica para a sustentação temporária e não sustentável do custo de vida como, por exemplo, a sobrevalorização da taxa de câmbio.

A Agenda 2025 considera imprescindível mobilizar todos os actores da economia e da sociedade para que canalizem os esforços no sentido de se reduzir a taxa de pobreza para 25% em 2025.

2.2 Instrumentos de gestão macroeconómica

A estabilidade económica tem como objectivo assegurar as condições para o crescimento económico duradouro e estável, nos ritmos previstos. Os princípios básicos da estabilidade devem ser respeitados. Consideram-se os seguintes indicadores e parâmetros a serem alcançados, para que a visão e as estratégias apontadas pela Agenda 2025 possam ser realizadas:

- Taxa de inflação baixa e estável, em geral de um dígito, preferencialmente não superior a 5% a 6% por ano;
- Défice público anual, sem recursos externos, na ordem de 3%, o que permite alcançar uma quase autossuficiência (equilíbrio) orçamental através de receitas internas;
- Total da dívida pública não superior a 50% do PIB;

- Limite das despesas de funcionamento do sector público de cerca de 30% do PIB;
- Taxa de câmbio que contribua para a competitividade dos sectores tradicionalmente exportadores e, simultaneamente, que proteja a produção interna, principalmente a produção alimentar;
- Taxas de juros comerciais atractivas para os investidores, e que imponham maior eficiência do sistema bancário e das taxas de lucro, simultaneamente a exigência de maior rigor e menores riscos na concessão de créditos;
- Políticas creditícias coerentes com as prioridades sectoriais, em particular a promoção de linhas de crédito concessional (juro mais baixo e prazos mais longos), asseguradas por um banco de desenvolvimento, através de bancos comerciais e agentes financeiros, para apoio ao crescimento de sectores e empresas prioritárias, para o crescimento acelerado do sector exportador e dos que valorizam os recursos naturais.

Sugere-se que estes indicadores e parâmetros sejam alcançados a partir de 2020.

Além dos indicadores nominais da economia referidos, a estabilidade da economia e da sociedade alcançam-se com acções concretas que afectam a vida das pessoas (economia real). Consideram-se pilares dessa estabilidade os seguintes:

- a) A manutenção dos preços alimentares com uma evolução inferior à inflação, o que deverá progressivamente estar assente:
 - na produtividade da produção agrária e na redução dos custos de transporte,
 - na correcção das assimetrias e distorções dos mercados,
 - no aumento da concorrência e na protecção transitória através de políticas alfandegárias.

Os subsídios ao consumo para a estabilidade dos preços ao consumidor não são aconselhados, sugerindo-se, em contrapartida, uma política criteriosa de subsídios aos produtores de alimentos;

- b) O crescimento dos preços dos transportes públicos urbanos inferiores à inflação, alcançados com melhores condições de operação das empresas; para o efeito, são necessários:
 - melhores estradas;
 - maior controlo de rotas;
 - combate à corrupção dos agentes policiais;
 - benefícios fiscais;
 - incentivos à modernização das frotas; e, sobretudo;

- a reestruturação das empresas públicas (rodoviárias e ferroviárias) para que sejam eficientes e desempenhem um papel no quadro de uma divisão do trabalho com o sector privado, evitando-se a concorrência entre o sector privado e o público.

Sugere-se que os municípios possuam planos de transportes urbanos com plataformas e interfaces entre os diferentes tipos de transporte e entre os transportadores privados e as empresas municipais de transporte urbano. Sugere-se que se evitem subsídios directos aos agentes económicos, públicos e privados, que realizam este serviço público.

- c) A constituição de instrumentos eficazes e rápidos de segurança alimentar, seja através de reservas físicas, seja de fundos financeiros. A localização das reservas físicas deve ser estudada para reduzir os custos de gestão, manutenção, perdas e transportes, e aumentar a eficácia/rapidez das operações de emergência.
- d) A constituição de um Fundo Soberano que assegure a estabilidade da balança de pagamentos e da taxa de câmbio, assim como das actividades e sectores económicos mais influenciados pelos mecanismos de transmissão da taxa de câmbio, além da tradicional função de oferecer uma maior resistência da economia às comoções económicas externas e excessiva volatilidade financeira (juros, câmbios, etc.).
- e) Os fundos que resultam da actividade dos grandes projectos, tal como sucede em muitos países, devem estar domiciliados no país. Assim, todas as transacções financeiras relativas aos projectos mineiros, de hidrocarbonetos e outros grandes projectos deverão ser feitas em moeda nacional e nas instituições financeiras locais. A domiciliação de fundos oriundos da actividade dos grandes projectos no sistema financeiro moçambicano concorre para o aprofundamento do quadro de estabilidade da economia nacional e o reforço do poder liberatório da moeda nacional, assim como para menor pressão sobre as reservas cambiais. De forma similar, a contratação de apólices de seguros e de transporte internacional, entre outros bens e serviços, devem ser realizados na moeda nacional.
- f) No que respeita ao crédito, além do referido sobre as taxas de juro, sugere-se:
 - que os *spreads* da banca comercial se reduzam como resultado de maior eficiência bancária e de uma melhoria de qualidade na procura e oferta do crédito, na melhoria da organização e gestão das micro, pequenas e médias empresas, em particular na disciplina financeira e contabilística, por forma a minimizar os riscos na concessão de créditos;
 - que a eventual intervenção do Governo nas taxas de juros, com excepção das taxas de juro de referência do banco central, seja transmitida através das linhas de crédito dum banco de desenvolvimento ou de fundos específicos, com juro baixo e prazos de reembolso mais longos, ou ainda subscritos por fundos de garantia e companhias de seguro de crédito.

- g) Considerando que a produção alimentar é realizada por pequenos produtores, sugere-se a adoção de medidas que conduzam à constituição de ainda mais associações de poupança e de crédito, que se estimule a prática das diversas formas de crédito informal, e que se incentivem as instituições de micro crédito a operarem no meio rural, e a cultivarem os pequenos produtores agrícolas como clientes preferenciais.

Durante a Cimeira Global de Micro Crédito de 2006, foi reconhecido que a maior parte dos clientes das Instituições de Micro Finanças (IMF) são mulheres, sendo o seu papel extremamente importante para a sustentabilidade dos sistemas micro financeiros e para o combate à pobreza rural. De uma forma geral, elas reembolsam os créditos atempadamente e, mais importante ainda, usam os recursos não só para gerar rendimento, mas também para a alimentação e nutrição da família, educação, saúde, habitação, água, em suma: para reduzir a pobreza da família, e criar condições para a melhoria do seu bem-estar. É assim fundamental conceder uma prioridade à mulher no acesso ao microcrédito, dando atenção também aos jovens. Esta constatação coincide com a importância da mulher nos trabalhos agrícolas.

Devem evitar-se medidas não convergentes com a necessidade da estabilidade económica e do funcionamento dos mercados, designadamente:

- Subsídios pontuais e descontextualizados de uma estratégia de promoção económica e, por isso, sem efeitos sobre a produção e a produtividade, e porventura com baixa eficácia sobre os objectivos pretendidos;
- Persistência de relações pouco transparentes entre empresas públicas e o Estado como, por exemplo, no financiamento paralelo e indirecto ao orçamento e na aplicação de decisões políticas contrárias aos sinais dos mercados, como aconteceu com os preços dos combustíveis em 2009 e 2010;
- Injecção de divisas no mercado de capitais, pelo Banco Central, para sustentar o metical, cujo objectivo era a protecção dos preços internos dos bens de consumo importados.

Estes são apenas alguns dos exemplos de políticas que distorcem os mercados, criam ineficiências, e são tomadas por razões políticas destinadas a evitar-se instabilidade social.

2.3 Contas nacionais

a) Balança de pagamentos

As contas nacionais devem ser equilibradas e geridas para favorecer o crescimento e a estabilidade macroeconómica. A balança de pagamentos deve ter as seguintes características:

- Possuir uma taxa de cobertura maior que 1 (isto é, as exportações serem superiores às importações) a partir de 2020, principalmente com base nos recursos naturais, na exportação de bens agrícolas e nas receitas do turismo;
- Definir políticas combinadas e coordenadas de substituição das principais importações – cereais e outros bens alimentares - e uma regulamentação restritiva de importação de veículos ligeiros usados;
- Os combustíveis são a maior factura externa (depois dos agregados estatísticos “bens de capital”, “importações dos grandes projectos” e “outros”), com grandes variações conjunturais devido às flutuações dos preços no mercado internacional. Poderão ser tomadas medidas para reduzir o consumo interno como, por exemplo:
 - ⊙ a organização e investimentos nos transportes públicos urbanos;
 - ⊙ o aumento dos impostos indirectos sobre os combustíveis usados para fins não industriais e de transporte público.

As importações dos grandes projectos devem ser analisadas no âmbito da balança de pagamentos desses projectos e, ainda, na possibilidade de substituição de importações de bens alimentares, transportes, formação/contratação de técnicos moçambicanos, e outros bens e serviços. Grande parte destas importações acontece por incapacidade da oferta nacional (em quantidade, qualidade e estabilidade da oferta).

Do lado das receitas externas, existe uma ampla margem de expansão de alguns sectores tradicionalmente exportadores como, por exemplo, o açúcar, o algodão, o caju e o tabaco.

Medidas concretas do lado da oferta podem ser adoptadas para a diversificação das exportações, principalmente através da recuperação da importância das exportações tradicionais. Persistem dificuldades, tais como:

- a fraca qualidade da produção nacional;
- a pequena escala da oferta;
- a fraca integração nos canais que dominam/controlam o mercado internacional;
- a pouca investigação interna;
- os problemas diversos do lado da produção;
- a variabilidade dos preços internacionais;
- a pouca especialização dos técnicos nacionais sobre o mercado externo;
- as dificuldades de regulação dos operadores das cadeias produtivas de alguns produtos, persistindo situações de mercado interno selvagem.

A Agenda 2025 sugere que a balança comercial alcance, nos primeiros anos da próxima década, uma taxa de cobertura superior a 90%. A balança comercial agrária deve cobrir a balança comercial alimentar, cujo défice deve ser reduzido para menos de 20%.

b) Orçamento do Estado

O Orçamento do Estado poderá sofrer alterações de vulto. Para além dos indicadores e parâmetros apresentados na secção sobre a estabilidade económica, sugere-se o seguinte:

- A existência de um plano de redução dos gastos, incidindo sobretudo nos gastos com o pessoal, gastos supérfluos dos dirigentes e técnicos superiores, combinados com aumentos da eficiência da administração, através de reformas que visem a sua qualificação e modernização;
- A redução de gastos correntes do Estado e dos investimentos públicos não directamente produtivos como, por exemplo, em obras e despesas estatais com carácter simbólico e sumptuário.
- A concentração orçamental nos sectores prioritários e em rubricas de apoio directo à produção. Por exemplo, que seja cumprida a declaração da reunião da SADC realizada em Maputo em 2003, em alocar 20% dos orçamentos nacionais à educação, 15% à saúde e 10% à agricultura;
- Uma maior descentralização orçamental, sempre que represente aumentos de eficiência e qualidade na execução orçamental;
- Evitar aumentos da carga fiscal; existem margens de aumento do lado das receitas, sobretudo em consequência do crescimento económico, da ampliação da base tributável e de uma maior eficácia do aparelho tributário; no entanto, persistem campos de expansão, como seja a revisão dos contratos com os grandes investimentos, o combate à fuga ao fisco e a corrupção no seio das Alfândegas.

Através da diferenciação nos escalões do IVA, a política fiscal deve, por um lado, servir para incentivar o investimento em sectores produtivos ou de serviços prioritários para o desenvolvimento do país e, por outro lado, por dedução, incentivar as famílias na educação dos seus filhos e na alimentação básica. A Agenda 2025 aconselha que as receitas públicas internas aumentem em pelo menos 15% ao ano, sobretudo em consequência do seguinte: o crescimento económico, uma maior eficácia da máquina tributária, a revisão dos contratos com as multinacionais mineradoras e outras, e sem prejuízo da viabilidade do projecto; a tributação, em benefício do país, sobre as mais-valias resultantes de actividades não previstas na actual legislação como, por exemplo, “venda”/“aluguer”/“sub-licenciamento” de licenças de exploração mineira, florestas e outras, receitas pela venda de terra (infraestruturas fundiárias), venda de património adquirido ao Estado, entre outras.

A Agenda 2025 sugere que até ao ano 2025, o défice público sem recursos externos não ultrapasse os 3% do PIB, e que o total dos gastos do Estado não ultrapasse os

30% do PIB. Considerando a importância deste indicador na estabilidade macroeconómica e no desenvolvimento, a Agenda 2025 sugere que seja incluído um articulado sobre este assunto na próxima revisão constitucional e que, entretanto, seja aprovada uma lei.

c) Consumo, poupança e investimento

O nível de consumo alimentar privado está directamente relacionado com o rendimento das famílias, sendo pobre a grande maioria de residentes nos meios rural ou per urbano. Significa que a demanda alimentar é de massa e, portanto, de bens de preços e qualidade inferiores, influenciando a oferta com produções de baixa qualidade. Porém, existe, principalmente nos centros urbanos, procura de produtos por famílias de rendimento médio, assim como existem altos segmentos de procura de bens alimentares de qualidade, geralmente satisfeita por bens importados, contribuindo para o défice persistente da balança comercial agrícola.

Nos últimos anos, tem-se assistido a um aumento significativo de consumo e investimentos das famílias citadinas, em particular, traduzidos no nível de crédito para estes fins. Trata-se, sobretudo, de habitação e de veículos. Pode estar a acontecer um sobre-endividamento das famílias, com elementos de risco bancário. O aumento dos salários reais (actualizações do salário nominal a taxas superiores aos da inflação) ao longo de vários anos, tem contribuído para o incremento do consumo privado (pressão da procura).

Conforme referido, o consumo público, tanto nas despesas correntes como em investimento, tem igualmente crescido nos últimos anos, a taxas superiores às verificadas para o consumo privado e em comparação com o PIB. O consumo limita a poupança e o investimento.

O investimento, estrangeiro e nacional, não se tem dirigido para os sectores que a Agenda 2025 aponta como prioritários, e cuja produção se destina principalmente para o mercado interno. A poupança e o investimento interno são importantes para o crescimento mais endógeno. Significa que é importante estimular a poupança, sobretudo nos grupos sociais de renda mais elevada. No entanto, isto não depende apenas das medidas de política económica, mas também do comportamento económico dos cidadãos. Por esta razão, a mudança no padrão de acumulação é de longo prazo.

O investimento estrangeiro é de grande importância na economia moçambicana. A continuidade de acções de captação do capital externo mantém-se importante para os próximos anos, sendo, porém, desejável que o investimento externo se diversifique, tanto quanto ao volume de negócios (médio investimento), como em relação aos sectores de destino: agricultura, agro-negócio e indústria transformadora. As parcerias desejadas entre o capital externo e nacional devem ser estimuladas, como forma de o empresariado local ganhar *know-how* de gestão, tecnológico e de integração nas redes de negócios do mercado internacional.

Nesta perspectiva, sugere-se a ponderação de alguns discursos e atitudes hostis relativas ao capital estrangeiro e à presença de técnicos expatriados e imigrantes. Igualmente

te, é necessário haver acções de pedagogia da cidadania relativamente a eventuais surtos, mesmo que pontuais, de sentimentos xenófobos de natureza diversa.

Paralelamente, é importante saber que medidas de políticas são mais eficazes para incentivar a poupança e o investimento nacional. Sugere-se:

- A organização de incubadoras de empresas para jovens empresários nas universidades e nas confederações de actividades económicas, tendo como critério os níveis de formação, o desempenho académico e o acesso a algum capital para iniciar a actividade;
- Políticas de incentivo (sobretudo de crédito e fiscalidade), destinadas a jovens empresários nas áreas prioritárias de desenvolvimento.

2.4 Fundo Soberano e Banco de Desenvolvimento

Os grandes projectos de gás e de carvão e de outros minerais e produtos energéticos não são, em si, a solução para os problemas estruturais de Moçambique. Os benefícios decorrentes da sua exploração apenas constituirão bênção para Moçambique, se uma parte dos seus rendimentos for preservada em benefício de gerações futuras, ao mesmo tempo que se utiliza, criteriosamente, parte das receitas geradas, para realizar investimentos estruturantes, com vista a superar definitivamente os principais constrangimentos do país.

Nesta oportunidade histórica, se o uso dos recursos for devidamente concebido e operacionalizado, poder-se-à gerar riqueza, desenvolvimento económico e bem-estar social. Não sendo bem utilizados, esses recursos podem gerar maiores desigualdades sociais e assimetrias regionais, elevar os níveis de pobreza colocando, assim, em risco o equilíbrio social e económico, a harmonia e a paz.

As perspectivas do futuro em Moçambique são excelentes e com um grande potencial de sucesso. Porém, tal exigirá uma grande transformação das mentalidades, da forma como se age, como se opera e como se trabalha. Vai exigir maior determinação, aplicação e empenho das instituições, e formulação de políticas económicas, financeiras e sociais abrangentes e ajustadas. Para promover a inclusão e assegurar tranquilidade social, as comunidades, os empresários privados e os moçambicanos devem tornar-se relevantes na actividade económica nacional.

Os ganhos provenientes de recursos naturais devem ser utilizados para melhorar o padrão de vida dos cidadãos, no presente e no futuro. A gestão das receitas provenientes de recursos naturais deve ser orientada com base nos princípios de transparência, boa governação e prestação de contas.

Embora os recursos constituam reservas do Estado, e possuam uma gestão autónoma e transparente, ela deve ser desagregada do orçamento corrente do Estado, entre outros através de fundos específicos.

A Agenda 2025 sugere assim que as receitas extraordinárias resultantes da exploração de recursos não-renováveis devem ser canalizadas prioritariamente para:

- Superar os grandes obstáculos ao crescimento e desenvolvimento, que nunca se conseguiu resolver precisamente porque faltavam recursos ou, quando os havia, estavam condicionados aos critérios e exigências dos doadores ou financiadores. Em particular:
 - ⊙ a promoção de programas transversais para a formação integral dos moçambicanos e para se atingir o máximo do seu potencial do capital humano, incluindo forte investimento no desenvolvimento da criança moçambicana, desde a sua gestação, para um pleno desenvolvimento físico e intelectual;
 - ⊙ a elevação geral das competências específicas de moçambicanos, com prioridade para o ‘saber fazer’, o ensino técnico e a formação profissional, a investigação científica e a inovação;
 - ⊙ a promoção do empreendedorismo;
 - ⊙ a promoção da mulher e do jovem como alicerces de uma sociedade assente no fácil e rápido acesso à informação, e ao domínio da ciência e tecnologia;
- Outra parte para superar os constrangimentos infraestruturais e elevar a competitividade das empresas e da economia nacional, entre outras, através de:
 - ⊙ desenvolvimento de infraestruturas estruturantes para fazer crescer a produção, reduzir os custos de transação;
 - ⊙ assegurar o rápido e efectivo crescimento da produção e da produtividade nos sectores prioritários da economia, com foco na produção agrária, na indústria transformadora que acrescente valor à matéria prima nacional;
 - ⊙ alavancagem das micro, pequenas e médias empresas moçambicanas (MPME’s), contribuindo para a sua melhor organização e gestão empresarial, com competências necessárias para se tornarem elegíveis ao crédito;
 - ⊙ concessão de linhas de crédito concessionais para o crescimento dos sectores prioritários, a serem implementadas por um banco de desenvolvimento, devidamente articulado com os bancos comerciais e de outros agentes financeiros;
- Uma parte reservada para o crescimento das comunidades e de associações das regiões onde se vão implantar os grandes projectos, o desenvolvimento da sua base de produção, para o seu desenvolvimento técnico, material e cultural;
- Uma parte para eliminar assimetrias regionais e assegurar equilíbrios entre as várias regiões de Moçambique;

- Outra parte ainda, deve permitir a constituição de fundos para a estabilização dos preços, em particular para sustentar e reduzir a excessiva volatilidade dos preços de bens e serviços;

Uma parte importante, cada vez mais crescente, deve ser canalizada para um Fundo Soberano de modo a preservar uma parte da riqueza para as gerações futuras. A constituição do fundo soberano e a sua gestão por uma entidade estatal especializada, deve ser regulada por legislação específica. Os fundos sob responsabilidade do fundo soberano devem permanecer sob custódia do Banco de Moçambique, que actuará em estrita obediência à Lei. Para além de auditorias internas e externas e da supervisão do banco central, a Assembleia da República pode exercer fiscalização competente do fundo soberano. A consistência de um Fundo Soberano facilita a execução de uma política fiscal, monetária e cambial mais eficiente.

A acção de um banco de desenvolvimento gerido profissionalmente e sem ingerências externas complementa e potencia a actuação de bancos comerciais e de outros agentes financeiros, através de linhas de crédito em condições concessionais (juros mais favoráveis e prazos mais dilatados), em apoio a projectos nacionais, contribuindo assim para a elevar a competitividade da economia, com destaque para as pequenas e médias empresas moçambicanas.

2.5 A competitividade das empresas

A elevação da competitividade geral da economia deverá ser feita através de apoio consistente às empresas nacionais, dado o seu potencial enorme para criar riqueza e gerar rendimentos e emprego, incluindo:

- A promoção extensiva do empreendedorismo e do autoemprego e a tomada de medidas e incentivos para minimizar o peso do sector informal;
- A regulamentação do mercado fundiário para permitir transacionar legalmente os títulos que conferem o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT);
- A adopção de uma política tributária que incentive o aumento da produção e da competitividade das empresas, simplificando e reduzindo as taxas relativas à produção e circulação de mercadorias;
- Uma maior sintonização da política fiscal com a política monetária e cambial, assim como as políticas sectoriais, com vista a se superarem as distorções e a incentivar as empresas a serem produtivas e competitivas;
- A formação intensiva de gestores e sua capacitação na gestão empresarial, aos vários níveis;
- A capacitação dos serviços públicos empresariais, de modo a contribuir para elevar a qualidade e as competências gerenciais, de organização e da gestão das empresas.

A autorização dos grandes projectos deverá incorporar e especificar os benefícios quantificáveis para a economia local, designadamente: a construção de escolas técnicas, a execução de programas de formação específica, a promoção de pequenas e médias empresas que produzem e fornecem produtos agrícolas e pecuários, e a criação de capacidades de fornecimento de bens e serviços locais para o projecto.

As empresas moçambicanas, para serem competitivas, devem funcionar com elevada qualidade de gestão profissional, grande rigor e disciplina financeira. A empresa precisa do apoio indirecto dos serviços públicos do Estado para, na fase inicial, contribuir para a redução dos custos de transação. Mas o essencial do esforço e do sucesso provém da liderança e da competência específica dos gestores da empresa, da sua visão e conhecimento do mercado, da sua organização interna. À empresa de sucesso exige-se uma orgânica interna dinâmica e competente, uma gestão rigorosa e austera, com as contas em dia e contabilidade estruturada, disponível para auditoria externa. Só estando devidamente estruturadas, é que as empresas podem beneficiar dos recursos naturais de que o país dispõe, tornar-se relevantes no mercado interno e, eventualmente, realizar negócios no plano internacional.

A empresa de sucesso opera apenas em negócios lícitos, rejeita participar em negócios ilícitos, de lucro fácil, obedece à legislação e aos regulamentos do país, tem os impostos devidamente pagos nos prazos regulamentares. Os critérios de boa governação devem espelhar as recomendações do código do Instituto dos Directores.

Na execução do seu modelo de negócio, as empresas devem procurar vantagem competitiva, em perfeita sintonia com o mercado interno e internacional. As empresas de sucesso são ágeis em resposta às dinâmicas do mercado, sabem adaptar-se às suas variações, quer do ponto de vista das taxas de juro, quer de câmbio, e sabem tirar vantagens das oportunidades que a legislação cria, tendo competência para analisar a concorrência, e encontrando vantagens com vista a gerar lucro para os seus accionistas.

A concorrência empresarial deve ser equacionada no quadro de mercados que valorizam a eficiência, permite adequada competição preço-qualidade, que favorece o consumidor e promove a competitividade da economia.

As taxas de juro, as taxas de câmbio, a política salarial e os demais preços na economia devem estar harmonizadas com as políticas financeira e industrial, entre outras, direccionadas para o fomento da produção e produtividade, para gerar impactos positivos nas empresas, e assegurar maior competitividade da economia.

Nos contratos a assinar com os grandes projectos, devem ser estabelecidas quotas mínimas, periodicamente crescentes, para o processamento industrial de matérias primas nacionais, a incorporação de quotas mínimas de bens e serviços de origem nacional, para os abastecer, e quotas de emprego de mão de obra nacional. Devem tornar obrigatórios programas intensivos de formação de mão-obra e de desenvolvimento das comunidades.

Para fortalecer o empoderamento dos moçambicanos, os cidadãos, as comunidades e os empresários devem ser parte integrante dos grandes projectos. À semelhança

do que sucedeu nos vários países cujos governos contribuíram de forma decisiva para o surgimento e o suporte de grandes grupos económicos (como é o caso da Tata, da Samsung, da Toyota, da Huawei e da General Motors, esta recentemente salva da falência pelo governo americano, à semelhança dos apoios massivos dos europeus às grandes empresas e bancos em risco de colapso sistémico), o Governo de Moçambique deve fomentar a constituição de sólidos grupos de privados moçambicanos, com boa reputação, com contas devidamente auditadas, sem contencioso fiscal, aduaneiro ou cambial, que pratiquem negócios lícitos. Estas empresas moçambicanas devem, rapidamente, tornar-se relevantes e competitivas para, assim, participarem nos grandes projectos, em todas as suas fases, incluindo naquelas que, presentemente, permitem acesso apenas aos grandes investidores estrangeiros.

O apoio do Governo pode revestir-se, entre outros, de definição de certas áreas para reserva estratégica do Estado ou para os nacionais, sob a forma de parcerias público-privadas, de empréstimos de médio e longo prazos, a concessão de DUAT e outras licenças, alvarás, títulos e em programas de formação, assim como na prestação de serviços empresariais.

Devem ser consideradas empresas moçambicanas as empresas registadas no país, em que os moçambicanos detenham pelo menos 51% do seu capital social, aos quais estão associados direitos especiais. Estas empresas devem ser apoiadas pelo Estado, de forma consistente, para assegurar uma participação multiforme e relevante, nas diversas fases dos grandes projectos. Estas empresas devem comprometer-se a, num determinado prazo, abrirem os seus capitais para subscrição de outros moçambicanos, através da bolsa de valores de Moçambique. Casos específicos devidamente fundamentados poderão beneficiar de um período maior. Esta é uma questão importante das opções a tomar na alocação dos recursos naturais do país. De forma transparente, os cidadãos e as comunidades moçambicanas devem ser envolvidos numa perspectiva inclusiva, assegurando a coesão nacional.

Os pontos de partida dos moçambicanos no acesso aos recursos naturais são diferentes. O conhecimento de cada um é exíguo e fragmentado. As competências técnicas e humanas são díspares e insuficientes. O acesso à informação é desigual, por isso cresce a percepção, na sociedade, de que são sempre os mesmos e os seus familiares e amigos que se constituem parceiros dos investidores estrangeiros nos grandes projectos. Por esta razão, a alocação destes recursos, por parte do Estado, num contexto de igualdade de oportunidades, deve ser feita com equidade, transparência, rigor e prestação de contas.

3. Políticas sectoriais

3.1 Agricultura, comércio rural e segurança alimentar

A produção alimentar é considerada prioritária pelas razões expostas no Capítulo II. Consideram-se culturas principais, por ordem de importância: milho, mandioca, arroz, fei-

jões, carne (bovina, caprina e avícola) e amendoim. São os bens mais importantes, na dieta alimentar, os que são produzidos por maior número de explorações. O milho e a mandioca são igualmente os bens que possuem maior procura, seja para consumo, seja como bens finais ou ainda como bens intermédios (matérias-primas para indústria moageira e de rações, para o caso do milho); para exportação, destacam-se os feijões e amendoim.

Foi referida, anteriormente, a importância do crescimento da produção alimentar, para que possa ser da ordem dos 8%, e os bens exportáveis da ordem de 6%.

A produção deve concentrar-se nas zonas que combinam um maior potencial produtivo (combinação de solos, água e clima), a existência de infraestruturas produtivas (irrigação), de serviços (estradas, capacidade de armazenagem e comunicações) e dos mercados de factores de produção (insumos agrícolas).

Sendo os pequenos produtores os que realizam mais de 95% destas produções, é necessário que a estratégia de produção alimentar considere os objectivos e as lógicas dos produtores de pequena escala, as tecnologias que utilizam, a sua competitividade nas opções produtivas e na alocação de recursos (terra, trabalho e capital), bem como os seus factores de risco (sobretudo as doenças, o clima e a variabilidade dos mercados, principalmente no que respeita aos preços).

A importância destas culturas, a localização da produção, o tipo de produtores e as tecnologias utilizadas condicionam as opções relacionadas com estratégias correspondentes ao aumento da produção, da produtividade do trabalho, da terra, dos animais e do rendimento das famílias. Destacam-se as seguintes:

- A investigação deve priorizar estas culturas, considerando os factores que mais influenciam a produtividade, e que correspondam aos sistemas produtivos, às condições económicas dos produtores e às exigências de qualidade dos diferentes segmentos da demanda. É importante priorizar os projectos de investigação sobre aspectos em que as inovações à escala produtiva podem ter um maior efeito sobre a produtividade, e reduzir os riscos da produção; a investigação deve realizar-se nas estações agrárias localizadas em zonas com condições semelhantes às existentes na produção (clima, solos, doenças e pragas, manejo produtivo, tecnologias utilizadas, sistemas de produção, etc.);
- Na pecuária, tem particular importância a universalização dos programas de vacinações, dos banhos carracicidas e o controlo e combate às principais doenças, algumas das quais com grande impacto sobre a saúde pública e as exportações;
- A investigação necessita de reforço orçamental no âmbito do orçamento do Ministério da Agricultura;
- A extensão rural e os extensionistas devem estar ajustados (em termos de conhecimento técnico, sociológico, linguístico, etc.) às condições dos locais onde trabalham. A quantidade de extensionistas depende da dimensão da zona de intervenção, da dispersão dos produtores, da intensidade de contactos entre o extensionista e os produtores, dos meios de trabalho e das funções atribuídas

- à extensão rural (apoio técnico, formação no terreno, realização de campos de demonstração de técnicas). A composição sexual dos extensionistas deve considerar o papel da mulher na produção agrícola;
- É importante que as prioridades do investimento público incidam sobre as áreas directamente relacionadas com a produção e com uma maior resposta produtiva, por unidade de valor investido. Além das áreas mencionadas em outros parágrafos, têm particular importância a construção, a manutenção e a gestão de regadios (devido ao facto de o clima ser um dos principais riscos da produção, afectando a variabilidade da oferta ao longo dos anos). É necessário verificar se o plano de irrigação prevê a construção destas infraestruturas que são mais necessárias em função das culturas dominantes, do potencial produtivo, dos défices hídricos, do volume de produção e do tipo de produtores dominantes nessas zonas. Sugere-se que a gestão e a manutenção dos regadios tenha em consideração os seguintes aspectos:
 - ⊙ a sustentabilidade financeira (com e sem subsídios) e os preços de ocupação do regadio;
 - ⊙ a estrutura de ocupação da terra infraestruturada, considerando as dimensões economicamente viáveis;
 - ⊙ os critérios económicos e sociais de atribuição de terras;
 - ⊙ a organização dos produtores para o funcionamento eficaz dos regadios;
 - ⊙ as acções de maior incidência da extensão rural, que permitam a intensificação dos sistemas de produção, tendo em vista a rentabilidade do investimento e o aumento da produtividade, considerando a produção em regadio e a elevação dos rendimentos das famílias;
 - ⊙ a formação dos produtores, extensionistas e regantes, considerando a baixa tradição de produção em regadio, em muitas zonas do país;
 - A investigação em domínios das áreas sociais tem estado secundarizada. O Orçamento do Estado deveria não só atribuir mais recursos financeiros e humanos, como possuir linhas de pesquisa, por exemplo, sobre a questão da terra, da competitividade e sobre a transformação estrutural dos pequenos produtores, aspectos de inovação e adopção tecnológica, as reacções dos produtores aos incentivos económicos, sobre a estrutura dos mercados, efeitos de subsídios, etc..
 - Pretende-se que a investigação seja independente de intervenções políticas e os resultados mais considerados nas decisões governamentais;
 - As empresas fornecedoras de factores de produção, assim como de comercialização, e a reactivação da rede comercial formal do meio rural devem ser incentivadas para operarem nas zonas onde se realizam as produções prioritárias;

- É necessário aumentar a concorrência (através do surgimento de mais empresas) para se contrariar ou limitar o surgimento de oligopsónios, os mercados dos factores de produção estão muito influenciados pelo poder político por ser o Estado o principal comprador (adquire cerca de 80% das sementes para distribuição gratuita), aumentando as distorções do mercado, e criando vícios junto dos pequenos produtores; sugere-se a eliminação gradual destas intervenções públicas nos mercados de insumos;
- As zonas de produção de bens prioritários deveriam ser um critério importante na prioridade de manutenção de infraestruturas rodoviárias, para facilitar a circulação de bens e pessoas; tem particular importância a rede de estradas secundárias e terciárias, que articulem as principais zonas produtoras com as estradas principais dentro de cada zona;
- A localização das escolas técnicas de nível básico deve ser coincidente com as zonas produtoras, e os currículos dos cursos adaptados às culturas e condições produtivas, de forma a que os níveis de escolarização possam ser um determinante significativo sobre o aumento da produtividade.

Para além das culturas alimentares prioritárias, existe uma segunda prioridade relativa às culturas de rendimento, maioritariamente destinadas à exportação ou para substituição de importações (principalmente o arroz e a soja); são de grande importância o açúcar, o algodão, o caju e o tabaco. A Agenda 2025 considera que as dinâmicas destas culturas dependem, principalmente, do investimento directo estrangeiro, dos preços e da posição das exportações nos mercados internacionais; é necessário assegurar-se facilidades na concessão de terras, com valorização adequada do seu valor económico actual e potencial, facilidades operacionais e benefícios fiscais para os investidores; a evolução do investimento e da produção dos bens de exportação depende, portanto, não fundamentalmente das estratégias da agricultura mas, principalmente, dos factores mencionados.

Relativamente às culturas de exportação, a Agenda 2025 considera importantes as seguintes considerações:

- Os equilíbrios na alocação de factores (terra, trabalho e capital) no seio das explorações e nas opções produtivas dos pequenos produtores (opções entre culturas a realizar), podem resultar em menor produção e agravamento da segurança alimentar, particularmente para as culturas de rendimento; estas opções são tomadas segundo lógicas produtivas dos pequenos produtores que não têm o mercado como única referência para a suas opções produtivas;
- O risco da variabilidade do mercado externo, com efeitos sobre os preços, introduzindo alterações nos sistemas produtivos;
- Os efeitos ambientais e sobre a fertilidade dos solos, devido à prática da monocultura e resultantes da intensificação na aplicação de produtos químicos.

Há trabalhos de pesquisa que constataam que para além do tabaco e gergelim, existe potencial para maior colocação da produção no mercado externo para o açúcar, o algodão e o caju. Os casos do chá, citrinos e copra ainda não estão em recuperação depois dos processos de privatização, realizados sem prévia definição de alternativas de estratégias para os sectores. Dos três produtos em estudo (açúcar, algodão e caju), podem resumir-se as seguintes características comuns:

- Pouca capacidade de influenciar o mercado externo, devido à escala de exportação;
- Influência significativa dos preços internacionais na evolução da produção dos bens exportados;
- Persistência de desafios de qualidade na produção exportada, sobretudo no caju;
- Baixa produtividade local, sendo que a competitividade assenta em preços baixos ao produtor;
- Pouca ou nenhuma transformação local, não se acrescentando valor e, consequentemente, limitada geração de riqueza no âmbito das cadeias produtivas, pouco emprego gerado, menores receitas em divisas e relações intersectoriais de baixa intensidade;
- Pouca investigação e falta de domínio de algumas doenças e pragas que baixam a produtividade por hectare/planta/animal;
- O investimento nas fases posteriores à produção primárias é quase totalmente estrangeiro.

Sugere-se que haja incentivos para o investimento nacional para a recuperação da indústria têxtil (de confecções e de desenvolvimento da moda moçambicana), do açúcar (diversas indústrias alimentares e bio combustíveis) e do caju (exportação de amêndoa e bens preparados para a indústria consumidora deste bem, como matéria-prima).

Nos distritos incluídos nas zonas prioritárias, o sector da agricultura deveria merecer prioridade na alocação de recursos financeiros, materiais e em técnicos. Sugere-se que se estudem incentivos para os técnicos que se tenham de deslocar em serviço para zonas do interior como, por exemplo, condições de habitação e de trabalho, redução de descontos fiscais, prioridade na selecção de técnicos para bolsas de formação, facilidade de crédito para investimentos da família (por exemplo, na habitação), incrementos na contagem de tempo para a reforma, subsídios de saúde e de comunicações, entre outros.

A eliminação da Direcção Distrital de Agricultura (DDA) e a integração das funções numa Direcção Distrital de Actividades Económicas (DDEA), retirou capacidade de intervenção no sector agrário (geralmente o mais importante), na grande maioria dos distritos.

No que respeita ao sector agrário, merece que sejam revisitadas as seguintes orgânicas:

- a integração da comercialização agrária e do Instituto de Cereais no Ministério da Indústria e Comércio;
- a localização da Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural no Ministério da Administração Estatal;
- as relações do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) com o Ministério da Agricultura e com o da Ciência e Tecnologia;
- a possibilidade de recriar as Direcções Distritais de Agricultura.

Destaca-se, positivamente, a existência de órgãos especializados por culturas (açúcar, algodão e caju), com funções de governo e de regulação, que resulta num maior conhecimento técnico, económico e social dos contextos das respectivas culturas, uma maior capacidade de definição de políticas e de implementação das decisões, mais diálogo entre o governo e os agentes económicos. Porém, é necessário estar atento aos seguintes riscos:

- a captura dos órgãos reguladores pelas empresas que se pretende regular;
- a distribuição inquinada dos benefícios e dos custos entre as empresas e os pequenos produtores contratados, quando os preços internacionais são elevados, ou estão em baixa;
- a estrutura distorcida dos mercados (concorrência imperfeita) destes produtos ao nível do produtor (situações de monopólio no caso do algodão, do açúcar e do tabaco e de oligopólio no caso do caju), o que coloca os pequenos produtores em situação de inferioridade negocial, principalmente no estabelecimento dos preços.

Considerando os aspectos positivos da existência de institutos especializados por cultura ou grupos de culturas, sugere-se que as funções do Instituto de Cereais sejam reforçadas para uma intervenção global sobre os bens alimentares, sobretudo em mandatos de natureza económica e em fases posteriores à produção primária.

A articulação entre o governo e os pequenos produtores é fundamental, sobretudo com a União Nacional de Camponeses (UNAC) e as organizações empresariais. Considerando as prioridades sugeridas pela Agenda 2025, a UNAC deveria constituir um parceiro fundamental para a implementação das estratégias agrárias. Assumindo este pressuposto, propõe-se que, à UNAC, sejam alocados recursos orçamentais para a capacitação institucional (recursos humanos, técnicos e meios materiais), sobretudo das associações dos produtores no terreno, e para as acções de formação dos pequenos produtores no quadro das prioridades da Agenda 2025, sem que o financiamento implique interferência na natureza da organização e, portanto, da sua independência dos poderes.

A estratégia agrária não se limita às recomendações técnicas. É importante que contenha elementos de política económica. Sublinham-se os seguintes aspectos: investimento público, crédito e taxas de juro, mercados e preços, subsídios e taxa de câmbio.

Conforme referido, o investimento público é, provavelmente, o instrumento mais poderoso de que o governo dispõe para a aplicação de uma política agrária. A alocação de recursos financeiros entre as diferentes rubricas, a distribuição entre o nível central e o local, os recursos sobre os sectores directamente produtivos, a aplicação de políticas de preços, entre outras mencionadas, são utilizadas para o incremento da produtividade, facilitam o investimento privado, e estimulam os produtores para que as opções produtivas sejam convergentes com os objectivos do sector agrário.

A Agenda 2025 sugere as seguintes prioridades:

- Mais recursos destinados à investigação e extensão rural;
- Aumento dos recursos para o investimento em infraestruturas directamente produtivas (principalmente regadios, mangas de vacinação pecuária e tanques carracidas);
- Constituição de reservas destinadas a subsídios à produção e à constituição de stocks físicos no âmbito da segurança alimentar;
- Alocação de verbas, através da UNAC, para o reforço da capacidade institucional das associações de produtores.

O aumento de recursos para a agricultura deve ser acompanhado de qualidade na execução e controlo orçamental, com avaliação interna e externa.

As taxas de juros deverão ajustar-se no contexto do mercado para que o custo do capital diminua, e os empresários ganhem confiança e viabilizem mais projectos. Através de linhas de crédito concessionais dum banco de desenvolvimento, pode pensar-se em taxas de juro bonificadas para as culturas e sectores prioritários, mantendo mecanismos de controlo sobre o destino do dinheiro emprestado, com sanções pelo incumprimento dos compromissos assumidos perante a banca. O governo ou outros financiadores terão de assumir participações dos riscos e a cobertura do diferencial dos valores resultantes da aplicação de juros abaixo dos praticados no mercado. Assume particular importância o surgimento de associações de poupança e crédito, para que exista uma política pro pobre.

A correcção das distorções dos mercados é importante para criar mais concorrência, integrar entre si os mercados, estabilizar a oferta e os preços entre períodos de colheita, reduzir as diferenças de preços entre os produtores e o retalhista, e resolver as imperfeições dos mercados. Neste âmbito sugere-se:

- Melhorar a rede secundária e terciária de estradas nas zonas prioritárias de produção agrária, de forma a facilitar o escoamento e reduzir os actuais elevados custos de transporte;
- Criar incentivos para que um maior número de agentes económicos formais se interesse pela comercialização e logística, particularmente os que residem e têm raízes no meio rural;
- Aumentar a capacidade do Sistema de Informação dos Mercados Agrícolas (SIMA), para que as informações dos preços e mercados cheguem ao produtor

em tempo oportuno, e para que o produtor possa tomar decisões conforme a situação dos mercados em cada momento. Sugere-se que se estabeleçam parcerias com as rádios comunitárias para divulgação dos preços;

- Informar e formar os pequenos produtores e as associações, através dos extensionistas, para que a venda da produção seja escalonada entre períodos de colheita, de forma a estabilizar os rendimentos familiares, e não fazer variar excessivamente os preços ao longo do ano.

Deveria pensar-se numa estratégia de subsídios. Sugere-se que não sejam em disponibilização de insumos (sementes, adubos, pesticidas), em dinheiro “fresco”/“vivo” para o assalariamento ou para outros fins. O subsídio poderá assumir formas de participação em investimentos de modernização (aquisição de capital fixo como tractores, moto-bombas e electro-bombas, entre outros equipamentos, na construção de pequenas represas e regadios), em forma de preços de garantia etc. Os subsídios incidiriam apenas sobre os produtos prioritários, privilegiando os pequenos produtores. Existe outra forma de subsídio que é o Estado assegurar a compra do produto excedentário ao preço do mercado, constituindo *stocks* para a estabilização da oferta e dos preços, e garantir reservas de segurança alimentar.

Os subsídios subsídios devem:

- ser de fácil aplicação e controlo;
- ser aplicados aos produtores e às associações mais eficientes e com as mais e melhores garantias;
- ser efectivamente utilizados para os fins a que se propõem;
- não distorcer o mercado ou fazê-lo com o mínimo de efeitos negativos;
- prever a remoção dos mesmos em tempo próprio;
- ser sustentáveis, isto é, os fundos devem multiplicar-se para garantir ciclos posteriores de empréstimos, sem necessidade de injeções de mais capital;
- assegurar os recursos para um período de vigência pré-estabelecido;
- considerar a capacidade efectiva financeira do Estado e de outros financiadores para suportar os subsídios devendo, para o efeito, ser definidas as culturas e os tipos de produtores a beneficiar.

As taxas de câmbio não possuem mecanismos de transmissão apenas para a agricultura. Porém, não devem ser estabelecidas sem considerar os efeitos sobre o sector. Devem equacionar-se:

- os efeitos dos diferentes níveis da taxa de câmbio sobre a competitividade e lucratividade das exportações e das empresas agrícolas;
- os preços dos bens importados e a concorrência aos produtores nacionais;

- os preços e as opções (bens sucedâneos e/ou concorrentes) dos consumidores;
- a inflação.

A Agenda 2025 sugere a revisão dos acordos de livre comércio com a SADC, no âmbito dos produtos alimentares. A economia aberta e a consequente concorrência dos produtos da África do Sul pode impedir a emergência de um sector produtivo agrário de alguns bens, e desestruturar ou mesmo expulsar do mercado muitos produtores locais.

À luz do referido anteriormente no Capítulo “Concepção de Desenvolvimento”, é importante definir os produtos para os quais se devem constituir mecanismos de maior protecção à sua produção para o mercado. No caso da agricultura, sugere-se que haja uma renegociação dos acordos de liberalização do comércio, com um programa gradual de abertura, ao mesmo tempo que são implementadas medidas governamentais e dos produtores, com vista a ganhar-se competitividade e aumentar a produção. Sugerem-se os seguintes produtos a proteger:

- com prazos mais curtos de protecção (até 5 anos): milho para fins de consumo humano, feijões, carne de frango;
- com prazos intermédios (6 a 10 anos): soja, arroz, carne bovina, sumos, tomate enlatado e bolachas;
- a longo prazo (11 a 20 anos): o trigo

A Agenda 2025 sugere que seja aprovada uma Lei da Agricultura que obrigue as estratégias e as medidas de política económica a subordinarem-se a um conjunto de princípios e objectivos de promoção da agricultura.

Comércio rural

Considerando que o comércio é um sector que não possui excessivos constrangimentos, apontam-se apenas alguns aspectos relacionados com o comércio rural.

A recuperação do tecido comercial das “cantinas” constitui uma medida fundamental. Deveriam ser priorizados os residentes nas zonas rurais, e existir compromissos com valor legal, para que a recuperação dessas infraestruturas seja para utilização no comércio.

A recuperação da rede comercial para alcançar os objectivos pretendidos deverá ser acompanhada por medidas de reactivação do comércio, com incentivos para aquisição de meios de transporte e crédito para o início da actividade comercial. Estes agentes económicos poderão recuperar a concepção de intervenção integrada como, por exemplo: a venda de mercadorias a crédito, a ser pago em género após as colheitas agrícolas, produção agrícola complementar, os transportes de curta distância, a função de comércio grossista para abastecimento a outros agentes económicos locais, as funções hoteleiras e de restauração e a pequena indústria de transformação de bens agrícolas.

A transformação de agentes económicos informais é um objectivo apenas alcançável com a absorção destas economias e da força de trabalho em actividades económicas formais, e desde que os rendimentos aí obtidos (salários) sejam superiores e mais estáveis. Neste momento, a sua integração em economias formais não possui compensações que facilitem essa opção alternativa. Representa maiores custos fixos, mais impostos e fiscalização, menos flexibilidade comercial. No entanto, a economia informal significa maiores riscos de saúde pública e de higiene e salubridade. São necessárias medidas de fiscalização mais actantes e presentes, por parte dos organismos competentes locais do Estado.

Segurança alimentar

Não há dúvidas acerca da vulnerabilidade de Moçambique aos choques económicos externos e ao clima (com possibilidade de piorar, face às mudanças climáticas). A segurança alimentar é entendida como o nível de acesso aos alimentos, por parte de todos os cidadãos, e a estabilidade de oferta desses alimentos. A segurança alimentar depende dos níveis de produção (com redução da dependência externa), dos preços dos produtos, da renda das famílias e da disponibilidade de alimentos, em qualquer momento.

Conforme referido, a segurança alimentar pode ser física (disponibilidade de *stocks* de alimentos), ou financeira (reserva em meticais e/ou em divisas). Sugere-se que:

- parte das divisas obtidas pelas exportações de produtos agrícolas seja conservada para a constituição de reservas em divisas;
- o Ministério da Agricultura, em coordenação com o Ministério das Finanças, constitua reservas financeiras (com base nas doações internamente vendidas) para as situações de emergência;
- sejam constituídos *stocks* nas zonas tradicionalmente mais expostas às calamidades naturais e/ou nas zonas produtoras; os silos construídos poderiam ter esta missão sendo, para o efeito, necessário contemplar estes objectivos nos contratos de gestão privada dos silos;
- sejam definidos períodos médios das situações de emergência a serem suportados pelo Estado.

A segurança alimentar não é apenas função do Governo. As famílias são as primeiras interessadas. É importante que possuam reservas alimentares, evitando vender toda a produção no momento da colheita. Para o efeito é necessário que:

- os produtores possuam capacidade de armazenagem (silos melhorados, construídos com material local);
- existam condições para a redução dos riscos e custos da posse de reservas alimentares (perdas pós-colheita por redução do peso devido à humidade dos grãos, mau armazenamento e conservação, defesa contra ataques de ratos, insectos e fungos, roubos, etc.);

- estes aspectos exigem a formação dos produtores e suas associações, e a disponibilidade de produtos para a conservação dos *stocks*, o que pode ser realizado pela rede de extensão rural.

Considerando as elevadas perdas pós-colheita, é importante que, no âmbito dos programas de extensão rural e de segurança alimentar, sejam contempladas acções de redução desses prejuízos. As perdas existem em toda a cadeia produtiva, começando na colheita e tratamento inicial (por exemplo, na separação do grão), na embalagem/ensacamento, no transporte, na armazenagem, na distribuição e no comércio. As acções de redução das perdas devem começar no produtor (sobretudo nas formas/técnicas de constituição de reservas - armazenagem em silos tradicionais ou modernos e em armazéns) incidindo as acções sobre os factores que, em cada local, provocam mais perdas.

Os riscos das perdas podem ser um elemento de decisão de venda do grão, pelo produtor, no momento da colheita, não beneficiando das variações de preços ao longo do ano (preços elevados em momentos de pré-colheita da campanha agrícola do ano seguinte). Se é aceite que os produtores tomam opções racionais, poderá esta decisão significar que os riscos de perdas são superiores às perdas de rendimentos derivados do diferencial dos preços praticados ao longo do ano. A preferência pela liquidez ou necessidades urgentes de dinheiro poderão também influenciar a venda imediatamente após as colheitas.

A constituição das reservas alimentares, pelas famílias, não é apenas uma medida preventiva contra situações de emergência; pode ser benéfica em termos de rendimento das famílias, devido à venda da produção ao longo do período entre colheitas, aproveitando as flutuações intra-anuais dos preços.

3.2 A exploração dos recursos naturais, o meio ambiente e os benefícios reais da indústria extractiva

As políticas para estes sectores devem assegurar que:

- se observem, com todo o rigor, os princípios internacionalmente aceites quanto aos impactos negativos da actividade industrial na preservação ambiental, no património natural e, particularmente, na biodiversidade;
- não sendo possível evitar danos ambientais ou corrigilos, os grandes investimentos, particularmente na indústria extractiva, procedam às medidas de compensação da biodiversidade afectada pelo seu exercício;
- nos próprios contratos de exploração e nas medidas de compensação, se considerem os direitos das comunidades, que residam ou tenham de ser reassentadas nas áreas de exploração;
- finda a exploração, se faça, tanto quanto possível, a reconstituição paisagística, a reabilitação florística e o repovoamento faunístico;

- os contratos entre o governo e as multinacionais sejam tornados públicos, salvaguardando apenas o que está estipulado como segredo estatístico das empresas e questões de segurança nacional, sem uso desproporcionado destes dois princípios.

Os recursos naturais podem beneficiar os cidadãos de várias formas. Beneficiam através da função redistributiva do Estado, reforçando a quantidade e a qualidade dos serviços públicos, em investimentos que beneficiam as condições de produção e da produtividade dos pequenos produtores e da população urbana pobre, e por meio de políticas assistencialistas. Beneficiam, também, através da geração de emprego directo e indirecto e o conseqüente aumento dos rendimentos das famílias. Para o efeito, é importante renegociar os contratos e que os impostos acordados nos futuros contratos sejam acautelados com base nos níveis de lucros e nas vantagens comparativas das minas moçambicanas (qualidade, custo de extracção e de transporte, etc.).

A equidade económica derivada da exploração dos recursos naturais não deveria ser entendida como a distribuição/apropriação de áreas de negócios ou a especulação através da venda/aluguer de licenças mineiras, sem pagamento de impostos sobre as mais-valias.

Para que estes objectivos sejam assegurados, é importante aumentar a capacidade técnica do Aparelho de Estado, para que as negociações não sejam assimétricas. O reforço do Estado pressupõe, ainda, o aumento das receitas públicas e das divisas, que equilibrem as contas nacionais e deem mais estabilidade macroeconómica. Os órgãos do Aparelho de Estado devem ser apetrechados com recursos que permitam a fiscalização efectiva da exploração de recursos, tais como recursos humanos, meios técnicos (laboratórios, capacidade técnica e humana de medição das reservas de recursos naturais e monitoria da sua extracção, instrumentos de medição dos níveis de poluição, controlo dos volumes e qualidade dos produtos exportados, conhecimento do mercado internacional, etc.). A definição dos impostos e os benefícios fiscais deve ser baseada no conhecimento do chamado sobre-lucro das empresas.

A sustentabilidade da exploração de recursos é diferente segundo se trate de recursos renováveis ou não renováveis. Para o primeiro caso, não deveria haver extracção acima da reposição dos *stocks* em quantidade e qualidade, seja pela natureza, seja pela acção do homem. No caso da terra, seria necessário que fosse conservada em quantidade e qualidade, através de sistemas de rotação, programas de fertilização e proibição de cultivos em zonas sujeitas a fortes erosões. Assim sendo, por exemplo, sugere-se que os contratos de corte de madeira prevejam, como obrigatória, a reposição das espécies cortadas, o que deverá ser acompanhado de fiscalização e previsão de sanções.

Para o caso dos recursos não renováveis, é importante que se façam investimentos em fontes alternativas desses recursos, quer dizer, para o que se tirar debaixo da terra ou do fundo do mar, deve haver por cima da terra investimento durável, e que crie trabalho e fonte de rendimento, em particular para as populações mais directamente afectadas.

Os processos produtivos não deverão ser poluentes. O país deve precaver-se, e proibir a importação de tecnologias banidas e abandonadas noutros países, quer pelos seus custos de operação, quer pelos seus efeitos poluentes. Por exemplo, deve-se prevenir, e reduzir ao mínimo, que as técnicas modernas permitam a contaminação com a poeira do carvão, os detritos da exploração florestal e o correspondente arrasto pelos leitos dos rios, assim como a poluição das águas pelo garimpo e pela indústria. É importante que haja legislação que imponha a despoluição, através da modernização dos processos produtivos, ou existência de equipamentos com essa finalidade, sendo necessárias medidas de uma rigorosa fiscalização.

Os contratos devem prever a responsabilidade corporativa e social das empresas, que inclui:

- pagamento de impostos conforme a legislação em vigor e/ou nos termos dos contratos com o Estado;
- indemnização às pessoas e famílias reassentadas, conforme os preços de mercados e os custos provocados pelo reassentamento;
- novas condições de vida, produção, acesso e possibilidades de negócio não inferiores às pré-existentes;
- garantia das mesmas condições ambientais;
- promoção de um desenvolvimento inclusivo, com a integração das comunidades nas actividades produtivas relacionadas com os investimentos.

A verificação destas condições deve ser monitorada por entidades independentes das partes interessadas/envolvidas (empresas, governo e comunidades).

Os contratos sobre grandes investimentos devem ser públicos. É importante que haja abertura e divulgação da informação de interesse público, excepto a que for classificada (este conceito deve ser regulamentado), para que o secretismo não gere a desconfiança e eventuais confrontos sociais, nos quais se perdem ou comprometem valores democráticos como os da transparência, do diálogo e acordos entre as partes. Tais situações tendem a gerar aumentos de autoritarismo, intervenções policiais, controlo da imprensa, aumento do secretismo, limitação dos direitos e liberdades dos cidadãos.

Os principais riscos a considerar com os grandes investimentos são os seguintes:

- A variabilidade dos mercados internacionais e seu efeito sobre a competitividade das empresas;
- A hipótese da *doença holandesa*, tanto a curto como a longo prazos, não só pelos preços e volumes exportados, como ainda por variações (neste caso por diminuição) na entrada de capitais e por efeitos sobre a balança de pagamentos e sobre a taxa de juros e receitas fiscais;
- O endividamento público excessivo, na expectativa de receitas futuras derivadas da exploração dos recursos naturais e de eventuais efeitos multiplicadores sobre outras actividades associadas (emergência de *clusters*);

- A possibilidade de conflitos sociais, em consequência dos reassentamentos das populações, dos efeitos ambientais e de intervenções da polícia com violência desproporcionada;
- Perdas de democracia com menores espaços de diálogo, proibição de manifestações, menor acesso à informação, mais controle sobre os órgãos de comunicação, etc.;
- A possibilidade de, após a extracção, não ser reposta a flora e feita a recuperação dos solos pré-existentes, restando apenas zonas desérticas, alterações da pluviosidade, poluição ambiental, crateras (“buracos”) resultantes da extracção a “céu aberto”, e outros efeitos colaterais.

Sugere-se o seguinte:

- A constituição de um Fundo Soberano para protecção, tanto da balança de pagamentos, como do tesouro público;
- A criação de maiores espaços de diálogo e de conversações e atendimento às demandas da população;
- A capacitação do Estado, técnica e com meios materiais e financeiros, para permitir o desempenho das suas funções;
- A aprovação da Lei do Direito à Informação;
- Mais regulação, controlo e fiscalização junto das empresas envolvidas na exploração de recursos naturais, sustentado num quadro jurídico ajustado.

Sem ser menos importante, existe uma vasta actividade de garimpo desregulado e fora do controlo. O garimpo, geralmente de ouro e de pedras preciosas, é incentivado por traficantes de diversos países, e realizado por pessoas de diversas origens (incluindo moçambicanos), que acordam com as populações para que seja possível a extracção mineral a troco de valores irrisórios. O garimpo danifica os solos, explora a mão-de-obra, afecta a saúde pública, contamina os rios e as águas subterrâneas. Para o caso do garimpo, a intervenção necessária é, sobretudo, de natureza policial, contra a imigração e actividades não licenciadas e contra o tráfico dos produtos do garimpo. A constituição de uma empresa nacional que aplique a regulamentação do comércio não se tem revelado eficaz, considerando os diferenciais de preços, os circuitos de comércio dominantes do tráfico com ligações internacionais e a pequena probabilidade dos traficantes serem interceptados pela polícia.

Terra

Tendo em conta as questões à volta da terra, identificadas em vários estudos e publicações, a Agenda 2025 sugere:

- Um amplo e sério debate sobre a propriedade estatal da terra em toda a extensão do território nacional, no qual se poderia considerar a existência de zonas

- de propriedade estatal (para fins militares e de segurança, reservas e parques naturais), zonas comunitárias e zonas para exploração económica;
- Importância do planeamento físico e da zonificação do território, segundo as finalidades;
 - Estabelecimento de critérios e métodos de cálculo do preço da terra, e/ou o funcionamento dos mercados fundiários e/ou a transmissibilidade do DUAT, sem perda de propriedade;
 - Estabelecimento de critérios e métodos de cálculo do preço dos melhoramentos fundiários e investimentos realizados, para consideração no eventual acto de compra e venda e respectivas taxações sobre as mais-valias;
 - Definição dos métodos de auscultação e negociação entre compradores e vendedores/ comunidades;
 - Estabelecimento de contratos-tipo para assinatura de propriedade/DUAT ou outras formas de transmissibilidade;
 - Aperfeiçoamento da legislação, em vigor, sobre os direitos consuetudinários;
 - Definição dos mecanismos de protecção das famílias/comunidades com direitos adquiridos, nos processos de negociação, por exemplo, através de assessoria jurídica realizada por organizações independentes dos interessados e do governo.

3.3 Indústria transformadora e aglomerados económicos

Para o desenvolvimento industrial e o surgimento de aglomerados económicos em redor das cadeias de valor, conforme referido no Capítulo III, as prioridades apontam a agro-indústria, no quadro das cadeias produtivas (agro-negócio), a indústria e serviços, no contexto da formação de um tecido empresarial que preste serviços aos grandes empreendimentos, constituindo os pólos de desenvolvimento. Estas actividades serão realizadas por pequenas e médias empresas competitivas.

Para fazer surgir um tecido industrial e a constituição de *clusters*, são necessárias políticas específicas, a saber:

- Incentivos fiscais destinados a jovens empresários, com prioridade para os que têm formação técnica média e superior;
- Linhas de crédito com taxas de juro bonificadas para as actividades consideradas prioritárias;
- Comparticipação do Estado em investimentos para a constituição de empresas nos *clusters*, aplicando recursos obtidos através dos grandes projectos.

Estes e outros incentivos poderiam ter como requisito que os beneficiários fossem jovens empresários com raízes rurais, e que investissem nas respectivas zonas de origem.

Consideram-se prioritárias, entre outras, as seguintes áreas:

- Produção de sumos, frutas e vegetais embalados, concentrados alimentares, transformação de cereais, aproveitamento integral de soja, entre outras;
- Matadouros e redes de frio;
- Produtos químicos para a agricultura (fertilizantes e misturas de pesticidas);
- Indústria têxtil e de confecções;
- Indústria associada à construção civil;
- Prestação de serviços de preparação da terra e importação de peças sobressalentes para máquinas agrícolas e meios de transporte pesado (camiões);
- Indústria do vidro e de embalagens de cartão e plástico;
- Transportes de passageiros e de bens específicos;
- Serviços de assistência técnica aos equipamentos.

Para a formação de *clusters*, é importante que os municípios criem condições para o surgimento de parques industriais.

O surgimento de pólos de desenvolvimento possui também efeitos negativos. Apontam-se os principais riscos:

- Fluxos migratórios em direcção às periferias dos pólos, na expectativa de encontrar emprego, e consequentes problemas sociais;
- Crescimento de economias informais em redor dos pólos;
- Existência de desenvolvimento espacial desequilibrado e eventuais mobilidades sociais com aumentos das diferenças sociais;
- Inflação autárquica e aumento do custo de vida, com maior impacto sobre os grupos sociais de menores rendimentos;
- Pressão sobre as infraestruturas produtivas (estradas e pontes) e de serviços (hotéis/pensões e restauração, mercados, educação, saúde, saneamento, etc.).

O surgimento de pólos de desenvolvimento necessita de medidas complementares para a mitigação dos efeitos negativos referidos. Essas medidas poderão, por exemplo, ser as seguintes:

- Elaborar e implementar planos de ordenamento do território dos pólos e, em seu redor, áreas residenciais, infraestruturas de serviços, etc.;
- No quadro do ordenamento do território, prever áreas para a produção agrícola, pastagens e plantação florestal, e para outras actividades económicas que absorvem o excesso de imigração para a zonas do pólo de desenvolvimento;
- Reforçar as infraestruturas produtivas e de serviços aos cidadãos;

- Promover a oferta de bens e serviços, através de empresas locais, para evitar grandes subidas da inflação.

3.4 Indústria de turismo

A indústria de turismo de qualidade enfrenta desafios importantes, de entre os quais:

- Preços elevados;
- Dificuldades de o empresariado local corresponder às demandas da indústria turística (bens alimentares, transportes de curta distância, comunicações, etc.);
- Pouca integração com ofertas diversas de lazer (praia, caça, pesca submarina, desportos aquáticos, divulgação da cultura moçambicana e local, etc.);
- Debilidade de serviços associados ao turismo;
- Implantação das infraestruturas turísticas sem ordenamento do território;
- Pouco respeito pelo ambiente;
- Fraca formação dos agentes turísticos nacionais e dos trabalhadores hoteleiros e de restauração;
- Pouca inclusão e, por vezes, exclusão das populações.

Para a superação destas dificuldades sugere-se:

- Abertura do mercado turístico a mais agentes económicos, para aumentar a concorrência, baixar os preços e aumentar a qualidade;
- Integração dos agentes turísticos nas cadeias promotoras de turismo;
- Incentivo, através de vários mecanismos, para que surjam, a nível local, ofertas de produtos locais (artesanato, cultura, gastronomia, etc.), assim como de bens e serviços que correspondam às demandas dos hotéis e restaurantes como, por exemplo, géneros alimentares de qualidade e com estabilidade de oferta;
- Investimento em turismo, tendo como requisito que as empresas possuam condições de prestação de serviços de qualidade, programas de formação no trabalho, oferta de pacotes turísticos integrados, implantação dos projectos com respeito pelo ambiente e conforme a legislação específica;
- Implantação dos projectos, considerando os sistemas produtivos, a habitação e os caminhos utilizados pela população, através de consultas e negociações, concretizados por meio de documentos escritos com valor jurídico;
- Aumento da capacidade de legislação e fiscalização do Estado.

Os sectores hoteleiro e de restauração com alguma qualidade, nos centros urbanos, possuem preços muito elevados, considerando o aumento rápido da procura e a baixa resposta de novas ofertas. Paralelamente, existe um vasto número de hotéis, pensões, residenciais, restaurantes e bares de má qualidade que respondem a mercados de rendimento baixo. Para redução destes desequilíbrios, é importante que existam mais investimentos em infraestruturas turísticas, e que os serviços de inspecção sejam mais efectivos, para redução de casos que atentam contra a saúde pública (principalmente no sector de restauração).

3.5 Transportes

Estão em curso grandes investimentos em infraestruturas de transportes ferroviários e portos, associados ao escoamento de elevados volumes de minerais, sobretudo do carvão. Estas infraestruturas serão concluídas a médio prazo. Entretanto, existem sobrecargas de fluxos e de peso sobre as estradas e pontes existentes, verificando-se uma deterioração acelerada das mesmas.

Os grandes investimentos em infraestruturas de portos e caminhos-de-ferro estão sendo realizados pelas multinacionais directamente interessadas no escoamento, sendo importante o Estado prevenir-se sobre questões de fiscalização e qualidade das obras e, mais tarde, sobre questões de soberania na gestão e utilização das infraestruturas.

O transporte de cabotagem marítima é indispensável para a criação de plataformas de interfaces de mercadorias com a navegação internacional, e para reduzir os custos de transporte entre o Sul, Centro e Norte do país.

Continua-se com a construção das estradas de primeiro nível (nacionais). Grande parte das estradas de segundo e terceiro níveis (provincial e distrital), aquelas que articulam o território, os mercados, e facilitam a mobilidade das pessoas estão geralmente mal conservadas.

Os preços dos transportes rodoviários são muito altos devido, essencialmente, aos seguintes aspectos interrelacionados:

- Deficiente manutenção das estradas e o conseqüente agravamento do risco de desastres e avarias;
- Existência de poucas empresas de transportes e de assistência técnica;
- Pouca cultura de manutenção;
- Custos de transacção elevados (tempo de viagens, tempo de paragem de viaturas, em consequência da débil assistência técnica);
- Sinistralidade elevada.

Sugerem-se as seguintes medidas:

- Incentivos que facilitem o surgimento de mais empresas de transportes de mercadorias e de pessoas, com qualidade e segurança dos serviços;

- Descentralização para os distritos, da manutenção das estradas e pontes locais, alocando recursos financeiros, máquinas e pessoal qualificado;
- Inspeções técnicas rigorosas de viaturas;
- Maior fiscalização do tráfego de viaturas e de motoristas, combinado com o combate à corrupção.

Têm particular importância os transportes públicos urbanos, que se encontram desorganizados e desarticulados. São de má qualidade, e não correspondem à demanda dos cidadãos. São pouco seguros, agravam a anarquia do tráfego, contaminam o ar e contribuem negativamente para o bem-estar dos cidadãos. São subsidiados pelo erário público. Neste caso particular, sugerem-se as seguintes medidas:

- Realizar investimentos públicos em empresas municipais eficientes e de qualidade;
- Definir critérios económicos, financeiros e de qualidade de serviço, para que se possam canalizar incentivos públicos a um conjunto de operadores privados;
- Estabelecer plataformas de interfaces que combinem rotas e tipos de transporte (ferroviário, metro de superfície, transportes marítimos e rodoviários) entre os transportes dentro das cidades, das zonas periféricas e interurbanas, onde existem fluxos elevados de pessoas de e para os locais de residência e de trabalho;
- Definir critérios de qualidade para os veículos de transporte público, segundo as rotas e interfaces, sobretudo no que respeita à segurança viária, qualidade, higiene e grau de conforto dos veículos, podendo os critérios ser determinantes de eventuais subsídios estatais;

Delimitar vias de exclusivo trânsito para os transportes de massas, públicos ou privados, nas principais artérias urbanas, e definir artérias de uso exclusivo desses tipos de transporte;

- Investir nas vias públicas com pequenas obras de engenharia que facilitem os fluxos de viaturas (por exemplo, pequenos túneis nos principais cruzamentos que estrangulam o fluxo do tráfego);
- Assegurar a conservação das vias de comunicação;
- Garantir o cumprimento rigoroso do código de estradas, e combater a corrupção dos agentes de fiscalização.

4. Investigação científica

A investigação científica terá de ter um equilíbrio entre a liberdade dos investigadores na escolha das matérias a investigar e os programas e necessidades nacionais do desenvolvimento. O investigador e a investigação deveriam ser, por natureza, indepen-

dentes no exercício das suas funções e pouco influenciáveis por factores normativos. Esta compatibilização faz-se através da definição das prioridades do Estado e as dos centros de investigação e instituições de ensino superior, através de fundos alocados para esta finalidade, bem como de bolsas de formação de docentes e investigadores.

A investigação adaptativa (prática) é a mais ajustada, considerando as actuais capacidades das instituições com vocação para a investigação.

A Agenda 2025 sugere a importância do alinhamento entre os programas e as prioridades nacionais do desenvolvimento e da investigação. Assim sendo, considera as seguintes áreas prioritárias para a investigação:

- A agricultura e, dentro desta, as culturas prioritárias, a sócio-economia agrária e rural e a área alimentar; investigação para obter variedades de sementes, plantas e animais de maior produtividade e mais resistentes aos factores de risco (clima, solos, doenças, pragas e formas/métodos de combate); investigação sobre as opções e lógicas produtivas dos pequenos produtores e a procura dos factores determinantes do aumento da produtividade, assim como a investigação de alimentos com melhores características dietéticas, considerando o rendimento da maioria da população e as principais doenças; esta área de investigação é extensiva à indústria alimentar, na perspectiva nutricional.
- Na saúde, é importante a pesquisa sobre os factores de incidência e as condições/formas de prevenção e combate às doenças, considerando não apenas o factor saúde, como os vectores transmissores das epidemias e as condições nutricionais, de salubridade e ambiente, bem como os comportamentos das pessoas e suas relações; pesquisar, em particular, o HIV, a malária, as doenças respiratórias e diarreicas, que são as que possuem maiores taxas de prevalência e as que causam maior mortalidade; estudos deverão, também, ser realizados sobre doenças como as do coração, os cancros da mama, do colo-do-útero e da próstata, cuja incidência vem crescendo no país;
- Pressupondo que, parte do baixo aproveitamento escolar pode ter como causa o domínio da língua portuguesa e elementos de natureza cultural, é fundamental que exista investigação sobre as vantagens do ensino nas línguas locais e o desenvolvimento de currículos locais, bem como de pedagogias facilitadoras da aprendizagem, considerando as diferenças de desenvolvimento cognitivo e realidades culturais;
- A investigação sobre a economia e a sociedade, os modelos de desenvolvimento e as reacções da economia às políticas e medidas económicas, considerando o estágio de desenvolvimento económico e social e as instituições, são de grande importância para os decisores de políticas.

Não se deve esquecer a investigação do conhecimento e de técnicas locais, bem como as ciências humanas, sociais e as artes, que são essenciais para a construção de plataformas de entendimento, integração e identidade nacional.

Para se fazer investigação são necessárias condições, tais como:

- A existência de estratégias e de políticas de investigação coordenadas com os objectivos e prioridades do desenvolvimento e dos sectores económicos e sociais. Os programas de investigação devem considerar que, em muitos casos, os resultados são de médio e longo prazos, e que os programas terão de possuir recursos assegurados para os períodos previstos;
- A formação de docentes e investigadores em centros internacionais de referência; formação não significa apenas a obtenção de títulos, mas também a existência de estágios de média duração, a mobilidade de docentes e investigadores entre instituições de ensino superior e de pesquisa, e possibilidades de formação ao longo da vida (aperfeiçoamento, actualização e especialização);
- A existência de instituições com equipamentos e material ajustados à complexidade dos programas de investigação, e recursos financeiros muito mais elevados, comparativamente aos que actualmente se dispõe;
- Incentivos e valorização da carreira docente e de investigação, para que a profissão seja exercida na plenitude do tempo e dos esforços individuais, sendo a progressão nas carreiras profissionais dependente, em grande medida, dos resultados da investigação, enquanto contributos de novos conhecimentos e de estudos sobre a realidade moçambicana.

É importante que a investigação e os programas, sobretudo das ciências agrárias e das relacionadas com a nutrição, como a saúde e a educação, estejam territorialmente descentralizados, para que a adaptação considere, tanto quanto possível, as condições da produção em escala produtiva e as realidades socioeconómicas.

Para que uma investigação de qualidade produza efeitos sobre as realidades, é necessário reforçar os recursos humanos, materiais, financeiros, organizacionais e de extensão nas universidades, nas redes de extensão rural e nos meios de comunicação. Os resultados da investigação devem ser debatidos em vários espaços de diálogo, em clima aberto e frontal. Finalmente, é necessário que os centros de decisão de políticas tenham em consideração os resultados da investigação.

Os recursos da investigação devem aumentar significativamente. Sugere-se que as universidades, públicas e privadas, destinem 10% das receitas e/ou do orçamento para projectos de investigação. O Estado deve aumentar os orçamentos das instituições públicas de investigação para cerca de 2% do PIB.

5. Educação

O Sistema de Educação deveria possuir estratégias conjugadas dos diversos subsistemas, com circuitos normalizados de mobilidade entre si. Considerando o défice do mercado em trabalhadores e técnicos e profissionais qualificados, é importante que a ac-

tual quase exclusividade do ensino geral, seguido do universitário, tenha equilíbrio com o ensino profissional e técnico, segundo uma pirâmide que corresponda à procura.

A massificação do ensino, a todos os níveis, deve merecer atenção, com a educação básica acessível para todos, mas tomando em consideração a percepção geral da sociedade e do mercado de trabalho, assim como a tendência de alguns indicadores, que revelam uma queda de qualidade. É necessário investigar as causas da baixa qualidade do ensino, dos níveis de aproveitamento e das dificuldades de ensino e aprendizagem em algumas áreas do saber como, por exemplo, nas ciências como a matemática, física e química, e tomar medidas para a correção desta situação.

Todos os níveis de ensino devem possuir um elevado e crescente grau de exigência, para que a progressão académica resulte do desempenho pedagógico alcançado na fase anterior de aprendizagem.

Os ensinos primário e secundário devem ajudar a identificar e a estimular as vocações e habilidades das crianças, para que elas se encaminhem para escolas que ofereçam estudos nas áreas de conhecimento condizentes com as habilidades e capacidades de cada estudante.

Actualmente, o Plano Estratégico da Educação (PEE), 2012-2016, coloca o enfoque na aprendizagem do aluno e avança a ideia de um ensino básico de 10 anos. Sugere-se que a extensão e universalização do ensino básico obrigatório de 10 anos seja alcançada até ao ano de 2025.

Sobre a qualidade e a importância do ensino técnico e profissional, em particular, sugere-se o seguinte:

- Uma formação de professores mais criteriosa e rigorosa, com recrutamento antecedido de testes de aptidão;
- A continuação da formação dos docentes ao longo da carreira, com sucessivas fases de reciclagem, aprofundamento, elevação de conhecimento e obtenção de graus superiores;
- Investimentos nas escolas técnicas e profissionais básicas e complementares, que permitam a introdução de disciplinas de aprendizagem de ofícios, conforme a realidade socioeconómica de cada região;
- Capacitação das escolas de ofícios e técnicas com equipamentos pedagógicos (laboratórios, equipamentos, ferramentas, bibliotecas, etc.), que permitam programas curriculares com um peso elevado de aulas práticas;
- Cursos de gestão escolar para melhorar a organização, eficácia e eficiência dos recursos atribuídos às escolas.

Relativamente ao ensino superior, sugere-se o incentivo às áreas de formação que melhor respondam às prioridades nacionais, como sejam as áreas de engenharias e tecnologias, agricultura, ciências biológicas e da terra, sem se descurar a formação em áreas ainda carentes das ciências sociais e humanas. Para todos os sistemas educativos mas,

em particular, para o ensino superior, sugere-se a aplicação efectiva da legislação correspondente, e o funcionamento efectivo dos serviços de inspecção e avaliação interna e externa, que são parte do funcionamento rotineiro dos subsistemas, a fim de garantir a qualidade.

Estas opções implicam um redireccionamento do Orçamento do Estado e da sua alocação entre os diferentes subsistemas de ensino. Neste contexto, o ensino técnico-profissional deve merecer atenção especial, por ser o que, até hoje, está mais desajustado das necessidades nacionais.

Ao nível médio e superior, para efeitos de alocação de recursos públicos, incluindo bolsas, as prioridades das áreas de formação deverão coincidir com os sectores produtivos e de serviços mais importantes: agricultura, pecuária, silvicultura, nutrição, engenharias (agronomia, minas, construção civil, mecânica, electricidade, novas tecnologias), economia (macroeconomia e desenvolvimento), gestão (destacando-se as especializações em finanças, contabilidade, auditoria e turismo).

Estão a surgir escolas privadas nos diferentes níveis e subsistemas de ensino, incluindo universidades. Os critérios de autorização de criação e entrada em funcionamento de novas instituições, particularmente as privadas, devem ser objectivos e observados, evitando-se influências permissivas e não concordantes com a garantia da qualidade.

A Agenda 2025 sugere a criação de um sistema de bolsas de estudo que beneficie pelo menos metade do total de estudantes do ensino técnico-profissional e dos cursos superiores correspondentes às prioridades nacionais. Sugere-se a revisão dos actuais critérios e práticas de atribuição de bolsas, de modo a darem igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino público e do privado. Além disso, a atribuição de bolsas deve obedecer, exclusivamente, a critérios de mérito académico e rendimento das famílias, e a instituição que atribui e gere bolsas de estudo deve ser independente do governo e das instituições de ensino.

Sugere-se que se estude um conjunto de opções de redução de custos, de forma a libertar recursos para outros gastos do sistema educativo. Por exemplo:

- Melhor exploração das opções de construção de escolas com material local, com eventual incorporação de materiais que melhorem essas infraestruturas, reduzindo os investimentos em escolas de cimento;
- Melhor utilização dos livros e materiais escolares, penalizando-se a má conservação, ou o desaparecimento do material escolar;
- Participação dos pais ou encarregados de educação, consoante as suas posses, no custo dos uniformes escolares;
- Patrocínios de empresas e organizações locais para financiamento de alguns meios utilizados nas escolas da zona onde essas organizações operam.

O financiamento de funcionamento das instituições superiores públicas deve ser baseado no número de estudantes e tipo de cursos que oferecem, assim como na investigação científica que realizam. Sugere-se que o valor, por estudante, a atribuir ao financia-

mento incentive a qualidade, e seja baseada num *ranking* estabelecido por um mecanismo independente das instituições.

O ensino deve estimular a criatividade, a imaginação, a curiosidade e espírito crítico dos estudantes, fazendo da escola e do ensino espaços de liberdade, de educação cívica e patriótica, centros de conhecimento e de formação e da consciência de cidadania.

O referido acerca da valorização, reconhecimento e carreiras profissionais de outros serviços (veja acima na secção da agricultura, comércio rural e segurança alimentar) é válido para o sector da educação. Em resumo, trata-se de progressão nas carreiras segundo a formação, experiência, desempenho e mérito, valorização e dignificação da profissão, transparência na gestão dos recursos humanos. Sugerem-se incentivos para o pessoal de educação que se tenha de deslocar, em serviço, para zonas do interior como, por exemplo, condições de habitação e de trabalho, descontos fiscais, prioridade na selecção de técnicos para bolsas de formação, facilidade de crédito para investimentos da família (como, por exemplo, na habitação), incrementos na contagem de tempo para a reforma, subsídios de saúde e de comunicações, entre outros.

6. Saúde

Sugere-se que se estudem formas mais eficazes de intervenção contra determinadas pandemias, sobretudo com programas interministeriais, como é o caso da malária, das doenças diarreicas e do HIV e SIDA, cujos vectores de propagação implicam acções de vários ministérios.

A saúde preventiva e os cuidados primários têm despendido grande volume de recursos, mas a eficácia, medida pela prevalência de algumas epidemias, é baixa. Tudo indica que as campanhas de sensibilização, por televisão e outros meios de comunicação social, não alcança a maioria da população, e são muito dispendiosas. Sugere-se um estudo dos meios, canais, formas e mensagens a utilizar de modo a aumentar a eficácia desses programas. A transmissão oral continua sendo o principal meio de comunicação, sobretudo nas zonas rurais.

O número de pessoal dos serviços de saúde é muito limitado, e o ritmo da sua formação é inferior ao aumento do acesso populacional aos serviços, assim como de construção de novas infraestruturas, fazendo baixar os indicadores de médicos, enfermeiros e outro pessoal médico, por habitante. Outros indicadores poderão também continuar a decrescer, como o número de camas por habitante e a despesa orçamental por doente, ou por centro de saúde. Por conseguinte, a formação, aos diferentes níveis, precisa de ser acelerada, e a saúde merece uma maior orçamentação do Estado e uma cooperação externa mais intensa. São necessários investimentos em equipamentos hospitalares, pois a actual situação não satisfaz as necessidades e meios de diagnóstico. A manutenção das infraestruturas requiere maior atenção, assim como as condições higiénicas, de salubridade e de saúde pública.

Ao mesmo tempo, no presente e no futuro mais próximo, os preços dos serviços de saúde privados são e vão provavelmente permanecer elevados, não constituindo, por isso, uma alternativa acessível à maioria dos cidadãos, comparativamente ao Serviço Nacional de Saúde. Assim vai ser porque, enquanto for baixo o número de médicos e de outros profissionais de saúde, o número de clínicas privadas continuará limitado e os preços dos seus serviços elevados.

Os serviços farmacêuticos demonstram importantes deficiências de importação, armazenamento e distribuição de medicamentos. As farmácias públicas funcionam com deficiências, e é notória a sua baixa qualidade de serviço, necessitando-se de um estudo sobre como melhorar o seu desempenho. Os preços de muitos medicamentos, quando vendidos fora do Sistema Nacional de Saúde, são elevados, relativamente ao poder de compra da maioria dos cidadãos. O circuito de importação e distribuição de medicamentos (funções de armazenistas e grossistas) está excessivamente concentrado. A Agenda 2025 propõe a possibilidade de estimular mais agentes económicos a desempenharem estas funções, para aumentar a concorrência no sector, assim como que se estudem outros possíveis factores que possam permitir a redução dos preços dos medicamentos para os consumidores.

Finalmente, é importante que haja acções que conduzam a uma maior humanização do serviço de saúde, estabelecendo uma relação ética e de proximidade entre o público e o pessoal de saúde.

7. Estado e Sociedade

A legitimidade não é apenas atribuída por vitórias eleitorais mas, fundamentalmente, pelo desempenho dos eleitos em defesa dos interesses da Nação, particularmente dos pobres, que constituem a grande maioria da população. Políticas pro-pobres, inclusivas, e que reduzam as desigualdades sociais são fundamentais em sociedades como a moçambicana. A transparência das actividades e actuações do governo, dos funcionários públicos e de outros agentes do Estado, são elementos chave da credibilidade e moralização da política e dos políticos.

Um Estado democrático, aberto, isento, dialogante, que respeite a diferença, e que envolva os cidadãos nos grandes debates, merece o respeito, como promotor da democracia e da liberdade dos cidadãos. A separação entre os poderes legislativo, executivo e judiciário, é um pilar sem o qual a democracia fica ferida de morte.

A Agenda 2025 reconhece a construção e os avanços das liberdades dos cidadãos, tendo também a convicção de que existem grandes margens para avanços ainda maiores na aplicação de políticas inclusivas e mais equitativas, nas liberdades efetivas e na independência dos poderes. A democraticidade do funcionamento interno dos organismos de administração e governação e a sua relação com os cidadãos é ainda limitada. Os funcionários públicos e outros agentes do Estado, de modo muito geral, e sobretudo as chefias, comportam-se amiúde mais como senhores e chefes dos cidadãos, do que como

seus servidores. Neste aspecto, torna-se indispensável uma grande mudança de atitude e de comportamento dos agentes do Governo e do Estado.

Os inúmeros casos de corrupção e conflitos de interesse, envolvendo a política e os políticos na gestão de negócios públicos, e a existência de pouca informação sobre actos da governação alimentam especulações acerca de conflitos de interesse e corrupção. Por exemplo, são reportados desvios e má aplicação de dinheiros públicos, sem que haja informação posterior, senão em casos raros e excepcionais, sobre as medidas tomadas contra os agentes do Estado envolvidos nesses actos, ou sobre a revisão dos sistemas que permitem tais abusos e crimes.

A Agenda 2025 pensa ser necessário haver maior activismo nas acções de combate à corrupção, transparência e informação pública relacionada com os actos económicos do governo e de outras instituições do Estado e seus agentes, e na execução do orçamento público. A Agenda 2025 sugere o reforço das auditorias internas, do Ministério das Finanças e do Tribunal Administrativo e, se necessário, de instituições especializadas independentes.

A estabilidade institucional é um princípio fundamental para o desempenho produtivo de qualquer sector de actividade. Entende-se, aqui, por estabilidade:

- a acumulação de experiências, reflectidas na permanência das políticas de prazo longo;
- a persistência das mesmas estruturas orgânicas;
- a continuidade de técnicos e funcionários nos seus cargos por períodos que permitam a implementação e avaliação das estratégias;
- a durabilidade dos métodos, formas e mecanismos de tomada de decisões e de monitoria e prestação de contas.

A Agenda 2025 recomenda que os princípios da estabilidade sejam, tanto quanto possível, preservados.

É indispensável o fortalecimento dos órgãos reguladores que, de forma competente e isenta, promovam a competitividade entre os operadores, no sentido de beneficiar os consumidores e o meio ambiente. A descentralização administrativa e financeira é crucial estando, no entanto, sujeita a um conjunto de condições logísticas, de serviços e de recursos humanos. É importante ponderar-se que funções e linhas hierárquicas deverão prevalecer para se harmonizarem as políticas e planos de âmbito nacional, com os planos e iniciativas de âmbito provincial, distrital ou mesmo local.

O Estado tem um grande peso na economia. O Orçamento de Estado, como percentagem do PIB, tem aumentado rapidamente, e as medidas para reduzir os gastos públicos foram apresentadas na secção sobre Política Económica. Não existe liberalização dos sectores onde predominam os monopólios públicos, e as relações Estado-empresas públicas possuem áreas não transparentes. As relações entre políticos e empresas, nacionais e estrangeiras, estão sujeitas a desconfiças de conflitos de interesse, alimentada pela

escassez de informação e transparência. A Agenda 2025 sugere a revisão do papel das empresas públicas na economia, das suas relações com o Estado, das distorções introduzidas nos mercados pelos monopólios e da independência política dos actos de gestão.

A modernização da máquina de administração e governação é condição importante para que o Estado desempenhe, eficiente e eficazmente, as suas funções de definição de políticas, na capacidade executiva (ou de implementação), de regulação e fiscalização, na promoção das condições de um desenvolvimento socialmente crescente, equitativo, ambientalmente sustentável, e que se desenvolve em democracia e em liberdade.

Neste âmbito, a Agenda 2025 sugere:

- A modernização do Aparelho do Estado que permita, ao mesmo tempo, o ajustamento do número de funcionários públicos e o aumento da sua qualificação, eficiência e eficácia;
- A realização de investimentos em sistemas de comunicação, informação e gestão, com base em plataformas e sistemas informáticos em rede;
- A revisão, com vista ao redimensionamento, do sector público, incluindo os institutos e órgãos reguladores com mandatos diluídos e, sobretudo, sem capacidade normativa e executiva;
- O aperfeiçoamento de critérios de admissão e progressão nas carreiras de funcionalismo, assentes em qualificações, no mérito e nas atitudes perante o trabalho.

Os discursos políticos da governação, do sistema político e de poder são importantes sob diversos aspectos:

- Na criação de expectativas económicas futuras ponderadas e realistas, que previnam o Estado e os cidadãos contra o aumento não sustentado do consumo e do investimento, com geração da dívida pública, das empresas e das famílias;
- Na criação de ambientes sociais de convivência, tolerância e respeito pela diversidade política, cultural, racial e étnica e, sobretudo, de igualdade de oportunidades e de acesso;
- No combate a valores indesejáveis, em sociedades abertas e modernas, como a corrupção, os “esquemas”, o “desenrasca”, o não-respeito pelo próximo, a injustiça e as desigualdades de oportunidades.

Os centros de decisão deverão ter mais em conta os resultados da investigação e de estudos realizados que sugerem lições e medidas de políticas. O importante é que os centros de decisão possuam instrumentos e suportes para que as políticas e medidas tenham possibilidades institucionais de aplicação, sejam financeiramente suportáveis, alcancem os objectivos pretendidos (eficácia), e se conheçam os eventuais efeitos negativos, sociais

e ambientais. Em síntese, as decisões políticas devem ter suporte e ser ponderadas com informações económicas, sociais e técnicas.

Para este efeito, é necessário que existam serviços de estatísticas especializados, não apenas para a recolha de informação uniformizada, como ainda para o seu tratamento, análise e disponibilização ao público.

A democracia e o desenvolvimento, como acto de liberdade, é condição importante do bem-estar dos cidadãos. Muitos avanços são necessários nos pilares da democracia como, por exemplo, a separação real de poderes, a liberdade efectiva da imprensa e do acesso à informação, a separação transparente entre funções públicas e outras, a clarificação das relações entre empresas públicas, Estado e partido no poder, a despartidarização das instituições e a existência de um clima de diálogo político, como método de trabalho.

8. Unidade Nacional

A unidade nacional deve ser o laço solidário especial que une os moçambicanos pela pertença à mesma Nação, pela comunidade da tradição histórica e pela construção e subordinação a uma ordem constitucional e jurídica comum, com símbolos nacionais comuns, não obstante a diversidade de identidades de base racial, cultural e linguística.

A unidade nacional, que nos habituamos a entender sobretudo como instrumento de libertação e de identidade, é também um processo dinâmico e complexo. A unidade nacional constrói-se, reforça-se permanentemente, e possui elementos de identidade e convergência que se alteram no tempo. Ela só vive se a soubermos preservar dos seus inimigos.

Se, no passado, a construção da unidade nacional assentava na condição comum dos moçambicanos, de explorados e dominados, e no objectivo igualmente comum da conquista da independência, tem hoje que ser enriquecida de modo a acolher aspectos de diferenciação entre os cidadãos derivados, por exemplo, do poder económico, posição relativa na sociedade, entre outros.

A unidade nacional pode, também, ser posta em perigo pelo crescimento da corrupção e da ganância que, por sua vez, facilitam situações de distribuição não equitativa e de enriquecimento ilícito e criminal, agravando a desigualdade na distribuição da riqueza. A unidade nacional, ainda em processo de construção, ressent-se das desigualdades sociais e regionais, da criminalidade interna e internacional, e do potencial desenvolvimento de ambições territoriais externas.

A falta de assertividade na punição da corrupção e do uso indevido e/ou apropriação de bens públicos constitui elemento fracturante da unidade nacional. O resultado desta inacção suscita, por vezes, o surgimento de fenómenos como o tribalismo, o regionalismo e o racismo.

Nos vários países, igualmente possuidores de recursos naturais apetecíveis para a economia mundial, estas fissuras foram, muitas vezes, aproveitadas para acções divisivas, que levaram à desestabilização e à instabilidade política e social permanente. Na preservação da unidade nacional, esta experiência internacional deve ser objecto de reflexão permanente.

No presente momento histórico de Moçambique, a unidade nacional, sólida e duradoura, edifica-se na partilha e na equidade perante o acesso às oportunidades de trabalho, de negócio e de bem-estar material, na defesa de valores culturais e espirituais modernos, no respeito mútuo, na isenção e na igualdade dos cidadãos perante a lei. Os discursos políticos devem constituir um elemento educador dos cidadãos. Esses discursos devem ser assentes em valores da sociedade, no mérito, nas identidades e na História de Moçambique.

A democracia e o desenvolvimento intelectual do Homem devem cada vez mais aceitar versões diversas sobre a realidade presente e passada, desde que fundamentadas. Os moçambicanos não podem conhecer apenas as versões da história elaboradas pelos vencedores mas, principalmente, por cientistas que a estudam, com distanciamento, e libertos de condicionalidades normativas de posicionamentos políticos ou de outra natureza.

A unidade nacional é construída pensando, sobretudo, no futuro, com objectivos que mobilizem os moçambicanos, através de projectos de construção de uma sociedade e de um país, que ultrapassem conjunturas políticas, económicas e sociais ou de lutas partidárias. A grande missão do actual sistema político é a construção de uma sociedade mais coesa, mais solidária e mais justa. A unidade nacional só é plenamente verdadeira, quando o Homem se sentir livre nas suas opções e, com elas, poder viver sem algum tipo de discriminação e/ou exclusão.

A educação da cidadania deve assentar, sobretudo, nos ideais do futuro e não na chamada persistente aos conflitos passados e recentes, internos e/ou externos. A interpretação do país e do mundo deve ser compreendida pelas verdadeiras causas e motivações políticas, militares e económicas, que ultrapassem as análises dicotómicas e maniqueístas.

A construção da unidade nacional, nestes moldes, exige políticos e homens e mulheres de Estado que coloquem os objectivos de um futuro longínquo da Nação e dos cidadãos – acima das lutas partidárias, de defesa da preservação do poder - e das ambições pessoais ou de grupos.

9. Defesa e Segurança do Território Nacional

Moçambique tornou-se um destino de investimento mundial para exploração de recursos energéticos e minerais e de outros recursos naturais, de interesse para a economia mundial. Crescem, assim, os riscos de insegurança e as ameaças à integridade territorial do país, sobretudo porque persistem:

- A prática de exclusão de comunidades ou regiões nos processos de desenvolvimento, gerando a intranquilidade e instabilidade social;
- A incapacidade de produzir internamente alimentos e outros bens industriais, a um nível suficiente para satisfazer as necessidades das populações;
- A incapacidade de assegurar regularidade no diálogo político e social, inclusive na Assembleia da República, que raramente permite harmonizar pontos de vista diferentes, com vista ao bem comum; os insultos e inverdades custam muito dinheiro aos contribuintes, e são-lhes inúteis face ao custo da sua manutenção;
- A intolerância na aceitação da diferença e a dificuldade na compreensão do ponto de vista do outro parceiro ou adversário;
- O desrespeito pela laicidade do Estado;
- A defesa inadequada dos interesses nacionais nos recursos naturais de água, do solo e do subsolo, do mar e da plataforma marítima;
- A potencial cobiça regional e/ou internacional sobre os recursos naturais de Moçambique, designadamente, florestas, terra, água, minerais e hidrocarbonetos;
- A competição regional por recursos hídricos nalgumas bacias hidrográficas, nomeadamente as bacias do Incomáti e do Limpopo, que podem conduzir a conflitos comunitários e regionais, a médio prazo;
- A porosidade resultante da extensão das fronteiras nacionais terrestres e marítimas;
- A inexistência de investimentos para capacitação das forças armadas e de segurança, com vista à sua modernização;
- A imigração ilegal descontrolada;
- A relativamente fácil circulação e a impunidade do tráfico de armamento, droga, seres e órgãos humanos;
- Os desafios da pirataria naval e de grupos extremistas, assentes em fundamentalismos étnico-religiosos.

Perante os desafios, tendências e ameaças mencionados, os caminhos a trilhar para o progresso material do povo moçambicano têm como condição essencial que o país viva em condições de paz e tranquilidade. Isso requer um ambiente económico e social estável; requer, também, lei e ordem, e uma justiça eficiente. Em reforço da unidade nacional e da estabilidade interna, os sucessos nos planos económicos e sociais exigem o fortalecimento da defesa e segurança nacionais, para permitir eficácia e sucesso na luta contra os diversos tipos de crime, incluindo a actividade encoberta e hostil aos planos e interesses nacionais. Recomenda-se vigilância na detecção deste tipo de acções, para melhor defesa do interesse nacional, em particular na área económica.

O ambiente de tranquilidade, conducente ao investimento, torna imperativa a modernização das forças policiais, para garantir a lei e a ordem. O país deve dispor de serviços de segurança operacionais, capacitados e apetrechados, assim como de um corpo de polícia profissional, que seja exemplar, dotado de meios adequados para manter a ordem e a tranquilidade, no quadro da Lei e dos regulamentos em vigor.

Face a potenciais ameaças externas, para defender o país, é determinante aprimorar a qualidade e a capacidade de defesa e de segurança de Moçambique. Os três ramos das forças armadas devem ser modernizados, com elevado grau de formação e de treinamento, com alto espírito de prontidão e de combatividade, com elevada mobilidade para defesa da integridade territorial.

O serviço militar obrigatório e o serviço nacional de voluntários, adequadamente estruturados e capacitados, podem servir de veículo para a transferência rigorosa, estruturada e abrangente de conhecimentos e de práticas de “saber fazer” e de empreendedorismo, numa perspectiva de fortalecimento da unidade nacional e de promoção do desenvolvimento.

O fortalecimento da integração regional, no quadro da SADC, deve permitir a intensificação da cooperação no sector de defesa e segurança nacional e do conjunto da região.

10. Informação e Comunicação Social

O exercício do direito à informação constitui uma das pedras basilares para a materialização da cidadania e da identidade moçambicanas. O acesso à informação assegura a voz e a participação dos cidadãos de ambos os sexos, necessária para a construção de um Estado Democrático.

A comunicação social presta um papel importante, trazendo e transmitindo a actividade política, económica e social, para o povo. Na acção governativa, contribui para a prevenção de conflitos, criando um espaço para a participação popular nos processos nacionais. A contribuição dos meios de comunicação social, no processo da democratização, pressupõe a geração de interesse, consciência, conhecimento e entendimento o que, por sua vez, pressupõe a aquisição de capacidades e técnicas de utilização da comunicação para apoiar o desenvolvimento sociocultural, político e económico.

Para que a informação possa desempenhar adequadamente o seu papel, no respeito pelos preceitos constitucionais, torna-se necessária a satisfação de requisitos como:

- Garantia de acesso às fontes de informação pelos profissionais da comunicação social, detida frequentemente por organismos e funcionários do Estado inclinados a um secretismo injustificado;
- Garantia do exercício de liberdade de imprensa pelos órgãos de informação, sem recurso a formas mais ou menos subtis e camufladas, de controlo e censura;

- Garantia, para os cidadãos, do direito à informação completa, imparcial e atempada;
- Necessidade de formação dos profissionais da comunicação social, elevando os seus conhecimentos técnicos, a sua responsabilidade, habilitando-os a tratar, com conhecimento e mestria, assuntos de índole variada e, por vezes, especializada.

Para que haja livre circulação de ideias e opiniões, que habilitem os cidadãos a exercer uma cidadania activa e informada, os órgãos de comunicação social deverão ter acesso à informação objectiva e isenta, limitada, apenas, por legítimos segredos do Estado, cruciais para a soberania e segurança do país.

O Estado deve legislar sobre informação classificada e o segredo de Estado.

A Lei deve regulamentar o livre acesso às fontes oficiais de informação, excepto a classificada, a observância da ética e deontologia dos profissionais da comunicação social, assegurando respeito e a defesa do bom-nome das instituições e dos cidadãos e a prevalência do interesse geral sobre o individual.

Os órgãos de comunicação deverão, por seu lado, velar pelo uso responsável da informação, de modo a promover e apoiar o desenvolvimento da paz, democracia, boa governação, unidade nacional e prosperidade da Nação e dos seus cidadãos. O sucesso do desenvolvimento económico e social exige a massificação da rede de informação e comunicação, tanto na cidade, como no campo, com recurso às novas tecnologias.

11. Migração

Hoje, Moçambique atrai imigrantes dos mais distantes países da África, da Ásia e da Europa, graças às suas características como um país estável, tolerante, acolhedor e em franco crescimento, localizado geograficamente como porta de entrada para outros países, igualmente apetecíveis na região, pela sua riqueza, como a África do Sul, ou pelos seus recursos naturais.

Moçambique é, há centenas de anos, um país aberto ao mundo, de passagem e de destino da migração de populações de diversas origens. Centenas de moçambicanos trabalham, e vivem nos países vizinhos. As inúmeras oportunidades no país requerem, de imediato, mão de obra qualificada.

Ao mesmo tempo que se defende da imigração de grupos de aventureiros, atraídos apenas pela riqueza rápida, desobedientes da Lei e de quaisquer códigos de conduta e, tal como sucede em muitos países do mundo, incluindo os países industrializados (que atraem especialistas, investigadores, inovadores, “cérebros” e pessoas com capital financeiro), urge legislar os procedimentos que mantenham o carácter cosmopolita e aberto da Nação, permitindo atrair e reter o talento e energia de uma imigração selectiva, definindo-se quotas anuais, constituída de estrangeiros de qualidade certificada, dispondo

de recursos próprios e competências específicas, necessárias para o desenvolvimento de Moçambique.

A imigração selectiva, enriquecedora do país, deve comprometer-se a formar e a capacitar moçambicanos e a respeitar a sua cultura e história.



CAPÍTULO VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão, a meio termo, da Agenda 2025, justifica-se pelo impacto que as mudanças políticas, económicas e sociais, ocorridas na última década, a nível interno e a nível internacional, tiveram sobre a realidade moçambicana.

Este é um momento crucial para Moçambique. A descoberta e o início de exploração de recursos naturais como o carvão, os minerais e o gás natural constituem uma oportunidade para o país, geram um enorme potencial de aumento de receitas, a transformação económica de Moçambique e a criação de empregos. Neste processo, existem sérios desafios a superar, como seja a capacitação de moçambicanos, a gestão rigorosa e transparente de recursos naturais e a prática regular da prestação de contas.

O desenvolvimento futuro de Moçambique deve beneficiar todos. Embora contribuam para elevadas taxas de crescimento do PIB, os benefícios líquidos dos megaprojectos têm sido questionados. Estes grandes projectos não são, em si, a garantia do desenvolvimento inclusivo e sustentável. Quando bem administrados, a exploração destes recursos pode contribuir para a edificação de um Estado forte, sólido, isento e eficaz, que assegure a criação de novas oportunidades para todos, e que assegure a distribuição equitativa e a melhoria de vida dos moçambicanos. Se assim não fôr, os recursos naturais podem tornar-se uma maldição.

O crescimento inclusivo, em Moçambique, incorpora, entre outros, três elementos essenciais, designadamente:

- a transformação económica e social, assente na elevação geral de competências, essencialmente no plano técnico, tecnológico e de empreendedorismo (*saber fazer*) massificando, assim, a geração de empregos;
- a arrecadação de receitas para o orçamento, de modo a facilitar a construção de um Estado robusto, isento, eficiente e promotor de uma economia diversificada;
- a igualdade de oportunidades, a transparência dos processos e a prestação de contas que abrange, crescentemente, uma maior percentagem de moçambicanos.

O desenvolvimento deve ser orientado para a prática sistemática da inclusão e do consenso, assentes na confiança, no diálogo social, na consulta, na negociação e na partilha entre os diversos actores económicos e sociais. O desenvolvimento deve visar, também, a coesão social e a obtenção de melhores padrões de vida para os cidadãos. As

políticas devem clarificar acções que visem o aumento do emprego, os programas de educação técnica e científica e os de maior qualificação e capacitação de nacionais. Estes processos devem envolver, crescentemente, mulheres e jovens, incluindo nos postos de direcção da economia.

A criação de emprego em volume suficiente para absorver a população que entra anualmente no mercado de trabalho e reduzir o volume das actividades informais de obtenção de renda, constitui um dos maiores desafios da economia moçambicana. Paralelamente, o crescimento deve assegurar um padrão de acumulação socialmente amplo, a progressão nas carreiras assente na meritocracia, a solidariedade e a defesa do meio ambiente.

A Agenda 2025 revista sugere que se realize uma reforma modernizadora da função pública, tendo em vista a prestação de uma melhor qualidade de serviços. Sugere, igualmente, a redefinição das funções do Estado na função alocativa, de manutenção do equilíbrio social em todo o território nacional, com destaque para a regulação isenta, que permita o funcionamento eficiente do mercado e a criação de um ambiente de negócios favorável. Adicionalmente, o Estado promotor estimula o desenvolvimento económico e social, através de políticas e incentivos, para apoiar as empresas moçambicanas a elevarem a sua competitividade. O fortalecimento das empresas detidas, maioritariamente, por empresários moçambicanos, permite-lhes serem elegíveis à prestação de serviços aos mega projectos.

Na exploração de recursos naturais, é essencial fortalecer a confiança entre o público e os órgãos do Estado, por forma a permitir gerir as expectativas dos cidadãos quanto aos benefícios futuros, a médio e longo prazos. Apesar de os recursos minerais e energéticos contribuírem substancialmente para gerar as profundas transformações que irão ocorrer no país, a agricultura deve continuar a constituir a base do desenvolvimento de Moçambique, por envolver mais de dois terços da população. O desenvolvimento de infraestruturas, a investigação científica, a inovação e a extensão rural ganham, assim, relevância no incremento da produção e da produtividade agrária e o conseqüente crescimento dos rendimentos dos agricultores. Neste âmbito, será igualmente estratégico priorizar a diversificação da economia e os apoios multifacetados para as micro, pequenas e médias empresas, que aglutinam maior número de trabalhadores.

A Agenda 2025 sugere formas que permitam transformar os rendimentos da exploração dos recursos naturais não-renováveis em riqueza nacional, assente em recursos renováveis sobre o solo convertendo-os, assim, em projectos que criam emprego, e acrescentam valor na agricultura, na pecuária, nas florestas, na indústria de processamento e de exportação, nos transportes e nas infraestruturas. Os recursos naturais, a emergência de uma indústria agroalimentar e de transformação e o turismo são, igualmente, sugeridos como prioritários, no quadro da configuração de uma economia crescentemente endógena, com maior participação do capital local e o desenvolvimento do tecido empresarial de pequenas e médias empresas moçambicanas.

A sustentabilidade da economia é assente na manutenção de políticas fiscais, monetárias e cambiais a médio e longo prazos, assegurando a previsibilidade das expecta-

tivas dos empresários e demais agentes económicos. A estabilidade socioeconómica e a ampliação da base económica será fortalecida com a constituição de um Fundo Soberano e com a efectiva complementaridade da acção de um banco de desenvolvimento, em parceria com os bancos comerciais, no financiamento da economia.

Considerando a importância do conhecimento, da inovação e da modernização da economia, das infraestruturas, das instituições e da sociedade, a educação merece atenção especial, quer quanto à elevação da sua qualidade e adequação dos conteúdos às prioridades nacionais, quer no que refere à atenção devida à constituição de uma pirâmide educacional equilibrada, em que, em particular o ensino técnico-profissional, receba a atenção e os investimentos devidos. A investigação científica ganha maior estatuto na revisão da Agenda 2025, através da análise e sugestões de medidas em secção própria. É manifesta a importância do aumento da qualidade da saúde, e de abordagens holísticas dos programas e estratégias para a prevenção e cuidados de saúde primários e para o combate às principais epidemias.

Estas propostas procuram encontrar balanceamentos entre a eficiência e a competitividade da economia, a atracção de investimento, com o envolvimento das comunidades num desenvolvimento mais inclusivo, com redução da pobreza, das assimetrias regionais e das desigualdades sociais.

Haverá, certamente, muitos outros caminhos a trilhar na busca da paz, da estabilidade e do progresso económico e social. As propostas da Agenda 2025 visam um crescimento e desenvolvimento abrangente, que assegure a coesão nacional, o fortalecimento da unidade nacional, a redução das assimetrias e a defesa da integridade territorial.

A oportunidade gerada pela exploração dos recursos naturais do solo e subsolo constitui uma janela de esperança para melhorar os padrões de vida dos cidadãos moçambicanos, para assegurar a paz, o progresso técnico e científico e a estabilidade económica e social.



NOTAS

- 1 Constituição da República, Artigo 11º – alíneas c) d), Art. 91 – Habitação e Urbanização.
- 2 Comité de Conselheiros (2003), *Agenda 2025: Visão e Estratégias da Nação*. Maputo: Conselho Nacional da Agenda, pág. 5.
- 3 Carlos Arnaldo, Ramos Muahamoha e Inês Raimundo (2011), *Crescimento Populacional e Desenvolvimento Socioeconómico de Moçambique*, Ministério de Planificação e Desenvolvimento Económico, Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas.
- 4 Existiu, no passado recente, uma exploração dos recursos pesqueiros acima da capacidade regenerativa dos stocks, o que provocou a redução da capacidade de captura.
- 5 Clusters: “Concentração geográfica de empresas de um mesmo sector de actividade e organizações correlatas – como fornecedores de insumos e serviços, instituições culturais e de ensino, associações de classe – que competem, mas também cooperam entre si”, <http://revistahost.uol.com.br>, acedido a 29 de Maio de 2013.
- 6 Spill-over: pode ser traduzido por alastramento transbordante, efeito dominó. Neste caso, o termo efeito multiplicador pode ser mais ajustado.
- 7 Embaixadas Nórdicas em Moçambique (2013), *Elementos para um Processo de Crescimento Inclusivo em Moçambique: Mensagens chave da Conferência Nórdico-Moçambicana de 2012*. Maputo: Países Nórdicos / MPD.
- 8 Para mais informação sobre o assunto, vide Salim Cripton Valá (2006), *Desenvolvimento Agrário e Papel da Extensão Rural no Chókwè (1950-2000): Conflito de interesses entre o Estado e os agricultores?*. Maputo: IPAD, que aborda a problemática da investigação e extensão agrárias, e a forma como esses serviços são aplicados na esfera produtiva numa das mais importantes zonas agrícolas do país.
- 9 Por exemplo, as reacções às manifestações relativas às greves dos médicos e a dos habitantes do reassentamento de Cateme, em Moatize, a proibição de manifestações dos desmobilizados e o condicionamento dos programas editoriais dos órgãos de informação oficiais.
- 10 Doença Holandesa: estabelece uma relação entre a exportação de recursos naturais e a industrialização de um país. A entrada massiva de divisas tende a valorizar a moeda nacional, fazendo perder a competitividade dos sectores tradicionalmente exportadores (indústria, agricultura, serviços, etc.). Pode surgir, também, em situações da entrada massiva de capitais por subida repentina dos preços de exportação de um bem, ou pela entrada de investimento directo estrangeiro com o consequente aumento das reservas em divisas, valorizando a moeda nacional, e gerando expecta-

tivas e comportamentos do que se designa por “economia da abundância” (elevado endividamento público, das empresas e das famílias). Ao acontecer o contrário, em períodos seguintes, pode-se gerar a recessão económica.

- 11 Comité de Conselheiros (2003), op. cit., pág. 9.
- 12 Ministério da Planificação e Desenvolvimento, em Estratégia Nacional de Desenvolvimento, apresentada no XXXVI Conselho Consultivo do Banco de Moçambique, Janeiro de 2012.
- 13 Sam Jones e Finn Tarp, University of Copenhagen, Jobs and Welfare in Mozambique - Country Study for the World Development Report, 2013 and Banco Mundial, (pág. 13).
- 14 Ana Pires de Carvalho (2011), “Efeitos das Dinâmicas Demográficas no Desenvolvimento e Cooperação”, A Parceria África-Europa: Que Futuro?
- 15 De 1986 a 2011 (25 anos) o PIB em Moçambique cresceu 2,46 vezes. No entanto, o PIB per capita cresceu apenas de \$388 para \$533, ou seja, apenas 1,37 vezes, (Banco Mundial, em Google Public Data).
- 16 O estudo pela University of Copenhagen, Jobs and Welfare in Mozambique, no âmbito do Country Study for the World Development Report, 2013, do Banco Mundial, refere: (i) até 2040, a população em idade de trabalhar duplicará, traduzindo-se num aumento líquido da ordem de 300.000 a 500.000 habitantes, por ano.
- 17 Instituto Nacional de Estatística (INE) - <http://www.mozdata.gov.mz>.
- 18 Mosca, João, Barreto, Gizelda, Abbas, Máriam e V., Natacha (2012). Competitividade da Economia Moçambicana. Editora Escolar. Maputo.
- 19 Para efeitos deste cálculo, toda a população da cidade de Maputo foi considerada como sendo população urbana – dados colhidos em www.mozdata.org.mz.
- 20 Aquando do lançamento do Relatório sobre a Situação da População Mundial – 2011, no dia 27.10.11, em Maputo, Patrícia Guzman, Representante do UNFPA, referiu: “Em 1970, cinco anos antes da independência nacional, apenas dois por cento da população vivia nas zonas urbanas. Hoje, mais de 30 por cento da população é urbana e há uma clara tendência de aceleração. Evidentemente que isso resultará num cenário de pressão sobre os serviços públicos, tais como educação, saúde, habitação e emprego digno, particularmente para os jovens.” http://mozambique.unfpa.org/2011/11/03/4127/lançado_em_mocambique_o_relatorio_sobre_a_situação_da_população_mundial_2011.
- 21 Terceiro Recenseamento da População e Habitação (2007). Instituto Nacional de Estatística (INE). Maputo 2007.
- 22 United Nations Children Fund (UNICEF) (2012). The State of the World’s Children 2012. UNICEF, New York, pp.83.

- 23 Os dados apresentados a seguir constam em Indicadores de Saúde (IDS 2003 e IDS 2011).
- 24 Deficiência de micronutrientes - especialmente a falta de iodo e ferro e da vitamina A.
- 25 UNICEF Moçambique http://www.unicef.org/mozambique/pt/child_survival_5055.html
- 26 INE, Moçambique em Números (1999) e Anuário Estatístico (2012).
- 27 Considera-se “escolaridade conjunta” o número de alunos de todas as idades matriculados num determinado nível de ensino, proporcionalmente ao número de crianças no grupo etário oficial para aquele nível. No ensino primário costuma ser mais do que 100%, quando muitos alunos têm idade superior ao definido oficialmente. A taxa bruta de escolaridade conjunta abrange os três níveis de ensino e é utilizado para calcular o Índice do Desenvolvimento Humano.
- 28 O Ensino Técnico Profissional (ETP) ressentiu-se da queda do bloco do leste europeu, pois era fundamentalmente financiado por estes países, em termos de equipamentos e professores. Ressentiu-se também da menor importância dada ao ETP numa altura em que as teorias dominantes eram a favor do ensino geral. A expansão brutal do pós-primário, politicamente motivada, no período pós-2004, não poderia ser sustentada, a não ser pela via do ensino geral. Mesmo assim, isto foi feito, recorrendo a professores e a escolas primárias, com todas as consequências daí resultantes, sobretudo em termos de qualidade. Em 2006, iniciou-se uma reforma do ETP com um foco inicial na reforma curricular orientada para competências relevantes para o sector produtivo. Entre 2004 e 2012, o número de alunos frequentando o ETP médio aumentou de 4 mil para 14 mil.
- 29 Um estudo similar foi feito em Moçambique: “Primary Education Reform in Mozambique, Feedback from the Ground”, May 2011, World Bank. A conclusão foi que a educação é chave para reduzir a dependência da família na produção agrícola, e para o aumentar o nível de renda. O impacto é mais significativo e directo para as pessoas que concluíram o ensino primário do que para os outros níveis de ensino. (PEE, 2012-2016. p.6 – resumo).
- 30 Segundo o RGPH de 2007, 49% e MICS 2008, 48%.
- 31 Em 2006, foi iniciada uma reforma do ETP, com a alocação de recursos a um nível significativo. Foram introduzidos novos cursos orientados para competências, identificadas em conjunto com o sector produtivo. Parece estar a dar algum resultado, mas as expectativas são muito mais altas. De frisar que, em 2006, ainda não se falava nem de carvão, nem de hidrocarbonetos e, por isso, as prioridades definidas na altura não incluíram essas áreas.
- 32 Estatísticas do Ministério da Educação.

- 33 Mosca, João (2012). Ensino superior: O dilema entre a qualidade e a quantidade. Comunicação apresentada no XXII Encontro da Associação das Universidade de Língua Portuguesa (AULP), Maputo, 18, 19 e 20 de Junho de 2012.
- 34 Estatísticas do Ministério da Educação.
- 35 A qualidade do ensino é um assunto complexo. As “perdas” de qualidade referida aqui são também o resultado da expansão de um sistema educativo mais equitativo e menos elitista.
- 36 Declaração do Chief Executive (CEO) do Maputo Port Development Company (MPDC), aquando do jantar de gala comemorativo dos 110 anos do Porto de Maputo.
- 37 <http://www.undp.org.mz>.
- 38 Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas, in Pobreza e Bem-estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional.
- 39 O Sector Primário inclui a agricultura, a pecuária, a pesca, a caça e a silvicultura. O Sector Secundário inclui a transformação de matérias-primas (indústrias extractivas e transformadoras), a construção, a distribuição de água, gás e electricidade. O Sector Terciário inclui o comércio, os serviços financeiros, os transportes, as comunicações, o sector imobiliário, a saúde e a educação, a restauração e serviços diversos.
- 40 Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas, in Pobreza e bem-estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional.
- 41 De entre os países da CPLP podem encontrar-se as seguintes posições: Guiné Bissau 176, Angola 148, Timor Leste 147, São Tomé e Príncipe 144, Cabo Verde 133.
- 42 Abbas, Mariam (2013). Determinantes do crescimento económico em Moçambique no período 2000–2010, Em Economia de Moçambique 2001-2010. Um mix de populismo económico e mercado selvagem. Editora Escolar. Maputo.
- 43 “O termo *rent seeking* é o nome dado ao comportamento que visa obter do Governo e demais autoridades privilégios de mercado. Geralmente, os esforços individuais em maximizar ganhos geram um custo social adicional.” Tullock (1980, p.17) - “Rent-seeking também se pode aplicar a um indivíduo que investe em algo que não irá realmente melhorar a produtividade ou irá diminuí-la, mas que aumenta a sua renda porque lhe dá alguma posição especial ou poder monopolista” – vide em <http://www.ppgge.ufrgs.br>, acedido a 29 de Maio de 2013.
- 44 Omar, J. (2003). “Modelação da Inflação em Moçambique: Uma contribuição”. Staff Paper nº18, Fevereiro, BM/DEE e Ubide, A. (1997). “The main Determinants of Infla-

- tion in Mozambique” IMF, Working Paper, Washington D.C citados no Documento elaborado pelo Banco de Moçambique para a Agenda 2025, em Agosto de 2013;
- 45 Documento elaborado pelo Banco de Moçambique para a Agenda 2025, em Agosto de 2013;
 - 46 Relatórios Anual BM (2012) e da SADC (2008)
 - 47 Manjama, I., Pinto, M. e Rungo, E. (2010). “Paridade da Taxa de Juro e Determinantes da Taxa de Câmbio” Trabalho apresentado nas II Jornadas Científicas do Banco de Moçambique citado no Documento elaborado pelo Banco de Moçambique para a Agenda 2025, em Agosto de 2013.
 - 48 Country Report, November 2013 in Economist Intelligent Unit – páginas 8 e 9.
 - 49 Não se pode estabelecer uma relação directa e exclusiva entre índice da taxa de Câmbio Efectiva Real (ITCER) e a entrada de capitais estrangeiros na economia, uma vez que parte significativa destes capitais corresponde à contabilização de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) sob forma de equipamento e pagamento de serviços diversos e não correspondem a fluxos de capital, sob forma líquida.
 - 50 Fundo Monetário Internacional, “Mozambique - Fifth Review Under the Policy Support Instrument (PSI)”, Janeiro de 2013 - Quadro 1. Mozambique: Impact of Global Development - (página 6) inclui Nominal and Real Effective Exchange Rates (Index, Average 2005=100) onde se pode ler: “Strong capital inflows contributed to a slight appreciation of the real effective exchange rate in the first nine months of 2012”.
 - 51 Relatórios da Balança de Pagamentos 2003 a 2012 e Documento elaborado pelo Banco de Moçambique para a Agenda 2025, em Agosto de 2013
 - 52 Sobre estes aspectos e seu significado económico, veja CIP (2013). Os Contratos de Gás da Bacia do Rovuma: Os Detalhes e o Que Eles Significam. Serviço de Partilha de Informação, nº03/2013.
 - 53 O tecido produtivo local poderia reduzir as importações dos mega projectos por exemplo, no abastecimento alimentar, em logística, em transportes, entre outros bens e serviços.
 - 54 Franco, António S. (2011). Fundos Soberanos de Riqueza: Uma Necessidade para Moçambique? USAID, SPEED Notes/2011/014. Maputo.
 - 55 Biggs, Tyler (2011). Impact of Exchange Rate Fluctuations on the Economy of Mozambique. USAID, SPEED Reports/2010/010. Maputo.
 - 56 Taxa de Cobertura: mede o peso do comércio externo no PIB através da fórmula [Exportações + Importações] (:) PIB.
 - 57 João Mosca (2013). Economia de Moçambique 2001-2010: um mix de populismo económico e mercado selvagem. Escolar Editora, com fonte do Fundo Monetário

Internacional (FMI), refere (pp. 43), que “a poupança interna representa em média menos de 5% do PIB” (media do período 2001 – 2010).

- 58 A informação estatística deste parágrafo tem como fonte os orçamentos aprovados e foi retirada de Mosca, Abbas e Bruna (2013). “Orçamento de Estado”, em Economia de Moçambique 2001-2010: um mix de populismo económico e mercado selvagem. Escolar Editora, Maputo.
- 59 Mosca, Abbas e Bruna (2013: 216), obra citada.
- 60 Estratégia de Médio Prazo para Gestão da Dívida Pública 2012-2015.
- 61 Fundo Monetário Internacional, “Mozambique - Fifth Review Under the Policy Support Instrument (PSI)”, Janeiro de 2013.
- 62 Country Report Economist Intelligent Unit, November 2013, page 7 – www.eiu.com
- 63 International Monetary Fund (IMF) “Fifth Review Under The Policy Support Instrument and Request For Modification Of Assessment Criteria Country” - Report No. 13/1 Republic Of Mozambique, January 3, 2013
- 64 A lei de Engel afirma que a proporção do rendimento destinado a gastos essenciais aumenta quanto menor for o rendimento das famílias.
- 65 Considera-se que o factor mais importante da inflação de 2010 (cerca de 17,4%) foi derivado dos efeitos da crise internacional como, por exemplo, os preços dos combustíveis, a queda das exportações e a consequente desvalorização do metical, com efeitos sobre os preços internos dos bens importados e a subida dos salários verificada.
- 66 Estratégia para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas em Moçambique - Conselho de Ministros 21.08.2007 - <http://www.mpd.gov.mz>.
- 67 Dados do Censo de Empresas 2004 (CEMPRE 2004), INE. A palavra “registadas” significa que os números representam apenas o sector formal.
- 68 <http://economia.uol.com.br/ultnot/lusa/2009/06/29/ult3679u6995.jhtm> – 22 de Setembro de 2011.
- 69 Em resumo, trata-se de uma estrutura de mercado inversa à de monopólio. Enquanto nesta existe um agente económico do lado da oferta e muitos do lado da procura, o monopsonio é ao contrário: um agente económico do lado da procura e muitos do lado da oferta.
- 70 O diagnóstico da situação das PME’s em Moçambique, e particularmente orientado para as áreas rurais, é apresentado na obra de Salim Cripton Valá (2012), Temas sobre Desenvolvimento Económico Local: Pontos e Contrapontos. Maputo: BCI /CFM /MPD, págs. 199-236 (Capítulo 6).

- 71 As notações de risco (rating) da S&P, vão de AAA (melhor) até D (pior).
- 72 World Economic Forum (www.weforum.org).
- 73 KPMG Moçambique (2010). Índice de Ambiente de Negócios. KPMG, Auditores e Consultores, SA. Maputo.
- 74 PNUD Moçambique - Indicadores Rápidos de Moçambique, Julho de 2012 - Publicado pela Unidade de Análise de Políticas e Economia (EPAU), Av. Kenneth Kaunda 931, Maputo, Moçambique, 6 de Julho de 2013.

<http://www.google.co.mz/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0C4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.undp.org.mz%2Fpt%2Fcontent%2Fdownload%2F3173%2F14453%2Ffile%2FIndicadores%2520R%25C3%25A1pidos%2520de%2520Mo%25C3%25A7amozambique.pdf&ei=QYrXUeLAO--N4gSHIYC4CA&usg=AFQjCNHd7Dkqx6qc0VOwkBDt-SEil-pk0Q&bvm=bv.48705608,d.bGE>
- 75 Mosca, João, Barreto, Gizelda, Abbas, Máriam e Bruna, Natacha (2012). Competitividade da Economia Moçambicana. Escolar Editora. Maputo
- 76 Para uma análise mais detalhada das variáveis contidas em cada um destes grupos veja a obra citada.
- 77 João Mosca, Abbas e Bruna. - Obra citada.
- 78 João Mosca, Abbas e Bruna - Obra citada.
- 79 Faquir, Neyma Mahomed Tamino (2011). Impacto da integração regional nas receitas do Estado moçambicano 2001-2009. Mestrado em Gestão de Políticas Públicas (2ª edição). Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Economia.
- 80 Verifica-se uma situação de oligopólio, no mercado, quando existem poucos agentes económicos do lado da oferta e muitos do lado da procura.
- 81 Não é conhecido algum estudo que analise estes efeitos.
- 82 Chichava (2009). Mozambique's Competitive advantages and disadvantages in regional economic integration. UEM, Faculdade de Economia. Maputo.
- 83 INE: IOF, Inquérito ao Orçamento Familiar de 2008/09, Avaliação Nacional da Pobreza. <http://www.ine.gov.mz>.
- 84 Mosca, João, Barreto, Gizelda, Abbas, Máriam e Bruna, Natacha (2012). Competitividade da Economia Moçambicana. Escolar Editora. Maputo.
- 85 Ministério da Agricultura, Michigan State University e USAID: O nível e a estrutura das rendas dos agregados familiares em Moçambique - Avaliando Opções para o Crescimento Agrário e Redução da Pobreza em Moçambique com vista a Intervenções Concretas, Abril 2008.

- 86 Numa amostra de 4,100 explorações abrangidas pelo Trabalho de Inquérito Agrícola de 2002 e 2005.
- 87 PNUD (vários anos): Relatório do Desenvolvimento Humano. New York, USA.
- 88 Francisco, António (2011). Pauperização rural em Moçambique na 1ª década do século XXI. IESE, IDEIAS, Boletim nº 34.
- 89 Dada (2013). Desigualdades de desenvolvimento interprovincial. Trabalho de fim de Licenciatura em Economia. Universidade Politécnica. Maputo.
- 90 As três variáveis utilizadas para a determinação do IDH são o PIB per capita, a cobertura dos sistema de educação em todos os níveis e a esperança de vida, supondo ser este um indicador sintético do estado de saúde de uma sociedade.
- 91 Dados estatísticos da FAO. www.fao.org.
- 92 Censos Agropecuários de 2003 e de 2010.
- 93 Mosca, João, Matavel, Vítor e Dada, Yasser Arafat (2013). Algumas Dinâmicas Estruturais do Sector Agrário. Observador Rural nº3. Observatório do Meio Rural. Maputo.
- 94 Estatísticas da FAO. www.fao.org.
- 95 Para uma apreciação sobre a evolução das importações e exportações agrícolas, veja Mosca, João e Bruna, Natacha (2012). Balança comercial agrícola. Para uma estratégia de substituição de importações? Observador Rural nº3. Observatório do Meio Rural. Maputo.
- 96 Abbas, Mariam (2013). Investimento. Em Economia de Moçambique 2001-2010: um mix de populismo económico e mercado selvagem. Escolar Editora, Maputo.
- 97 Banco Mundial (2011). Mozambique analysis of the public expenditure in Mozambique. Report nº. 59918. MZ.
- 98 Uaiene, Rafael (2012): "Estrutura, conduta e desempenho da agricultura familiar em Moçambique". Em Contributos para o Debate da Agricultura e do Meio Rural. Coordenação de João Mosca. Maputo, Escolar Editora, pp. 49-67.
- 99 Fidalgo Lourdes (2011). Ligações entre Agricultura, Nutrição, e Segurança Alimentar: Como Beneficiar do Crescimento Agrícola. Diálogo sobre Promoção de Crescimento Agrário em Moçambique. Apresentação em power point, 21 de Julho 2011, ANSA. Maputo.
- 100 Trabalho de Inquérito Agrícola, Dezembro de 2011, and Monitoring Agricultural Sector Performance, Growth and Poverty, Trends in Mozambique, Ministério de Agricultura, Direcção Nacional de Economia (MINAG).
- 101 Castel-Branco e Mandlate (2012), obra citada.

- 102 Simão Joaquim, Director Nacional de Terras e Florestas: “A presença em Moçambique de muitas empresas estrangeiras, naquilo que se pode definir como a exploração desenfreada de madeira para exportação, não constitui ainda um perigo para a sobrevivência das florestas. No entanto, aquele responsável apelou aos intervenientes no sector para que observem as normas e os regulamentos previstos para a execução desta actividade, de acordo com o matutino “Notícias”, de Maputo. Precisamente por não terem respeitado as normas e regulamentos, ... 33 operadores florestais, entre nacionais e estrangeiros, viram as respectivas licenças de exploração canceladas para a presente época e outros 44 foram advertidos por prática de muitas irregularidades, nomeadamente corte de madeira em locais não permitidos, transporte ilegal e corte no período de defeso. A maior parte dos operadores punidos tinha operações nas províncias Cabo Delgado Nampula, Zambézia e Sofala e quatro deles foram proibidos de trabalhar em Moçambique por reincidência. Simão Joaquim acrescentou que a exportação de madeira em toros ou serrada para os mercados asiático e europeu está a ser feita de acordo com a legislação em vigor, havendo um conjunto de actividades em curso visando melhorar o enquadramento legal desta actividade” - O País, 31 de Julho de 2013, <http://www.opais.co.mz/index.php/economia/38-economia/2650>.
- 103 Castel-Branco e Mandlate (2012), obra citada.
- 104 Mosca, João e Selemene, Tomás (2011). EL DORADO TETE: os megaprojectos de mineração. Maputo, Centro de Integridade Pública.
- 105 São casos conhecidos os acontecimentos em Moatize, em Janeiro de 2012 e em Abril de 2013. Muitos outros casos de conflitos são conhecidos nos projectos florestais e turísticos.
- 106 Sobre estes aspectos, consulte-se, por exemplo, Nuvunga Adriano (2013), Megaprojectos Têm Muitos e Excessivos Incentivos Fiscais. CIP Newsletter 17 de Fevereiro de 2013, CIP (2013). Os Contractos de Gás da Bacia do Rovuma: Os Detalhes e o Que Eles Significam. Serviço de Partilha de Informação, nº03/2013 e Carlos Nuno Castel-Branco e Elton Jorge Cavadia (2009). Papel dos Mega Projetos na Estabilidade da Carteira Fiscal em Moçambique. II Seminário Nacional sobre Execução da Política Fiscal e Aduaneira. 7 de Março. Maputo.
- 107 Serra, Carlos Manuel (2012). “Exploração de recursos naturais em Moçambique – constrangimentos e desafios”. Em Contributos para o Debate da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Escolar Editora. Maputo. Publicação do Observatório do Meio Rural.
- 108 Bernadac Carl, Ollivier Timothée, Roja Dominique e Giraud Pierre-Noel (2008): Natural Capital and Sustainable Growth. Mozambique’s Impressive Natural Endowment Spoiled by Degradation Costs and Suboptimal Natural Resources Management. Summary of findings and preliminary policy implications. Agence Française de Développement with World Bank support.

- 109 Podem existir dúvidas e críticas relativas às metodologias e fiabilidade de informação primária. Porém, os resultados são convergentes, em termos qualitativos, com outras constatações, tanto por utilizar o método de observação, como por estudos mais restritos e em termos de zonas e sectores.
- 110 Se ao crescimento médio do PIB dos últimos anos da primeira década do século XXI forem deduzidos os custos da degradação ambiental (e assim deveria ser), pode-se afirmar que o crescimento económico real tem sido, na melhor das hipóteses e, considerando os períodos de maior crescimento, perto de zero. Se for ainda considerado o crescimento populacional, concluiríamos que dificilmente tem existido, em Moçambique, um crescimento real do PIB per capita.
- 111 João Mosca (2010). Política Agrária de(em) Moçambique, 1975-2009. Escolar Editora. Maputo.
- 112 Os “Direitos de uso e aproveitamento da terra são tão amplos que podem chegar a confundir-se com o próprio direito de propriedade”, Quadros, Conceição (2004). Manual de Direito da Terra. Maputo, Centro de Formação Jurídica e Judiciária.
- 113 Ministério da Agricultura (2009). Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário 2009-2018. Maputo.
- 114 Um estudo não conclusivo (Short description of Waterand Land use issues affecting the Ecological Sustainability and Economic Value of Gorongosa National Park, gentilmente cedido em base digital por Franziska Steinbruch, Manager Scientific Services do PNG, 2009), refere um “assoreamento alarmante do lago Urema em consequência de resíduos arrastados pelo rio de mesmo nome devido à desmatagem florestal para exportação, produção de carvão e abertura de novos campos agrícolas (fronteira agrícola) agravado pela concentração da população em redor da serra da Gorongosa de onde partem quase 50% do caudal de água que abastece o lago em pleno santuário do PNG”. O trabalho preliminar de Franziska Steinbruch sugere que, “se o ritmo de assoreamento se mantiver, o lago Urema corre o risco de desaparecer, tal como é agora, nos próximos cinco anos e, com isso, muito provavelmente, existirão mudanças ambientais que poderão comprometer a existência do Parque Nacional da Gorongosa”, em Mosca João (2010), obra citada.
- 115 É sabida a contaminação do ar, devido à exploração de carvão em Moatize. Existem alertas de contaminação das águas de rios, devido à utilização do alumínio no garimpo de ouro.
- 116 Por exemplo, concessões que ultrapassaram os prazos de início do investimento, conforme o plano (projecto) apresentado na solicitação do DUAT.
- 117 Carrilho, João et al (1990): Estratégia Alternativa de Desenvolvimento Agrário. Maputo, MA e IRDC.
- 118 Vide, também, pesquisa de Salim Cripton Valá (2003), A Problemática da Posse da Terra na Região Agrária de Chókwè (1954-1995). Maputo: Promédia, que aborda os

processos de distribuição de terras, as instituições envolvidas, os direitos atribuídos, os conflitos devido à posse da terra, a segurança de posse, o interface entre a Lei e os direitos consuetudinários e a situação de acesso à terra, pela mulher.

- 119 “João Carrilho chamou à atenção para o facto de o mercado de terras constituir uma realidade bastante activa em Moçambique, no qual se vendem, alugam ou alienam terras ou transmitem direitos sobre as mesmas terras, contra o disposto na legislação e à margem de qualquer tipo de controlo oficial por parte do Estado, defendendo este especialista que, na revisão legislativa, se ponderasse seriamente a sua oficialização, tendo presente as diversas vantagens, designadamente: a possibilidade de um aumento das receitas do Estado, a potencial descentralização efectiva na promoção do desenvolvimento, o incentivo à utilização efectiva e mais eficiente do respectivo “proprietário” e a possibilidade de uma distribuição mais equitativa da terra, especialmente fora das áreas de ocupação densa”, em Serra, Carlos Manuel (2013). “Transmissibilidade dos direitos de uso e aproveitamento da terra em Moçambique”. Em Dinâmicas de ocupação e do uso da terra em Moçambique. Escolar Editora. Publicação do Observatório do Meio Rural. No prelo.
- 120 António Francisco defende, explicitamente, a privatização da terra. Francisco, António (2013). “Por uma Nova Constituição Económica em Moçambique”. Em Dinâmicas de ocupação e do uso da terra em Moçambique. Escolar Editora. Publicação do Observatório do Meio Rural. No prelo.
- 121 João Carrilho (2013), obra citada, afirma: “Desta forma, não podemos responder categoricamente à pergunta formulada, mas temos algumas indicações:
- O mercado de terras não pode, isoladamente, assegurar a eficiência alocativa da terra.
 - Se não for regulado, o mecanismo de mercado como forma de aquisição de direitos de uso da terra pode ter resultados perversos na eficiência alocativa. Essa regulação deve ser orientada no sentido (i) da facilitação do funcionamento do mercado, especialmente ao nível das pequenas explorações, acautelando que não se percam imediatamente, numa situação de rápidas mudanças, os direitos adquiridos de uso e aproveitamento da terra rural e (ii) da garantia de segurança nas transacções através, por exemplo, de formas simples de registo”.
- 122 Na conclusão refere: “O mercado pode contribuir para melhorar a eficiência alocativa da terra, tornando-se mais flexível, orientado às pequenas explorações e oferecendo segurança nas transacções, para que não ocorra a perda de direitos. Mais investigação deve ser feita, em Moçambique, para responder a esta questão”.
- 123 Tankar, Issufo (2009): Efeitos da segurança e a posse da terra no rendimento agrícola per capita das famílias rurais - Dissertação de Mestrado na Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Universidade Eduardo Mondlane. Maputo.

- 124 River Basin Information System Meeting, Nairobi-Kenya, 13-14 February 2002.
- 125 Freshwater under Threat, Vulnerability Assessment of Freshwater Resources to Environment Change, Africa, United Nations Environment Programme, African Minister's Council on Water, Página 17.
- 126 PNUD, 2013: Evans, 2010 e Chang, 2010.
- 127 Singapura, Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong bem como, mais recentemente, a China e o Vietname. Esses estados, com diferentes matizes, estiveram também presentes na Inglaterra, EUA, França, Japão e nos países escandinavos.
- 128 Neste texto, o conceito de instituições é restringido às organizações relacionadas com o desenvolvimento, aparelho de estado, organizações profissionais e da sociedade civil.
- 129 Estes aspectos são tratados por Salim Cripton Valá (2009), Desenvolvimento Rural em Moçambique: Um desafio ao nosso alcance. Maputo: CFM / MPD, em especial a influência do sector privado no desenvolvimento rural, o papel lubrificador da descentralização e contributo de uma administração pública eficiente no desenvolvimento local. Vide Capítulos 3, 4 e 6.
- 130 Business Day de 5 de Junho de 2013 (Jornal sul africano).
- 131 Conceito referido por Joseph Stiglitz, Prémio Nobel da Economia, em 2011, num seminário, em Maputo.
- 132 A fundamentação do conceito de desenvolvimento sugerida pela Agenda 2025, distribui-se entre este capítulo e o capítulo seguinte de "Sugestões de Política". Neste capítulo, encontram-se as fundamentações de carácter geral, de nível macro e sectorial. As opções intrasectoriais encontram-se no capítulo "Sugestões de Política". Considerando a natureza e objectivos deste documento, não são feitas excessivas teorizações sobre os grandes temas subjacentes à concepção e às sugestões de políticas apresentadas pela Agenda 2025.
- 133 Vários autores como, por exemplo, Amartya Sen, Prémio Nobel, concebem o desenvolvimento como um processo de igualdade de oportunidades, e que tenha como objectivo a liberdade dos cidadãos. Liberdade no sentido da capacidade de escolhas dos percursos de vida. Esta é a concepção do desenvolvimento, tendo como centro o indivíduo.
- 134 Os "interesses nacionais" devem ser definidos evitando-se nacionalismos desproporcionados e não ajustados à actual situação da globalização da política, do conhecimento, da informação e da economia (e mesmo cultural).
- 135 Os debates no seio da Organização Mundial do Comércio não deixam dúvidas acerca desta dualidade de posições. A protecção da agricultura, na União Europeia e nos Estados Unidos, é uma evidência permanente. No caso de Moçambique, começam a ser claros os efeitos da liberalização do comércio no âmbito da SADC, não apenas

sobre os produtores agrícolas e a reactivação da indústria, mas também sobre os fluxos de capital e o investimento sul-africano. A Agenda 2025 sugere que os processos de abertura sejam aplicáveis, a longo prazo, com processos graduais de redução das tarifas, ao mesmo tempo que existem, internamente, políticas de modernização de alguns sectores produtivos para os tornar competitivos em momentos de abertura total do comércio externo. É esta a prática nas economias desenvolvidas.

- 136 Este princípio implica definir-se quais as regiões onde incidir as políticas assistencialistas e respectivos prazos e quais as medidas assistencialistas. Sugere-se que as medidas assistencialistas sejam, para além de maior alocação per capita, em saúde e educação e em assistências a grupos sociais mais vulneráveis. Por exemplo, mais investimentos em educação e saúde, em lares para idosos e órfãos, apoio específico (por exemplo um rendimento mínimo) a pessoas com deficiências, maior apoio a explorações onde o chefe seja uma mulher.
- 137 Entre as escolas económicas, não há consenso sobre a formulação dos indicadores e parâmetros nominais. É, contudo, possível encontrar denominadores comuns sobre a necessidade da estabilidade macroeconómica. As boas práticas de estabilidade indicam que uma inflação baixa apresenta maiores possibilidades de crescimento sustentado assente na introdução de novas capacidades e tecnologias, e no aumento da eficiência e da produtividade. Estas condições, também permitem maior “resistência” aos choques da economia internacional. Conjunturalmente, sobretudo em fase de recessão e recuperação económica, a introdução de políticas incentivadoras do crescimento (algumas das quais também geradoras de inflação), podem ser adoptadas transitoriamente. A questão é saber se é possível monitorar (controlar) o que se designa por período transitório, e em que medida é possível controlar a inflação.
- 138 No entanto, em períodos de recessão, pode considerar-se a utilização de incentivos para o crescimento que gerem uma maior inflação, através de uma política monetária expansiva, aumento dos gastos do Estado, sobretudo no apoio à produção e no investimento público, em sectores produtivos ou facilitadores da actividade privada (política orçamental expansiva) e aumentos salariais acima da inflação.
- 139 Em resumo, uma política de contraciclo é aquela em que se opta por medidas de luta contra as conjunturas cíclicas de expansão ou crise (recessão). Em momento de expansão, recomenda-se políticas restritivas, tanto monetárias, como orçamentais, de forma a não incrementar a inflação, e facilitar o investimento privado. Em situação de crise, sugerem-se políticas expansivas, em que haja um maior papel e intervenção do Estado, sobretudo através dos instrumentos de política económica que provocam maiores efeitos de promoção do crescimento.
- 140 Neste texto, considera-se segurança social activa as acções com efeitos positivos sobre o rendimento dos mais pobres como, por exemplo, casas de dia e pensões para idosos e crianças órfãs, centros de ensino pré-escolar, saúde totalmente grátis para os idosos, entre outras.

- 141 Considera-se injustiça inter-geracional a factura que as futuras gerações terão de pagar para suportar os défices públicos, devido a excessivos gastos em anos anteriores e consequente acumulação de défices anuais. O pagamento da dívida é, em princípio, realizada pelos cidadãos em gerações posteriores, com aumento da carga fiscal e correspondente redução do rendimento disponível e, portanto, do poder de compra desses cidadãos
- 142 A prioridade da agricultura é lógica, considerando as suas funções no actual estágio de desenvolvimento de Moçambique, até porque é o único sector capaz de gerar emprego aos cerca de 400,000 cidadãos que, por virtude do aumento da natalidade, anualmente vão demandar o mercado de trabalho à procura do primeiro emprego. Apesar disso, não deixa de ser polémico, em termos estritamente económicos e/ou financeiros, tendo em conta os imensos recursos de gás, carvão e outros minérios. O sector agrário não é o mais eficiente, nem proporciona retornos avultados no curto e médio prazos. Por isso, possui uma taxa de acumulação mais baixa, possui maiores riscos empresariais e de investimento, existe uma grande concorrência no mercado externo e a cooperação internacional não tem interesse no apoio ao sector agrário porque, geralmente, os países desenvolvidos são excedentários em bens alimentares. O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial, de 1986, na página 82, afirma: “Mas a questão-chave não é segurança alimentar mas a vantagem comparativa. Se um país pode fazer um melhor uso dos seus recursos em exportações - agrícolas ou não - não há razões para desperdiçar recursos na busca da autossuficiência em alimentos ... a autossuficiência alimentar permanece um objectivo popular antieconómico e alguns países estão dispostos a exporem-se a altos custos para alcançá-la”. Esta concepção perdurou até recentemente e inspirou os programas do Banco Mundial de redução da pobreza (PRSP) nos anos 90 e princípios da actual década. O aumento da pobreza, da instabilidade social e a emergência de conflitos violentos em várias partes de África, forçaram as instituições financeiras internacionais a ponderarem a necessidade de processos de desenvolvimento menos desiguais e mais inclusivos.
- 143 A emergência do capital agrário poderá acontecer a longo prazo, mas nunca absorverá uma percentagem significativa da população rural (os actuais pequenos produtores). Idêntica é a situação para o caso da industrialização. Este pressuposto implica, necessariamente, focar o desenvolvimento agrário e rural na transformação do campesinato, como um processo global e inclusivo de grande parte da população.
- 144 Regra geral, os processos de desenvolvimento económico seguem os percursos de transformação estrutural da economia, passando pelas fases da predominância sucessiva de agricultura e recursos naturais – industrialização ligeira associada ao mercado interno – industrialização para exportação – terciarização e, eventualmente, - industrialização de bens de capital. As fases não são claramente delimitadas no tempo e podem coexistir. O importante é considerar que o desenvolvimento assenta na combinação dos factores de produção mais abundantes da economia em cada fase: terra, trabalho e capital (incluindo tecnologia e conhecimento) e instituições,

eles próprios alteráveis ao longo do tempo, em função do estágio de desenvolvimento. Na fase da globalização, considerando a mobilidade do capital e dos recursos humanos, e os processos rápidos de relocalização industrial, o desenvolvimento baseado, fundamentalmente, em factores externos é sempre de elevado risco. Isso não significa uma sugestão de encerramento, mas sim a integração.

- 145 Obviamente que a educação tem um papel mais amplo no desenvolvimento do país, como a manutenção da paz e estabilidade, a promoção da democracia, o aprimoramento da cidadania activa e responsável, o fomento dos direitos humanos, o respeito pela diversidade cultural, entre outros domínios.
- 146 A regulação económica, actualmente muito debatida, possui críticas, sobretudo das escolas da economia mais liberal. Referem que a regulação constitui uma intervenção exógena (de natureza administrativa/legal) na economia e, por isso, distorce os mercados. Apontam, ainda, para a corrupção dos técnicos reguladores e a possibilidade do regulado capturar o regulador.
- 147 Um Estado Social avançado tem como objectivos que os serviços públicos e os sectores fornecedores de bens públicos tenham, na medida em que a economia permite, e também em função das políticas económicas e sociais, uma cobertura de qualidade a todos os cidadãos em circunstâncias semelhantes de acessibilidade e cada vez menos onerosa para os cidadãos.
- 148 A Agenda 2025 considera ser possível manter as taxas propostas tendo em conta: (i) o actual baixo nível produtivo e de PIB *per capita*; (ii) a entrada em funcionamento de novas capacidades produtivas, sobretudo nos sectores extractivos, na agricultura, no turismo, no transportes e nas infraestruturas associadas; (iii) os investimentos já realizados e cuja produção ainda não atingiu as metas previstas; (iv) a riqueza em recursos naturais e expectativas fundadas de continuação da entrada do investimento estrangeiro; (v) o potencial de crescimento da produção das pequenas e médias empresas e do desenvolvimento de clusters; e (vi) a continuação do investimento em infraestruturas.
- 149 Previsão conservadora da Agenda 2025, considerando a construção de infraestruturas dos caminhos-de-ferro e portos, assim como da complexa logística, das sempre demoradas negociações entre as partes interessadas (multinacionais – governos) e de eventuais conflitualidades sociais. Existem várias estimativas que apontam um crescimento rápido de 10% ou mais e de rendimentos per capita de até aos 1.500 e 2000 dólares em 10 ou 15 anos. A Agenda 2025 considera prudente estimar crescimentos mais moderados (mesmo assim elevados) pelas seguintes razões: (i) a base de cálculo do crescimento possui valores cada vez mais elevados, fazendo que os aumentos percentuais signifiquem crescentes incrementos absolutos do rendimento; (ii) a economia mundial ainda não revelou sinais de uma recuperação consistente e as taxas de crescimento dos países desenvolvidos são muito baixas; (iii) o crescimento das novas grandes economias, com quem Moçambique possui relações económicas externas, está também em fase de desaceleração; (iv) o crescimento econó-

mico de Moçambique, derivado da introdução de novas capacidades (sobretudo na extracção mineira), pode alcançar a “velocidade cruzeiro” antes de 2020, reduzindo o ritmo de crescimento anual médio até 2025; (v) o aumento da produção como consequência da inovação tecnológica, maior produtividade do trabalho e mais eficiência (gestão), dificilmente gera ritmos elevados de crescimento, excepto nas fases de arranque das economias, isso supondo a existência e domínio das tecnologias e o factor trabalho especializado.

- 150 A utilização de meios anticonceptivos em Moçambique está abaixo da média da África Subsaariana.
- 151 World Economic Fórum e Mosca et. al. para a competitividade internacional da economia moçambicana e Banco Mundial, KPMG e CTA para o ambiente de negócios.
- 152 Os aspectos associados com a alimentação/nutrição são dos que mais contribuem para a pobreza em Moçambique.
- 153 Sugere-se a recuperação do conceito das “zonas verdes” e das “casas agrárias”, existentes nos finais da década de oitenta do século XX.
- 154 O regime de subcontratação dos pequenos produtores para produzirem uma cultura é praticado no algodão e no tabaco. As empresas estabelecem contratos com os pequenos produtores, assegurando a compra da produção a um preço previamente determinado que, por sua vez, depende das previsões dos preços no mercado internacional. As empresas fornecem os insumos. A Agenda 2025 defende o conceito da subcontratação, por facilitar a integração dos pequenos produtores nos mercados, ser provável a transferência de tecnologia e conhecimento, introduzir mais moeda no meio rural (mercantilização da economia rural) e aumentar os rendimentos dos produtores. Os pontos críticos mais importantes são os seguintes: implicações para a produção agrícola (aumento ou redução), criação de dependências de recursos e insumos caros e externos (com possíveis falhas de logística) e variabilidade dos preços com repercussões sobre os rendimentos das famílias.
- 155 Algumas empresas possuem os seus próprios serviços de extensão/promoção das culturas.
- 156 A Agenda 2025 considera positiva a influência da extensão rural sobre o aumento da produção agrícola.
- 157 A maioria dos indicadores e parâmetros enunciados baseiam-se nos critérios de estabilidade e de convergência praticados no âmbito da União Europeia, tendo em conta os critérios da SADC. A Agenda 2025 sugere parâmetros mais rigorosos e alcançáveis em períodos mais curtos.
- 158 Embora sejam conceitos diferentes, é aceite que a inflação seja medida através de um Índice de Preços ao Consumidor (IPC), um conjunto de bens e serviços (cesta básica), considerados essenciais para a reprodução da força física e mental do cidadão,

para cada realidade. No caso de Moçambique, a composição da cesta básica deveria ser reapreciada.

- 159 Este último aspecto requiere uma revisão dos acordos firmados no âmbito da SADC.
- 160 Veja-se, mais adiante, na secção “produção, comércio rural e segurança alimentar”.
- 161 Por exemplo, com participação do Estado no investimento em autocarros.
- 162 A combinação destes dois instrumentos tem por objectivos: acudir a casos de emergência (reservas físicas), redução dos custos inerentes à gestão e manutenção dos stocks e capacidade de aquisição de alimentos em prazos relativamente curtos (reservas financeiras). Estes fundos podem estar investidos em diferentes produtos financeiros.
- 163 Informações do Banco de Moçambique revelam uma grande concentração das instituições de microcrédito na capital e província de Maputo (144 balcões de 198 em 2012 em todo o país, ou 73% do total). Segundo a mesma fonte, 70% dos balcões de microcrédito localizam-se nas capitais provinciais (incluindo a cidade capital). Significa que os cidadãos têm muito mais acesso.
- 164 Valá & Fernandes, 2006: 5 e Valá 2012.
- 165 Podem ser referidos vários casos como, por exemplo, a distribuição gratuita de sementes e fertilizantes, o não pagamento da taxa de água por parte dos produtores que beneficiam de terras em sistemas de regadio, as tarifas subsidiadas de consumo de electricidade na habitação, os subsídios dos combustíveis para os transportes semiolectivos urbanos, taxas de juro bonificadas para alguns sectores e produtores agrícolas, os vulgos “7 milhões”, entre muitos.
- 166 As medidas anti-instabilidade social acontecem quando situações de desequilíbrio dos mercados e de agravamento das condições económicas e sociais dos mais pobres não são atempadamente solucionadas.
- 167 Mosca et al (2013).
- 168 Principalmente o gasóleo utilizado na agricultura, nos transportes de mercadorias e urbanos. Existem formas de coloração desse combustível para permitir o controlo do seu uso apenas para os fins definidos. Esta medida exige regulamentação sobre o uso deste combustível, assim como de penalizações severas pelo uso indevido. Exige, também, uma fiscalização eficaz.
- 169 Estes três produtos têm tido comportamentos positivos nos últimos anos. Porém, existem margens de expansão nos quatro produtos mencionados (Bruna, 2013), obra citada.
- 170 “Mercado selvagem” é definido como o mercado em que não existem ou existem poucas regras de conduta e de normas que regulem as relações comerciais e eco-

nómicas, e o funcionamento das instituições baseados em princípios éticos. Em seu lugar, emergem relações de não cumprimento dos contratos e acordos, em que as relações informais prevalecem e sem possibilidades de arbitragem. As lacunas ou deficiências legislativas, as ineficácias no funcionamento do sistema judicial, a corrupção endêmica ou generalizada, o déficit de valores sociais e morais facilitam o surgimento e desenvolvimento do mercado selvagem.

- 171 Por exemplo, estabelecendo-se que a entrada de novos funcionários seja inferior às saídas por reforma, doença ou outras razões não forçadas; por negociação individual de reformas antecipadas voluntárias, sobretudo dos funcionários com qualificações e habilidades que não asseguram eficiência, segundo os termos de referência dos postos de trabalho; admissão apenas de novos funcionários com qualificações ajustadas aos termos de referência; promoção na carreira profissional, tendo como critérios exclusivos processos de avaliação de desempenho, de mérito e atitudes de trabalho.
- 172 Mesmo que o valor total das mordomias possa não representar uma percentagem elevada do orçamento, é importante que sejam assumidas medidas restritivas para efeitos de moralização da política e dos políticos.
- 173 No período 2001-2010, Moçambique não cumpriu nenhuma destas recomendações (Mosca, Abbas e Bruna (2013), obra citada).
- 174 As receitas fiscais representam, em média, 43% das despesas totais do Estado e 12% do PIB, o que pode ser justificado por várias razões: (a) pouca riqueza gerada pela economia (dimensão da economia informal, nível de desemprego formal, etc.) e desta, a maioria não é (ou é dificilmente) tributável (sector produtivo e trabalho não formal); (b) baixo rendimento per capita; (c) baixa lucratividade do tecido empresarial, reduzindo o IRPC; (d) pouca eficiência da máquina tributária e conseqüente fuga ao fisco; e, (e) corrupção”, Mosca (2013), obra citada. Deve-se ressaltar que o volume de receitas fiscais aumentou, entre 2001 e 2011, a uma média de 17% ao ano, considerando os valores a preços constantes de 2011, Mosca, Abbas e Bruna (2013: 216), obra citada. Esta evolução, muito superior ao incremento do PIB, revela a existência de grandes margens de expansão das receitas fiscais através da eficácia da Autoridade Tributária.
- 175 Mosse, Marcelo e Cortez, Edson 2006): *Corrupção e Integridade nas Alfândegas de Moçambique*. Maputo, CIP (2006: 16): “...a corrupção nas Alfândegas era caracterizada pela facilitação do contrabando, pela má classificação das mercadorias e pela sua subvalorização. Por outro lado, práticas de extorsão também foram e têm sido relatadas nos meios de comunicação social ligando-as a funcionários que conseguem estar na posse de informação delicada sobre um caso de contrabando”.
- 176 Sabe-se que existem múltiplas formas de negócio em redor das licenças de extração de recursos naturais.
- 177 Para estes efeitos, são necessárias revisões e/ou nova legislação e uma fiscalização eficaz.

- 178 Em economia, os bens de massa, geralmente “inferiores”, não são indiferenciados, e possuem, geralmente, baixa qualidade dietética, não estão bem embalados/apresentados, e são geralmente procurados por consumidores de renda baixa. São substituídos por bens “superiores” quando a renda dos consumidores é mais levada (por exemplo, arroz trinca por arroz agulha, carne de porco por carne de vaca, tipos de casa, etc.).
- 179 Vide Capítulo III, Padrão de Acumulação (investimento–poupança).
- 180 Em sociedades com classes médias recentes, é normal acontecer o crescimento rápido do consumo privado, bem como o fenômeno conhecido por novo-riquismo.
- 181 São considerados grandes investimentos superiores a 500 mil dólares. Podem ser entendidos por investimentos médios os que envolvem volumes de capital entre 250 e 500 mil dólares.
- 182 O investimento estrangeiro tem-se dirigido, sobretudo, para os recursos naturais (incluindo a produção florestal e corte de madeira), a agricultura (bens de exportação), o turismo e a indústria (se incluída a MOZAL), Bruna (2013).
- 183 Com a imigração de um número crescente de estrangeiros, começam a surgir sinais (e mesmo comportamentos) anti-estrangeiro (ou xenófobos), sobretudo relacionados com a concorrência no mercado de trabalho, comportamentos sociais inapropriadas por parte do estrangeiro, decisões precipitadas de expatriação por parte das autoridades, seguidas de anulação das mesmas, percepção de que determinadas irregularidades são praticadas apenas por estrangeiros (como, por exemplo, o tráfico de órgãos humanos e de droga, caça furtiva, negócio e tráfico de pedras preciosas, etc.). A afirmação não implica condescendência com a imigração ilegal ou com práticas ilícitas.
- 184 Não foi incluída a cultura do trigo pelas seguintes razões: (1) pouco conhecimento técnico desta produção, nas condições de Moçambique; (2) pouca ou nenhuma tradição produtiva; (3) inexistência de agentes económicos que configurem uma cadeia produtiva; (3) concorrência do trigo importado a preços mais baixos e muitas vezes doado; (4) volume de produção inicial que não assegura escala, regularidade e qualidade procuradas pela indústria moageira. A Agenda 2025 não descarta as ações de promoção desta cultura, porém, sugerem-se estudos sobre as experiências dos anos anteriores.
- 185 O PNISA (2013:18) define as seguintes culturas prioritárias: milho, arroz, trigo, feijões, mandioca, tomate, batata-reno, batata-doce e tomate. As culturas de rendimento prioritárias são o caju, o algodão, a soja, gergelim e o tabaco. Não existe uma hierarquização entre estas culturas, eventualmente pela não clarificação de uma evidente diferenciação do enfoque do tipo de produtor. No entanto, quando o PNISA especifica programas por cultura, surgem outros produtos não mencionadas na definição inicial das prioridades, como o girassol, a carne, as hortícolas, fruteiras exóticas e nativas, etc.).

- 186 Censos agropecuários de 2000 e 2010.
- 187 A produção alimentar, quase que totalmente realizada pelos pequenos produtores, já demonstrou possuir elevada elasticidade quando existem incentivos de mercados (principalmente preços) e garantias de comercialização. A actual baixa produtividade permite esperar aumentos significativos iniciais de produção, caso existam reforços nos serviços aos produtores (comercialização, insumos, extensão rural e novas variedades de sementes, crédito) e os preços sejam favoráveis. Estima-se um crescimento mais lento das exportações agrárias considerando: (1) a variabilidade do comércio externo; (2) a situação actual das plantações (culturas perenes): idade e doenças (caju, citrinos, chá e copra), novos investimentos em açúcar e no algodão têm efeitos a médio prazo, supondo que as actuais produções utilizam com eficácia as capacidades instaladas e, portanto, as margens de expansão sem novos investimentos são limitados.
- 188 Os documentos oficiais sobre estratégias como, por exemplo, os dois últimos, não detalham as zonas de maior incidência da política agrária (limitando-se a referir cinco grandes corredores), não focaliza as culturas prioritárias, não prioriza claramente os pequenos produtores: (por exemplo, quando no PNISA 2013: 13, se afirma que “Os grupos alvos do plano são os pequenos, médios e grandes produtores com potencial para a produção orientada para o mercado”).
- 189 O Plano Estratégico do IIAM (2011-2015) em PNISA (2013:419) estabelece a missão da investigação como sendo a de “gerar conhecimento e soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável do agro-negócio e a segurança alimentar e nutricional”. A pouca clarificação das culturas e do tipo de produtores prioritários mantém-se.
- 190 É sabido que as sementes melhoradas, por si só, incrementam significativamente a produção. Porém, as variedades investigadas, multiplicadas e libertadas, podem ter várias características em simultâneo, com diferentes níveis de compromisso entre os objectivos a maximizar (produtividade, resistência a doenças e a choques hídricos, período de desenvolvimento vegetativo, paladar ou características consoante as utilizações previstas - consumo ou matéria-prima - e sua influência na dureza, textura, sabor etc.). O IIAM tem bons resultados nas produções de sementes em fase experimental de milho, arroz, batata-doce, entre outras culturas.
- 191 Significa a premência de descentralizar a investigação agrária para os centros regionais do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), o que significa a descentralização orçamental, de recursos humanos e de meios materiais.
- 192 Como, por exemplo, as afro-toxinas do amendoim, responsáveis pela epidemia de cancro do fígado e pela inviabilização da exportação deste produto. É um bem de grande consumo na metade sul do país.
- 193 Uaiene (2012:64), com base num estudo do Banco Mundial, afirma que o orçamento da investigação agrária é de cerca de 0,24 do PIB Agrário, o que corresponde a três

vezes menos da média da África Subsaariana. Os países desenvolvidos alocam à investigação agrária cerca de 1,99%, sendo 2% considerado “ideal”. Cassamo (2012), demonstra que a afectação destes recursos foi, entre 2001 e 2010, muito variável, o que não permite estabilidade da investigação. Cunguara (2011:51), afirma: “... Moçambique possui menos de um pesquisador agrário por 50 mil habitantes, comparado com 1:2500 na vizinha África do Sul e 1:400 nos países desenvolvidos (Coughlin, 2006)”.

- 194 Uaiene, Arndt e Masters (2009), e Cunguara (2011) concluem que a extensão pode permitir um incremento de rendimentos dos beneficiários em cerca de 12%, muito embora se admita que os serviços de extensão estão geralmente associados ao fornecimento de insumos. Cunguara revela: “Em 2008, apenas 8% dos produtores foi visitado por extensionistas, comparado com 15% em 2005 (Cunguara & Hanlon, 2010). Apenas um terço dos distritos rurais está sendo atendido pelos serviços públicos de extensão (Gêmo, Eicher & Tecler, 2005)”.

Veja também:

- Uaiene, Rafael. 2012. “Estrutura, conduta e desempenho da agricultura familiar em Moçambique”. Em *Contributos para o Debate da Agricultura e do Meio Rural*. Coordenação de João Mosca. Maputo, Escolar Editora, pp. 49-67.
 - Cassamo, Américo Izaltino. 2012. *Despesas Públicas no Sector Agrário: Natureza, Desafios e Oportunidades*. ISCTEM, tese de mestrado. Maputo.
 - Uaiene, R. N., Arndt, C. e Masters, W. A, (2009): “Determinants of Agricultural Technology Adoption in Mozambique”. - Discussion Papers, Nº 67E, Ministério do Plano e Desenvolvimento, Direcção Nacional de Estudos e Análises de Políticas.
 - Cunguara Bedito. 2011. *Sector Agrário em Moçambique: Análise situacional, constrangimentos oportunidades para o crescimento agrário*. IFPRI, Maputo. Documento apresentado no “Diálogo sobre a Promoção de Crescimento Agrário em Moçambique”, 21 de Julho de 2011.
- 195 Comunicação de Rui Ribeiro apresentada no debate organizado pelo OMR, no dia 25 de Abril de 2013 “Indústria de Semente em Moçambique. Que futuro?”.
- 196 A importância destas culturas é derivada, principalmente, dos seguintes aspectos: (i) o contributo na balança de pagamentos e nas receitas fiscais; (ii) a introdução de rendimentos monetários na economia das famílias rurais, a maior integração nos mercados e monetarização da economia de pequena escala; (iii) a possibilidade de transferência de conhecimento e de insumos entre culturas de exportação e as alimentares. O trigo não foi considerado a médio prazo, tendo em conta o actual estado da investigação, extensão, interesses económicos na promoção da cultura e a concorrência das importações e donativos.
- 197 O PNISA inclui também o girassol. O chá não foi considerado, devido à actual situação das plantações: (1) idade e conservação das plantações sujeitas a longos perío-

dos sem renovação, nem manutenção, que implicam produtividade baixa; (2) pouco interesse dos investidores; (3) baixo domínio dos circuitos do complicado negócio do chá no mercado internacional; (4) pouco interesse pela cultura, revelada pela ausência de referências nos documentos de estratégias do sector. Semelhantes razões fizeram não considerar os citrinos para exportação.

- 198 Estudos em fase final de elaboração revelam que os factores determinantes da produção destes bens estão nas variáveis acima indicados: do IDE e do mercado internacional.
- 199 Porém, as exportações dependem da política económica (por exemplo, taxas de câmbio e de juros, crédito) e do mercado internacional (preços, qualidade, integração nos canais de comércio, recursos humanos especializados em comércio externo, etc.).
- 200 A introdução massiva (generalizada nos seio dos produtores - casos do tabaco e algodão) ou em grande escala (explorações médias e grandes), pode realocar os factores trabalho e terra (não “elásticos”), com eventuais implicações na redução de terras trabalhadas com cultura alimentares, excepto se forem distribuídas mais terras e meios mecânicos de preparação dos solos (o que acontece apenas na cultura do açúcar e um pouco na cultura da soja, neste caso na preparação mecânica dos solos).
- 201 Trabalho em fase de conclusão sobre o açúcar, algodão e caju, no Observatório do Meio Rural.
- 202 O mesmo poderá ocorrer com outros produtos agrícolas como o tabaco, gergelim, que não foram objecto de investigação.
- 203 Seria necessário definir as características e as zonas para atribuição dos benefícios por motivos de deslocação em serviço.
- 204 É conhecido que as DDA possuíam maior capacidade e representação institucional nos distritos. Com a aglutinação das DDA numa única direcção responsável pelas funções económicas do Estado ao nível dos distritos, dilui-se os já escassos recursos das então DDA.
- 205 O mandato principal do Instituto de Cereais deveria ser o da promoção da produção, a comercialização agrícola, a estabilidade dos preços e da oferta, a correcção das distorções dos mercados e a aplicação dos mecanismos de incentivo à produção cerealífera.
- 206 Sugerem-se funções de natureza económica, considerando que a produção agrícola é, geralmente, em sistemas integrados de culturas (consociação e épocas com culturas diferentes) e uma intervenção especializada em um ou outro produto pode distorcer as práticas culturais tecnologicamente dominadas, e que fazem parte de lógicas produtivas.

- 207 Os documentos oficiais são praticamente omissos acerca das diferentes formas de organizações representativas dos produtores e das associações de produtores, ao nível da base. Enquanto a UNAC está completamente omissa, as organizações empresariais aparecem com algumas referências no que respeita à coordenação institucional.
- 208 Geralmente, os documentos da agricultura são excessivamente “agraristas”, no sentido de que são bastante limitados por enfoques técnicos.
- 209 Segundo Cassamo (2012), o investimento público foi baixo ao longo do período 2001-2010, instável em termos de volume. Apenas em 2010 e, posteriormente, o investimento em regadio ganhou importância da alocação de recursos.
- 210 Segundo Cassamo (2012), a execução orçamental do Ministério da Agricultura tem deparado com dificuldades, sobretudo no que respeita ao volume dos “gastos comuns e não planificados”, que chegaram a representar, no período 2001-2010, cerca de 51% das despesas orçamentais e o “apoio institucional”, cerca de 38%. Estes valores começaram a baixar em meados da década.
- 211 Existem financiamentos para a agricultura a taxas de juro bonificadas, através de fundos doados por algumas organizações internacionais. Neste caso, o banco funcionaria apenas como um prestador de serviços de gestão e concessão dos empréstimos recebendo, em contrapartida, um valor estipulado em contrato.
- 212 Yunus defende que o microcrédito não pode ser encarado como uma acção meramente lucrativa. É um “negócio social” cujos resultados são positivos quando os clientes deixam de ser pobres, ganham autoconfiança e orientam as suas vidas na senda do bem-estar, Valá & Fernandes (2006: 5), em Vala (2012:122). No caso da experiência do Grameen Bank (que se dedica a servir os pobres), financiam-se grupos de cinco pessoas, começando pelas duas consideradas mais pobres. As restantes três apenas recebem financiamento depois de as primeiras cumprirem com os compromissos perante o banco. Existe, aqui, subjacente a pressão e controlo social podendo, neste caso, ser positivo, e aceite entre as partes, Vala (2012).
- 213 Existem vários estudos sobre os preços e mercados agrários. Veja, por exemplo, Mosca, Bruna e Amreén Pereira (2013).
- 214 Trata-se de uma garantia que o produtor terá um preço definido, independentemente dos mercados. Caso o preço de mercado seja superior ao preço de garantia, não haverá subsídio; caso seja inferior, o governo assegura o diferencial até refazer o preço definido como de garantia.
- 215 Actualmente, os subsídios à agricultura não preveem alguma discriminação à partida. Na prática, são os médios e grandes produtores que trabalham em regadios, que possuem electrobombas com tarifas de energia inferiores às de outros consumidores, que têm acesso ao crédito com taxas de juro bonificada, etc.. A Agenda 2025 sugere uma política de subsídios selectiva que premeie iniciativas produtivas com viabilidade para o mercado.

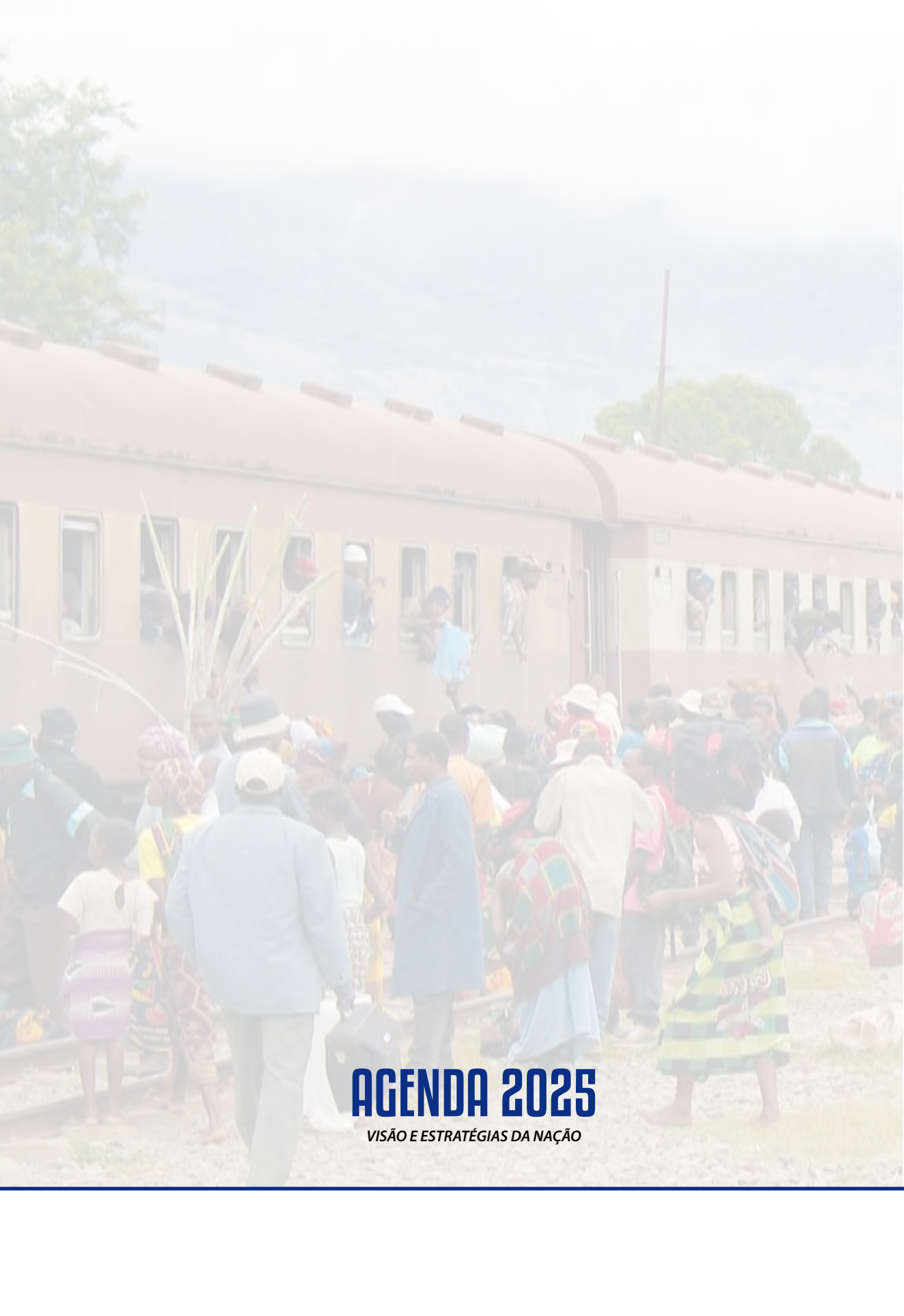
- 216 Este subsídio é muito dispendioso para os cofres do Estado.
- 217 Biggs sugere existir uma sobrevalorização do metical, e aponta os seus efeitos, incluindo sobre as exportações agrícolas. Impact of exchange rate fluctuations on the economy of Mozambique. Biggs, Tyler. 2010. Speed reports/2011/010. Maputo.
- 218 Muitos países possuem uma Lei da Agricultura.
- 219 O conceito de “segurança alimentar” começa a ser discutido com o novo conceito de “soberania alimentar” (1996), como sendo “a faculdade de cada povo para definir as suas próprias políticas agrárias e alimentarias de acordo com objectivos de desenvolvimento sustentável e segurança alimentar”. Implica a protecção do mercado doméstico contra os produtos excedentários que se vendem mais baratos no mercado internacional, e contra a prática do dumping (venda a preços inferiores aos custos de produção), <http://es.wikipedia.org>, baixado em 10-05-2013.
- 220 Os volumes de stocks devem ser calculados com base nos seguintes critérios: (i) as necessidades alimentares das zonas mais expostas (cesta alimentar de emergência); (ii) um determinado período de emergência considerando, também, os tempos de chegada de bens importados ou doados sendo, para o efeito, combinadas as existências físicas com as reservas financeiras; (iii) a probabilidade de ocorrência de situações de calamidades, bastante diferentes ao longo do território.
- 221 O modelo de gestão dos silos pode ser a gestão pública.
- 222 Não parece uma política ajustada das multinacionais a procura de rentabilidade e competitividade, com base em salários baixos.
- 223 É do conhecimento público a prática destes negócios especulativos. O Centro de Integridade Pública publicou em 16/07/2012 uma lista de licenças mineiras. Veja também o “Mozambique EITI Compliant Cadastre Portal”.
- 224 Neste caso, a capacidade negocial depende, em grande medida, do domínio técnico e económico dos recursos. O Estado não possui técnicos em quantidade e qualidade para o exercício destas funções que exigem conhecimento específico. Face à impossibilidade de formação de alto nível, em pouco tempo, resta a possibilidade de importação de técnicos e de missões de avaliação e aconselhamento.
- 225 Por exemplo, no caso das florestas, a quantidade de madeira deveria ser igual ou inferior à regeneração natural da floresta e/ou por novas plantações de reposição realizada pelo homem.
- 226 Por exemplo, através de investimentos comparticipados pelo Estado em energia hídrica, solar e eólica. Carros movidos a gás, cujo investimento de conversão poderia ser apoiado com subsídios, bem como com a existência de postos de abastecimento.
- 227 Através do envolvimento das comunidades e famílias nos processos produtivos. Por exemplo, nos investimentos florestais, subcontratar as famílias para a plantação de

árvores. Nas produções agrícolas, subcontratar os pequenos produtores para contribuir com a produção, conforme as experiências existentes no algodão e no trabalho em algumas empresas açucareiras. Nas exploração mineira, assegurar fontes de rendimento mais elevados, para compensar as perdas/custos do reassentamento (apoio com serviços de extensão rural, para aumentar a produtividade agrícola e de outras actividades).

- 228 Estes fenómenos têm acontecido nos últimos dois anos.
- 229 Já foram dados os primeiros alertas em relação à produção de carvão.
- 230 Veja, entre muitas, as seguintes obras: José Negrão (2004); Mercado de terras urbanas em Moçambique, Cruzeiro do Sul, Justiça Ambiental e União Nacional de Camponeses (2011): OS SENHORES DA TERRA Análise Preliminar do Fenómeno de Usurpação de Terras em Moçambique. Casos de Estudo. Maputo, Moçambique. Hanlon, Joseph (2012): The land debate in Mozambique: will foreign investors, the urban elite, advanced peasants or family farmers drive rural development? Oxfam.
- 231 As empresas nacionais têm de ser competitivas face à possibilidade de importação pelos grandes empreendimentos. Entende-se, neste caso, por critérios de competição: os níveis dos preços, a qualidade dos bens e serviços oferecidos, a estabilidade de fornecimentos e a garantia dos volumes demandados.
- 232 Transportes que requerem equipamentos, manuseio e cuidados próprios.
- 233 Entende-se por “parques industriais”, espaços estruturados com infraestruturas para a instalação de empresas e prestação de serviços comuns (energia, água, comunicações, segurança, manutenção de espaços, serviços financeiros e de contabilidade, etc.). Os parques industriais têm como objectivo a redução de custos de transportes, comunicações e custos de transacção e ganhos de eficiência e de sinergias.
- 234 Por exemplo, a linha de Sena e o corredor do Norte (Moatize-Nacala), a futura linha Moatize-Macuse, os portos e aeroportos, a reabilitação e o reforço de estradas nacionais, entre outros.
- 235 Como, por exemplo, a estrada Beira-Moatize, Beira-Manica e Beira-Malawi, via Tete.
- 236 Este aspecto agrava os custos de transporte e a circulação de bens e pessoas. Conhecem-se casos de excedentes de produção agrícola sem escoamento, por falta de interesses dos agentes económicos em comercializar nas condições das vias de comunicação ou a recusas de transportes de passageiros passarem por determinadas estradas (incluindo no meio urbano).
- 237 Significa que os subsídios suportam os serviços de más características.
- 238 Neste texto, considera-se “investigação adaptativa” aquela que procura adaptar outputs da investigação de outras realidades, ou verificar a aplicabilidade de teorias e modelos às condições de Moçambique.

239 Existem estudos, embora não conclusivos, que mostram que o efeito do ensino básico e complementar sobre a produção agrícola é muito baixo. Podem justificar estas observações os seguintes aspectos: (i) baixa qualidade do ensino; (ii) ensino desajustado das realidades e contextos em que os jovens vivem. Constatase que, ao adquirir mais conhecimento, os agricultores e jovens procuram outras actividades de maior rendimento.





AGENDA 2025

VISÃO E ESTRATÉGIAS DA NAÇÃO